

Fernanda de Oliveira Silva Portela

A rede do café:

Diálogos espaço-tempo para identificação das fazendas cafeeiras na Zona da
Mata mineira

Belo Horizonte
2019

Fernanda de Oliveira Silva Portela

A rede do café:

Diálogos espaço-tempo para identificação das fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira

VERSÃO FINAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vanessa Borges Brasileiro

Belo Horizonte
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

P843

Portela, Fernanda de Oliveira Silva.

A rede do café [manuscrito] : diálogos espaço-tempo para identificação das fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira / Fernanda de Oliveira Silva Portela. - 2019.

274 f. : il.

Orientador: Vanessa Borges Brasileiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Paisagem - Proteção - Teses. 2. Patrimônio cultural - Proteção - Teses. 3. Fazendas de café - Preservação - Teses. 4. Mata, Zona da (MG) - Teses. I. Brasileiro, Vanessa Borges . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85



FOLHA DE APROVAÇÃO

A rede do café: Diálogos espaço-tempo para identificação das fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira

FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA PORTELA

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 30 de setembro de 2019, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro - Orientadora
EA-UFMG

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA/UFMG

Profa. Dra. Patricia Thome Junqueira Schettino
UFOP

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2019.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

AGRADECIMENTOS

A trajetória do mestrado foi extremamente enriquecedora, e ao mesmo tempo árdua, exigindo momentos de reflexão, de mudança de trajetória, e principalmente de muito amadurecimento pessoal e profissional. Concluo esta etapa com muita gratidão por ter conseguido superar as adversidades e limites pessoais, e ao mesmo tempo com a sensação de que a ideia de conclusão é bastante ilusória, já que ainda há um universo de possibilidades a ser explorado e muito pesquisa pela frente.

Ao longo dessa trajetória, fomos acometidos por uma fatalidade, com uma perda imensurável da professora Fernanda Borges de Moraes, que me acompanhou cerca de quase um ano e meio como minha orientadora. Grande mulher, professora, orientadora, amiga, com seu jeito espontâneo, agitado e revigorante, me fez ver o potencial da pesquisa e me apontou tantos caminhos importantes para meu processo de amadurecimento no meio acadêmico. Só tenho a agradecer-lá pelo convívio, pela troca, pelas contribuições e acolhida na UFMG, e por ter me guiado nos primeiros passos como pesquisadora, confiando em mim e no meu trabalho. Com certeza este trabalho tem muito de Fernanda Borges e muito me orgulho disso.

À professora Vanessa Borges Brasileiro, a quem tenho imensa admiração, por ter me concedido esse privilégio de ser minha orientadora, me acolhendo com todo empenho e carinho, contribuindo de forma tão significativa para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pela confiança, por todo apoio, pelas contribuições, pelo direcionamento dado de forma tão precisa e essencial ao trabalho e pelas orientações sempre atentas às potencialidades. Agradeço todo esforço para que esse trabalho se concluísse, e pela leveza e cuidado ao conduzi-lo.

Ao professor Altamiro por ter me apresentado a paisagem de forma inédita e tão sensível e enriquecedora. Agradeço por todo conhecimento compartilhado em sala de aula, que exerceu grande influência em minha visão crítica para a elaboração deste trabalho. Sinto-me honrada por tê-lo em minha banca, e pelas contribuições tão pertinentes.

Ao professor André Guilherme Dornelles D'Angelo, a quem muito admiro e agradeço pelos direcionamentos essenciais na banca de qualificação, que permitiram trazer mais refinamento para a pesquisa e confiança no processo metodológico.

Ao professor Roberto Eustáquio pelas ricas contribuições na disciplina de Historiografia, e pelo exercício da Linha do Tempo, que foi o ponto de partida para que

esse trabalho começasse a se delinear em termos metodológicos.

Agradeço a professora Ana Barbosa, que marcou presença importante em minha vida acadêmica, durante a graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela presteza e direcionamento ao ler a primeira versão do projeto de pesquisa.

Ao professor Ângelo Carrara, pelo direcionamento dado para o recorte da pesquisa, e pelas ricas contribuições a respeito da Zona da Mata mineira.

Agraço aos pesquisadores Henrique Lacerda e Elione Guimarães pelo acolhimento no Arquivo Histórico de Juiz de Fora e pelos apontamentos de bibliografias essenciais para o aprofundamento das pesquisas no município de Juiz de Fora.

Ao geógrafo Fabio Jacob, pela disponibilidade, presteza e auxílio na elaboração dos mapas que integram este trabalho, e que tornou possível a sua concretização. Ao professor César Henrique Barra Rocha agradeço pela oportunidade oferecida de cursar sua disciplina para elaboração da base cartográfica.

À Heliane agradeço pela gentileza com que me disponibilizou o material da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Agradeço à Escola de Arquitetura pela acolhida no mestrado, e pela possibilidade de crescer profissionalmente através do contato com pessoas tão incríveis. Agradeço aos funcionários, aos professores, aos colegas de turma e também aos alunos da experiência docência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu a tão desejada dedicação exclusiva. Gratifico também o apoio recebido do CNPQ e da FAPEMIG para a realização do presente trabalho.

Agradeço ao meu pai por ser meu porto seguro. Aos meus amigos e familiares pelo apoio, paciência e compreensão. À Sâmella, por ser minha amiga-irmã que sempre me deu forças nessa trajetória.

Ao Daniel, por ser meu companheiro de vida e incentivador, e por ter acreditado sempre que seria possível, até mais que eu mesma.

RESUMO

A elaboração desta pesquisa partiu da constatação de uma lacuna, tanto do ponto de vista da produção de conhecimento no campo da arquitetura, quanto do reconhecimento pelos órgãos de preservação, na identificação das fazendas cafeeiras do século XIX na Zona da Mata mineira. Apesar da expansão cafeeira para a Zona da Mata ter sido parte de um processo mais amplo na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, como consequência do desenvolvimento das lavouras do vale do Paraíba paulista e fluminense, houve uma diferença de tratamento desses objetos, onde, por análise comparativa, constatou-se um certo apagamento de memória referente aos exemplares mineiros, que se encontram em um atual cenário preocupante, com a falta de políticas adequadas para sua preservação, sendo constantemente alvo de descaracterizações, abandono, ou até mesmo de destruição, sem que haja registros acerca de sua existência. Nesse sentido, a pesquisa que subsidiou a elaboração deste trabalho teve como objetivo procurar formas de identificar os exemplares cafeeiros, evidenciando a existência desta lacuna na parcela mineira e propondo um novo olhar para a construção de sua historiografia, de forma a demonstrar a importância da Zona da Mata mineira, reinserindo-a no discurso da expansão cafeeira. Neste processo foi preciso adotar dois recortes espaciais, partindo de uma escala macro (considerando os limites da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul) para compreendermos o fenômeno da expansão cafeeira, até chegar à escala micro (município de Juiz de Fora) para que fosse possível uma maior aproximação ao objeto, tomando para ambos os recortes espaciais o período entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XX. A construção metodológica do trabalho baseou-se em um processo de viés arqueológico, onde abandonamos o conceito de um fio condutor para a narrativa e pensamos em sobreposições no tempo-espaço para encontrar os objetos. Os fatos foram apresentados e estruturados em camadas, como se estivéssemos construindo um desenho, às quais atribuímos os nomes de *layers*, e que aos poucos vão sendo dissecadas e aproximadas até conseguirmos encontrar os exemplares cafeeiros.

Palavras-chave: fazendas cafeeiras, preservação, Zona da Mata mineira, rede do café.

ABSTRACT

The elaboration of this research was based on the existence of gap, from the point of view of the production of knowledge in the field of architecture, and in the recognition by the preservation organs in terms of identification of the nineteenth century coffee farms in the “Zona da Mata mineira”. Although coffee expansion into the “Zona da Mata” was part of a broader process in the Paraíba do Sul hydrographic basin, as a consequence of the development of the Paraíba Paulista valley and the Fluminense region crops, there was a difference in the treatment of these objects, where, for comparative analysis, there was a certain neglect concerning the Minas Gerais part, which are in a current worrying scenario, with the lack of adequate policies for their preservation, constantly being the target of mischaracterization, abandonment, or even destruction, without there are records about its existence. In this sense, the research that supported the preparation of this work aimed to find ways to identify the coffee specimens, highlighting the existence of this gap in the Minas Gerais area and proposing a new look at the construction of its historiography, in order to demonstrate the importance of the “Zona da Mata Mineira”, reinserting it in the discourse of coffee expansion. In this process it was necessary to adopt two spatial cuttings, starting from a macro scale (considering the limits of the Paraíba do Sul hydrographic basin) to understand the phenomenon of coffee expansion, until reaching the micro scale (Juiz de Fora) to make possible a closer approximation to the object, taking for both the period between the late eighteenth century and the first decades of the twentieth century. The methodological construction of the work was based on a process of archaeological bias, where we abandoned the concept of a thread for the narrative and thought of time-space overlaps to find the objects. The facts were presented and structured in layers, as if we were building a drawing, and they are gradually dissected and approximated until we can find the coffee specimens.

Keywords: coffee farms, preservation, “Zona da Mata mineira”, coffee network.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da demarcação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul na região Sudeste	17
FIGURA 2 – Mapa da demarcação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul com a indicação dos municípios	18
FIGURA 3 – Mapa da demarcação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul no estado de Minas Gerais com a identificação da Zona da Mata mineira	20
FIGURA 4 – Mapa índice com a demarcação da microrregião de Juiz de Fora	21
FIGURA 5 – Croqui do deslocamento produtivo da atividade cafeeira	22
FIGURA 6 – Vista da Janela da Fazenda Santa Clara, Santa Rita o Jacutinga, MG	27
FIGURA 7 – Fazenda Cataguá, em Três Rios, RJ	29
FIGURA 8 – Mapa das principais cidades com fazendas escravagistas de café no Sudeste no Brasil	39
FIGURA 9 – Mapa da distribuição da população em regime de escravidão em 1883 na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul e baixada fluminense	40
FIGURA 10 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo IPHAN, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras	50
FIGURA 11 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo INEPAC, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras	52
FIGURA 12 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo CONDEPHAAT, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras	53
FIGURA 13 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo IEPHA, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras.	54
FIGURA 14 – Mapa síntese da expansão da atividade cafeeira na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.....	63
FIGURA 15 – Encostas da Urca cobertas de pés de café.	65
FIGURA 16 – Praia de Botafogo repleta com morros repletos de pés de café.	65
FIGURA 17 – Mapa do relevo da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.	66
FIGURA 18 – Mapa da expansão da atividade cafeeira no vale do Paraíba fluminense.	71
FIGURA 19 – Fazenda São Luiz da Boa Sorte em Vassouras, RJ.....	72

FIGURA 20 – Fazenda Vista Alegre em Valença, RJ.	72
FIGURA 21 – Fazenda Resgate em Bananal, SP.....	75
FIGURA 22 – Mapa da expansão da atividade cafeeira no vale do Paraíba paulista	77
FIGURA 23 – Roteiro de expansão da atividade cafeeira no território paulista subdividido em cinco datas principais: 1836, 1854, 1886, 1920 e 1935.....	79
FIGURA 24 – Mapa da expansão da atividade cafeeira na Zona da Mata mineira...	88
FIGURA 25 – Povoamento na Zona da Mata (adaptado de Valverde, 1958)	90
FIGURA 26 – Mapa do percurso do Caminho Velho com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul	98
FIGURA 27 – Mapa do percurso do Caminho Novo com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul	100
FIGURA 28 – Mapa do Primeiro Plano Rodoviário do Estado de Minas Gerais	105
FIGURA 29 – Mapa do percurso da estrada União e Indústria com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul	108
FIGURA 30 – Mapa da Estrada de Ferro Central do Brasil com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul	120
FIGURA 31 – Mapa da Estrada de Ferro Leopoldina com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul	121
FIGURA 32 – Mapa do desenvolvimento periódico do Sistema Ferroviário Brasileiro – 1º período (1854 a 1870)	125
FIGURA 33 – Mapa do desenvolvimento periodico do Sistema Ferroviário Brasileiro – 2º período (1871 a 1890)	126
FIGURA 34 – Mapa do desenvolvimento periodico do Sistema Ferroviário Brasileiro – 2º período (1871-1890)	127
FIGURA 35 – Mapa do Caminho Novo na microrregião de Juiz de Fora	129
FIGURA 36 – Mapa de identificação das fazendas mais antigas do município de Juiz de Fora.....	133
FIGURA 37 – Imagem esquemática da repartição de terras nas doze faixas paralelas à Estrada Nova (atual Avenida Rio Branco)	134
FIGURA 38 – Mapa dos principais municípios cafeeiros no século XIX, com a identificação da microrregião de Juiz de Fora	142
FIGURA 39 – Sobreposição da base cartográfica do município de Juiz de Fora em base atual da microrregião de Juiz de Fora	147

FIGURA 40 – Mapa das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora no século XIX	148
FIGURA 41 – Edifício-sede da Fazenda da Tapera	150
FIGURA 42 – Edifício-sede da Fazenda da São Mateus	151
FIGURA 43 – Edifício-sede da Fazenda Ribeirão das Rosas	152
FIGURA 44 – Interior da Fazenda Ribeirão das Rosas	153
FIGURA 45 – Edifício-sede da Fazenda do Juiz de Fora	154
FIGURA 46 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Salvaterra	155
FIGURA 47 – Edifício-sede da Fazenda Salvaterra	156
FIGURA 48 – Benfeitorias e terreiro de café da fazenda Quinta da Conceição.....	157
FIGURA 49 – Edifício-sede da Fazenda Floresta	158
FIGURA 50 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Monte Alegre	159
FIGURA 51 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Santa Helena	161
FIGURA 52 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Areião	162
FIGURA 53 – Edifício-sede da Fazenda Mundo Novo	163
FIGURA 54 – Edifício-sede da Fazenda Mundo Novo	163
FIGURA 55 – Edifício-sede da Fazenda da Vargem.....	164
FIGURA 56 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Herdade	164
FIGURA 57 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Catete	165
FIGURA 58 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Piedade	166
FIGURA 59 – Edifício-sede da Fazenda Santa Sofia.....	167
FIGURA 60 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Santa Clara.....	167
FIGURA 61 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda São Luís	168
FIGURA 62 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Boa Vista	169
FIGURA 63 – Edifício-sede da Fazenda Fortaleza de Santana	170
FIGURA 64 – Casa das máquinas de beneficiamento de café e cereais da Fazenda da Fortaleza de Santana	172
FIGURA 65 – Tulha com escada de madeira preservada na Fazenda Boa Esperança	173
FIGURA 66 – Edifício-sede da Fazenda São Felipe	174
FIGURA 67 – Conjunto Arquitetônico da Fazenda Passo da Pátria	175
FIGURA 68 – Mapa das fazendas cafeeiras com a indicação do Caminho Novo, da estrada União e Indústria e as linhas férreas	178
FIGURA 69 – Exemplo de conjunto simétrico com a Fazenda Catete em Simão Pereira	

.....	181
FIGURA 70 – Fazenda Santa Helena	181
FIGURA 71 – Fazenda Pau D’Alho	181
FIGURA 72 –Fazenda Areião	182

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Relação das fazendas inventariadas e tombadas pelos órgãos de preservação no âmbito Nacional (IPHAN) e por estado (IEPHA, INEPAC, CONDEPHAAT) até o ano de 2018.	49
TABELA 2 – Distribuição da população escrava dentre os quinze principais municípios produtores de café de Minas Gerais.	138
TABELA 3 – Quadro comparativo das fazendas de alguns municípios cafeeiros (1883-1887)	139

LISTA DE SIGLAS

CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e turístico do Estado de São Paulo
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SMBMMM	Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FAZENDAS CAFEIRAS NO SÉCULO XIX NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL	47
CAPÍTULO 2 – A LAYER ZERO: PERCURSO TERRITORIAL DA REDE DO CAFÉ	56
2.1. O café no cenário nacional e internacional: Os fatores viabilizadores de seu desenvolvimento	57
2.2. Surgimento e pujança da lavoura cafeeira no vale do Paraíba	61
2.3. O percurso do café no vale do Paraíba fluminense	64
2.4. O percurso do café no vale do Paraíba paulista	72
2.5. O percurso do café na Zona da Mata mineira	82
CAPÍTULO 3 – LAYER 1: AS CONEXÕES CAFEIRAS ATRAVÉS DOS CAMINHOS POR TERRA E LINHAS FÉRREAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL	96
3.1. Das preexistências: Os caminhos por terra no período de transição da Colônia para o Império	96
3.2. O início do desenvolvimento da atividade cafeeira e as vias de comunicação	103
3.3. A pujança da atividade cafeeira e o início da era ferroviária	111
3.4. A expansão do sistema ferroviário brasileiro na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul	114
3.5. Breve panorama das etapas da expansão territorial das ferrovias	124
CAPÍTULO 4 – LAYER 2: A EXPANSÃO DA ATIVIDADE CAFEIRA NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA.....	128
4.1. Das reminiscências do Caminho Novo e a divisão das sesmarias	128
4.2. Introdução da cafeicultura nos municípios da microrregião de Juiz de Fora	134
4.3. Breve caracterização das unidades produtivas na microrregião de Juiz de	

Fora	142
------------	-----

CAPÍTULO 5 – LAYER 3: AS FAZENDAS CAFFEEIRAS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA	145
--	------------

5.1. Distrito sede de Juiz de Fora.....	149
---	-----

5.2. Fazendas no distrito de Matias Barbosa	159
---	-----

5.3. Fazendas no distrito de São Pedro de Alcântara (Simão Pereira)	162
---	-----

5.4. Fazendas no distrito de Santana do Deserto.....	165
--	-----

5.5. Fazendas no distrito de Sarandira	168
--	-----

5.6. Fazendas no distrito de Coronel Pacheco	169
--	-----

5.7. Fazendas nos distritos de Vargem Grande (Belmiro Braga), Três Ilhas e Porto das Flores	172
---	-----

5.8. Fazendas no distrito de Chácara	174
--	-----

5.9. Fazendas nos distritos de Paula Lima, Torreões e Rosário	176
---	-----

5.10. Análise síntese das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora ...	178
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	188
--------------------------	------------

ANEXO A – Fichas de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora	196
--	------------

ANEXO B – Lista das fazendas tombadas e em processo de tombamento pelo IPHAN até 2018	265
--	------------

ANEXO C – - Lista de fazendas tombadas pelo IEPHA com indicação do estado de conservação do bem cultural, seu uso original e uso atual.....	268
--	------------

ANEXO D – Lista de fazendas tombadas pelo CONDEPHAAT com indicação do estado de conservação do bem cultural, seu uso original e uso atual	269
--	------------

ANEXO E – Lista de fazendas tombadas pelo INEPAC com indicação do estado de conservação do bem cultural, seu uso original e uso atual.....	271
---	------------

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo das fazendas cafeeiras surgiu com a elaboração do trabalho de conclusão de curso na Universidade Federal de Juiz de Fora, em que o objeto de análise foi uma fazenda cafeeira situada no município de Tombos, na Zona da Mata mineira. Ao longo da experiência deste primeiro trabalho, nos deparamos com uma série de dificuldades para encontrar informações históricas a respeito do objeto, além da inexistência de uma política de preservação. Desta forma, o objeto, representando um microcosmo, nos levou a questionar o todo e entender ao que ele se conectava. Ao ampliarmos o estudo para uma análise de caráter territorial, chegamos a algumas constatações. Uma delas foi a compreensão de que a expansão cafeeira ocupou uma área mais vasta do que o imaginado, onde a Zona da Mata mineira constituía uma consequência de um processo maior que a interligava ao vale do Paraíba. Por análise comparativa, também havia uma situação contraditória em relação as formas de leitura e de preservação do mesmo objeto.

No período compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XX (incluindo a Crise de 1929), a atual região Sudeste do Brasil, sobretudo os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, vivenciou o desenvolvimento e a expansão da atividade cafeeira que além de ter marcado a macroeconomia nacional e regional, também legou um patrimônio conformado por uma série de remanescentes de fazendas cafeeiras. Esses exemplares, além de serem testemunho da relevância da atividade no tempo e no espaço, também constituem importantes peças para a compreensão da formação do território e do surgimento de alguns núcleos urbanos e vias de comunicação, através das estradas e do sistema ferroviário que se originou a partir da expansão da atividade. Além do seu papel em uma escala territorial, as fazendas cafeeiras também são um rico registro arquitetônico das formas de moradia rural do período, do saber-fazer da época, com emprego de técnicas e materiais diversos.

Apesar de terem exercido um certo protagonismo no passado, os exemplares cafeeiros vivenciam, na atualidade, uma situação paradoxal entre essa condição original e o estado de isolamento e abandono no presente, sobretudo na Zona da Mata mineira, o que aponta para a necessidade de melhor

compreender esses objetos. Porém, não seria coerente em um primeiro momento que o estudo desses exemplares mineiros se deslocasse do seu contexto territorial, visto que o desenvolvimento da atividade cafeeira na Zona da Mata mineira foi uma consequência de um processo mais amplo que também englobava os atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Logo, a compreensão da maneira pela qual se deu a expansão da atividade, demonstra a necessidade de expandir os limites territoriais pré-fixados.

Desta forma, para a elaboração deste trabalho foi necessário considerar dois recortes espaciais, sendo um deles em escala macro e o outro em escala micro. Na escala macro, tivemos que subverter a lógica de análise por região e adotar como recorte os limites da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Uma das razões para se admitir essa escala macro se explica pela necessidade de compreender o processo de expansão cafeeira no território, onde os limites geográficos, como construções mentais do presente, poderiam ser facilmente contestados. Além disso, o próprio desenvolvimento da expansão cafeeira possuía um caráter dinâmico, onde o conjunto conformado pelas fazendas produtoras de café se espalhou seguindo o curso do rio Paraíba e seus afluentes, alcançando de forma quase concomitante os atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, levando em consideração outros fatores de maior relevância como as terras disponíveis, as características do relevo, as condições da hidrografia, os caminhos de escoamento.

De um ponto estritamente geográfico, o vale do Paraíba seria compreendido pelas terras banhadas pelo rio Paraíba do Sul, abrangendo a parte leste do atual estado de São Paulo e a oeste do Rio de Janeiro. Entretanto, o entendimento daquilo que constituía o vale do Paraíba extrapola sua inscrição geográfica, sendo definido pelo cultivo do café, pelas grandes propriedades e proprietários rurais e o regime de escravidão. Logo, econômica e socialmente, o vale do Paraíba se estendia para a Zona da Mata mineira. Desta forma, seria mais pertinente falarmos em “Bacia do Paraíba”, entendida como um conjunto conformado por todas essas áreas e suas configurações socioeconômicas¹. Logo, a rede proveniente do desenvolvimento da atividade cafeeira é

¹ MUAZE, M. e SALLES, R. (orgs). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. RJ: 7 Letras/ Faperj, 2015, p.14.

conformada por todo o vale do Paraíba, ou Bacia do Paraíba (figura 1) que é composto por regiões distintas.

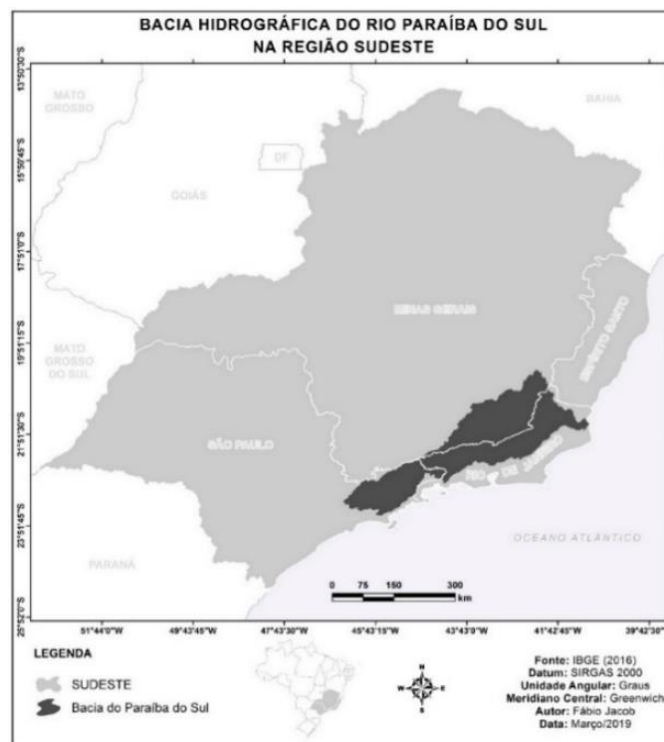


FIGURA 1 – Mapa da demarcação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul na região Sudeste. Fonte: Da autora.

A bacia hidrográfica do Paraíba do Sul se estende pelos três estados pertencentes à Região Sudeste, possuindo área de drenagem de 55.500km², distribuindo-se por São Paulo (13.900km²), Minas Gerais (20.700km²) e Rio de Janeiro (20.900km²)². O rio Paraíba do Sul, seu rio principal, é resultado da confluência dos rios Paraibuna e Paraitinga, e o seu comprimento, calculado a partir da nascente do Paraitinga é de mais de 1.100km. Seus afluentes mais representativos na margem esquerda são o Paraibuna, Pomba e Muriaé (que banham o estado de Minas Gerais), e na margem direita o Piraí, Piabanha e Dois Rios (que banham o estado do Rio de Janeiro)³. A Bacia possui formato

² ANA- Agência Nacional de Águas. Bacia do Rio Paraíba do Sul: Livro da Bacia. Brasília: CEIVAP; ANA, 2001. 70p. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2001/BaciadoRioParaibadoSul.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

³ AGEVAP- Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul -Resumo: Diagnóstico de Recursos Hídricos Relatório Final. Resende, 2006. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-010-R0.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

alongado, com comprimento cerca de três vezes maior que sua largura, distribuindo-se no sentido Leste-Oeste, entre as serras do Mar e da Mantiqueira, situando-se em uma região de relevo bastante acidentado, de colinoso a montanhoso⁴.

No território paulista, a Bacia é responsável por drenar a parte conhecida como vale do Paraíba paulista; no estado de Minas Gerais por parte da mesorregião da Zona da Mata mineira e por metade do estado do Rio de Janeiro, incluindo a região do vale do Paraíba fluminense. Atualmente, a bacia abrange cerca de 184 municípios, sendo 39 localizados no estado de São Paulo, 57 no Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais, estando total ou parcialmente inseridos nos limites da bacia. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2018), os municípios que fazem parte da bacia do Paraíba do Sul possuem população majoritariamente urbana, com cerca de 6,5 milhões de pessoas (figura 2).

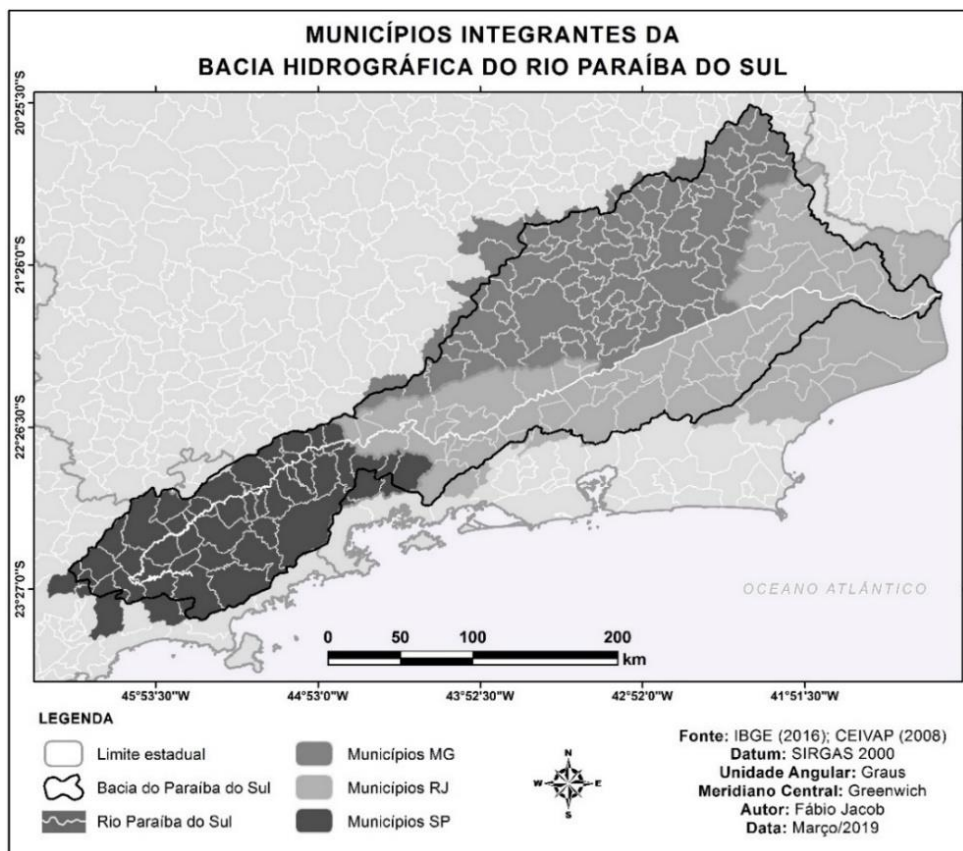


FIGURA 2 – Mapa da demarcação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul com a indicação dos municípios.

Fonte: Da autora.

⁴ MARENGO, José A. & ALVES, Lincoln Muniz. **Tendências hidrológicas da bacia do rio Paraíba Do Sul**. Revista Brasileira de Meteorologia, v.20, n.2, 215-226, 2005, p.216.

A bacia hidrográfica do Paraíba do Sul é, então, o nosso recorte macro de referência, já que todas as regiões que dela fazem parte estavam interligadas com o objetivo comum de produzir café em larga escala. Nosso propósito com esse recorte mais amplo é o de incluir também a Zona da Mata mineira, que na dinâmica dos três estados é a que mais precisa avançar em termos de produção de conhecimento sobre seu acervo cafeeiro. Porém, devido à complexidade e extensão dessa escala, somadas à indisponibilidade de dados referentes à historiografia da Zona da Mata mineira em termos de identificação de suas fazendas cafeeiras, foi necessário adotar um recorte metodológico focado em uma escala micro, para que fosse possível verticalizar nossas análises sobre esses exemplares, cuja escala poderia ser posteriormente ampliada.

É importante considerar que quando falamos da Zona da Mata (figura 3) mineira nos referimos a uma região que no século XIX não possuía características uniformes, sendo subdividida em três principais sub-regiões: a norte, a central e a sul. Apesar da atividade cafeeira tê-la atingido amplamente, sabemos que cada uma dessas sub-regiões apresentava traços peculiares que influenciaram nesse processo de expansão. Há, portanto, uma diferenciação entre essas sub-regiões quanto ao tamanho das propriedades, o tipo de produção (dedicando-se mais exclusivamente ao café ou não) e ao período de início da produção cafeeira. Dentre as três sub-regiões apontadas, a sul é a que mais se vinculou, dentro das categorias apontadas, ao vale do Paraíba, sendo uma extensão mais direta dele. Logo, a região conformada pela fronteira política das antigas Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (o vale do Paraíba) adquiriu um perfil próprio, sendo considerada como uma “província à parte”. Com propriedades menos divididas, a parte sul da Zona da Mata mineira abarcava os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont⁵.

⁵ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2), p. 13-19.

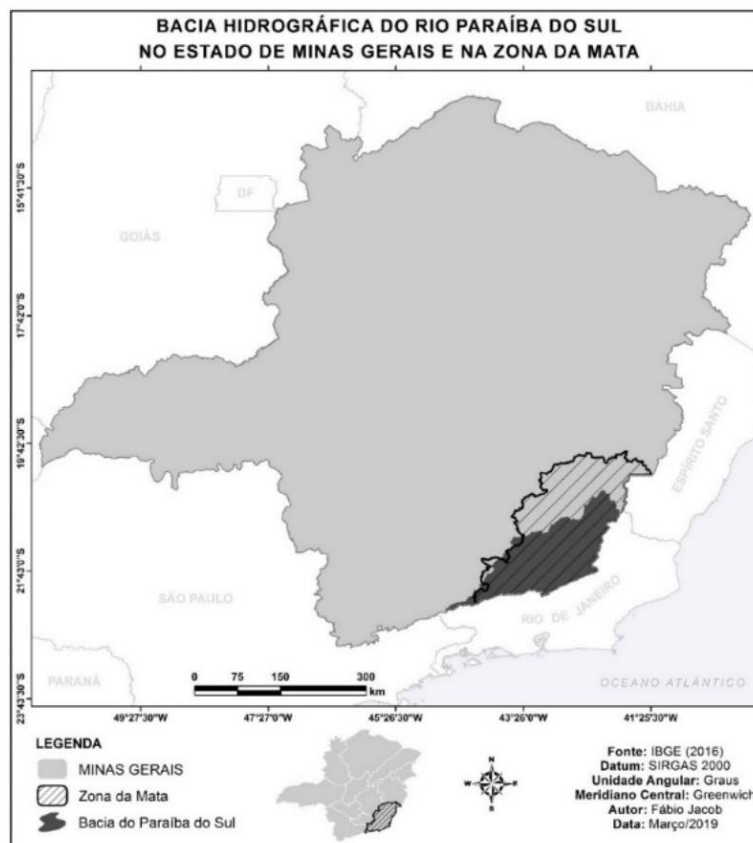


FIGURA 3 – Mapa da demarcação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul no estado de Minas Gerais com a identificação da Zona da Mata mineira.
Fonte: Da autora.

Pensando nessa perspectiva de continuidade temporal e geográfica bem, como na disponibilidade de informações, escolhemos primeiramente a microrregião de Juiz de Fora (figura 4), para então recortarmos no município de Juiz de Fora, que no século XIX era constituído por 13 distritos. O recorte municipal foi necessário para que pudéssemos verticalizar nossas análises, chegando na escala do objeto. Como a microrregião de Juiz de Fora contemplou a primeira área a receber a atividade cafeeira, e o município de Juiz de Fora representou o maior produtor de café na região, acreditamos tratar-se de um recorte que fornece uma análise consistente para principiar as pesquisas que, posteriormente poderão ser ampliadas.

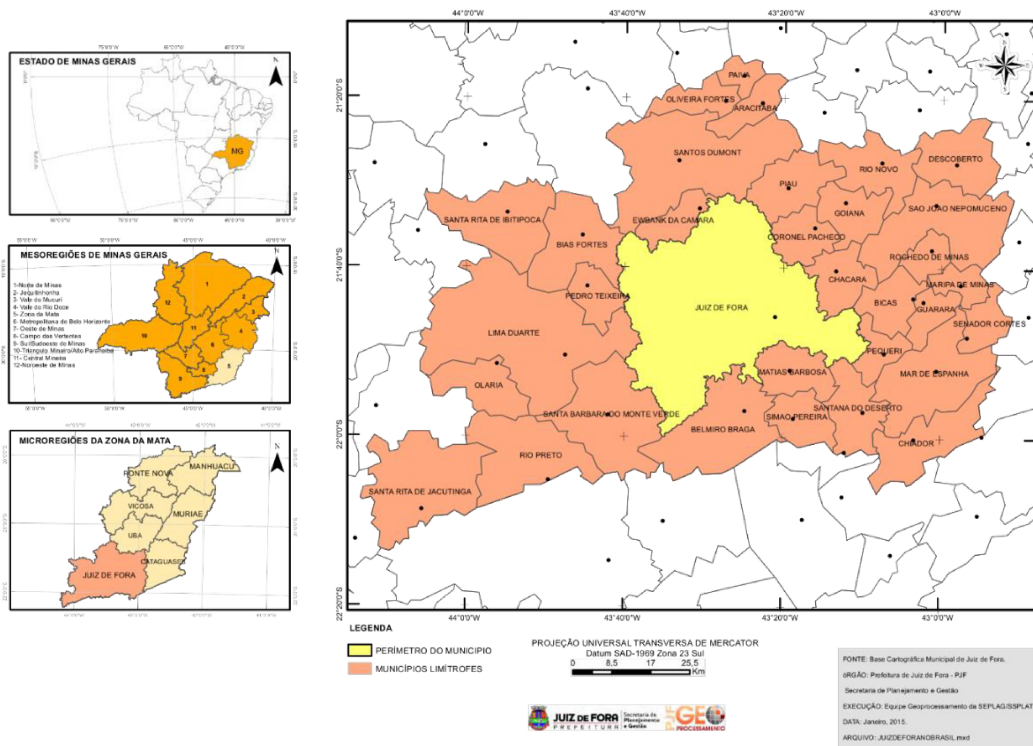


FIGURA 4 – Mapa índice com a demarcação da microrregião de Juiz de Fora.

Disponível

em:

http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/documentos/participativo/mapas/territorializacao/microrregiao_de_juiz_de_fora_na_zona_da_mata_mineira.pdf, acesso em: janeiro de 2019.

O recorte temporal procurou então abarcar o período correspondente ao desenvolvimento da atividade cafeeira no recorte espacial. A linearidade do tempo não será tão relevante para as nossas análises, desde que tenhamos em mente que o nosso limite temporal compreende o período entre os fins do século XVIII, quando se iniciou o plantio das lavouras na região do vale do Paraíba fluminense, até as primeiras décadas do século XX, com a crise de 1929 e as baixas na produção cafeeira na região analisada e o deslocamento do plantio cafeeiro para outras regiões.

No recorte da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul é possível identificar que alguns fatores atuaram de forma generalizada, contribuindo para o agravamento da condição da preservação de suas fazendas cafeeiras. Dentre eles, podemos citar a perda de seu referencial produtivo, com a migração da atividade cafeeira para as extremidades do perímetro da bacia⁶ (figura 5). Tal fator foi inerente à maneira como se estabelecia o cultivo do café no século XIX,

⁶ Dados extraídos do IBGE sobre a concentração da área plantada de café. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, A geografia do café. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99002.pdf> Acesso em: 10/05/2018.

no qual o processo produtivo, enquanto vigoroso, era bastante insustentável, levando ao rápido esgotamento das terras e a necessidade constante de migração territorial para procurar novas regiões para o plantio⁷. Como resultado, grande parte das fazendas que tinham uma intensa produção cafeeira no século XIX se viram improdutivas e tendo que se adaptar a outros usos, esvaziando-se do sentido que as erigiu, sendo a atividade cafeeira apenas um remanescente histórico. Logo, o deslocamento produtivo foi, de certa forma, um fator que contribuiu para o processo de degradação do objeto arquitetônico.

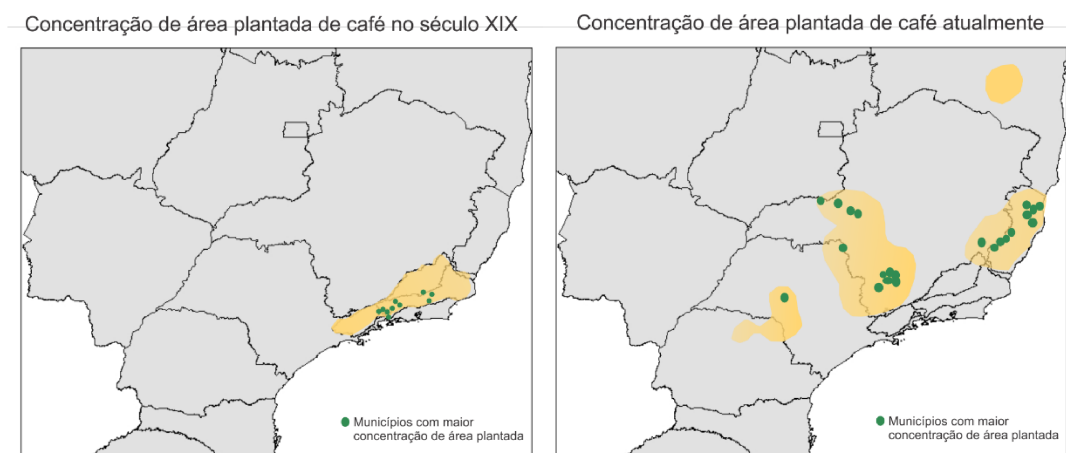


FIGURA 5: Croqui do deslocamento produtivo da atividade cafeeira.

Fonte: Da autora. Dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, A geografia do café. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99002.pdf>>, acesso em: 10/05/2018.

Somada à característica um tanto quanto nômade da produção e o seu declínio a partir do século XX, essas regiões também acabaram sendo afetadas pelo fenômeno do êxodo rural, com o abandono de algumas propriedades e o enfraquecimento de suas relações culturais. Apesar de não nos atermos nesse trabalho ao estudo das relações com o objeto a partir desse processo de mudança do modelo produtivo e a destinação dos remanescentes, cabe destacar a amplitude desse universo e a multiplicidade de agentes envolvidos, que

⁷ Como apontado por diversos autores, a exemplo de Caio Prado Junior, a exploração descuidada e extensiva da cafeicultura no vale do Paraíba no século XIX teve sérias consequências para o esgotamento das terras e o aceleração dos processos erosivos. O café era geralmente plantado em fortes declividades, após o processo de desmatamento das florestas (para aproveitar os seus nutrientes e a fertilidade dos solos), expondo a terra desprotegida às intempéries. Como resultado, em poucos decênios os rendimentos da lavoura já começavam a decair e as plantas a enfraquecer, gerando o abandono sucessivo das culturas. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953, p.166.

também atuaram na eleição/valorização do que deveria ser preservado ou não. Porém, cabe destacar que esse rompimento com o modelo produtivo demandou, inevitavelmente, que outros usos começassem a surgir, requerendo uma adaptação em busca de sua rentabilidade econômica e a sua sustentação, visto a amplitude do objeto. Logo, o fato de as fazendas cafeeiras estarem situadas no meio rural não as desqualificam como bem cultural, mas implicaram em certas dificuldades para sua preservação, já que houve um descolamento em relação à sua atividade originária, e a busca de novos usos nem sempre apontam para a compatibilidade e coerência com o que existiu.

Observa-se então um fenômeno de abandono de muitas propriedades rurais, principalmente na Zona da Mata mineira, bem como a falta de recursos e o descaso por parte de alguns proprietários para mantê-las, e a intensificação de seus processos de degradação através da descaracterização dos objetos, da sua perda e destruição. A reversão desse quadro alarmante da condição de abandono e degradação, se mostra possível a partir do melhor entendimento do objeto e da elaboração de políticas de preservação adotadas na perspectiva de cada um dos três estados conformados pela bacia do Paraíba do Sul. Assim, a atuação dos órgãos de preservação e a priorização dada pela produção historiográfica parecem ter feito diferença no processo de reconhecimento do acervo cafeeiro e sua preservação. Neste quesito, é notável o esforço feito pelos atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo para o estudo de suas fazendas cafeeiras, o que acabou refletindo em seu bom estado de conservação no presente (de maneira geral), enquanto em Minas Gerais, a identificação e estudo das fazendas cafeeiras da Zona da Mata mineira ainda tem muito que avançar, visto os poucos estudos existentes e o mau estado de conservação geral de seu acervo.

Enquanto os atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo não só procuraram produzir conhecimento sobre seu acervo, mas também se apropriaram dessa herança cafeeira, em Minas Gerais parece ter ocorrido um certo apagamento da memória de suas fazendas cafeeiras, assunto muito pouco explorado. É evidente a prioridade dada em Minas Gerais para outros tipos de arquitetura e outros períodos históricos, como a questão da mineração e o período colonial. A cafeicultura na Zona da Mata mineira foi abordada em estudos regionais que não tinham por objetivo colocar enfoque específico nos

exemplares das fazendas, mas nos aspectos da formação regional, onde apenas foram apontadas pistas sobre a relevância desse acervo. Em outros casos, atribuiu-se maior ênfase para o período que sucedeu a atividade cafeeira, sendo esta tratada como uma espécie de esteio para o processo de industrialização e modernização na Zona da Mata mineira.

No campo específico da preservação, duas principais questões permeiam a temática das fazendas cafeeiras do século XIX no recorte da bacia do Paraíba do Sul. Uma delas diz respeito à trajetória da política de preservação nacional do IPHAN, como também do respectivo órgão de preservação atuante no estado de Minas Gerais, onde constatou-se uma exclusão, em termos de reconhecimento (seja mediante tombamento ou inventário) das fazendas cafeeiras da Zona da Mata Mineira. Em termos de volume dos bens tombados, houve uma priorização daqueles situados na área urbana em detrimento da rural. Além disso, a forma como os órgãos de preservação trataram o objeto acabou deixando um grande vazio na parte referente à Zona da Mata mineira, reforçando sua inexpressividade/inexistência diante do vale do Paraíba paulista e fluminense, que detêm todo o destaque na temática da produção cafeeira. Isso sugere uma lacuna tanto na preservação dos exemplares quanto na produção de conhecimento que a permeia, trazendo consequências para a compreensão desse patrimônio rural e do tratamento de suas questões específicas – que muito se diferenciam daquelas encontradas no meio urbano – o que também aponta para a urgência de seu estudo e necessidade de seu aprofundamento.

A outra questão aponta para o descompasso entre a política de preservação e a natureza do objeto, onde o conceito do tombamento aplicado a bens isolados parece não ser o mais adequado para proteger as fazendas cafeeiras. Nesse contexto, os limites geográficos também parecem ter colaborado para obstruir a visão de conjunto das fazendas cafeeiras, e os tombamentos feitos de forma bastante pontual fragmentaram o seu entendimento no território, contribuindo para reforçar a exclusão da parte mineira.

Nessa perspectiva, pensando em possibilidades de enquadramento do objeto nas políticas de preservação, a categoria de paisagem cultural parece ser a que mais se aproxima de sua natureza, na medida em que consegue alinhar o patrimônio cultural ao natural e aos valores ligados ao patrimônio imaterial. Com

a ampliação do conceito de patrimônio em direção à paisagem cultural, abriu-se um campo de maiores possibilidades para o patrimônio rural, que antes se deparava com dificuldades para encontrar o seu respaldo, já que as discussões recaíam prioritariamente sobre o patrimônio situado no meio urbano.

A atribuição de valor patrimonial à paisagem é recente, a partir da criação da categoria específica de paisagem cultural no âmbito da UNESCO em 1992⁸. Apesar do entendimento da paisagem e de sítio histórico como uma associação entre os aspectos naturais e culturais já estar presente em alguns documentos internacionais – a exemplo da Carta de Atenas (1933), da Carta de Veneza (1964), da Recomendação de Paris (1972), da Convenção de Washington (1987), dentre outras – foi a partir da década de 1990 que a sua noção se alterou de fato. Inaugurou-se uma ruptura com a visão bipartida entre a natureza e sítios culturais e uma ampliação da noção de ambiente e paisagem, que antes recaía sobre o monumento, sendo a paisagem apenas uma moldura dos monumentos e núcleos urbanos (como é retratado na Carta de Atenas de 1931).

No cenário nacional, as discussões acerca da paisagem cultural são ainda mais recentes, com a elaboração da Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural⁹, de 2007, que definiu as paisagens culturais como sendo o meio natural sobre o qual o homem imprimiu a marca de suas ações e formas de expressão, resultando em um testemunho do somatório dessas interações. Em 2009, através da instituição da Portaria n°127 do IPHAN, a paisagem cultural tornou-se uma categoria do patrimônio cultural, e a partir dessa mesma Portaria criou-se um novo instrumento jurídico para sua proteção, a chancela.

O conceito aplicado à categoria de paisagem cultural no âmbito do IPHAN e da UNESCO abrangem as obras conjugadas do homem e da natureza que ilustram a evolução da sociedade humana no curso do tempo, sofrendo influência dos contrastes físicos, das possibilidades do meio natural, forças sociais, econômicas e culturais¹⁰. Partindo dessas definições, as paisagens cafeeiras poderiam ser enquadradas como paisagem cultural, a medida em que

⁸ SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

⁹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural*. Rio Grande de Sul, 18/08/2007.

¹⁰ Conceito de paisagem cultural extraído do documento da UNESCO, disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/review/69>>. Acesso em: maio de 2019.

há uma compreensão de que a economia cafeeira possibilitou o desenvolvimento de uma rede urbana e de uma arquitetura com características específicas, que considerou tanto as técnicas e saberes preexistentes, ou seja, as permanências relacionadas a uma ordem econômica, técnica e programática que a antecedeu, assim como promoveu transformações físico-territoriais e de comportamento que lhe foram próprias.

Apesar da tentativa de promover esforços para operar no entendimento da paisagem e não apenas no monumento isolado, estreitando os antagonismos existentes em relação ao patrimônio material/imaterial/cultural/ natural, a nomeação das paisagens culturais em âmbito nacional e internacional ainda recaem sobre o valor da excepcionalidade. Tal análise poderia nos levar a uma seleção baseada na notoriedade histórica de seus exemplares, seja do ponto de vista arquitetônico, produtivo e/ou econômico, podendo ser um fator limitante para o enquadramento das fazendas cafeeiras. Desta forma, é importante salientar que as possibilidades de análise da paisagem vão muito além das categorias pré-estabelecidas. Apesar de não termos como objetivo deste trabalho discutir detalhadamente os conceitos que podem conformar a categoria de paisagem para além das definições patrimoniais, sabemos que poderiam atuar para ampliar as visões sobre a paisagem e constituir um instrumental para auxiliar no entendimento do objeto.

Extrapolando as análises do campo patrimonial, a paisagem pode ser entendida como uma categoria criada pelo homem citadino moderno que, segundo Simmel¹¹, mediante a separação homem x natureza, reforçou os anseios pela sua definição. Desta forma, a necessidade do termo surgiu mediante a separação e distanciamento próprios do olhar e do deleite, onde o vínculo estabelecido deixou de ser tão simbiótico.

Nesse esforço de melhor conceituar a categoria, alguns autores apontaram o que diferencia ou não a paisagem da natureza e do espaço. Nessa relação entre paisagem e natureza, Simmel compreende que há uma distinção entre ambas. A natureza é o universo mais amplo, que não pode ser fracionado, logo é um acontecer ondeante e cíclico no espaço e no tempo. Assim os

¹¹ SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Tradução: Artur Morão. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf. Acesso em: 15 set. 2012.

elementos da natureza não conformam por si só uma paisagem, embora forneçam material para ela enquanto a paisagem pressupõe a delimitação, exigindo um “ser-para-si”, um observador e sujeito (talvez óptico, estético, impressionista). O olhar humano divide o todo em partes, e constitui a partir delas unidades particulares que se organizam em uma individualidade coerente que chamamos de paisagem.

A paisagem também não é o espaço, mas sim uma representação dele, que se constitui como objeto da experiência estética. Nem todo espaço é uma paisagem, e a paisagem é espaço, mas não apenas ele, onde excluem-se os espaços fechados e os espaços ilimitados¹². Logo, estamos tratando de uma finitude aberta, em que a paisagem é um espaço limitado, mas aberto (que, diferente dos espaços fechados, tem sobre si o céu, o ilimitado), que não representa o infinito, mas abre-se para ele. A paisagem parece exigir para si a limitação e o enquadramento, este último podendo ser comparado como o fez Cauquelain com a imagem da janela. As janelas são as metáforas dos olhos (figura 6), que produzem suas próprias submetáforas. “[...] a janela e a moldura são ‘passagens’ para as *vedute*, para ver paisagem ali onde, sem elas haveria apenas...natureza”¹³. Assim, mais uma vez, paisagem e natureza não querem dizer a mesma coisa. A paisagem exige para si limites, bordas, moldura, um enquadramento do finito em sua finitude, cortando e recortando o mundo natural e domesticando essa natureza.



FIGURA 6: Vista da Janela da Fazenda Santa Clara, Santa Rita do Jacutinga, MG. Disponível em: <<https://www.viajarcorrendo.com.br/2019/02/fazenda-santa-clara-santa-rita-do-jacutinga.html>>, acesso em: 10/07/2019.

¹² ASSUNTO, Rosario. **Ontologia e teleologia del giardino**. Milano: Edizioni Angelo Guerini e Associati, 1988, p.341-345.

¹³ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Todas as Artes). P.137.

Desta forma, quais são os limites que podem compreender uma paisagem? Arriscaríamos então a falar da paisagem cafeeira na Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul? Neste caso, poderíamos entender que esses limites de enquadramento não são fixos, já que o ato de ver é sempre em relação a algo, e cada objeto pode ser percebido e interpretado em função de seu contexto, onde a percepção da paisagem busca a “visão de conjunto”¹⁴. Assim, as fazendas cafeeiras isoladamente constituem microcosmos que poderiam ser avaliados individualmente como uma paisagem, mas nos parece ser mais pertinente entender que esses fragmentos se somam no território para dar um sentido coerente ao todo, que é na verdade, o conjunto.

Apesar da moldura feita pelo nosso olhar ser limitada pelo nosso campo de visão, a paisagem extrapola aquilo que podemos enxergar, ela continua para além de nossos limites físicos. Mesmo que a compreensão mais individualizada de cada um desses espaços forneça uma chave de entendimento bastante específica, já que cada lugar é único, a paisagem sempre está trabalhando com a dialética do visível e do invisível, mesmo nas pequenas escalas. Há sempre uma face oculta em cada objeto percebido que escapa ao olhar, mas que ainda assim é levada em conta pela inteligência perceptiva para compreendermos o sentido do objeto¹⁵. Logo, um “pedaço” de uma região, ou como poderíamos colocar aqui um bem isolado, constitui uma parte de uma região mais vasta, onde nos compete articular nosso campo visual como sujeito, ao de outros sujeitos (já que o que é visível para mim não necessariamente o é para o outro) afim de compreender o conjunto.

A paisagem também pode ser compreendida como um referencial da forma de projetar e construir territórios e da maneira pela qual o homem se relaciona com a natureza, assumindo um papel de mediação ou de referência da ação territorial (figura 7). Logo, ela também é representação, como um teatro no qual indivíduos e sociedade recitam suas histórias e realizam seus feitos. A concepção da paisagem como teatro subentende que o homem e a sociedade se comportam de forma ambivalente no território, sendo ao mesmo tempo

¹⁴COLLOT, Michel. **Pontos de vista sobre a percepção de paisagens**. In: NEGREIROS, Carmem; LEMOS, Masé; ALVES, Ida. Literatura e Paisagem em diálogo. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012, p.16-17.

¹⁵ Ibidem. p.14-15.

autores que transformam no sentido ecológico o ambiente imprimindo a marca de sua ação, mas também espectadores que sabem observar e entender o sentido do seu agir¹⁶. As fazendas cafeeiras representam o testemunho dessa relação autor/espectador, que moldou o território, deixando remanescente da forma de construir, de morar, de produzir. Mesmo que os autores tenham mudado ao longo do tempo, de uma maneira conjunta não estamos falando de paisagens desabitadas, mas da perda de alguns de seus referenciais.



FIGURA 7: Fazenda Cataguá, em Três Rios, RJ.

Fonte: PIRES, Fernando Tasso Fragoso, MIRANDA, Alcides da Rocha e Czajkowski, Jorge. Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.27.

A perda de exemplares também poderia ser entendida como uma perda paisagística, a medida em que esses elementos que conformam o todo vão desaparecendo e deixando lacunas no território. Se a paisagem é espaço percebido, constituindo o aspecto visível perceptível do espaço¹⁷, o que poderia acontecer com o apagamento dos seus elementos? Em uma relação direta, a paisagem deixaria então de existir. Nesse contexto, é importante destacar o papel da cultura, que pode ser entendida como uma fina cortina, a tela de um véu que atenua a claridade sem eclipsar seu aspecto visível¹⁸. Logo, o ato da

¹⁶ TURRI, Eugenio. **A paisagem como teatro**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). Filosofia da paisagem: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. Cap. 2, p. 169-184. (Coleção Aesthetica 1), p.170-171.

¹⁷ COLLOT, Michel. **Pontos de vista sobre a percepção de paisagens**. In: NEGREIROS, Carmem; LEMOS, Masé; ALVES, Ida. Literatura e Paisagem em diálogo. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012, p.11.

¹⁸ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Todas as Artes). P.136.

visão e a experiência do olhar estão condicionados pela arte e pela cultura, que atuam na seleção daquilo que permanece e da forma como enxergamos.

Logo, nossa questão principal é a de encontrar esses objetos perdidos, que são as fazendas cafeeiras da Zona da Mata mineira. Para tal, procuramos avaliar quais métodos poderiam nos levar a encontrá-los tendo em vista que a falta de conhecimento acerca deste acervo torna não apenas a história regional, mas também a nacional, bastante incompleta, podendo levar ao entendimento equivocado de que a atividade cafeeira só foi representativa no vale do Paraíba paulista e fluminense, excluindo-se a parcela mineira. Desta forma, nosso objetivo com a presente pesquisa é reinserir a Zona da Mata no discurso da expansão cafeeira, testando formas de encontrar seus exemplares perdidos no tempo (e se ainda é possível fazê-lo) para tornar público o seu conhecimento e a necessidade de sua preservação. Ainda que não seja exequível salvaguardar seus exemplares, visto que muitos deles não existem mais ou se encontram em mau estado de conservação, temos a intenção de ao menos conseguir apontar sua existência como um registro histórico.

Acreditamos assim estar contribuindo para fazer avançar as investigações sobre o meio rural brasileiro, contextualizando uma história que vem sendo apagada e sobretudo auxiliar nos estudos regionais acerca da formação da Zona da Mata mineira, no preenchimento dessa lacuna historiográfica da expansão cafeeira em seu território. Reforçamos, então, a necessidade de conhecer suas particularidades e seu acervo cafeeiro para compreender globalmente a região e analisar criticamente a sua identidade e história. Descortinar seus exemplares é tão importante para a historiografia como também para os órgãos de preservação, através da identificação especializada de seus exemplares e a produção de conhecimento que até o momento se fez inexistente. Também acreditamos estar colaborando de uma forma prática para a preservação, já que elaboramos um método de pesquisa e de inventário para um recorte dentro da Zona da Mata mineira com o objetivo de testar essa metodologia em um território de menores dimensões, e que poderia ser facilmente replicado para as suas demais regiões.

O desenvolvimento da atividade cafeeira no território ao longo século XIX reuniu uma série de características peculiares, tendo um importante papel para o surgimento dos assentamentos humanos, para o nascimento de algumas

idades e a expansão econômica de tantas outras. Assim como a atividade mineradora, enquanto vigorosa, promoveu uma série de transformações e articulações territoriais, formando a “rede urbana das minas coloniais”, a economia cafeeira teve um importante papel, direta ou indiretamente, na rede urbana que dela foi decorrente, sendo também um fator de articulação territorial, produzindo o que consideraremos aqui como rede do café¹⁹.

A compreensão do fenômeno histórico, como apontado por Braudel, deve considerar a análise simultânea dos diversos tempos históricos – já que todo trabalho histórico realiza uma decomposição do tempo corrido – categorizados pelo autor em três tempos, sendo eles: o tempo de curta duração ou evento; o de média duração ou conjectura e a longa duração ou estrutural²⁰. Logo, além de buscarmos a horizontalidade, também é necessário a simultaneidade e a dialética entre esses três tempos.

Na composição da narrativa consideramos eventos de curta duração, sobre os quais não nos fixaremos por muito tempo, utilizando-os apenas como fatos pontuais dentro da história nacional que atuaram como pontos de ruptura, a exemplo da abolição da escravidão e da Proclamação da República, ou ainda a introdução das linhas férreas no território marcando uma modificação na forma de transporte e escoamento produtivo (sem desconsiderar que outros meios de transporte não deixaram de existir). Também nos atentamos para o tempo de média duração que constitui uma oscilação cíclica, e análise das conjunturas sociais, econômicas com suas características de altos e baixos que marcaram o período de produção cafeeira, sem nos atermos, contudo, na ideia de ciclos fechados em si, que excluiriam a possibilidade de outras atividades acontecerem ao mesmo tempo no território. O tempo de longa duração, cuja passagem é bem lenta, articulou não apenas as relações mais fixas, mas também se vinculou aos

¹⁹ Em termos dessa estruturação territorial da rede do café na região Sudeste, podemos considerar dois grandes recortes espaciais distintos: o Vale do Paraíba fluminense e paulista, incorporando também parte da zona da mata mineira (recorte que será considerado para este trabalho), e o oeste paulista, expandindo-se por parcela considerável do estado de São Paulo. Em suas nuances, as características de produção, o perfil dos fazendeiros, a organização do espaço urbano e regional e a própria arquitetura assumem, nesses dois recortes, aspectos distintos e específicos.

²⁰ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. **A longa duração**. In: _____. Escritos sobre a História. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

obstáculos impostos pelo meio e pelos fatores geomorfológicos que atuaram como limites naturais difíceis de serem transpostos em um curto período de tempo, fazendo com que o homem se enraizasse em certos pontos e nele construíssem relações sociais e assentamentos humanos.

Procurando formas de dialogar com as concepções de horizontalidade e simultaneidade, ficou então evidente a necessidade de abandonarmos o conceito de um fio condutor para a narrativa e pensar em sobreposições no espaço-tempo. A construção metodológica foi pensada de forma não linear, onde os fatos são apresentados e estruturados em camadas, como se estivéssemos construindo um desenho, e para essas camadas demos o nome de *layer*. A ideia das *layers*, muito utilizada nos desenhos arquitetônicos, se adapta bem à proposta pretendida já que permite a sobreposição, e onde a ordem dos fatos não necessariamente constituiu fator de relevância, propiciando múltiplas leituras territoriais. Além disso, esse conceito só faria sentido se conectado com a narrativa espacializada, já que esses fatos não estão isolados, mas se desenrolam no território. Logo, os dados encontrados na historiografia foram especializados na forma de mapas, permitindo a sua compreensão simultânea, horizontal e espacial.

Nos valem do conceito de Rede²¹ para associar as relações de poder existentes no território que articulam a sua economia e constroem um discurso histórico dominante, mas também a costura de vários elementos que se entrelaçam para tecer relações territoriais e formar o emaranhado urbano e territorial. A rede é um sistema integrado de maior amplitude que se expressa pela série de articulações evidentes na organização do espaço macro e microrregiões, nas relações de dependência, hierarquia, função e espacialização de seus assentamentos humanos²². Esse conceito também se relaciona com a forma pela qual uma população ocupou um território de vasta extensão e por ele se distribuiu em aglomerações de características diversas.

²¹ Para essa dissertação adaptamos o conceito de rede urbana desenvolvido por Fernanda Borges de Moraes em sua tese de doutorado. MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

²²MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.38.

Em termos de estruturação dessa narrativa da rede do café que pretendemos contar, e considerando que partimos de um olhar contemporâneo que se dirige ao passado, foi necessário conjecturar um equilíbrio entre o papel do espaço, do tempo e do ser social. Como apontado por Soja²³, em uma crítica às vertentes historicistas que muito subordinaram o espaço ao tempo, é indispensável tentarmos desconstruir esse quadro de compartimentação entre as duas variáveis e buscarmos uma narrativa intrinsecamente espacializada. Logo, a ideia de sucessão – uma coisa após a outra se articulando de forma causal – passa a buscar a horizontalidade, as direções multilaterais e a simultaneidade dos acontecimentos e das possibilidades.

Já não podemos mais depender de um fio narrativo que se desdobre sequencialmente, de uma história em eterna acumulação que marche diretamente em frente, na trama e no desenlace, pois há coisas demais acontecendo contra o contexto temporal, coisas demais atravessando continuamente o fio narrativo e em direção lateral.²⁴

Partimos também do pressuposto de estarmos diante de um processo arqueológico, já que inicialmente não temos os objetos individualmente sistematizado (fazendas cafeeiras) e não sabemos o que poderia ser encontrado, considerando que muitos deles provavelmente desapareceram, porém temos os indícios e pistas no território da existência da atividade, o que nos levou a coletá-los e encontrar formas e subsídios para trazer luz ao assunto em um trabalho investigativo.

Para o desenvolvimento deste trabalho lançamos mão das fontes secundárias, realizando uma ampla revisão bibliográfica do material encontrado em livros, teses e dissertações. Em certo ponto foi necessário o uso de fontes primárias, como a cartografia histórica coeva, principalmente quando afunilamos as nossas análises sobre os caminhos por terra e por linha férrea, servindo de base para a espacialização desses dados dentro do nosso recorte da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Ao recortar ainda mais a área de estudo, definindo a microrregião de Juiz de Fora como o ponto inicial das pesquisas, também nos valeremos das fontes primárias mediante pesquisa documental no

²³ SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**; a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

²⁴ Ibidem. p.32.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF) e nas prefeituras de alguns dos municípios da microrregião.

No âmbito de nossas análises, consideramos autores que se debruçaram sobre a arquitetura rural, sobretudo a cafeeira, nos atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e que se detiveram na identificação e descrição das fazendas, sua localização, aspectos, tipologias e características de sua arquitetura, que contribuíssem para o conhecimento de seus exemplares. Toda a área produtiva considerada nesse trabalho como sendo uma unidade macro de análise (Vale do Paraíba somado à Zona da Mata mineira) foram seccionados em estudos regionais, que clarearam pontos importantes da expansão cafeeira no território, mas que ao mesmo tempo se restringiram apenas em considerar as porções referentes aos atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse cenário, o estado de São Paulo possui um certo pioneirismo na investigação e produção de conhecimento a respeito das fazendas cafeeiras sob a ótica da arquitetura, contando com uma série de autores que se dedicaram ao tema²⁵. Um dos principais nomes é o de Luís Saia, que em 1937 juntamente com Mario de Andrade, Nuto Sant'Anna e Herman Graesser, começou a inventariar a arquitetura paulista, inclusive a rural, que pudesse ser passível de tombamento pelo antigo SPHAN. Apesar das dificuldades encontradas na elaboração dos trabalhos, visto que os edifícios se mostravam pouco interessantes aos olhos dos órgãos de preservação – do ponto de vista da tipologia e estética da arquitetura tida como representativa da identidade nacional – as ações de conhecimento acabaram contribuindo para auxiliar no reconhecimento desse patrimônio paulista, com o tombamento de alguns exemplares rurais como é o caso da Fazenda Pau D'Alho, localizada em São José do Barreiro, com tombamento em nível federal, e a Fazenda Resgate, localizada no município vizinho de Bananal, com tombamento em nível federal em 1969.

Luís Saia também publicou uma sucessão de artigos na revista *Acrópole* em 1956 versando sobre a arquitetura residencial paulista, na qual destacamos

²⁵ O atual Estado de São Paulo foi responsável por uma produção acentuada de estudos sobre o período cafeeiro e sobretudo sobre a arquitetura a ele correspondente. Logo, é importante salientar que com o volume de produção bastante extenso procuramos selecionar para o presente estudo aqueles autores que são tidos como referências no cenário nacional para o estudo do tema, e que a produção versasse sobre a arquitetura cafeeira, e não apenas sobre o período.

o “Economia de Sobremesa”, texto dedicado exclusivamente à arquitetura do café, onde o autor apontou a indispensabilidade de aprofundamento das pesquisas bibliográficas acerca do tema e a iminente necessidade de elaboração de levantamento dos exemplares arquitetônicos. No artigo é fornecido um panorama geral da produção cafeeira e sua expansão territorial até chegar em São Paulo. O autor também apresentou características e soluções arquitetônicas gerais da arquitetura cafeeira, relacionando-a à formação dos núcleos urbanos, destacando a existência de uma linguagem arquitetônica própria das sedes cafeeiras. Em 1972, Luís Saia organizou o livro “Morada Paulista”²⁶, oferecendo indícios das ações realizadas pelo SPHAN entre 1945-1975 em São Paulo, cuja organização partiu desse compilado de artigos publicados na revista Acrópole na qual pretendia-se traçar estudos sobre a moradia paulista, tratando de seus diversos exemplares ao longo dos séculos, como a casa bandeirante, mas também incluindo a questão da fazenda cafeeira com os artigos “Economia de Sobremesa”.

Outro autor que trouxe importantes contribuições para o estudo da história da casa paulista, sobretudo para as fazendas cafeeiras, foi Carlos Lemos. Em 1999, o autor publicou o livro “Casa Paulista”²⁷, dividindo suas análises em 5 momentos arquitetônicos: a casa bandeirista; a casa do tempo do açúcar; a casa do início da era cafeeira no vale do Paraíba; a casa dos primeiros tempos do café na bacia do Tietê; a casa do litoral paulista; finalizando com o capítulo sobre o surgimento e difusão do ecletismo. Seu método baseava-se na análise dos elementos condicionantes ou determinantes do partido arquitetônico, fixando-se no programa de necessidades, a técnica construtiva, o clima e a intenção plástica. Além de ampliar o universo de análise, tratando da expansão das diversas zonas produtoras em São Paulo e seus períodos, o autor também conseguiu descrever e analisar uma série de exemplares arquitetônicos de fazendas cafeeiras situadas no vale do Paraíba, realizando análises mais minuciosas. Carlos Lemos apresenta o cultivo do café como gerador de grandes mudanças na forma de habitação, promovendo a substituição da arquitetura bandeirista por construções que adotavam uma linguagem neoclássica, sendo um fator de ruptura e de riqueza para São Paulo, produzindo novas soluções

²⁶ SAIA, Luís. **Morada Paulista**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

²⁷ LEMOS, Carlos A. C. **Casa paulista**. São Paulo: Edusp, 1999.

arquitetônicas que refletiam essas características através da maior preocupação com o conforto ambiental e com a ornamentação. O autor faz uso da pesquisa documental para discordar da tese de Saia de que os exemplares paulistas teriam derivado da casa bandeirista, demonstrando que a arquitetura paulista não se sucedeu linearmente no tempo, coexistindo exemplares com uma variedade de características históricas.

Vale destacar também as contribuições de Marcos José Carrilho, em sua tese intitulada “Fazendas do Caminho Novo da Piedade”²⁸ de 1994. O autor baseou suas análises em fontes documentais, como as fontes primárias (documentos, relatos e produção textual da época) além dos manuais de agricultura (que continham instruções para que os fazendeiros instalassem suas fazendas, desde a implantação até formas de cultivo) se detendo no estudo dos aspectos arquitetônicos do edifício sede, afim de conhecer suas características e tipologias.

Como produção mais recente, evidenciamos a tese de Vladimir Benincasa, intitulada “Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural do Ciclo de Café”²⁹, de 2007. O autor analisa a arquitetura rural do atual estado de São Paulo durante o ciclo cafeeiro, entre 1800 e a década de 1940, abrangendo tanto o vale do Paraíba quanto o Oeste Paulista e os Sertões do Rio Pardo e de Araraquara. O estudo centrou seu enfoque não apenas na sede da fazenda cafeeira, mas abrangendo o núcleo rural composto pelos demais elementos, trazendo levantamentos inéditos, tanto fotográficos quanto arquitetônicos, explorando a escolha do sítio para implantação, o agenciamento das edificações e suas interrelações, tipologias arquitetônicas e usos, além das transformações no tempo e espaço.

Para o atual estado do Rio de Janeiro, temos a contribuição dos estudos realizados por Augusto Carlos da Silva Telles, “Vassouras: Estudo da Construção Residencial Urbana”³⁰, de 1961. Ao explorar o surgimento do

²⁸ CARRILHO, Marcos J. **As fazendas de café do Caminho Novo da Piedade**. São Paulo, 1994. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

²⁹ BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural do Ciclo do Café**. 2007. 669f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2007.

³⁰ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras: Estudo da Construção Residencial Urbana**. [Rio de Janeiro]: 1961. 168p.

município de Vassouras, que teve sua origem vinculada à atividade cafeeira, o autor explorou a ocupação do território do vale do Paraíba fluminense dando enfoque à expansão da atividade cafeeira na região, tecendo análises sobre as famílias originárias de Minas Gerais e sua relação com o surgimento das fazendas cafeeiras. São abordadas questões da construção do meio urbano, mas sobretudo, sua vinculação com o meio rural, onde são apresentados exemplares dessa arquitetura cafeeira do século XIX.

Um tipo de estudo predominante tanto para o atual estado do Rio de Janeiro quanto para São Paulo são os ensaios fotográficos e as ilustrações que demonstram uma predileção pelos aspectos arquitetônicos do edifício sede das fazendas cafeeiras, e que mesmo não tendo por objetivo apresentar análises detalhadas caso a caso, acabam contribuindo para promoção do conhecimento sobre a arquitetura cafeeira. Nessa categoria de análise encontram-se livros que, em sua maioria, trazem um texto introdutório sobre a expansão cafeeira, ou características gerais, se propondo a registrar seus exemplares, visto que boa parte deles tinham sua proteção ameaçada, corriam risco de desaparecimento ou já haviam desaparecido. A exemplo disso podemos citar o trabalho de Tom Maia, com ilustrações feitas à bico de pena das sedes cafeeiras, com a escrita do prefácio feita por Sergio Buarque de Holanda, no livro intitulado “Vale do Paraíba, Velhas Fazendas”³¹, de 1975. Destacamos também uma série de livros publicados por Fernando Tasso Fragoso a partir da década de 1980, abordando o vale do Paraíba fluminense isoladamente ou em conjunção com a parte paulista, com os livros “Antigas Fazendas de café da Província Fluminense”³², “Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial”³³ com fotos de Oswaldo Cruz e “Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil”³⁴. Seguindo ainda o mesmo viés, acrescentamos ainda o livro de Cândida Arruda Botelho, “Fazendas paulistas do ciclo do café”³⁵.

³¹ MAIA, Tom; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba**: velhas fazendas. São Paulo, 1975, 172p.

³² PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Antigas fazendas de café da província Fluminense**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³³ Id., **Fazendas**: solares da região cafeeira do Brasil imperial, 1986.

³⁴ Id., **Fazendas**: as grandes casas rurais do Brasil, 1995.

³⁵ BOTELHO, C. M. A. **Fazendas paulistas do ciclo do café**: 1756-1928. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Para o caso mineiro, constatou-se que o estudo das fazendas cafeeiras ainda não se encontra tão sistematizado como nos demais estados citados anteriormente. Apesar do cultivo do café no século XIX ter influenciado a economia e a organização territorial da Zona da Mata, isto ainda não foi equacionado em estudos que abordassem puramente os exemplares de fazendas cafeeiras. Ao trazer um panorama minucioso da historiografia do café na dinâmica dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, procuramos demonstrar que a lacuna também é historiográfica, e que os estudos já realizados para estes estados podem apontar caminhos e contribuir para o tratamento da temática.

Algumas análises focadas em uma macroeconomia chegam a atravessar o tema das fazendas cafeeiras da Zona da Mata mineira conseguindo articulá-la ao vale do Paraíba paulista e fluminense, destacando toda a região como uma unidade produtiva, o que contribui para reafirmarmos o nosso recorte territorial, mas não para identificar com clareza os exemplares. A exemplo disso, temos alguns autores como Orlando Valverde³⁶ (figura 8), que narra a expansão cafeeira que começa no vale do Paraíba fluminense e depois alcança terras paulistas e mineiras, de forma concomitante, valendo-se das condições geomorfológicas aproveitando o gradiente suave do vale e os declives menos acidentado dos morros. O máximo que conseguimos extrair desses estudos não são as fazendas, pois não é possível chegar em uma escala tão minuciosa de análise, mas a indicação dos municípios que contavam com fazendas cafeeiras e que tinham uma certa relevância produtiva no contexto nacional.

³⁶ VALVERDE, Orlando. **A fazenda de café escravocrata no Brasil**. In: _____. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.

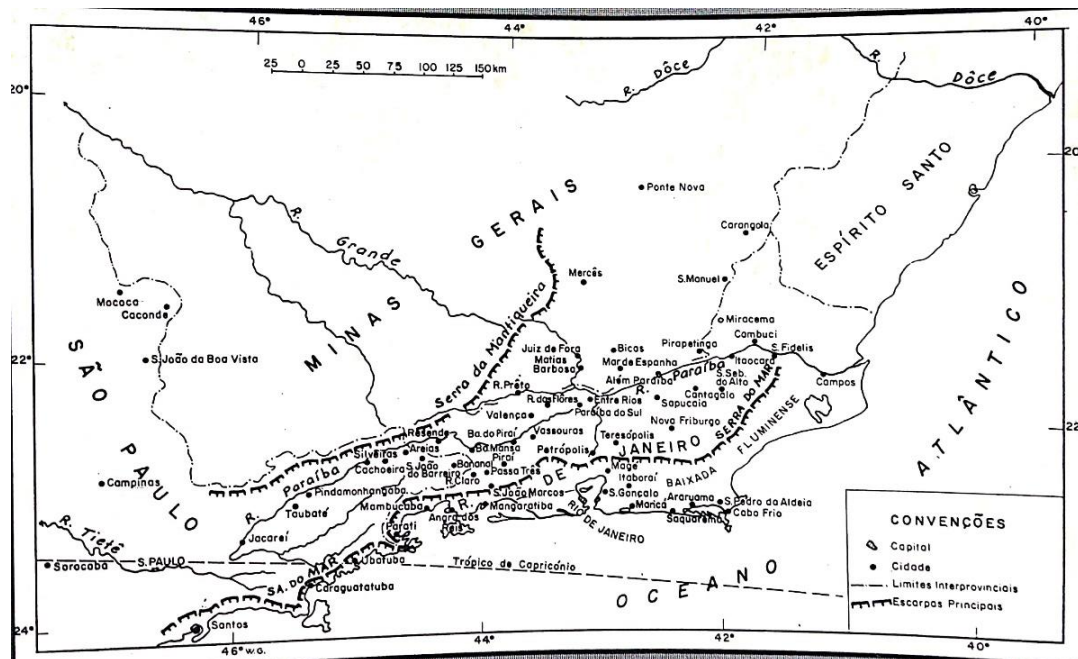


FIGURA 8 – Mapa das principais cidades com fazendas escravagistas de café no Sudeste no Brasil. Fonte: VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. In: _____. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985, p.7.

Além da indicação geral dos municípios, outro dado que pode ser extraído das análises macroeconômicas permitindo um maior entendimento do arranjo das propriedades rurais cafeeiras é a análise da distribuição da população em regime de trabalho escravo (figura 9). Como o trabalho escravo era a base do sistema de produção cafeeiro, a indicação dessa população permite refinar os dados sobre a provável localização das fazendas cafeeiras. Como pode-se observar, houve uma relação de continuidade produtiva entre as terras paulistas e fluminense, ramificando-se também para território mineiro. Também é possível extrair dados sobre a hierarquia das propriedades e municípios, onde as bordas das atuais divisões regionais dos três Estados, nas margens do rio Paraíba do Sul, concentravam maior quantidade de propriedades.

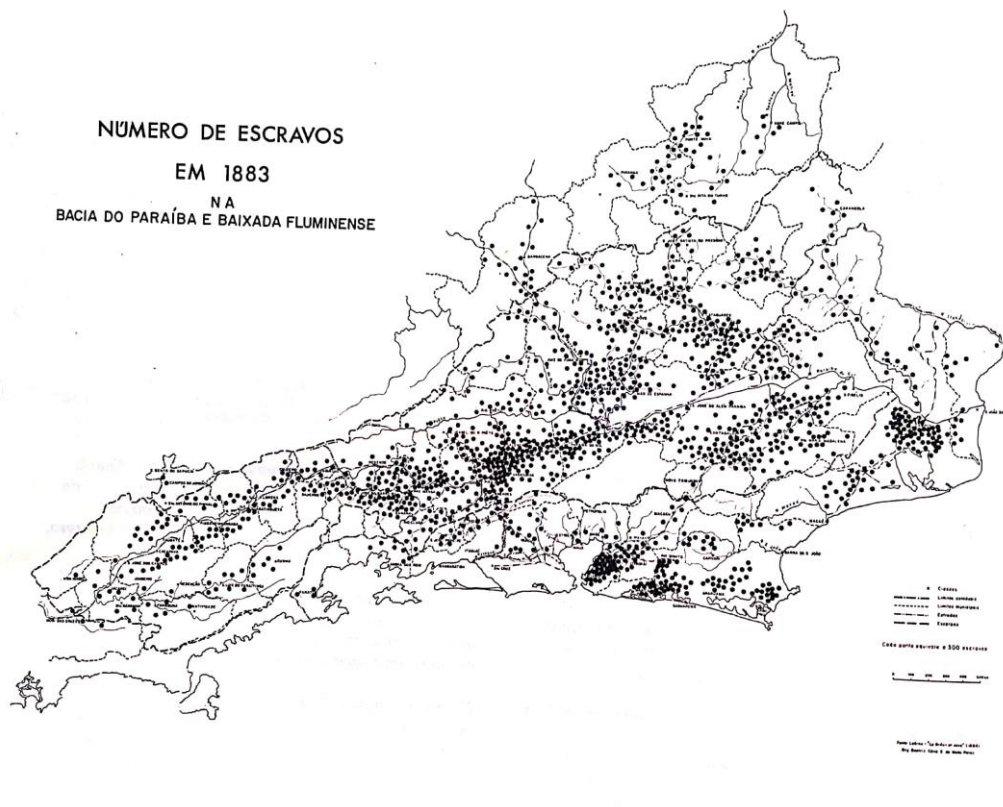


FIGURA 9 – Mapa da distribuição da população em regime de escravidão em 1883 na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul e baixada fluminense. Fonte: VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. In: _____. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985, p.34.

A identificação da arquitetura rural em Minas Gerais foi abordada por autores que escolheram regiões que apenas margeiam o recorte territorial proposto para este trabalho. Apesar de fornecerem importantes contribuições para o assunto, acabaram tratando de exemplares arquitetônicos que se ligavam a outros períodos e processos de ocupação do espaço. É o caso dos estudos de Ivo Porto de Menezes³⁷ que investigou as fazendas mineiras e a obra de Helena Teixeira Martins Soares³⁸ que se debruçou sob o estudo das fazendas da região do Campo das Vertentes. Vale destacar também a dissertação de Elizabeth Sales de Carvalho³⁹, que inclusive trouxe uma metodologia de análise e

³⁷ MENEZES, Ivo Porto. **Arquitetura rural em Minas Gerais – século XVIII e inícios do XIX**. Revista Barroco, Belo Horizonte, 1983, n. 12.

_____. **Documentário arquitetônico: fazendas mineiras**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1969.

³⁸ MARTINS, Helena Teixeira. **Sedes de fazendas mineiras**. Campos das Vertentes: século XVIII e XIX. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

³⁹ CARVALHO, Elizabeth Sales de. **Arquitetura rural na microrregião metropolitana de Belo Horizonte**: investigação sobre tipologias arquitetônicas nos séculos XVIII e XIX. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2003.

elaboração de inventário voltado para a zona rural. Como obra mais recente, enfatizamos ainda o estudo de Cícero Ferraz Cruz⁴⁰ de 2008, fruto de um exaustivo trabalho de pesquisa no qual o autor fez um esforço de reunir em um inventário as fazendas do Sul de Minas, com rico material composto de plantas, fotos; descrição minuciosa e tipologia de uma série de sedes de fazendas sul-mineiras.

Uma aproximação das fazendas cafeeiras é possível quando trabalhamos com autores das áreas da história e da economia, como é o caso de Ângelo Carrara que teceu estudos regionais tratando da Zona da Mata mineira. O autor se propôs a analisar as transformações econômicas dos modos de produção do período compreendido entre o final do século XVIII ao final do XIX⁴¹, e apesar de não pretender tratar especificamente dos exemplares de fazendas cafeeiras, eles acabam sendo citados para exemplificar os processos de formação regionais e a relevância da atividade cafeeira para a formação dos municípios.

Constata-se que, em termos de produção de uma historiografia na microrregião de Juiz de Fora, suas discussões privilegiaram o momento da crise da produção cafeeira e o início da industrialização. Logo, levantamos a hipótese de um possível apagamento intencional da memória do período cafeeiro, para a construção de uma imagem de Juiz de Fora e região dentro dos ideais de modernidade, com emprego da mão de obra imigrante, sendo a cafeicultura uma “ponte” para seu posterior desenvolvimento. Apesar do surgimento das fazendas muitas das vezes estar relacionado ao surgimento dos municípios, essa informação acabou sendo delegada a segundo plano, como um fator isolado que não dialoga mais com as localidades.

É possível extrair informações sobre fazendas cafeeiras na microrregião de Juiz de Fora quando analisamos obras como o “Álbum do Município de Juiz de Fora”⁴², de 1915, que tinha por objetivo apresentar um panorama no município, separado em várias categorias de análise, e dentre as que nos

⁴⁰ CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do sul de Minas Gerais. Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX**. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

⁴¹ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2).

⁴² ESTEVES, Albino. **Album do Municipio de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

interessam aqui a parte de lavoura. Em uma perspectiva econômica são apontadas fazendas cafeeiras da microrregião, apresentando estatísticas que mostram quais eram as principais propriedades, seus níveis de produção, e ilustrações de alguns exemplares. Obra mais tardia, porém, similar na forma de retratar as fazendas cafeeiras é o livro de Procópio Filho nomeado “Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora”⁴³. A finalidade do trabalho é falar sobre a vida rural, fazendo referência ao antigo município de Juiz de Fora que era compreendido por treze distritos, cujas localizadas foram consideradas em conjunto. No que tange a identificação das fazendas, o autor apresenta um histórico básico da propriedade, com uma descrição geral focando suas análises no volume de sua produtividade, afim de estabelecer uma hierarquia.

Este trabalho se estruturou em cinco capítulos, partindo de uma proposta de análise em escala macro, abarcando a bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, até a escala micro centrada no município de Juiz de Fora. Considerando a metodologia de análise subdivida em *layers*, procuramos dissecar as partes constituintes dessa paisagem incompleta, afim de revelar o objeto que são as fazendas cafeeiras.

O primeiro capítulo realiza uma contextualização geral do estado de conservação das fazendas cafeeiras do século XIX na Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul. Apresentamos a forma como os órgãos de preservação (tanto nacional quanto estaduais) trataram o objeto escolhido, quais ações foram priorizadas, evidenciando através de uma análise quantitativa dos dados referentes aos tombamentos a lacuna existente na preservação das fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira.

O segundo capítulo, entendido como a *layer zero*, é quando de fato começamos a construir as linhas do nosso desenho. Possui caráter introdutório e busca realizar uma revisão bibliográfica da expansão cafeeira no território, contextualizando-a nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além de reinserir a Zona da Mata mineira na conjuntura da expansão cafeeira do vale do Paraíba. Para tal, utilizamos autores consagrados pela historiografia

⁴³ PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s/ ed. 1973.

nacional, que trouxeram contribuições em termos de uma macroeconomia, como Caio Prado Junior⁴⁴, Aberto Ribeiro Lamego⁴⁵, Araújo Filho⁴⁶ e Afonso de Tauanay⁴⁷, dentre outros. Isso permitiu compreender o fenômeno do surgimento da atividade cafeeira, de maneira mais abrangente, e suas motivações econômicas. Também escolhemos autores que trabalharam dentro dos recortes territoriais dos estados, que narraram o surgimento e expansão da cafeicultura, de forma mais específica, para cada um deles.

Para o estado do Rio de Janeiro, utilizamos principalmente a obra do autor Augusto Carlos da Silva Telles⁴⁸, que trouxe como enfoque dos seus estudos o surgimento das primeiras fazendas cafeeiras no vale do Paraíba fluminense nas imediações do que hoje é a cidade de Vassouras. No caso de São Paulo, recorremos aos estudos sistematizados de Sergio Milliet⁴⁹ a respeito das subdivisões temporais que o autor traz para exemplificar a expansão cafeeira em São Paulo. Também destacamos a obra de Carlos Lemos, seguido da contribuição mais recente de Vladmir Benincasa⁵⁰ sobre o estudo dos exemplares arquitetônicos de fazendas cafeeiras. Em Minas Gerais, devido à inexistência de autores no campo da arquitetura que trataram da questão da expansão cafeeira, utilizamos os estudos dentro do campo da história e economia para subsidiar as nossas análises e compreender o processo de surgimento da cafeicultura na região. Para tal, nos valemos principalmente das

⁴⁴ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953.

⁴⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro, 1950.

⁴⁶ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956.

⁴⁷ TAUANAY, Afonso de E. **História do café no Brasil: no Brasil colonial 1727-1822** (tomo I). Departamento Nacional do Café. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939. 416p. v1.

⁴⁸ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras: Estudo da Construção Residencial Urbana**. [Rio de Janeiro]: 1961.

⁴⁹ MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. Contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p.13.

⁵⁰ BENINCASA, Vladmir. **Fazenda Paulista: arquitetura rural no ciclo do café**. 2007. 669f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia em São Carlos, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2007.

contribuições de Ângelo Carrara⁵¹, Rafael Rangel Giovanini⁵², Patrício Aureliano S. Carneiro⁵³ e Orlando Valverde⁵⁴. Como escolha metodológica subdividimos a expansão cafeeira na perspectiva de cada estado, porém é importante que o leitor tenha em mente que os processos também ocorriam de forma simultânea. Após a análise da situação encontrada em cada estado, realizamos um mapa síntese que especializa a expansão cafeeira em períodos de tempo.

É importante destacar que entendemos a *layer zero* não apenas como o fato histórico em si, mas a sua relação com o fator natural, já que este último foi determinante, muitas vezes, do tipo de ocupação e formas de expansão. Logo, a historiografia não se descola do entendimento do fator natural, que também é compreendido como a base de análise, conformada pelas condições de relevo, hidrografia, geomorfologia. A *layer zero* é, portanto, o próprio território e os acontecimentos que nele se projetam.

No terceiro capítulo, buscamos mesclar informações que nos permitem fazer uma aproximação ainda maior do objeto, através do estudo dos caminhos por terra e das linhas férreas cujos itinerários desenharam outras possibilidades de leitura que se sobrepuseram à *layer territorial*. As condições de transporte se relacionavam diretamente com a expansão cafeeira, já que as lavouras se direcionavam para o interior do território à medida que encontravam formas para promover o escoamento de sua produção. Para tal, utilizaremos a dissertação de Luciana Féres⁵⁵, que trabalhou de forma detalhada sobre os itinerários e períodos de expansão da Linha Férrea D. Pedro II (que passou a ser Central do Brasil) e a Leopoldina.

⁵¹ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2).

⁵² GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

⁵³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

⁵⁴ VALVERDE, Orlando. **Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

⁵⁵ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002.

Os caminhos por terra também ocuparam um papel de relevância, já que houve um aproveitamento dos caminhos preexistentes, responsáveis no passado pelo escoamento do ouro, além da criação e adaptação de tantos outros à medida que a atividade cafeeira se expandiu. Para a análise desses caminhos, nos valeremos dos estudos de Fernanda Borges de Moraes⁵⁶ e Demerval José Pimenta⁵⁷.

No quarto capítulo propusemos um afinilamento em direção aos municípios da microrregião de Juiz de Fora – atualmente contabilizados em 32 –, para compreender a inserção da atividade cafeeira e a transição de uma economia de subsistência, com as fazendas de mantimentos, para uma economia agroexportadora. Pretendemos realizar uma contextualização e análise para o nosso recorte micro, considerando que muito da historiografia regional concentrou seu enfoque no período da crise cafeeira e o início da industrialização, delegando para segundo plano o período de inserção da atividade. Desta forma, nos propusemos a fazer uma inversão dessa lógica historiográfica, baseada nos estudos de Mônica Ribeiro de Oliveira⁵⁸ e o já citado Rafael Rangel Giovanini. Mas também, trazendo autores que colocam enfoque nesse período de transição, como autores como Wilson Cano⁵⁹, João Heraldo Lima⁶⁰ e Anderson Pires⁶¹, para compreender as consequências da atividade cafeeira no âmbito dos municípios.

No quinto capítulo chegaremos ao nosso objeto, que são as fazendas cafeeiras, onde destacaremos exemplares no município de Juiz de Fora, com auxílio de um mapa síntese de localização e apontaremos uma possibilidade de

⁵⁶ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.

⁵⁷ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

⁵⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Caminho Novo: o circuito das riquezas e dos privilégios no processo de ocupação das Vertentes e Mata mineira**. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG. Juiz de Fora, 2004.

_____. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1999.

⁵⁹ CANO, Wilson. **Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras**. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP.

⁶⁰ LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

⁶¹ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.

_____. **Café e Indústria em Juiz de Fora: Uma Nota Introdutória**. in JUIZ DE FORA – História, texto e imagem. Juiz de Fora, Ed. FUNALFA, 2004.

metodologia de elaboração de inventário, que a princípio aplicada no município, poderia se expandir para as demais áreas da Zona da Mata mineira. Para encontrar esses exemplares, nos valeremos da pesquisa em livros da história local, como nos livros de Albino Esteves⁶² e J. Procópio Filho⁶³, completada pela pesquisa documental em arquivo municipal. Desta forma, poderemos construir uma base para avaliarmos, comparativamente, os exemplares que de fato foram preservados e aqueles que se perderam no tempo.

⁶² ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

⁶³ PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s/ ed. 1973.

CAPÍTULO I

O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS FAZENDAS CAFFEEIRAS DO SÉCULO XIX NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL

Em termos da atuação do IPHAN no contexto da preservação rural, são notáveis as dificuldades encontradas para o tratamento da temática, visto que em sua trajetória de atuação priorizou-se a proteção de bens culturais situados no meio urbano, dentre outros critérios de análise, nos quais as fazendas cafeeiras também não se enquadravam. No período de 1937 até a década de 1970, a prioridade dos tombamentos fundamentava-se na apreciação do caráter estético baseado nos cânones da arquitetura moderna, recaindo sobre os remanescentes da arte colonial brasileira, tidos como representativos da nação. Tal escolha também era justificada pelos agentes institucionais como prioridade devido ao crescimento acelerado do processo de urbanização e dos saques e comercialização indevida dos bens móveis. Outros fatores determinantes também estavam relacionados às tipologias, onde a arquitetura religiosa, pelo grande número de exemplares e a significância das igrejas na colonização lusa, acabaram por ocupar grande volume dos bens tombados⁶⁴.

Como podemos constatar, os bens culturais situados no meio rural, de forma geral, e as fazendas cafeeiras de forma mais específica, não se enquadravam nos critérios apontados pelo órgão de preservação. Isso pode ser comprovado quantitativamente, já que até o final de 1969, haviam total de 803 bens tombados, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais⁶⁵.

A década de 1970 marcou uma ampliação do entendimento a respeito do que constituía patrimônio cultural no Brasil e no mundo. Tais discussões provocaram uma mudança sensível nas políticas de preservação e formas de atuação do IPHAN, antes focadas na seleção de representantes de uma identidade nacional, passaram a incorporar a construção do patrimônio das minorias excluídas desse processo⁶⁶. Isso contribuiu para a inclusão de novas tipologias e a elaboração de inventários que

⁶⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ/ Minc-Iphan, 2005, p.107-109.

⁶⁵ Dados extraídos do IPHAN. Elaborado a partir da Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018

⁶⁶ FONSECA, op. cit., p.169.

abarcaram os bens culturais situados no meio rural, possibilitando que algumas fazendas começassem a receber proteção por tombamento. A maior parte dos tombamentos de fazendas cafeeiras ocorreu nas proximidades de 1970⁶⁷, como é o caso da Fazenda Resgate, situada em Bananal, tombada em 1965 e da Fazenda Santa Eufrásia em Vassouras, tombada em 1967⁶⁸.

No Brasil, o instrumento de proteção do patrimônio cultural é o tombamento, instituído através do Decreto-Lei nº25 de 1937 e vigente até a atualidade. Não temos como intuito discutir a eficácia do instrumento, mas apontar que os bens tombados, seja em nível nacional, estadual ou municipal fornecem subsídios do que os órgãos de preservação reconhecem como sendo seu patrimônio. Logo, os dados utilizados a respeito dos bens tombados nas esferas citadas são para lançar luz ao que é reconhecido como patrimônio, embora na prática isso não garanta que tais bens culturais estão sendo preservados, já que reconhecimento não é sinônimo de preservação.

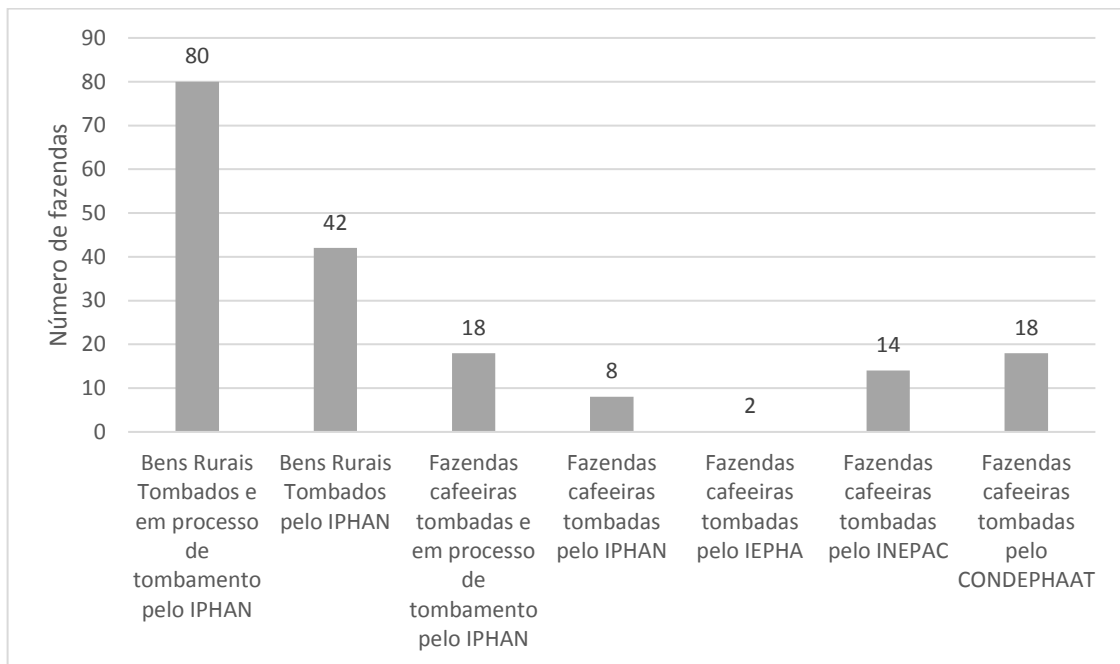
Analisando quantitativamente os bens que receberam tombamento pelo IPHAN (de 1937 a 2018) é possível constatar que os exemplares das fazendas cafeeiras não constituíram uma prioridade dentro da política de preservação (anexo B). Até 2018 existiam cerca de 1146 bens culturais listados pelo IPHAN, e como consta na tabela abaixo (tabela 1), existem 80 bens culturais situados em área rural apontados pelo órgão como sendo de interesse à preservação (dentre eles bens tombados, com instrução de tombamento e indeferidos), sendo 42 bens culturais rurais efetivamente tombados. Destes, apenas 18 bens culturais são fazendas cafeeiras, sendo que apenas 8 exemplares de fazendas cafeeiras são efetivamente tombados, ou seja, a quantidade de fazendas cafeeiras tombadas não representa nem 1% dos bens culturais tombados pelo IPHAN. Dessas 8 fazendas cafeeiras, nenhuma está no estado de Minas Gerais, localizando-se nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Adiante trataremos com maiores detalhes as questões específicas da preservação no âmbito dos três estados, mas em uma primeira constatação é possível denotar que as fazendas cafeeiras tombadas pelo estado de São Paulo se equiparam a quantidade

⁶⁷ A exceção se deu com a Fazenda Pau D'Alho situada em São José do Barreiro, que teve seu tombamento um pouco antecipado, em 1958, por intermédio dos estudos realizados por Luís Saia ao se aprofundar nas análises do patrimônio de São Paulo.

⁶⁸ Dados extraídos do IPHAN. Elaborado a partir da Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

de fazendas cafeeiras tombadas pelo IPHAN. Logo em seguida desponta o estado do Rio de Janeiro, e Minas Gerais com apenas 2 fazendas cafeeiras tombadas pelo IEPHA.

Tabela 1- Relação das fazendas inventariadas e tombadas pelos órgãos de preservação no âmbito Nacional (IPHAN) e por estado (IEPHA, INEPAC, CONDEPHAAT) até o ano de 2018.



Fonte: Da autora. Dados extraídos do IPHAN. Elaborado a partir da Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018; Dados extraídos do IEPHA. Programas e Ações. Bens Tombados. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018; Dados extraídos do INEPAC. Lista de Bens Tombados pelo INEPAC. Disponível em: < <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018; Dados extraídos do CONDEPHAAT. Bens Protegidos. Pesquisa online de bens tombados. Disponível em: < <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018

Ao especializar os dados extraídos da lista dos processos de tombamento do IPHAN⁶⁹ (figura 10), é possível constatar que os exemplares de fazendas cafeeiras escolhidas reforçam a historiografia da expansão do café no território – começando nas imediações da cidade do Rio de Janeiro até atingir o vale do Paraíba paulista e fluminense e em seguida, o oeste paulista – e excluem a existência da atividade cafeeira no estado de Minas Gerais. Esse apagamento fica mais evidente quando

⁶⁹ Para a elaboração do mapa consideramos a demarcação dos municípios que possuem fazendas tombadas pelo IPHAN ao invés da identificação dos exemplares devido à escala de análise escolhida. Se tornaria inviável marcar o bem cultural na escala empregada.

confrontamos as fazendas tombadas em Minas Gerais que são aquelas que viram seu surgimento atrelado à extração aurífera, e que basicamente se localizam ao longo de seu antigo caminho de escoamento, o Caminho Novo. Logo constatamos um vazio no reconhecimento das fazendas cafeeiras em Minas, principalmente na Zona da Mata mineira. Se historicamente a produção do café na região da Zona da Mata se ligava ao vale do Paraíba paulista e fluminense, para o órgão de preservação é como se o café tivesse existido apenas no Rio de Janeiro e São Paulo. Quando analisamos o mapa sem considerar as fronteiras dos estados e apenas o desenho da bacia, fica evidente a não priorização da Zona da Mata e o apagamento da atividade cafeeira desenvolvida na região no cenário nacional.

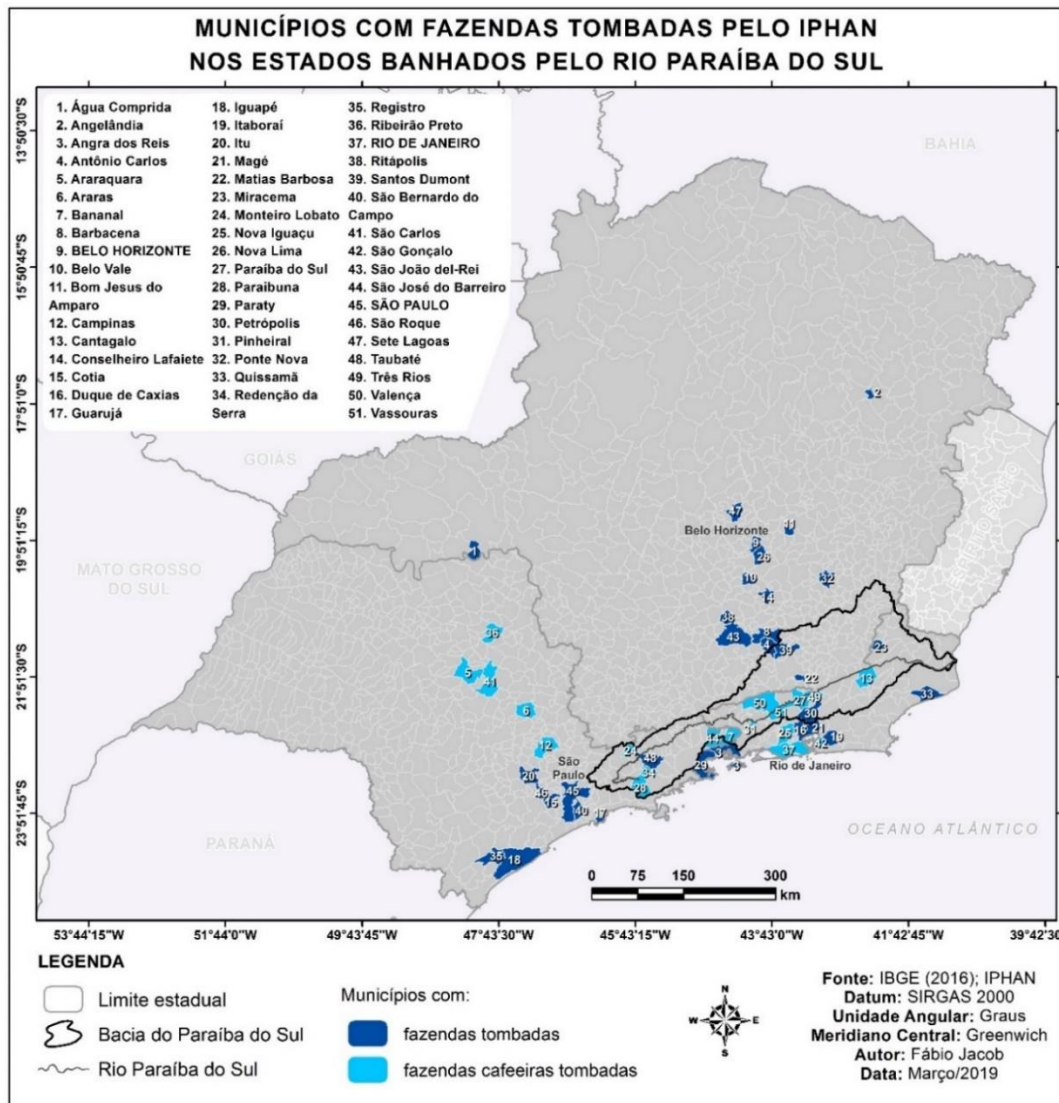


FIGURA 10 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo IPHAN, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras.

Fonte: Da autora. Dados extraídos do IPHAN. Elaborado a partir da Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

Apesar do problemático quadro de preservação em Minas Gerais, o IPHAN demonstrou, recentemente, interesse em promover a ampliação dos estudos sobre o patrimônio do café na região sudeste abarcando todos os estados membros. O órgão assinalou a importância da atividade cafeeira para a história econômica e social do Brasil, que refletiu nos processos de estruturação e urbanização da região, sendo a preservação de seus remanescentes de importância nacional. A partir da realização em 2010 do Primeiro Encontro Técnico Sobre o Patrimônio Rural do Café em São Paulo, promovido pelo IPHAN em parceria com o Museu Paulista, o IPHAN instituiu a através da portaria nº165 um grupo de trabalho intitulado Grupo Interinstitucional sobre o Patrimônio Cultural do Café na região sudeste. Na ocasião, os parceiros apresentaram os resultados de seus estudos sobre patrimônio rural do café e firmaram o compromisso de buscar para cada estado a complementação e continuidade dos inventários, estreitando as parcerias entre os órgãos de proteção do patrimônio cultural e as universidades, atuando também na difusão de conhecimentos envolvendo ações educativas. Apesar da criação do grupo ter sido importante para promover o reconhecimento nacional do patrimônio do café, o estado do Rio de Janeiro demonstrou ser o mais estruturado em suas ações, seguido pelo estado de São Paulo. Em contrapartida, Minas Gerais conseguiu avançar muito pouco em termos de ação de conhecimento e proteção do seu patrimônio rural cafeeiro.

Na perspectiva dos três estados, o Rio de Janeiro é o que mais promoveu ações de conhecimento do acervo composto pelas fazendas cafeeiras. Mesmo que os tombamentos realizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) sejam basicamente coincidentes com os do IPHAN (figura 11), eles possuem uma característica peculiar da aplicação do instrumento, no qual as fazendas cafeeiras foram entendidas como um conjunto, logo, o estado do Rio de Janeiro realizou em 2008 o tombamento do “Conjunto das doze fazendas representativas do ciclo do café” (anexo E).

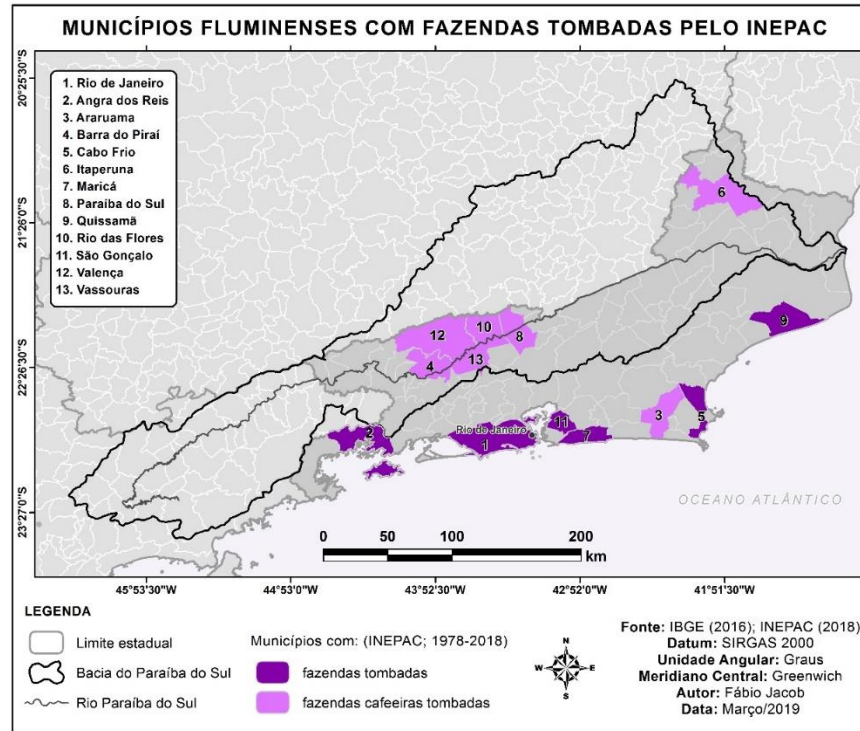


FIGURA 11 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo INEPAC, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras.

Fonte: Da autora. Dados extraídos da Lista de Bens Tombados pelo INEPAC. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

Além disso, também foram realizadas ações para promover e ampliar o conhecimento do acervo composto pelas fazendas cafeeiras. Em 2003, o INEPAC, em parceria com o SEBRAE, promoveu o projeto “Caminhos Singulares: Inventário do Patrimônio Cultural, Caminhos do Ouro, Sal, Açúcar e Café”, que levantou edificações de interesse à preservação com foco nos vestígios materiais do vale do Paraíba, visando a instrução para o dossiê de tombamento em nível estadual. A partir de 2009, teve-se a elaboração de um vasto inventário das fazendas cafeeiras intitulado “Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense” pelo Instituto Cidade Viva, em parceria com o Instituto Light e com a coordenação técnica do INEPAC, através da Lei Estadual de Incentivo à Cultural. O inventário identificou bens tombados e de interesse para a preservação, ressaltando as atividades produtivas de origem e os usos atuais, bem como o estado de conservação, o que permitiu traçar um panorama mais amplo desses bens culturais e uma possível base para a sua proteção⁷⁰.

⁷⁰ Vale também destacar as ações do Instituto PRESERVALE, criado em 1999 com o interesse específico de atuar na região do vale do Paraíba para consolidação do turismo nas fazendas, promovendo o assessoramento dos proprietários nas questões que envolvem a preservação das fazendas cafeeiras, resgate de sua história, desenvolvimento do turismo e o meio ambiente.

Situação similar ao que ocorreu no estado do Rio de Janeiro se repetiu em São Paulo, onde os municípios com fazendas cafeeiras tombadas pelo CONDEPHAAT (figura 12) são basicamente coincidentes com aqueles apontados pelo IPHAN e desenham o percurso do café no vale do Paraíba paulista e sua expansão para o oeste paulista (anexo D). Ressaltamos também que o estado de São Paulo sempre priorizou gerar conhecimento sobre seu patrimônio rural, sobretudo as fazendas cafeeiras, tanto no âmbito acadêmico através de sua vasta produção, como também na atuação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo (CONDEPHAAT) vinculando-se também às atividades da Universidade de São Paulo (USP).

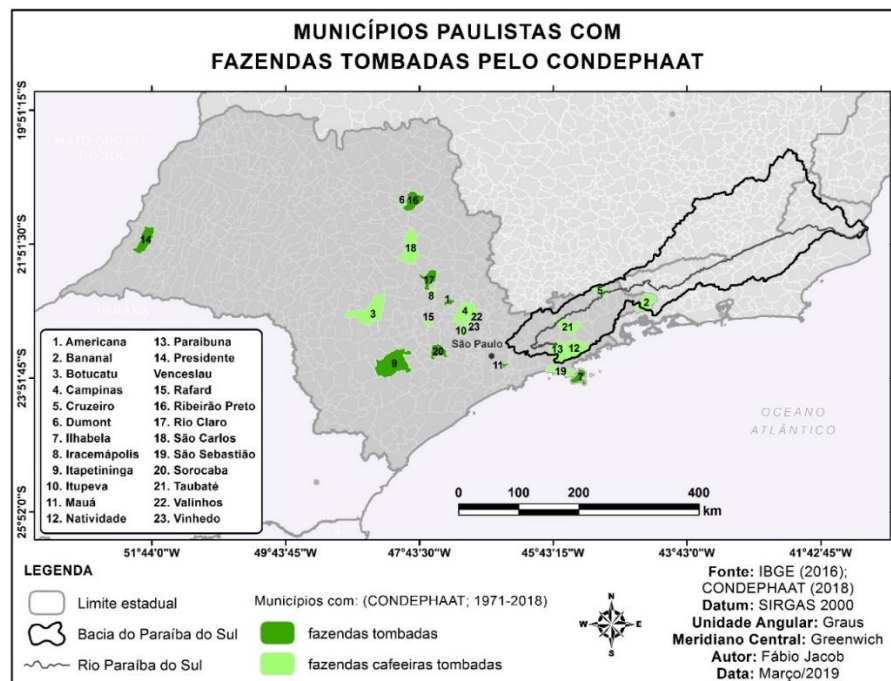


FIGURA 12 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo CONDEPHAAT, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras.

Fonte: Da autora. Dados extraídos do CONDEPHAAT. Bens Protegidos. Pesquisa online de bens tombados. Disponível em: < <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018

Quando o órgão responsável pela preservação estadual de São Paulo surgiu, este promoveu a elaboração de inventários minuciosos sobre as fazendas, que começaram a ser realizados na região de Itu em 1972 até abrangerem posteriormente as regiões de Campinas e do Vale do Paraíba. Destacamos também a elaboração do Levantamento das Técnicas Construtivas do Vale do Paraíba, que constituiu em inventários e levantamentos das fazendas cafeeiras, cujo estudo foi coordenado pelos arquitetos Antônio Luiz Dias de Andrade, Luiz Alberto do Prado Passaglia e Odair

Carlos de Almeida⁷¹. Tal estudo teve como resultado a identificação de uma série de propriedades rurais servindo como seu registro histórico, já que muitas delas já estavam em mau estado de conservação e em ruínas.

Em Minas Gerais, a mesma lacuna existente na preservação das fazendas cafeeiras apontadas pelo IPHAN é também reforçada pelos parcos estudos sobre o assunto no Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Há uma priorização de tombamentos das fazendas vinculadas à mineração, e apenas dois exemplares de fazendas cafeeiras tombadas na Zona da Mata mineira (anexo C), sendo uma delas a Fazenda Mundo Novo, em Simão Pereira, tombada como Conjunto Rural em 1989 e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santa Clara, em Santa Rita de Jacutinga tombado recentemente, em 2014 (figura 13).

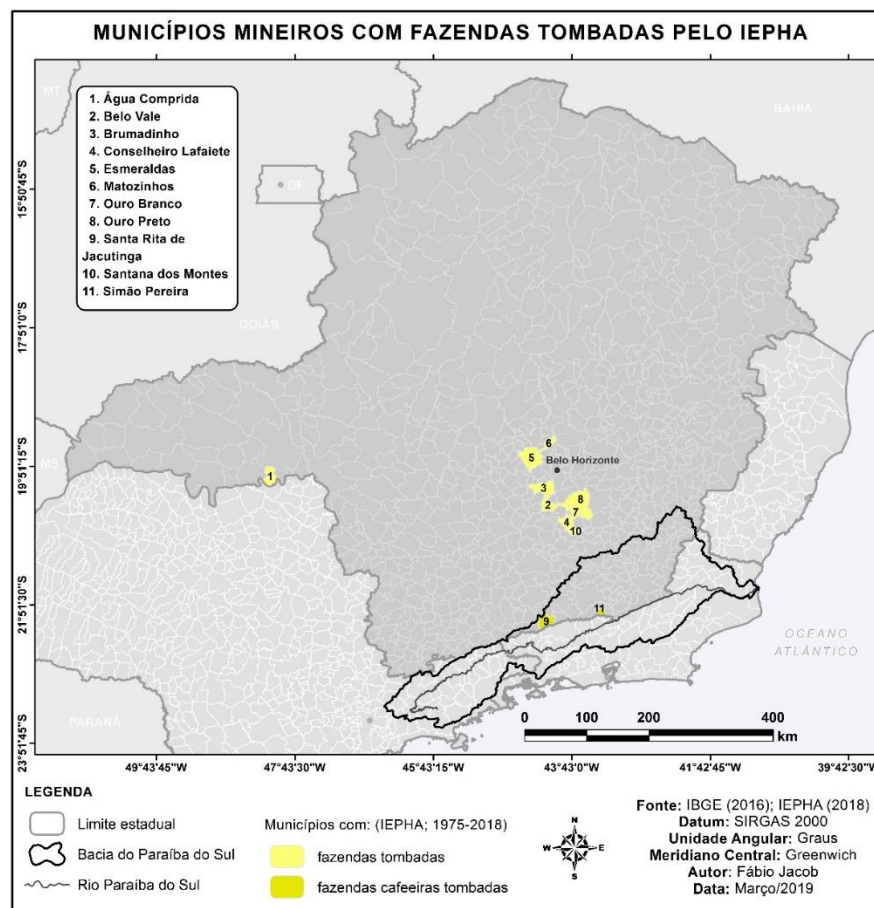


FIGURA 13 – Mapa dos municípios com fazendas tombadas pelo IEPHA, com a distinção daquelas que são cafeeiras e não cafeeiras.

Fonte: Da autora. Dados extraídos do IEPHA. Programas e Ações. Bens Tombados. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-prottegido/bens-tombados>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.

⁷¹ MOSANER, Fábio Ferreira Lins. **O desenho como método de estudo**: Antônio Luiz Dias de Andrade e a arquitetura do Vale do Paraíba. 2012. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Para o caso mineiro, destacamos também a política de descentralização da proteção do patrimônio cultural, sobretudo através do instrumento de repasse fiscal denominado ICMS Cultural. Com a saturação dos órgãos estaduais, que se veem impossibilitados para abarcar as grandes demandas, a política do ICMS visa a municipalização da proteção e o incentivo que os municípios conheçam seus bens culturais e realizem ações para sua preservação. No entanto, ao analisar a lista de bens protegidos pelos municípios mineiros apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2018, constata-se que, quantitativamente, as fazendas cafeeiras (que surgiram como fazendas cafeeiras ou foram fazendas que se adaptaram posteriormente para receber a atividade) representam uma pequena porção dos bens tombados, com cerca de 35 exemplares, cujos tombamentos datam de 1998 em diante⁷².

Como é possível perceber no campo da preservação, apesar da atividade cafeeira do século XIX ter se expandido territorialmente para os atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, configurando uma unidade produtiva, há um paradoxo entre sua condição histórica, que evidencia sua condição como conjunto, e o que de fato foi reconhecido. Analisando comparativamente como cada um dos estados produziu conhecimento sobre seu acervo cafeeiro, como identificou e protegeu seus exemplares, constata-se uma grande lacuna nesse processo para a Zona da Mata mineira.

⁷² Dados extraídos da lista dos bens tombados até exercício de 2019 do IEPHA. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/LISTA_BENS_PROTEGIDOS_AT%C3%89_EXERCICIO_2019.pdf> Acesso em: janeiro de 2019.

CAPÍTULO II

A LAYER ZERO: PERCURSO TERRITORIAL DA REDE DO CAFÉ

O desenvolvimento e expansão da atividade cafeeira no território promoveu mudanças no cenário nacional, em termos de sua macroeconomia, tendo o café como principal produto de exportação, e impulsionando também uma reorganização territorial, material, social e política ao longo do século XIX. Após a crise da mineração, ocorreu um deslocamento do eixo econômico-produtivo, até então centrado nas cidades mineradoras, para a região do vale do Paraíba, onde o plantio do café estabeleceu-se primeiramente nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro espalhando-se, posteriormente, pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Durante o seu movimento de expansão territorial, a rede do café encontrou uma série de permanências referentes à ordem econômica que a antecedeu. Isso sugere que, antes mesmo que o café se desenvolvesse, já existiam conexões territoriais, conformadas pelos caminhos por terra, pelos assentamentos humanos organizados em torno de vilas, cidades, e até fazendas destinadas ao abastecimento desses núcleos, logo, uma rede urbana fundamentada em torno do escoamento e manutenção da atividade mineradora. A rede do café se apropriou de algumas das conexões existentes, mas também criou tantas outras, fazendo emergir núcleos urbanos, fortalecendo-os e em alguns casos, levando ao desaparecimento de outros, concebendo uma série de dinâmicas territoriais e paisagens.

A rede do café do século XIX correspondeu territorialmente à unidade produtiva inserida na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Porém, em função da amplitude e escala de análise, sabemos que há uma composição de distintas partes para conformar essa unidade, com características específicas em relação às condições de relevo, hidrografia, geomorfologia, além das questões socioeconômicas. Logo, há um todo conformado por partes, onde cada particularidade influenciou a maneira pela qual o homem ocupou o território e em como a atividade cafeeira se desenvolveu.

A história da expansão cafeeira se deu em etapas e períodos distintos, avançando gradativamente pelo território, produzindo variadas formas de ocupação e conformação da paisagem. O percurso territorial dessa expansão nos permite entender que os fatores locais e regionais exerceram influência para o desenvolvimento da rede cafeeira. Por isso, para nos aproximarmos do objeto de estudo centrado nas fazendas cafeeiras é necessário entender o cenário geral, ou

seja, o plano de fundo dessa narrativa. Compreender o contexto da expansão cafeeira nos auxilia a extrair fatores de relevância em uma perspectiva ampliada e panorâmica, sendo a base de nossa narrativa espacializada.

Desta forma, construímos esse capítulo para que seja introdutório e ofereça um panorama geral da expansão da rede cafeeira no território, denominada de *layer zero*/de base, a partir da qual poderão ser sobrepostas *layers* mais específicas nos capítulos seguintes, que permitirão nos aproximar cada vez mais da identificação das fazendas cafeeiras. Buscamos, então, a base da narrativa e do desenho, partindo da revisão historiográfica do café para produzir a primeira camada de análise. Procuramos também demonstrar que, apesar do café ter atingido de formas distintas cada região constituinte da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul devido às condições adversas encontradas, ainda assim o conjunto das fazendas constituiu uma unidade geográfica, política e econômica no século XIX, contribuindo para reforçar a visão de conjunto que optamos por adotar neste trabalho.

2.1. O café no cenário nacional e internacional: os fatores viabilizadores de seu desenvolvimento

A atividade mineradora, que antecedeu a produção cafeeira, conformou uma rede urbana e produziu importantes transformações na organização territorial e nos âmbitos sociais, políticos e econômicos. Com a instalação da Capitania de Minas Gerais em 1720, esta passou a ser o centro da política portuguesa e o “polo” de desenvolvimento, ou seja, o centro irradiador capaz de influenciar as demais áreas e modificá-las. A mineração gerou também um incremento populacional visto as constantes migrações, provocando um adensamento no território, bem como a criação de um mercado interno cujas áreas, antes fechadas em si, começaram a comercializar com as regiões que se viam na exclusividade da extração aurífera e que tinham demandas de abastecimento de alimentos e demais produtos. A importância do ouro e a questão da defesa das fronteiras explicaram o deslocamento do eixo do Nordeste para o Sudeste, evidenciado com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763⁷³.

⁷³ IGLÉSIAS, Francisco. **Minas e a imposição do Estado no Brasil**. Revista de História. São Paulo, n. 50, out./dez. 1974, p.259-270.

No âmbito do mercado exportador durante o período colonial, foi o cultivo da cana e a extração extensiva do ouro e de pedras preciosas que exerceram um papel relevante na economia do país⁷⁴. Com o declínio de ambas atividades, e sobretudo com a crise da mineração, foi necessário buscar uma alternativa que pudesse reerguer as finanças brasileiras, que se encontravam abaladas, e promover o desenvolvimento e reinserção no mercado internacional⁷⁵. Nesse contexto, o cultivo do café pareceu encontrar uma série de fatores, no cenário nacional e internacional, que contribuíram para o seu plantio, desenvolvimento e posterior expansão no território.

O final do século XVIII marcou um período de ruralização da economia com o fortalecimento das bases agropecuárias, que só foi possível devido a ocorrência de um conjunto de condições, que procuraremos explicitar a seguir, e que acabaram por contribuir para a ampliação do fenômeno⁷⁶.

Um dos fatores diz respeito à transferência da Corte em 1808, com todo seu aparato administrativo, que representou um momento peculiar para a história brasileira. Durante o regime monárquico, forjou-se no Rio de Janeiro – até então a capital política, econômica e cultural do país – um padrão comportamental que acabou moldando o país ao longo do século XIX⁷⁷. O reflexo da Corte no Rio de Janeiro repercutiu diretamente nas sociedades cafeeiras, principalmente nas do vale do Paraíba, sendo polo irradiador por proximidade geográfica. Veremos adiante que, quanto mais próxima uma fazenda cafeeira se situava da Corte, maiores eram as influências ressoadas na articulação de sua sociedade, em sua economia e nos exemplares arquitetônicos.

Também vale ressaltar que houve um incentivo, por parte de Dom João VI, em oferecer terras para o cultivo para aqueles que o haviam acompanhado em sua comitiva para o Brasil. Isso se deu por meio da doação de sesmarias no Caminho

⁷⁴ Apesar da cana de açúcar e a mineração terem sido atividades que ocuparam um papel de relevância no cenário macroeconômico, é importante romper com a visão de ciclos econômicos, que sugerem que todas as atividades da colônia estariam voltadas para uma única finalidade. A historiografia nos mostra que outras atividades ocorriam em concomitância, auxiliando em alguns casos até em sua retroalimentação, como no caso das fazendas de mantimentos responsáveis pelo abastecimento das regiões mineradoras. Logo, apontamos aqui as principais atividades apenas como marcos históricos para a construção da narrativa, pensando nos principais produtos de exportação.

⁷⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro, 1950, p.8.

⁷⁶ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953, p.162.

⁷⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2, p.23.

Novo, e em trechos das então Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo⁷⁸ que permitiram que essas áreas começassem a ser exploradas, povoadas e, portanto, preparadas para receber posteriormente o cultivo do café.

O episódio da transferência da família Real também contribuiu para o fomento da ruralização como da promoção da abertura dos portos e da emancipação política⁷⁹. Inicialmente, essa abertura beneficiou as unidades agrárias mais antigas, situadas no Nordeste, com as Províncias marítimas que vão do Maranhão até a Bahia. Por já haver na região uma certa tradição agrícola, relacionada ao cultivo da cana de açúcar e do algodão, reduziu-se, de certa forma, a aceitação do plantio do café. Além disso, devido às próprias exigências e especificidades do cultivo, temos que o café encontrou melhor aclimação na região Sudeste, onde de fato, tomou maiores proporções produtivas.⁸⁰ É no Sudeste que se teve a maior oferta de terras cultiváveis disponíveis e de qualidade, além de condições climáticas favoráveis.⁸¹

O cultivo da lavoura de café, além de exigir condições naturais, com clima e solo que lhe fossem propícios para o desenvolvimento, também demandava mão de obra barata, que pode ser suprida com a grande oferta que existia, primeiramente escrava e depois imigrante.

Como a primeira fase de expansão da lavoura cafeeira para o vale do Paraíba se deu logo após a independência, contou-se com a utilização da mão de obra escrava, proveniente, a princípio, dos remanescentes dos canaviais que entravam em crise. Também houve um certo incremento de mão de obra através das famílias mineiras que migraram para a região do vale levando consigo gado, tropas e escravos. Com o multiplicar das lavouras no território, o suprimento de mão de obra dependia do tráfico africano, embora se dispusesse na contramão das chamadas “Leis de Repressão ao Tráfico” impostas pelas Inglaterra⁸².

⁷⁸ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.67.

⁷⁹ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **História Geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo II, v. 2: O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. p. 17.

⁸⁰ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953, p.163-164.

⁸¹ O café, por ser uma planta permanente, ao contrário da cana de açúcar, atravessa todas as estações do ano, possuindo limites específicos de temperatura para prosperar não suportando geadas nem temperaturas excessivas; além de requerer qualidade do solo, regime de chuvas bem distribuído e investimentos de capital. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953, p.164-165.

⁸² ARAÚJO FILHO, op. cit., p.60.

Além desses fatores, somava-se a existência de remanescentes das instalações de engenhos/fazendas que acabaram sendo adaptados para receber as atividades do beneficiamento do café. Dados da própria economia interna também foram relevantes, pois com o declínio das atividades mineradoras, houve um acúmulo de capital proveniente dos antigos mineradores e comerciantes que passou a ser investido em outros setores, tendo sido apropriado pela atividade cafeeira⁸³.

Outro importante fator a ser considerado diz respeito à grande demanda dos novos mercados consumidores que foram ditando o aumento da produção e a relevância do café no cenário internacional. Apesar de ter perdido o mercado inglês⁸⁴, em meados do século XVIII, passou a ter nos Estados Unidos, a nova nação livre da América, seu grande consumidor de café, que contava com um desenvolvimento econômico e demográfico espantoso no decorrer do século XIX, causando impactos no mercado internacional⁸⁵. Como apontado por Prado Junior (1953), os Estados Unidos passaram a se voltar para novos produtores que não estivessem sob a dominação britânica, favorecendo o mercado brasileiro, inclusive em razão de sua proximidade geográfica, chegando a consumir, em meados do século XIX, cerca de 50% da exportação brasileira.

Apesar de ter entrado tardiamente no mercado cafeeiro, o produto brasileiro foi adquirindo importância à medida que passou a ser reconhecido internacionalmente. A progressão dos mercados consumidores demandava produção de café em abundância e para suprir essa necessidade era preciso ampliar a produção. Logo, com o aumento das demandas do mercado externo, na primeira metade do XIX, ocorreu a primeira expansão da lavoura cafeeira para o vale do Paraíba⁸⁶.

Além disso, existia ainda uma grande instabilidade no mercado de açúcar, que já não conseguia alcançar as proporções de outrora, e encontrava grande concorrência com as Antilhas, ampliando a relevância da produção do café. Somados

⁸³ BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas**: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930. São Carlos: Imprensa Oficial: EduFSCAR, 2003, p.21.

⁸⁴ O café havia penetrado no mercado europeu desde o século XVII, e no século XVIII se difundiu mais amplamente. Porém em meados do século XVIII o café começou a perder o mercado inglês em razão das pressões feitas ao governo pela *British East India Company*, monopolizadora do comércio de chá. ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.55.

⁸⁵ ARAÚJO FILHO, 1956, loc. cit.

⁸⁶ ARAÚJO FILHO, 1956, loc. cit.

a isso, já era identificado um déficit de suprimento de café de um de seus maiores produtores, o Haiti, em razão de sua guerra de independência⁸⁷.

Desta forma, em meados do século XIX o café ultrapassou todos os demais produtos de exportação do país, a partir de 1870, obteve liderança absoluta sobre o conjunto das riquezas produzidas, concorrendo sozinho com mais da metade do comércio exportador. O período áureo do café perdura até a crise de 1929, quando começou a vivenciar a queda brutal dos preços⁸⁸, dentre outros fatores que contribuíram para seu declínio e que serão melhor explorados adiante.

2.2. Surgimento e pujança da lavoura cafeeira no vale do Paraíba

A atividade cafeeira começou a ser introduzida no Brasil no início do século XVIII, e durante o período colonial o café caracterizava-se ainda como uma cultura de jardim, cultivado em proporções reduzidas, destinado basicamente ao consumo de seus produtores e quando muito em escala local⁸⁹.

Sua chegada em terras brasileiras esteve associada ao Sargento-mor do Belém do Pará, Francisco Mello Palheta, que trouxera de sua viagem às Antilhas alguns grãos da rubiácea. Porém, o cultivo do café não ficou restrito apenas à fazenda de Palheta⁹⁰, sendo beneficiado em outras propriedades no Pará como na de um de seus abastados produtores, Agostinho Domingos de Siqueira, que possuía terras no rio Guamá⁹¹ e em alguns outros sítios existentes na proximidade da capital⁹².

Assim, durante o período de seu surgimento até fins do século XVIII, o café se concentrava quase que exclusivamente no Pará e no Maranhão, onde perdurou por cerca de cinquenta anos. Apesar da primeira exportação para Portugal remontar ao

⁸⁷ BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas**: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930. São Carlos: Imprensa Oficial: EduFSCAR, 2003,p.21.

⁸⁸ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.55.

⁸⁹ FRANCO, A. A. **Síntese de história econômica do Brasil**. Salvador: Progresso, 1958, p.78.

⁹⁰ TAPAJOS, Vicente. **História do Brasil**. 6ed. São Paulo: 1954, p.513-514.

⁹¹ TAUANAY, Afonso de E. **História do café no Brasil**: no Brasil colonial 1727-1822 (tomo I). Departamento Nacional do Café. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939. 416p. v1, p.363.

⁹² O fato da lavoura cafeeira ter sido implementada no Pará produzindo café em uma pequena escala, nos faz levantar a hipótese de que seu desenvolvimento na região sudeste pode ter ocorrido não apenas por conta de uma aclimatação e condições naturais favoráveis, mas por um favoritismo às elites do Sudeste. Com já existia uma rede urbana proveniente da mineração conformando um forte eixo econômico-produtivo talvez não fosse interessante que o café se desenvolvesse em outras localidades.

ano de 1732⁹³, têm-se que a produção do café ainda se fazia bastante incipiente no cenário nacional.

O plantio do café ganhou maiores proporções em termos de produção e influência na economia no início do século XIX quando a atividade cafeeira passou a ocorrer na região Sudeste. A princípio levado para o Rio de Janeiro, instalou-se nos arredores da cidade, onde passou por um período de adaptação do plantio e experimentação, e até que as condições fossem favoráveis para que a expansão das lavouras pudesse vencer as barreiras geográficas, avançar no território e multiplicar-se em grandezas econômicas.

As plantações que se iniciaram na baixada fluminense foram ganhando a região do vale do Paraíba fluminense, sendo que somente na década de 1820, meio século após sua implantação no Rio, o café passou a se tornar um produto relevante para a exportação brasileira⁹⁴. Em meados do século XIX, a lavoura já havia se expandido para todo o vale do Paraíba em busca de novas terras, tanto nas regiões de Minas Gerais (na Zona da Mata mineira) quanto nas de São Paulo. Desta forma, toda a unidade que abrangia a bacia do Paraíba do Sul e adjacências passou a ser o centro por excelência da produção cafeeira, representando o setor que acumulava mais riquezas e concentrava maior parcela das atividades econômicas (figura 14).

⁹³ TAUANAY, Afonso de E. **História do café no Brasil**: no Brasil colonial 1727-1822 (tomo I). Departamento Nacional do Café. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939. 416p. v1, p.364.

⁹⁴ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, p. 78-135, 1956, p.67.

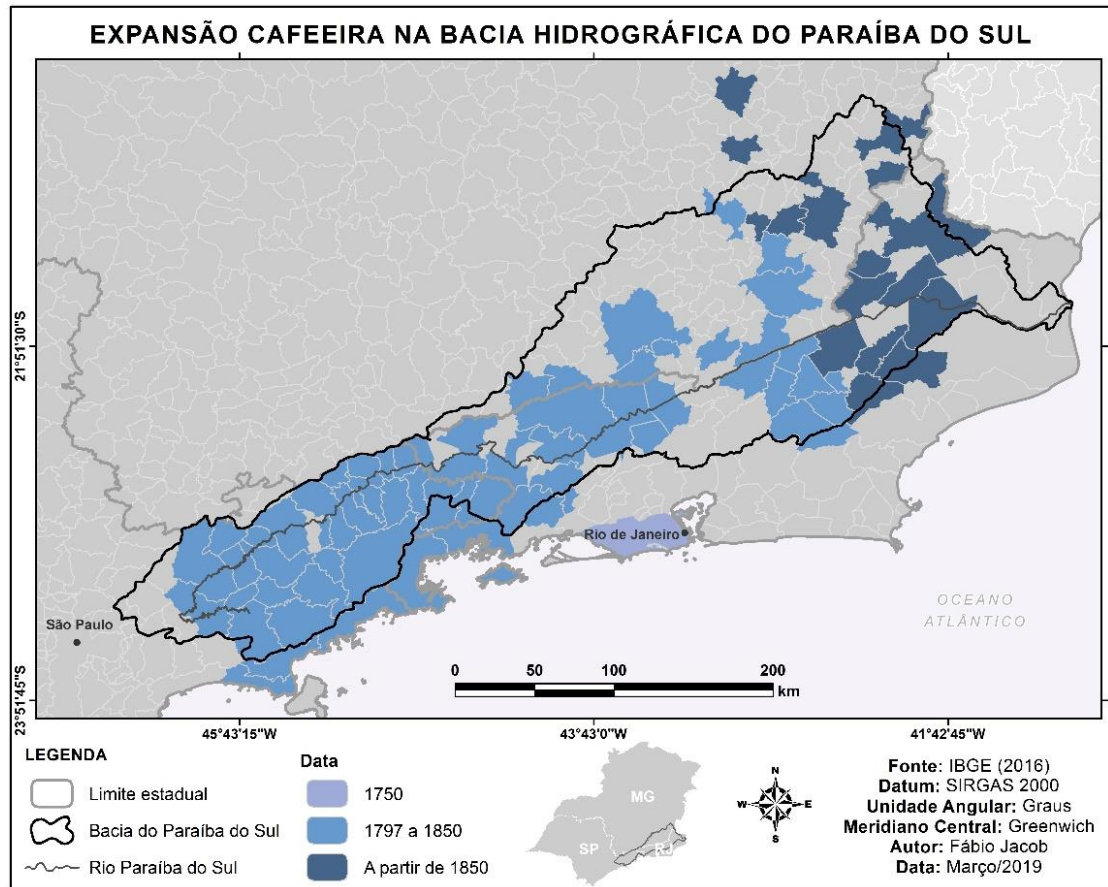


FIGURA 14 – Mapa síntese da expansão da atividade cafeeira na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Fonte: Da Autora. Elaborado a partir de dados de: BENINCASA, Vladimir. *Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930*. São Carlos: Imprensa Oficial: EduFSCAR, 2003; CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. 278p; CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2); LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro, 1950; TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras: Estudo da Construção Residencial Urbana**. [Rio de Janeiro]: 1961. 168p; LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª edição, 1999; MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: Pró-Memória, 1982; GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. 204p.

A ocupação do Vale, no início do século XVIII, constituiu um verdadeiro esforço de colonização do sertão do médio Paraíba⁹⁵ – região de matas virgens, situada entre as serras da Mantiqueira e da Bocaina – empreendido por gente pioneira oriunda de vários locais. Muitos eram mineiros, pequenos agricultores que vinham subindo o rio ou atravessaram a Garganta do Embaú. Havia também gente enriquecida com a

⁹⁵ Território correspondente aos municípios de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende.

exploração aurífera nas Minas Gerais, sobretudo negociantes da região de São João del Rei e de Mariana⁹⁶. Também os produtores de açúcar da baixada fluminense vieram investir seu capital acumulado nas lavouras de café. Havia ainda cidadãos oriundos dos grandes centros urbanos, bem como portugueses recém-chegados, que acabaram por arrematar as terras dos pequenos agricultores.

Existiram uma série de fatores econômicos, políticos, sociais, geomorfológicos, dentre outros, que influenciaram esse processo de expansão da lavoura cafeeira no território. Apesar de considerarmos o conjunto das fazendas cafeeiras como uma unidade produtiva dentro do território, sobretudo do ponto de vista da motivação econômica que as fez surgir conformando a rede do café, é necessário fazer uma ressalva sobre a maneira pela qual ocorreu o fenômeno da expansão cafeeira, atingindo de forma gradativa as regiões constituintes da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Considerando que nos interessa nesse momento tratar de uma escala ampla, que permita compreender o percurso territorial do café, centraremos nosso foco de análise sobre esse fenômeno de expansão e a forma na qual avança no território para cada uma das regiões constituintes.

2.3. O percurso do café no vale do Paraíba fluminense

Ao longo da primeira metade do século XVIII o beneficiamento do café aconteceu exclusivamente no Norte do país, até que a lavoura começou a se desenvolver na cidade do Rio de Janeiro, em meados do mesmo século. O cultivo principiou-se nos arredores da cidade (figura 15 e 16), nas matas da Tijuca – hoje um dos mais importantes e pitorescos arrabaldes da cidade, já foram tomadas por cafezais –, bem como nas montanhas que a circundam e nos vales que, atualmente, já foram tomados pela malha urbana⁹⁷.

⁹⁶ LEMOS, Carlos A .C. **Casa Paulista**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 135-136.

⁹⁷ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953, p.165.

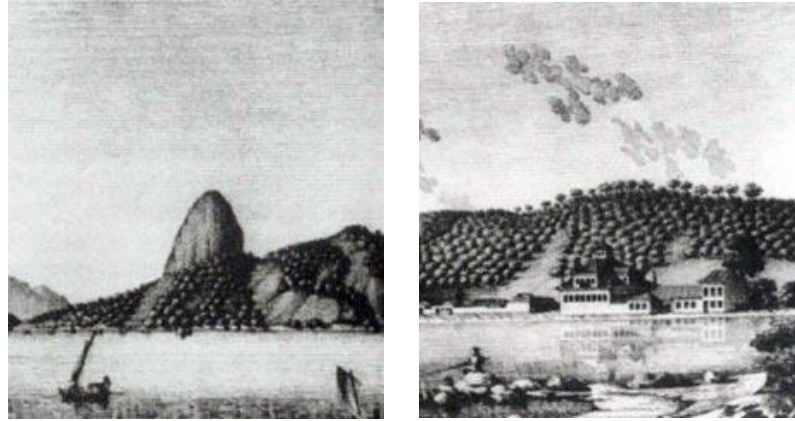


FIGURA 15 e 16: À direita as encostas da Urca cobertas de pés de café. À esquerda a praia de Botafogo com morros repletos de pés de café.

Fonte: CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DO RIO DE JANEIRO, CCCRJ. Disponível em: <<http://www.cccrj.com.br/rio/cafe.htm>>, acesso em: 13/09/2019.

Em viagem ao Brasil no período de 1817-1822, *Spix e Martius* narraram a atividade cafeeira na cidade do Rio e seus arredores, identificando as adaptações e melhorias realizadas na forma de cultivar e colher o fruto, o que acabou por lhe atribuir maior qualidade e em consequência, maior visibilidade na Europa⁹⁸. Destacaram também a presença de importantes cafeicultores, que possuíam grandes fazendas, produtoras de café de boa qualidade, como a do Dr. *Lesesne*, experiente fazendeiro de São Domingos, e foragido de seu país por questões políticas. Tal figura, atraiu a atenção das autoridades devido a forma mais eficiente que encontrou para beneficiar o café⁹⁹.

Porém, o plantio do café não ficou restrito à cidade do Rio de Janeiro e regiões fronteiriças, expandindo-se logo para o vale do Paraíba fluminense. Somente nas proximidades da independência as lavouras passaram a produzir em maior escala, e ter uma localização mais bem definida, consolidando-se nas terras do vale do Paraíba, que passou a ser a zona por excelência do café durante o período do Império e Regência.¹⁰⁰

Para entender o fenômeno de expansão da lavoura cafeeira no território se faz necessário considerar, primeiramente, dois fatores de relevância, sendo eles o curso

⁹⁸ “O café do Rio não gozava antes de estima na Europa, porque em geral eram apanhados os grãos ainda verdes, e, para limpar os grãos da casca, expunham-nos para apodrecer, o que estragava o bom sabor e dava ao grão um colorido claro, e amolecia-o.” (SPIX, Johann Baptis von; Martius. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1822. 2ed. São Paulo: 1961.3v, p.73).

⁹⁹ SPIX, Johann Baptis von; Martius. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1822. 2ed. São Paulo: 1961.3v, p.73-74.

¹⁰⁰ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.67.

do rio Paraíba do Sul e as características do relevo (figura 17). Sabe-se que as particularidades impostas por este último constituíram, até certo ponto, barreiras de difícil acesso ou quase intransponíveis para promover o elo entre as Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

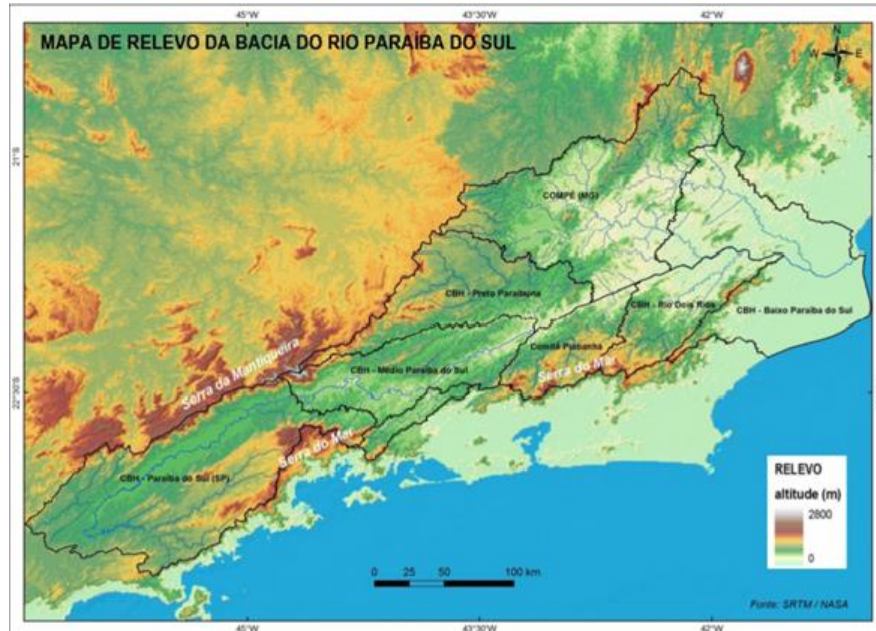


FIGURA 17: Mapa do relevo da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Fonte: Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP. Disponível em: <<http://ceivap.org.br/conteudo/relatorio-diagnostico-rp6-tomo1.pdf>>, acesso em: 10/05/2019.

A começar pela Serra do Mar, que ao Sul se inicia muito próxima à costa e vai se afastando, formando uma ampla baixada, tornando-se mais íngreme e de difícil acesso no Rio de Janeiro e São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, a faixa litorânea onde se localizaram os assentamentos humanos e o plantio de cana-de-açúcar nos três primeiros séculos, apesar de ser larga e fértil, encontrava na serra uma barreira para avançar rumo ao interior. Por trás da Serra do Mar, surge ainda a dobra da Mantiqueira, e na calha formada têm-se o Rio Paraíba do Sul, cujo vale recebeu posteriormente a atividade cafeeira.¹⁰¹

Como salientado por Telles (1961), a região do vale do Paraíba era coberta de densa selva e floresta tropical, além de ondulações suaves, que contribuíram para retardar por dois séculos a penetração do homem. O conjunto da serra e a mata estabeleceram um empecilho de acesso às Minas Gerais, de forma que nos dois primeiros séculos, o caminho era feito de duas formas, uma ao Sul pela Garganta do

¹⁰¹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**: Estudo da Construção Residencial Urbana. [Rio de Janeiro]: 1961, p.1.

Embaú na Mantiqueira, e outra pelo Norte, através da Bahia, ambos custosos e de difícil acesso¹⁰².

Logo, em consequência das barreiras impostas pelas características do relevo, o plantio foi tomando, inicialmente, a faixa costeira, que em princípio do século constituiu-se uma importante zona produtora. Tal zona, abarcava a altura de Angra-dos-Reis e Parati, e na Província de S. Paulo, em Ubatuba, Caraguatatuba e S. Sebastião. Porém, tratava-se de um “pequeno começo”, pois o primeiro grande cenário da lavoura de café no Brasil foi o vale do Paraíba, inicialmente em seu médio e depois alto curso. Foi lá que o café encontrou condições favoráveis de plantio, devido à altitude, temperatura, e fertilidade de seu solo, antes revestidos por mata virgem¹⁰³.

A hidrografia também constituiu um elemento importante na orientação do crescimento da lavoura, de forma que, partindo da cidade do Rio de Janeiro e arredores, o início da expansão cafeeira para o vale do Paraíba fluminense acabou buscando o curso do rio Paraíba do Sul e seus afluentes. Uma vez alcançando a região fluminense, expandiu-se para São Paulo e Minas Gerais. Subindo pelo curso do rio, os cafezais invadiram e ocuparam largamente a parte oriental da província de São Paulo, tomando também a vertente setentrional, estendendo-se pela região fronteira de Minas Gerais¹⁰⁴. Os vários afluentes que integram o sistema hidrológico da bacia do Paraíba do Sul distribuíam-se e adentravam, por uma ou outra margem, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro¹⁰⁵.

Essa movimentação de expansão da lavoura só se tornou possível devido aos pioneiros ou “abridores de fazendas” que no período correspondente ao retorno da família real à Portugal e por todo o primeiro Império, desbravaram as regiões mais inóspitas, travando lutas contra índios e posseiros, e enfrentando dificuldades diversas como doenças, enchentes, dentre outros. Mediante as políticas de beneficiamento, os pioneiros, que vieram antes mesmo dos barões de café, conseguiram grandes lucros que foram sendo empregados, cada vez mais, na derrubada das matas e na aquisição de mão de obra escrava para que pudessem ser lavradas mais terras¹⁰⁶.

¹⁰² TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**: Estudo da Construção Residencial Urbana. [Rio de Janeiro]: 1961, p.1-2.

¹⁰³ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953, p.165-166.

¹⁰⁴ PRADO JUNIOR, 1953, loc. cit.

¹⁰⁵ FRANCO, A. A. **Síntese de história econômica do Brasil**. Salvador: Progresso, 1958, p.81.

¹⁰⁶ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.67.

A partir de então, viu-se a chegada e estabelecimento dos antecessores daqueles que vieram a ser posteriormente chamados de “magnatas do café”, de forma que entre 1825 a 1850 toda a porção ocidental fluminense se tornaria o centro por excelência da cafeicultura, com suas fazendas multiplicando-se pelo vale do Paraíba. O ápice da fidalguia do vale do Paraíba – já incluindo as lavouras cafeeiras de Minas Gerais e São Paulo – foi entre 1830 e 1890, período correspondente a três gerações de famílias. As primeiras teriam sido aquelas responsáveis por desbravar o território e conseguir terras para iniciar o plantio; as segundas, herdeiras do latifúndio, as que conseguiriam produzir com lucros máximos; e as terceiras as que vivenciaram a crise, procurando aproveitar-se de sua influência política e econômica para obter outras oportunidades de lucros¹⁰⁷.

Dentre a primeira geração conformada pelos pioneiros da cafeicultura destacam-se os Souza Breves, os Teixeira Leite, os Nogueira da Gama e tantos outros que se fixaram em São João Marcos, Vassouras, Valença ou Paraíba do Sul. Subsequentemente, já em meados do século, a lavoura foi descendo o vale do Paraíba até atingir sua porção oriental, com as cidades de Cantagalo e Nova Friburgo, com os Clemente Pinto¹⁰⁸. Nesse contexto, é inegável a influência das famílias provenientes de Minas Gerais, sobretudo da então Comarca do Rio das Mortes, que enriquecidas no passado pela mineração, atuaram como propulsoras do cultivo do café, contribuindo também para o processo de povoamento do vale do Paraíba. A exemplo disso, destacam-se os já citados Teixeira Leite e Correia e Castro, provenientes de São João Del Rei e Mariana, respectivamente, cujas famílias instalaram-se nas proximidades da atual cidade de Vassouras, galgando posteriormente outras localidades no vale do Paraíba¹⁰⁹.

Sabe-se que a história dos Teixeira Leite começou em São João Del Rei em meados do século XVIII, quando dois portugueses, o Capitão Francisco José Teixeira e o Sargento-mor José Leite Ribeiro após constituírem família, tornaram-se sócios na mineração. Mais tarde, realizaram o casamento entre seus filhos, que vieram a ser os futuros barões de Itambé. Estes últimos migraram para a região do vale do Paraíba com seus filhos, irmãos e sobrinhos, devastando as matas, construindo fazendas e

¹⁰⁷ LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª edição, 1999, p. 136.

¹⁰⁸ ARAÚJO FILHO, op. cit., p.68.

¹⁰⁹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**: Estudo da Construção Residencial Urbana. [Rio de Janeiro]: 1961, p.29.

sendo responsáveis pelas primeiras lavouras na parte fluminense e mineira do vale do Paraíba. Dentre eles, destaca-se também a figura de Custódio Pereira Leite, o Barão de Aiuruoca, responsável por construir igrejas em Barra Mansa, Vassouras, Conservatória e Mar de Espanha. Esse dado nos leva a entender a relevância de tal personagem, visto que as igrejas eram as propulsoras na fundação de povoados¹¹⁰.

Os filhos mais velhos dos Barões de Itambé – José Eugênio, Francisco José, João Evangelista e Antônio Carlos – acompanhados de seus tios estabeleceram fazendas às margens do Rio Paraíba do Sul. João Evangelista e Antônio Carlos fixaram-se em Mar de Espanha, fundando as fazendas de Gironda e Pântano, respectivamente. Francisco José fundou a fazenda da Cachoeira em Vassouras, e José Eugênio fixou-se em Barra Mansa. Destaca-se a grande produção obtida na fazenda de Francisco José, que veio a ser o futuro Barão de Vassouras, a partir de 1850 tendo produzido amplamente até o falecimento de sua esposa, episódio que o faz vender a propriedade e mudar-se para a Vila de Vassouras¹¹¹.

Outra família de relevância foram os Correia e Castro, originários também de Minas Gerais e que devido ao arrefecimento da atividade mineradora migraram para a região do vale do Paraíba. Trabalharam na fazenda do Pau Grande, até conseguir adquirir terras e fundar suas próprias fazendas. Destacam-se as figuras de Antônio, proprietário da Fazenda do Castro; Pedro, futuro Barão de Tinguá, dono da Fazenda Santo Antônio e Laureano, futuro Barão de Campo Belo, que fundou a Fazenda do Secretário, todas localizadas em Vassouras e seus arredores.

Famílias também originárias das primeiras sesmarias da região foram os Werneck (Lacerda Werneck, Souza Werneck, Chagas Werneck, entre outros), e os Gomes Ribeiro. Dentre os Werneck destaca-se Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão de Pati dos Alferes, fazendeiro, produtor de café, que exerceu importante papel na região, sendo responsável por fundar alguns povoados. Dos Gomes Ribeiro, destacam-se os irmãos Gomes Ribeiro de Avellar – grandes fazendeiros do Pau Grande – sendo eles: Claudio, o futuro Barão de Guaribú; João, o Visconde de Paraíba; Paulo, o Barão de São Luiz; Joaquim Ribeiro de Avellar, primeiro Barão de Capivari, progenitor do Visconde de Ubá¹¹².

¹¹⁰ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**: Estudo da Construção Residencial Urbana. [Rio de Janeiro]: 1961, p.29-30.

¹¹¹ Ibid., p.30.

¹¹² Ibid., p.31- 32.

Devido aos incentivos, à época de Dom João VI, com a doação de sesmarias, muitos portugueses acabaram sendo responsáveis por ocupar a região durante o ápice do período cafeeiro. Dentre eles, salientamos alguns personagens como Ambrósio de Souza Coutinho, dono da fazenda da Estiva e José Joaquim Botelho, dono da fazenda do Mato Dentro e da Paraíba¹¹³.

É necessário destacar que, mesmo nos núcleos cafeeiros de Vassouras e seus arredores, que tiveram produção bastante expressiva em meados do século XIX, os fazendeiros não se ocupavam exclusivamente da atividade cafeeira. Muitas das famílias buscavam enriquecimento por meio de outras atividades, como no caso dos Teixeira Leite, que representavam grandes comerciantes da região¹¹⁴.

O itinerário do café no Rio de Janeiro (figura 18) marcou então os núcleos urbanos de Resende, São João Marcos, Rio Claro, Piraí, Barra Mansa, Barra do Piraí, Valença, Santa Teresa, Vassouras, Paraíba do Sul, Sapucaia, Carmo, Nova Friburgo, Sumidouro, Duas Barras, Vergel, Cordeiro, Cantagalo, São Sebastião do Alto, Madalena, Trajano de Moraes, São Francisco de Paula, São Fidélis, Cambuci, Pádua, Miracema, Itaperuna e Bom Jesus. Desta forma, destacamos que, mesmo que a atividade cafeeira tenha adquirido maiores proporções no Vale do Paraíba, o café trouxe repercussões para várias regiões da antiga Província, influenciando-as direta ou indiretamente. Houve uma série de vilas, povoados e arraiais surgindo em decorrência da movimentação causada pelo transporte da mercadoria serra acima. Além disso, ocorreram repercussões nas cidades costeiras, a exemplo de Paraty que reviveu temporariamente a prosperidade do período colonial, além de Angra dos Reis com a relevância de seu porto, Maricá, Araruama, São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio. Sem contar na importância de portos fluviais como em Barra de São João, no norte fluminense. Até mesmo aquelas cidades como Petrópolis e Teresópolis, que embora não tenham tido sua fonte econômica nos cafezais, adquiriram reflexos culturais da aristocracia agrária¹¹⁵.

¹¹³ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras: Estudo da Construção Residencial Urbana.** [Rio de Janeiro]: 1961, p.32.

¹¹⁴ Ibid., p.33.

¹¹⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra.** Rio de Janeiro, 1950, p.7.

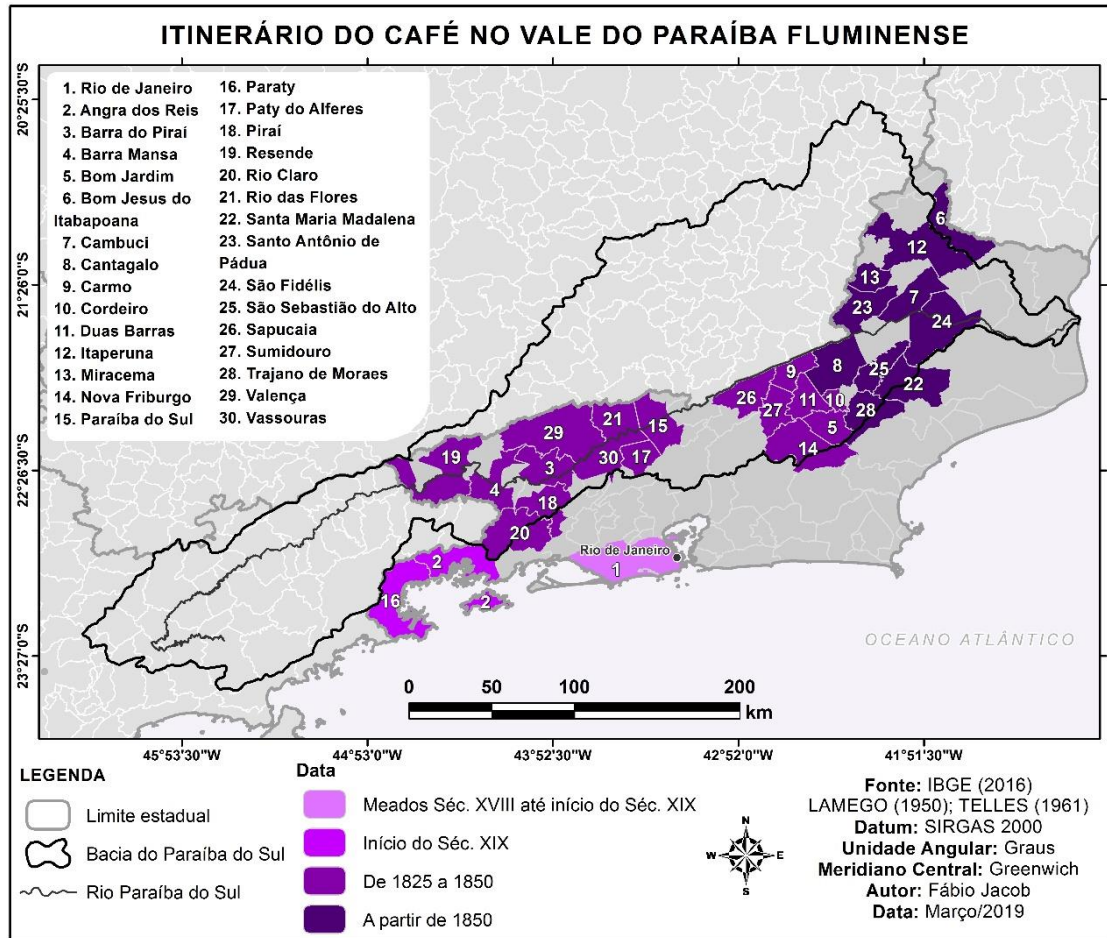
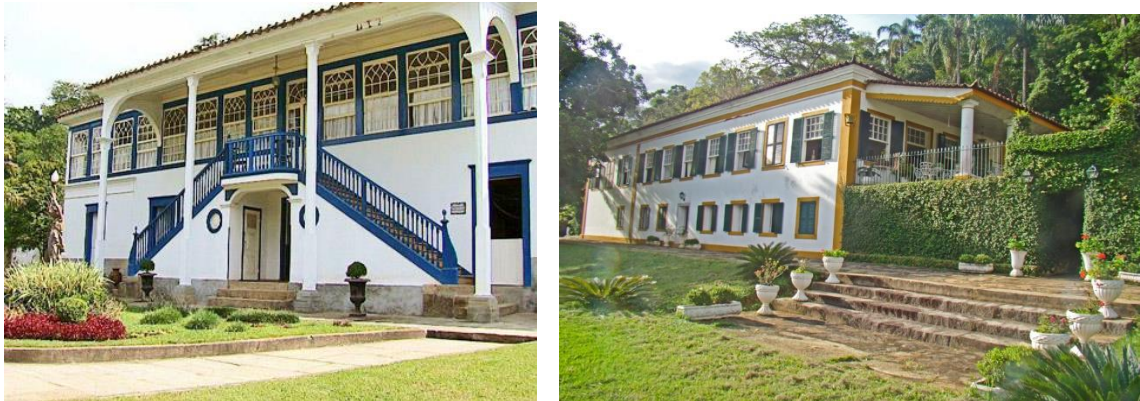


FIGURA 18 – Mapa da expansão da atividade cafeeira no vale do Paraíba fluminense. Elaborado a partir de dados de: LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro, 1950; TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Vassouras: Estudo da Construção Residencial Urbana*. [Rio de Janeiro]: 1961. 168p.

Neste cenário é importante destacar as influências geradas pela corte no Rio de Janeiro que, por proximidade geográfica, repercutiram nos aspectos econômicos, políticos, culturais e até mesmo arquitetônicos das fazendas cafeeiras do vale do Paraíba (figura 19 e 20). Por estarem situadas nas vizinhanças da corte, esta era constantemente frequentada e tida como referência. Era de lá que vinha a cultura de opulência, com a importação de hábitos e mentalidades do exterior, principalmente de Paris, que também repercutia em influências para os exemplares arquitetônicos, com a construção de solares rurais que ostentavam materiais importados, interiores ricamente decorados e mobiliados e exteriores com inspiração neoclássica. Das fazendas cafeeiras também provinham as elites frequentadores da vida social carioca, e que também mantinham o poder político de decisões importantes para o país¹¹⁶. Em decorrência das riquezas produzidas, dos laços com a corte e do envolvimento na

¹¹⁶ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro, 1950, p.9.

política, os fazendeiros de café encontraram-se cada vez mais em contato com os europeus. Estando a par dos acontecimentos que envolviam as transformações econômicas e as revoluções políticas da Inglaterra, França, Itália e Alemanha, era natural que as tomassem como inspiração, ou delas também tirassem partido¹¹⁷.



FIGURAS 19 e 20: À direita a Fazenda São Luiz da Boa Sorte em Vassouras, RJ. Disponível em: <https://www.portalvaledocafe.com.br/circuito_das_fazendas_fazenda_sao_luiz_da_boa_sorte.asp>, acesso em: 10/07/2019. À esquerda a Fazenda Vista Alegre em Valença, RJ. Disponível em: <https://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas_valenca.asp>, acesso em: 10/07/2019.

Como podemos constatar, algumas características foram próprias do processo de desenvolvimento da atividade cafeeira no vale do Paraíba fluminense, como a influência direta da corte portuguesa e a presença das famílias provenientes sobretudo das regiões mineradoras. O vale do Paraíba fluminense foi o primeiro foco da expansão cafeeira no território, após o período de experimentações nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, tendo então um papel de centro irradiador. É a partir dele que o café se expandiu concomitantemente para as terras mineiras da Zona da Mata e para as terras paulistas da chamada “Zona Norte” (ou Vale do Paraíba paulista), atundo como um prolongamento da zona fluminense de café. Logo, as cidades paulistas, como Bananal, Barreiro, Areais, Silveiras e Lorena foram uma continuação dos cafezais que irradiaram a partir da dita Zona de Rezende¹¹⁸.

2.4. O percurso do café no vale do Paraíba paulista

Desde o período colonial até finais do século XVIII, São Paulo permaneceu isolado economicamente e sem atividades de maior destaque, visto que até os

¹¹⁷ MOMBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1977, p.96.

¹¹⁸ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.71.

incentivos de Dom João VI que auxiliaram no desenvolvimento da lavoura cafeeira já nas proximidades do século XIX não o contemplaram, atingindo apenas o Rio de Janeiro. Desta forma, tinha sua produção muito voltada para a subsistência, cujos agricultores pareciam não fazer muitos progressos nas lavouras, contando com uma população diminuta e com poucos recursos. A comprovação da pouca relevância econômica e demográfica também era dada pela modéstia de sua capital, que em 1836 contava com apenas 9.931 habitantes, e Santos, o maior porto de São Paulo, não representava mais que 0,5% da exportação brasileira¹¹⁹.

Com a crise da atividade mineradora e o esgotamento das minas, alguns dos paulistas tiveram que retornar a São Paulo, onde passaram a se dedicar à agricultura, em um esforço de readaptação. Inicialmente não se cogitava plantar café, sendo sua comercialização no exterior bastante insignificante¹²⁰. Desta forma, antes do café, os paulistas da região do vale do Paraíba paulista ocupavam-se da lavoura da cana, com produção de açúcar e aguardente, que perdurou até 1830, fazendo surgir vários estabelecimentos agrícolas. Logo, como destacado por Matos (1974), o ciclo do açúcar preparou a região para mais tarde receber o café, gerando capital e mão-de-obra que foram sendo empregados na atividade cafeeira¹²¹. Os paulistas estavam então voltados para as modestas plantações de cana de açúcar, situadas em áreas específicas no médio vale do Tietê, no trecho conhecido atualmente como Média Depressão Periférica, que contemplava as regiões de Itu a Porto Feliz e Tietê; Capivari; Constituição (atual Piracicaba) e São Carlos (atual Campinas)¹²².

Lemos (1999) considera que o desenvolvimento da atividade cafeeira agiu como um divisor de águas na vida cultural no Brasil, e especificamente na civilização material de São Paulo. As mudanças também se vincularam ao novo perfil do fazendeiro que, além de ser portador do capital, mediante o qual foi possível investir e impulsionar o desenvolvimento da atividade cafeeira, também estava muito mais

¹¹⁹ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p. 69-70.

¹²⁰ MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. Contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro Fundação Nacional Pró-Memória, 1982, p.13.

¹²¹ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.36-37.

¹²² ARAÚJO FILHO, op. cit., p.69.

próximo do meio urbano do que o agricultor de outrora¹²³. A transformação material que adentrou o território paulista referiu-se à gradativa alteração no saber-fazer local e na utilização de técnicas e materiais, substituindo a taipa de pilão e as soluções “paravernaculares bandeiristas”, pelo invólucro de tijolo e pelo gosto europeu, com as linguagens arquitetônicas neoclássicas e posteriormente as ecléticas. Houve também mudanças na forma de morar, que deixaram de ser denotadas apenas quantitativamente – onde o que distinguia os tipos de moradias referentes às distintas classes sociais era a quantidade de cômodos, e não a qualidade dos materiais empregados – para qualitativamente, com modificações na execução das moradias, que passaram a sustentar opulência em seus interiores, muito influenciadas pelas novidades advindas da Europa¹²⁴.

Assim como ocorreu no Rio de Janeiro, a proximidade com a corte exerceu um papel de inspiração e influência para as novidades que adentravam no território, seja em termos de arquitetura, interiores, culturas e costumes (figura 21). Os reflexos dessa relação de proximidade estabelecida, e posteriormente ampliada com o desenvolvimento das estradas de ferro, puderam ser compreendidos territorialmente, já que havia uma forte homogeneidade de usos, costumes e paisagens cotidianas na região localizada desde Mar de Espanha (na atual Zona da Mata mineira) até Bananal (em São Paulo)¹²⁵.

¹²³ Lemos (1999, p.135-137) aponta que o perfil do fazendeiro de café se aproximava mais ao do homem da cidade, sendo inclusive esse homem, já que era comum ocupar outras posições, como médicos, engenheiros, advogados, especuladores da bolsa, jornalistas, banqueiros, além de possuírem cargos políticos de relevância. Como também destaca Mombeig, “A agricultura não era a única fonte de recursos dos fazendeiros. Não era raro que eles a completassem pelos negócios ou pelo arrendamento de certas taxas (por exemplo, os direitos, muito lucrativos, sobre o uso das estradas que levavam aos portos de embarque de café). [...] Eram solidários comércio e agricultura de exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocracia do dinheiro, que os imperadores Pedro I e Pedro II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa da vida política brasileira.” MOMBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1977, p.96.

¹²⁴ LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ªedição, 1999, p.132-134.

¹²⁵ Ibid., p.137.



FIGURA 21: Fazenda Resgate em Bananal, SP.

Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/bananal/>>, acesso em: 13/09/2019.

Apesar das soluções arquitetônicas adotadas em cada Província não terem sido similares, havia uma relação de continuidade social em decorrência da proximidade com a corte, de modo que quanto mais perto geograficamente desta estivesse, mais influências eram recebidas. Desta forma, pode-se dizer que a cidade de Bananal, por exemplo, se encontrava totalmente desvinculada da sociedade bandeirante assemelhando-se muito mais à fluminense. Logo, à medida que se subia o curso do rio Paraíba do Sul os ecos da corte tornavam-se menos intensos e a falta de uniformidade das soluções arquitetônicas mais perceptível. Assim, de Lorena a nordeste situava-se uma sociedade mais conservadora e menos flexível às mudanças trazidas pelo café, constituída de agricultores que já estavam estabelecidos no território há mais de dois séculos¹²⁶.

Todo esse panorama fez com que durante o ápice da atividade cafeeira a região do vale do Paraíba paulista pertencesse apenas política e administrativamente a São Paulo, se assemelhando mais ao vale do Paraíba fluminense e às áreas mineiras do que à sua própria Província. Isso se fazia visível até mesmo no repasse da riqueza gerada pelo café, que não atingiu o interior do território paulista nesse momento, denotado pela condição de inércia em que a capital da Província ainda se encontrava. Essa expansão só veio a ocorrer quando o café adentrou o território, atingindo o Oeste paulista¹²⁷.

O movimento que introduziu a cafeicultura em São Paulo não foi brusco, mas como um simples prosseguir, um prolongamento natural do que havia se iniciado no vale do Paraíba fluminense, ganhando a região de Campinas, eliminando aos poucos

¹²⁶ LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª edição, 1999, p.137.

¹²⁷ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.74-75.

a plantação tradicional de açúcar, buscando novas terras para expansão da lavoura cafeeira¹²⁸. Logo, foi através do vale do Paraíba fluminense que o café chegou até São Paulo no começo do século XIX, firmando-se posteriormente no Oeste Paulista, a partir de 1870, com auxílio da linha férrea¹²⁹.

A primeira região do vale do Paraíba paulista onde a cafeicultura se manifestou foi a faixa de terra ao longo do Caminho Novo da Piedade, passando por Lorena, Silveiras, Areais, São José do Barreiro e Bananal, sendo povoada por grupos de pessoas advindas, em sua maioria, do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com relevo de mares de morros e mata atlântica, ali se fixaram as grandes fazendas cafeeiras paulistas, que logo depois se espalharam para o Médio e Alto Paraíba, região de ocupação mais antiga¹³⁰. O desenvolvimento da atividade cafeeira (figura 22) contribuiu então para o povoamento no vale do Paraíba paulista e fluminense, fazendo despontar uma série de núcleos urbanos como Vassouras (no Rio de Janeiro) e Bananal (em São Paulo) em áreas que anteriormente se encontravam ermas.

¹²⁸ MOMBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1977, p.95.

¹²⁹ LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ªedição, 1999, p.133.

¹³⁰ BENINCASA, Vladimir. **Fazenda Paulista: arquitetura rural no ciclo do café**. 2007. 669f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia em São Carlos, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2007, p.27-28.

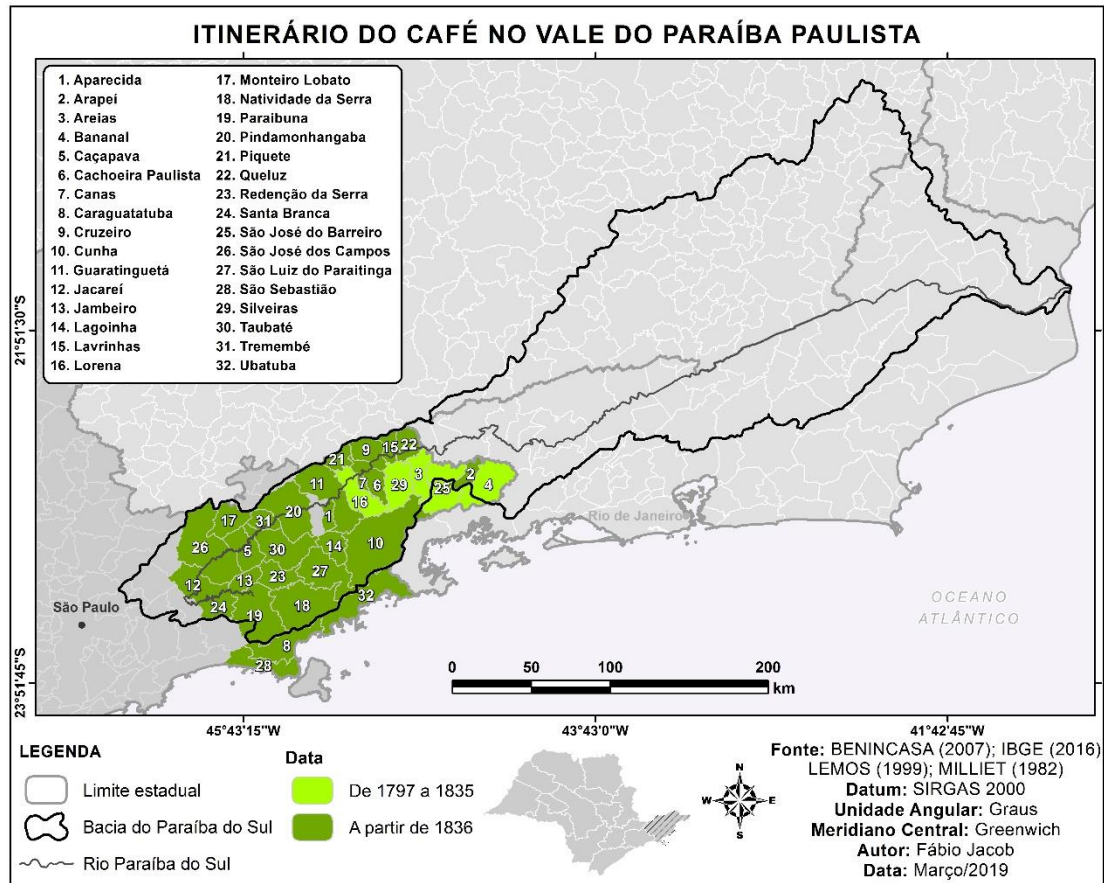


FIGURA 22 – Mapa da expansão da atividade cafeeira no vale do Paraíba paulista. Elaborado a partir de dados de: BENINCASA, Vladimir. *Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930*. São Carlos: Imprensa Oficial: EduFSCAR, 2003; LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª edição, 1999; MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: Pró-Memória, 1982.

Para que a atividade cafeeira se processasse, foi necessário que o território fosse desbravado e matas derrubadas, de modo que mais tarde pudessem ser utilizadas pelo cafeicultor. Desta forma, no final do século XVIII, os ditos pioneiros passaram a devassar os sertões do Médio Paraíba, entre as Serras da Mantiqueira e da Bocaina, no segmento deserto da Serra do Mar. Suas origens eram diversas, mas normalmente seguiam três destinos: pessoas que vinham do nascente para o poente, subindo o curso do rio; galgando a serra vinda de São João Marcos e Santa Cruz no litoral fluminense; ou da zona velha do vale passando por Lorena (ponto mais avançado da civilização bandeirante) ou pela fronteira de Minas Gerais através da Garganta do Embaú. Os mineiros valiam-se do primeiro e terceiro caminhos constituindo uma das principais frentes de entrada no território, produzindo inicialmente açúcar ou culturas para o passado normal¹³¹.

¹³¹ LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª edição, 1999, p.135.

Alguns autores como Motta Sobrinho (1968) defendem que embora a cultura do café fosse itinerante, o seu cultivo não teria ocorrido a partir da expansão da atividade cafeeira de Vassouras para Resende e de lá chegando até o vale do Paraíba paulista. Segundo este autor, o café teria se implantado nas regiões paulistas e fluminenses por volta de 1830, e o que teria as distinguido foram os períodos áureos, tendo ápice no vale do Paraíba fluminense de 1850 a 1870, e no vale do Paraíba paulista entre 1850 a 1887.

Para outros autores, como Araújo Filho (1956), o café no vale do Paraíba paulista foi uma expansão para o ocidente das lavouras do vale do Paraíba fluminense na zona de Resende. Tendo o Rio de Janeiro como centro irradiador, o café teria se expandido concomitantemente para as terras mineiras da Zona da Mata e para as paulistas da chama “Zona Norte”¹³², que seria um prolongamento do vale do Paraíba fluminense. Logo, Bananal, Areias, Barreiro, Silveiras e Lorena são uma continuação para o oeste dos cafezais irradiados da zona de Resende, que com o tempo se expandiram para várias direções, alcançando também as terras mineiras.

Apesar dessas controvérsias, o que se sabe é que o café não atingiu todo o território paulista de uma só vez, avançando gradativamente em etapas diversas, com o objetivo de buscar condições climáticas favoráveis, avançando para as áreas de florestas possuidoras de terras férteis, tendo sempre o oeste como seu horizonte de expansão e ponto cardinal.

Nesse contexto, com base nos recenseamentos oficiais de 1836 e 1920, nos relatórios provinciais de 1854 e 1886 e no Boletim da Secretaria de Agricultura de 1935, Milliet (1982) abordou o roteiro do café no território paulista subdividindo-o a partir de cinco datas principais: 1836, 1854, 1920, 1935 e 1938 (figura 23). Dentre elas, as que mais nos interessam dizem respeito aos três primeiros períodos assinalados.

¹³² Segundo os estudos de Milliet (1982) a “Zona Norte” de São Paulo seria constituída pelos seguintes municípios: Aparecida, Areias, Bananal, Buquira, Caçapava, Cachoeira, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Jataí, Lagoinha, Lorena, Mogi das Cruzes, Natividade, Paraibuna, Pindamonhangaba, Pinheiros, Piquete, Queluz, Redenção, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, São Bento, São José dos Campos, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba e Vila Bela.

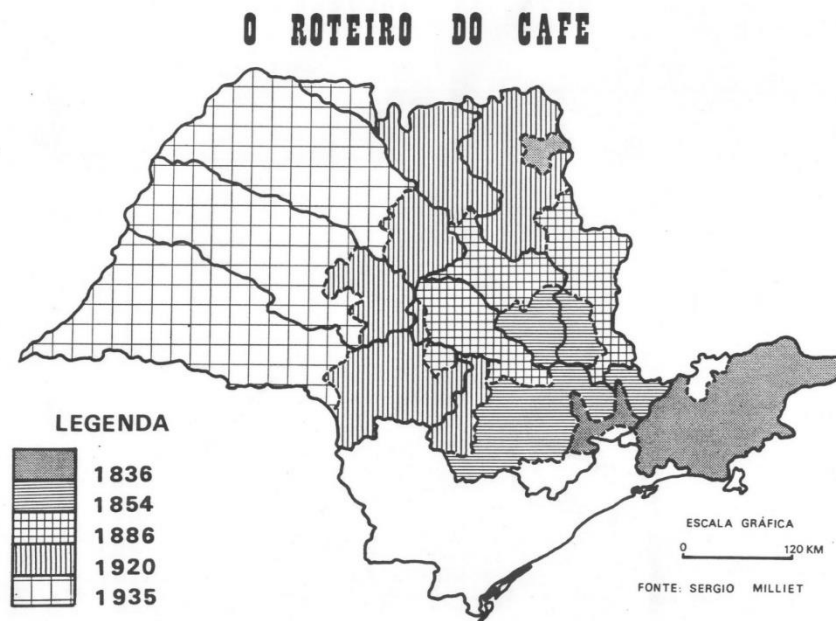


FIGURA 23: Roteiro de expansão da atividade cafeeira no território paulista subdividido em cinco datas principais: 1836, 1854, 1886, 1920 e 1935.

Fonte: MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: Pró-Memória, 1982, p.22.

De 1797 a 1836, o café avançou lentamente sobre o território paulista, acompanhando os caminhos já consolidados e percorridos pelas tropas de burros e pelas trilhas, indo em busca dos núcleos já habitados. Em 1836, o grande centro de produção tornou-se o vale do Paraíba, região denominada de “Zona Serrana do Norte de São Paulo”¹³³, conformada por Areais, Silveiras e Bananal, sendo responsáveis por cerca de 88% da produção do café, enquanto a área Central ocupava 12%. Apesar das duas áreas possuírem demografia bastante similar, haviam diferenças consideráveis em sua produção cafeeira¹³⁴.

Nesse cenário, Areias, que teria implantado a lavoura cafeeira desde 1810, despontou em 1836 como o maior produtor de café, com 102.797 arrobas anuais (quantia relevante para a economia da época), enquanto Bananal ocupava segunda posição, com 64.822 arrobas, seguida de Jacareí, com 54.000¹³⁵.

¹³³ Milliet (1982) subdividiu o atual estado de São Paulo em sete regiões, sendo o vale do Paraíba denominado por ele como “Zona Norte” ou “Zona Serrana do Norte de São Paulo, e a região de Campinas e adjacências como “área Central” ou “Zona Central”.

¹³⁴ : MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: Pró-Memória, 1982, p.22-23.

¹³⁵ MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café (1820-1920)**. Pref. Caio Prado Júnior. 2ed. Ver. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968, p.26.

Em 1854, Bananal passou a ocupar o primeiro lugar, substituindo Areais, ficando o segundo e terceiro lugares pertencentes à Taubaté e Pindamonhangaba, respectivamente¹³⁶. Em 1855 houve um aumento de 40% na população da zona Norte, e ao mesmo tempo a produção cafeeira da zona Central triplicou, iniciando-se a expansão para as regiões Mogiana e Paulista. Apesar da prosperidade na região Norte ter se mantido, a terra começaria a apresentar as consequências de desgaste, fazendo decair a sua produção para 77,46%. Enquanto a produção na zona Central começava a crescer, as regiões Mogiana e Paulista se uniram para dela tornarem-se rivais, vivenciando um rápido desenvolvimento.¹³⁷

A prosperidade da produção cafeeira no vale do Paraíba perdurou até as proximidades de 1880, durante o período do Império. O café nos moldes da lavoura escravocrata se expandiu pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, obtendo altos índices de produção. Em 1883, a produção cafeeira paulista igualou-se à fluminense, ultrapassando-a nos anos seguintes e distanciando-se dela cada vez mais¹³⁸. Com a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, houve sérias consequências para a produção cafeeira do vale do Paraíba como um todo, que já apresentava sinais de declínio. Em São Paulo, a lavoura cafeeira se expandiu para o Oeste, gerando uma inversão econômica e produtiva, passando assumir a supremacia em relação ao vale do Paraíba, já que como apontado pela historiografia, o Oeste paulista já fazia amplo uso de mão de obra estrangeira, livre e assalariada¹³⁹.

Outro fator que contribuiu para o declínio das atividades cafeeiras no vale do Paraíba está vinculado a forma de exploração predatória do meio ambiente para a implementação da lavoura. Quando as terras possuíam ainda a cobertura vegetal, ofereciam vantagens ao cafeicultor. Porém, como era necessária sua retirada para que a lavoura pudesse avançar, as terras começavam a se esgotar em suas reservas de húmus após certo período de exploração. O relevo acidentado também contribuiu para os processos erosivos, agravado pelo clima tropical úmido, com terras

¹³⁶ MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café (1820-1920)**. Pref. Caio Prado Júnior. 2ed. Ver. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968, p.29.

¹³⁷ MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: Pró-Memória, 1982, p.22-23.

¹³⁸ MOTTA SOBRINHO, op. cit., p.30.

¹³⁹ FRANCO, A. A. Síntese de história econômica do Brasil. Salvador: Progresso, 1958, p. 84-85.

trabalhadas por uma monocultura extensiva em bases comerciais e com métodos atrasados¹⁴⁰.

A questão da mão de obra também é apontada como um dos principais fatores que levaram à crise produtiva do café no vale do Paraíba, principalmente a partir da abolição da escravatura em 1888. A abolição afetou a produtividade dos fazendeiros de uma maneira geral pois todos utilizavam-se da mão de obra escrava, porém, os do vale do Paraíba sentiram maiores repercussões devido ao grande capital investido na aquisição da mão de obra em regime de escravidão, e a dificuldade de adaptação para empregar a mão de obra imigrante. Em contrapartida, o Oeste paulista em seu processo de expansão da cafeicultura já implantava a mão de obra imigrante em maior escala, constituindo um fator técnico facilitador da transição. Desta forma, puderam suportar com mais facilidade as crises políticas, econômicas e sociais do fim do século, sem grandes abalos em sua economia¹⁴¹.

As repercussões da decadência do café no vale do Paraíba não foram sentidas da mesma forma por todas as Províncias. Ao contrário do que ocorreu na Província do Rio de Janeiro, que sofreu consequências econômicas mais sérias, em São Paulo a maior repercussão foi a perda da zona Norte como uma de suas principais produtoras, possuindo outras áreas onde o café se estabeleceu e progrediu. Quando a Província fluminense principiou a sua queda como região produtora, a zona Norte Paulista também foi perdendo sua liderança, que passou a se estabelecer na Depressão e no Planalto Ocidental¹⁴².

A expansão da lavoura cafeeira foi propulsora de relevantes mudanças para São Paulo, tirando-o da posição desvantajosa que se encontrava, alterando o eixo econômico e transformando sua incipiente situação durante o período colonial, em uma rica Província. Embora a lavoura cafeeira no vale do Paraíba paulista fosse uma continuidade da expansão da lavoura do vale do Paraíba fluminense, destacamos que o café não atingiu as duas Províncias da mesma forma, dado que cada uma dessas regiões possuía suas particularidades.

Vale também destacar que, durante o período da atividade cafeeira no vale do Paraíba era comum que os fazendeiros possuíssem propriedades em mais de uma

¹⁴⁰ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956, p.68-69.

¹⁴¹ Ibid., p.60-63.

¹⁴² Ibid., p.73.

Província, administrando-as concomitantemente. Um exemplo disso encontra-se em Lorena, que apesar de não ter ocupado posição expressiva na produção cafeeira, representava um núcleo de grande força política e financeira, sendo de lá também um dos maiores senhores de terras da região, o Conde de Moreira Lima. Este possuía cinquenta e duas fazendas que se estendiam de Caçapava à Resende, abrangendo áreas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (em Itajubá)¹⁴³. Guaratinguetá também ocupava uma certa posição de destaque possuindo cerca de quarenta fazendas, cujo Visconde de Guaratinguetá representava um grande produtor da região, possuidor de diversas propriedades e escravos¹⁴⁴.

2.5 O percurso do café na Zona da Mata mineira

Os limites que separam a Zona da Mata das regiões vizinhas nem sempre são claros, já que não se observa um rompimento brusco entre as paisagens. Apesar da Zona da Mata ter recebido tal nomenclatura em função da vegetação densa, não foi essa característica que predominava na diferenciação entre as regiões, mas sobretudo o relevo. Seu limite mais visível é o que fica a oeste, sendo limitada pelos campos naturais do centro e sul de Minas, com as escarpas do chamado “Planalto da Mantiqueira”, tradicionalmente conhecida por Serra da Mantiqueira¹⁴⁵. A delimitação ao sul é mais imprecisa, pois a vegetação constituía um manto florestal bastante homogêneo e compacto, formando um todo contínuo com a floresta do médio Paraíba ao sul, e com o vale do Rio Doce ao norte.

Algumas evidências indiretas – como a continuidade da cobertura vegetal, as semelhanças de clima e solo – entre o sul da Zona da Mata e o médio vale do Paraíba constituem hipóteses que apontam que essas regiões teriam compreendido uma única formação vegetal¹⁴⁶. Não só a vegetação teria sido um fator uniformizador dessas paisagens, mas também as características históricas, como a marcha do povoamento e a cultura do café. Há semelhanças até mesmo na tectônica de ambas regiões, constituídas de uma estrutura apalacheana formando vales e cristas alinhados.

¹⁴³ MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café (1820-1920)**. Pref. Caio Prado Júnior. 2ed. Ver. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968, p.29-30.

¹⁴⁴ Ibid., p.29.

¹⁴⁵ VALVERDE, Orlando. **Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958, p.22.

¹⁴⁶ Ibid., p.9.

Porém, no vale do Paraíba o relevo tornava-se mais pronunciado, sendo perceptível no terreno a sucessão de serras orientadas e grandes estirões de vales retilíneos e paralelos. Seus gradientes elevados acabaram favorecendo processos erosivos, uma vez que a cobertura vegetal era retirada. Já na Zona da Mata, a distinção da estrutura apalacheana é menos proeminente, não sendo possível distingui-la com facilidade, salvo em algumas exceções¹⁴⁷.

A medida que se vai do sul da Zona da Mata para o norte, se verificam mudanças da direção das cristas montanhosas, de forma que elas passam a seguir o sentido geral da Serra do Espinhaço. Essa inflexão das direções estruturais faz com que os alinhamentos montanhosos se abram na Zona da Mata em forma de leque, dando à região uma forma afunilada¹⁴⁸. A evolução do relevo na Zona da Mata também propiciou o desenvolvimento de superfícies de erosão bem regulares que podem ser subdividas em quatro: Superfície de Leopoldina, com 300 a 400m de altitude e relevo ondulado e fortemente ondulado, sendo a região mais deprimida da dobra de fundo, tendo um dos extremos nos arredores de Eugenópolis e outro em Argirita, cujos vales tem fundo plano com várzeas; “Superfície de Guarani-Rio Novo”, – cercando a Superfície de Leopoldina – de notável regularidade, entre 450 a 500m de altitude, característica que também se reproduz em Carangola, Ubá e Visconde do Rio Branco; e o terceiro nível nas áreas da periferia da Zona da Mata, com 800-900m de altitude, encontrado em Ervália, Manhuaçu, Espera Feliz e arredores de Juiz de Fora¹⁴⁹.

Em geral, a literatura considerou que a ocupação dos sertões do Leste, ou da Zona da Mata teve como marco temporal a segunda metade do século XVIII e essencialmente o início do século XIX, sendo esse isolamento quebrado com o declínio da atividade mineradora e o posterior desenvolvimento da lavoura cafeeira¹⁵⁰. A segregação da região teria justificativa, segundo alguns autores como Valverde (1958), em fatores naturais e políticos. Os primeiros, associados à presença de uma densa cobertura vegetal que impunha uma barreira natural quase intransponível, completada pela presença de índios *puris* e *cataguás* no seu território. Os segundos,

¹⁴⁷ VALVERDE, Orlando. **Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958, p.22-23.

¹⁴⁸ Ibid., p.10-11.

¹⁴⁹ Ibid., p.12-14.

¹⁵⁰ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008, p.75-77.

relacionados ao fascínio exercido pelo ouro e a inexistência do metal na área, somados à tentativa do governo de manter condições desfavoráveis para que a região fosse ocupada e assim se evitar os ditos “descaminhos do ouro”, ou seja, seu contrabando. A partir da perspectiva deste autor, no momento no qual a ocupação da região passou a ser oportuna para Coroa e também para os colonos, muito em decorrência da crise da mineração, os fatores que outrora constituíram barreiras foram sendo vencidos, a exemplo da revogação em 1805 da medida política para impedir a ocupação da região.

Os aspectos citados de fato incidiram e se materializaram em certos obstáculos para a ocupação da Zona da Mata, porém seria mais adequado classificar como uma povoação inexpressiva, ao invés de uma região despovoada, visto que mesmo com as proibições que perduraram até 1805, existiam núcleos de povoamento estabelecidos desde o século XVIII. Além disso, apesar do café ter promovido a fixação e o crescimento urbano da região, ele não foi o marco de formação regional, visto o papel desempenhado pelos primeiros povoados no período colonial, com ocupação e desbravamento partindo de duas frentes principais¹⁵¹. A primeira frente de povoação encontrava-se no vale do rio Paraíba do Sul, e mais especificamente nas bordas do Caminho Novo – rota que promovia a ligação da região mineradora ao porto do Rio de Janeiro. Existiam roças e ranchos para abastecimento e pouso dos tropeiros e animais, além das regiões dos rios Doce e Pomba, as quais se tornaram áreas de população e produção agrícola expressivas. A segunda frente, na metade do século XVIII, intensificada com a crise da mineração, tendo como principais centros polarizadores Mariana e Ouro Preto, dando início a dispersão dos habitantes da região do Centro de Minas para o vale do Paraíba e a Zona da Mata¹⁵².

A abertura da fronteira agrícola da Zona da Mata mineira foi anterior à expansão cafeeira, vinculando-se ao período de ápice da mineração, com base em uma economia de subsistência local, mas sobretudo visando o abastecimento das áreas mineradoras, através das fazendas de mantimentos. Mesmo com a flexibilização de fronteiras para o desenvolvimento das atividades agrícolas, ainda haviam proibições

¹⁵¹ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008, p.77-79.

¹⁵² GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.104.

para o livre trânsito na região, que contribuíram para que o processo de povoamento não se processasse completamente¹⁵³. A inversão desse cenário ocorreu com o agravamento da crise do ouro que promoveu o processo de dispersão populacional, de modo que a região Central de Minas Gerais começou a ver sua população declinar, enquanto a Zona da Mata passou a sofrer um crescimento, com incremento da prática da agricultura das fazendas de mantimentos como uma alternativa econômica, até que o café começasse a despontar como uma atividade lucrativa¹⁵⁴. Logo, o padrão de migração que passou a predominar em Minas foi centrífugo – do centro para a periferia – no qual as famílias provenientes do Centro teriam retornado às margens dos caminhos para São Paulo e Rio de Janeiro¹⁵⁵.

A proibição da ocupação da Zona da Mata motivou o trajeto das famílias da região Central de Minas que a princípio se instalaram no vale do Paraíba fluminense para posteriormente chegar à Zona da Mata. O sul da mata e o vale do Paraíba paulista e fluminense possuíam condições naturais bastante similares, porém em um primeiro momento, a impossibilidade de obter títulos de propriedade das terras mineiras trazia implicações negativas, em termos de participação na vida política na corte, de modo que era preferível instalar-se no Rio de Janeiro. Além disso, como a produção precisaria ser exportada pelo porto do Rio, era mais recomendável que a ocupação permanecesse nas áreas mais próximas a ele, o que demandava menos gastos com transportes. Desta forma, somente quando as terras fluminenses estiveram totalmente ocupadas pelos cafezais, a Mata passou a ser uma opção interessante para os fazendeiros¹⁵⁶.

A Zona da Mata não constituía uma região uniforme, com subdivisões entre suas partes Norte, Central e Sul. Assim, o avanço da lavoura cafeeira não foi exatamente linear, já que os cafezais perpassaram pela maior parte da Zona da Mata, mas não por sua totalidade, visto que algumas localidades como a região de Piranga receberam a atividade tempos depois dos núcleos vizinhos, por ainda estarem muito

¹⁵³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870**. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008. p. 260-258.

¹⁵⁴ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 198, p.1.

¹⁵⁵ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008, p.77.

¹⁵⁶ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.105-106.

ligadas a Mariana até o século XIX. Além disso, o avanço se processou primeiramente nas áreas que apresentavam quadro natural mais favorável, para depois alcançar os locais de mais difícil acesso¹⁵⁷.

A parte Norte da Zona da Mata, correspondente aos sertões do Cuieté, foi a primeira a ser ocupada em meados do século XVIII, correspondendo aos vales da margem direita do Rio Doce, até Ponte Nova e Manhuaçu, por razão da sua proximidade com as freguesias do Termo de Mariana. O início de sua ocupação remontaria a 1740 com avanço gradativo devido à ampla presença dos temerosos índios antropófagos. Antes da atividade cafeeira, e além da cultura de subsistência, prolongava-se a tradição colonial da produção de açúcar e água ardente. Posteriormente, em 1886, com a introdução da atividade cafeeira, destacou-se na área o proprietário José Alves de Souza, responsável pelas fazendas cafeeiras Jabuticaba e Segredo (no atual município de Ponte Nova)¹⁵⁸.

A região central da Zona da Mata ¹⁵⁹ era o núcleo de maior população indígena. Em 1750, houveram movimentações migratórias para Arrepiados (atual município de Araponga) que acabaram sendo interrompidas, até que em 1767 o governador da Capitania decidiu fundar um grande aldeamento central para os índios *coropós*, *puris* e *coroados*. Depois de algumas tentativas de incorporar as populações indígenas às freguesias de Piranga e Rio Pomba, esse novo fluxo migratório acabou contribuindo para o arruinamento do projeto de aldeamento central. A incorporação da cultura indígena acabou contribuindo para a sua sedentarização, pois recebiam terras e começaram a estabelecer um padrão familiar de produção agrária, apesar de ainda existirem alguns seminômades que se tornaram agregados nas fazendas, muito particularmente no município de Cataguases, fronteiro com a área dominada pelas grandes lavouras cafeeiras em meados do século XIX. O maior proprietário de terras na região da Zona da Mata central foi Antônio Januário Carneiro, comerciante e capitão-mor da freguesia de Piranga, que obteve quatro sesmarias das imediações de

¹⁵⁷ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.130-131.

¹⁵⁸ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2), p.14-16.

¹⁵⁹“A zona da Mata central, constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo”. Ibid., p.13.

Ubá, transferindo-se para lá com sua família e escravos em 1805, onde mantinha a produção de açúcar e aguardente¹⁶⁰.

Na parte sul da Zona da Mata, o processo de ocupação iniciou-se efetivamente a partir de 1817, quando os proprietários de lavras na região das minas migraram para o vale do rio Paraíba do Sul, para estabelecer a cafeicultura nos moldes escravistas. Esse processo de ocupação das terras da porção sul da Zona da Mata teria sido possível com a dispersão dos índios, que foram atraídos para os aldeamentos do Presídio ou Guidoal, ou teriam sido expulsos da região, ou passaram a vagar pelas fazendas da zona de fronteira da mata central e sul na condição de agregados. Havia uma forte interligação entre o sul da Zona da Mata e as Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, de forma que a divisa política das três Províncias, que conformavam o vale do Paraíba adquiriu perfil próprio, formando quase uma Província a parte, baseada nos latifúndios de mão de obra escrava¹⁶¹.

O avanço da produção cafeeira na Zona da Mata (figura 24) deu-se por conta das pressões produtivas no vale do Paraíba, sendo que a sua expansão aconteceu inicialmente contígua à fluminense, como sua extensão. Ao longo das margens do rio Paraíba e Paraíba do Sul, muitas das propriedades tinham parcelas tanto nas Províncias do Rio de Janeiro quanto de Minas Gerais. Seguindo esse percurso, em 1819 a produção cafeeira mais expressiva de Minas se concentrava nos distritos da divisa, como Matias Barbosa, Mar de Espanha, Além Paraíba e Rio Preto. Com a obtenção de lucros da produção e os métodos de plantio, ocorreu um incentivo para a sua continuidade, e a expansão da fronteira em direção norte, atingindo Juiz de Fora por volta de 1828, e depois, em 1840 chegaria a Leopoldina, Cataguases e Ubá¹⁶². Até 1850, a cafeicultura ficou bastante restrita à porção sul da Zona da Mata devido aos custos de transporte para o Porto do Rio pela estrada do Paraíba, tornando preferível que a plantação se estabelecesse nas proximidades da Corte. Porém, o

¹⁶⁰ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2), p.16-19.

¹⁶¹ Ibid., p.19.

¹⁶² GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.106.

manejo predatório das terras fazia que a expansão e a incorporação de novas terras fossem uma necessidade constante para que a atividade se desenvolvesse¹⁶³.

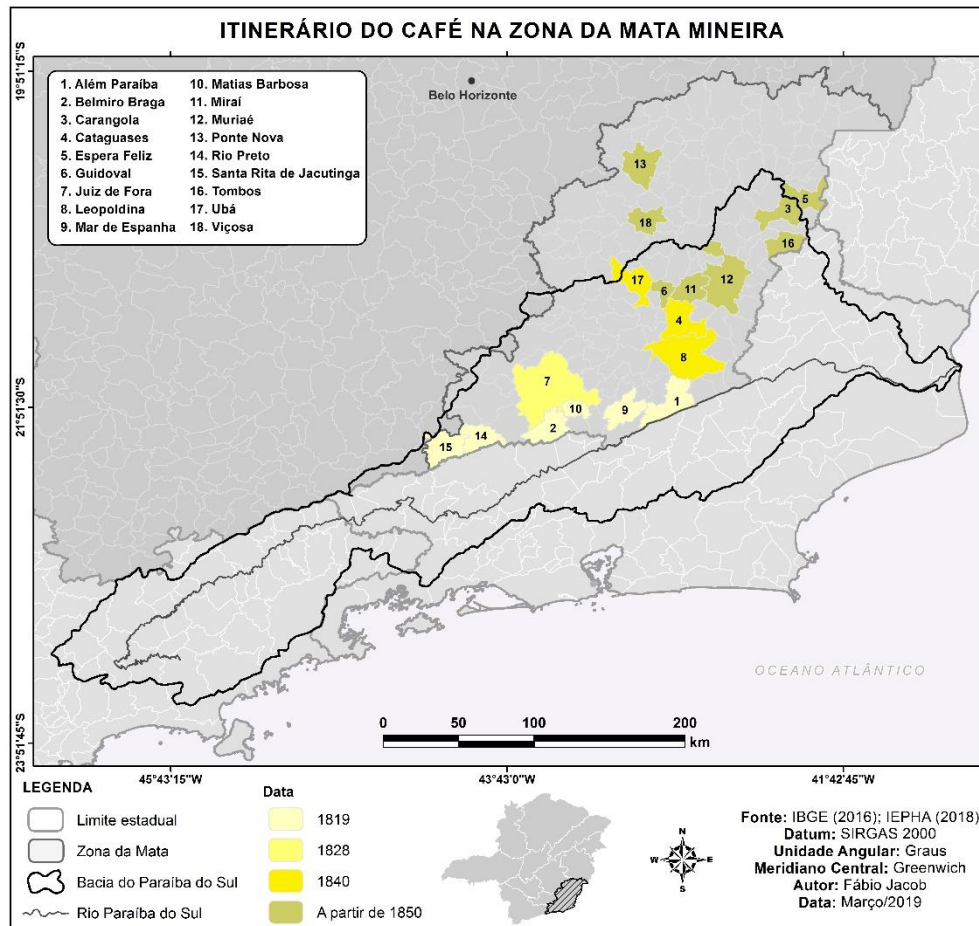


FIGURA 24 – Mapa da expansão da atividade cafeeira na Zona da Mata mineira. Elaborado a partir de dados de: CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira:** a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. 278p; CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo;** contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2); GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento.** Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. 204p.

A região conformada por Mar de Espanha, Juiz de Fora e Rio Preto caracterizou-se como a primeira área a produzir café em larga escala, sendo onde se estabeleceram os maiores proprietários de terras e escravos da Província. Sua proximidade com o Rio de Janeiro também possibilitou que se estabelecessem relações políticas, econômicas e matrimoniais entre os fazendeiros de ambas as

¹⁶³ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento.** Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.130.

margens do rio Paraíba do Sul¹⁶⁴. Nesse contexto, destaca-se a posição de Santo Antônio do Paraibuna (atual Juiz de Fora) como ponto de intermédio entre a corte do Rio de Janeiro, concentrando comércio, sendo ponto de encontro de tropeiros entre si e com os fazendeiros, constituindo também um importante núcleo de decisões políticas da região¹⁶⁵.

A rota de expansão das fazendas cafeeiras na Zona da Mata (figura 25) apresentou uma direção geral sudeste-nordeste, seguindo de certa forma o curso dos rios, sem que estes tivessem a função principal de transporte de mercadorias, dada a incapacidade de receberem embarcações de grande porte. Após 1850, a expansão se deu em duas frentes, sendo a primeira delas em direção nordeste, alcançando Miraí, Muriaé, Carangola e Espera Feliz, cujo avanço foi auxiliado pelo fluxo do norte fluminense através de Itaperuna, seguindo o curso dos rios Muriaé e Carangola. Devido à presença da Serra do Caparaó, que dificultava a travessia para a região mais ao norte da Zona da Mata, tornava-se mais fácil atingir essas regiões pelo Rio de Janeiro. A segunda frente seguiu em direção noroeste, atingindo Guidoal, Viçosa e Ponte Nova. A expansão para o norte seguindo as cabeceiras do rio Casca eram evitadas em função dos relevos e declividades da área em questão, que ofereciam muitas dificuldades. A expansão foi então se consolidando, de forma que atingiu as três grandes divisões da Zona da Mata, a sul, centro e norte¹⁶⁶.

¹⁶⁴ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2), p.20.

¹⁶⁵GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.111.

¹⁶⁶ Ibid., p.131-133.

muito significativas, resultando em uma rede urbana pouco articulada. O único ponto a ter vivenciado um maior desenvolvimento foi Juiz de Fora, devido ao intenso fluxo de mercadorias e pessoas. Devido às dificuldades de comunicação por conta dos fatores naturais e da precariedade das estradas, além da preponderância de latifúndios de fronteira, a condição predominante era de um certo isolamento¹⁶⁸ das propriedades rurais, sendo que a área urbana costumava ter uma função secundária como ponto de encontro entre os fazendeiros nos fins de semana. Desta forma, em um primeiro momento a atividade cafeeira não teria sido suficiente para romper o isolamento de certas regiões na Zona da Mata¹⁶⁹.

O movimento de expansão da cafeicultura para a Zona da Mata se deu simultaneamente com o do vale do Paraíba fluminense e no norte paulista (Barreiro, Areais, Bananal, Jacareí, Taubaté), configurando um único processo, apesar de ter marcado diferencialmente a economia de cada uma das Províncias¹⁷⁰. Mesmo o período de expansão tendo sido coincidente, houve uma dessemelhança no período de implantação da lavoura¹⁷¹. A cafeicultura na região fluminense, que já se encontrava estabelecida, iniciou seu processo de expansão nas duas primeiras décadas do século XIX, enquanto, na mesma época, surgiam as primeiras unidades produtivas na Zona da Mata, com números ainda bastante reduzidos. Nesse período, a cultura cafeeira ainda não estava disseminada em Minas, não atingindo grandes proporções e não sendo prioridade das lavouras. Só a partir da terceira década do oitocentos, há referências às propriedades dedicadas quase que exclusivamente ao café, embora em pequena escala, sendo ainda considerada como de subsistência. Sua aceleração produtiva começou a ocorrer entre 1841 e 1850, recebendo influência

¹⁶⁸ A condição de isolamento das fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira, em consequência da maneira pela qual ocorreu o próprio processo de expansão da cafeicultura no território, repercutiu em problemas para o atual quadro de preservação desses bens culturais. A localização distante e desconexa das sedes municipais fez com que as cidades se desenvolvessem de forma independente, dificultando também o estabelecimento de relações com as pessoas, já que não fazem parte de seu cotidiano, impossibilitando medidas de proteção e fiscalização.

¹⁶⁹ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p.113-114.

¹⁷⁰ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920**. Petrópolis: Vozes, 1981, p.4-6.

¹⁷¹ Dada as condições nas quais era cultivado, o café atingia seu ápice em 8 anos, com 16 anos começava a decair e aos 25 tornava-se basicamente inútil. Isso explica o fato de que quando as plantações pioneiras no rio começavam a cair era mais fácil abandoná-la e seguir a fronteira para o norte. O mesmo fato foi ocorrendo na Zona da Mata mineira, de forma que quando a produção chegava no seu auge no Sul, começava sua semeadura na parte central, quando começava o declínio na parte meridional, o café alcançava o Norte. GIOVANINI, op. cit., p.116-117.

do impacto da região vizinha do vale do Paraíba fluminense, que alcançava mercados internacionais mais amplos e conseguia rentabilidade, de forma que o café passou a configurar uma oportunidade de investimento e acesso ao status de grande proprietário de terras. A expansão cafeeira na Zona da Mata é tardia, devido a sua pequena produção no início do século XIX, mas com comportamento ascendente tendendo a equiparar-se com a do vale do Paraíba fluminense¹⁷².

O fato da Zona da Mata ter iniciado o desenvolvimento da lavoura cafeeira de forma concomitante à expansão do vale do Paraíba, fez com que se reproduzissem suas condições técnicas, suas formas de plantio, o tempo e produtividade dos cafezais, e o uso quase exclusivo da mão de obra escrava. Além de utilizarem técnicas similares, também seguiam o estilo de vida dos cafeicultores fluminenses. A cafeicultura também fez ampliar as relações de dependência com o Rio de Janeiro, dado que a comercialização do produto era integralmente realizada no porto carioca, onde estavam as casas bancárias e comissárias que forneciam o capital a ser empregado no cultivo e expansão do café. Logo, a proximidade com o núcleo agroexportador do Rio de Janeiro e sua ligação com o porto possibilitou certa identificação da Zona da Mata com essa região, não apenas do ponto de vista econômico, mas também cultural, social e político.

Apesar do estabelecimento dessas relações de proximidade, a implantação da cafeicultura da Zona da Mata não dependeu do avanço da fronteira ocidental da cafeicultura fluminense, não podendo ser considerada apenas uma extensão do sistema agrário adotado no vale do Paraíba¹⁷³. A expansão cafeeira na Zona da Mata considerava a preexistência de uma acumulação endógena na Província de Minas, proveniente de seu mercado interno. A presença desse capital que se internalizava na Província possibilitou a formação de um modelo autônomo de produção que não se assemelhava ao do vale do Paraíba fluminense ou paulista, e a partir do qual foi possível investir na atividade cafeeira e promover seu salto qualitativo para uma grande produção. Os proprietários que se instalaram na fronteira da Zona da Mata utilizaram capitais acumulados em outras atividades que se multiplicavam a partir das relações de parentesco, amizade e prestígio. A Zona da Mata possuía seu ritmo

¹⁷² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008. p. 263-264.

¹⁷³ Ibid., p. 262.

próprio, reflexo de suas movimentação e migrações internas, o que se diferenciou do ocorrido no Rio de Janeiro e em São Paulo¹⁷⁴.

No Rio de Janeiro, a mutação do capital mercantil para o agrário se deu por via dos comerciantes estabelecidos na praça comercial da Capital, configurando a força motriz para a cafeicultura. Apesar da existência das famílias provenientes da mineração em terras fluminenses, estas – ao se envolverem com as famílias mercantis por meio dos laços matrimoniais – acabaram por perder um pouco sua identidade mineira, consolidando o início da atividade cafeeira, mas aderindo nova identificação com a Província do Rio de Janeiro. Já em São Paulo outro modelo de expansão cafeeira foi percebido, com a acumulação de capitais no vale do Paraíba paulista proveniente de atividades agrícolas anteriores, como o açúcar e a cultura de subsistência, criando as bases para transformar as pequenas e médias propriedades¹⁷⁵.

Desta forma, a agricultura de subsistência desenvolvida anteriormente na Zona da Mata não possibilitou o acúmulo de excedentes para serem investidos na atividade cafeeira. A origem das grandes fazendas estava relacionada à utilização de investimentos provenientes da economia mercantil de alimentos de outras sub-regiões mineiras, vinculadas tradicionalmente ao abastecimento da corte¹⁷⁶.

Logo, foram os pioneiros que investiram na região, representados pelas famílias que vinham para as fronteiras abertas da Zona da Mata e que se diferenciavam daquelas que se dirigiram anteriormente para a Província Fluminense, pois permaneciam profundamente identificadas com a história mineira, se perpetuando no tempo e no espaço, por via de estratégias sociais que passaram a ter um peso considerável¹⁷⁷. A decisão de emigrar devia-se à ausência de oportunidades na região Central e ao esgotamento dos recursos auríferos, cuja herança paterna não poderia beneficiar a todos sem que isso gerasse a fragmentação e o enfraquecimento de seu patrimônio. Quando nos referimos aqui aos pioneiros não estamos enquadrando os primeiros habitantes da região, mas as famílias que estiveram ligadas às atividades de mineração, e que passaram a se relacionar com as atividades

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1870. IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MONICA.pdf>>, acesso em 27/03/2008. p. 262-267.

¹⁷⁵ Ibid., p.274-275.

¹⁷⁶ Ibid., p.275-276.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, loc. cit.

mercantis na corte, no Sul de Minas e no vale do Paraíba, sendo a frente pioneira da expansão da atividade cafeeira¹⁷⁸.

A começar pelos Teixeira Leite, que, como citado anteriormente, se fixaram na região de Vassouras. Um de seus membros – Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca – tornou-se um dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha. Seu irmão, Francisco Leite Ribeiro estabeleceu-se em Além Paraíba. Manoel José Monteiro de Barros, que vinha de Congonhas, estabeleceu-se na parte central da Zona da Mata, fundando Leopoldina; Joaquim Vieira da Silva Pinto de Queluz (atual Barbacena), também instalou-se na parte central, sendo primeiro plantador e organizador de Cataguases; Joaquim Dutra Nicacio, sobrinho de Silva Pinto tornou-se o maior fazendeiro de Ubá na plantação de café, criando também uma poderosa dinastia política na região; e as famílias Tostes, Vidal Leite, Barbosa e Cerqueira Leite, todas ligadas por casamento entre si e descendentes dos antigos colonizadores de outros municípios, sendo os fundadores de Juiz de Fora. Descendendo de tradicionais famílias mineiras, formavam a aristocracia rural que passou a controlar toda a vida econômica, social e política da região até o final da primeira República. Dentre eles, destacavam-se – além dos já citados Teixeira Leite –, os Breves, com o Barão de Guararema no distrito de Além Paraíba; o conde de Nova Friburgo, com fazenda em São Manuel (atual Eugenópolis); os Monteiro e Castro e tantos outros¹⁷⁹.

Os atuais municípios de Leopoldina e Mar de Espanha começaram a ter suas terras apropriadas a partir de 1817, por meio do regime de sesmarias. Em 1818, em Leopoldina, além da cessão da maior parte das terras férteis, também ocorreu tomada das terras devolutas pelos membros da família Monteiro. Esta família apropriou-se de um vasto patrimônio agrário cuja operação foi facilitada pela presença de alguns de seus membros em importantes cargos do governo da Capitania e depois da Província, como o comendador Manuel José Monteiro de Barros que (que obteve concessão de quatorze sesmarias); Romualdo José Monteiro de Barros (o barão de Paraopeba) e o desembargador e ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros. Tais operações propiciaram a concentração de terras nas mãos de poucas famílias, e a consolidação das fazendas cafeeiras na região (cerca de vinte e três anos depois com enormes

¹⁷⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920). Dissertação, Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1985, p.27-28.

¹⁷⁹ VALVERDE, Orlando. **Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958, p.30.

unidades de produção com caráter exportador), cujos proprietários foram também os responsáveis pela construção da rede viária para escoamento até o porto do Rio de Janeiro¹⁸⁰.

¹⁸⁰ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2), p.20.

CAPÍTULO III

LAYER 1: AS CONEXÕES CAFEEIRAS ATRAVÉS DOS CAMINHOS POR TERRA E LINHAS FÉRREAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL

O desenvolvimento da atividade cafeeira esteve intimamente ligado à expansão dos transportes no século XIX, considerando que era sua premissa básica encontrar vias fáceis que permitissem seu rápido escoamento até os portos exportadores. Embora a cultura cafeeira tenha se apropriado de algumas conexões territoriais existentes desde o período colonial, adicionou a elas outras vias de comunicação, transformando-as e ampliando-as, transmutando assim o território, além de criar novas vias principais de escoamento, seja através das estradas de rodagem ou linhas férreas.

Assim como a expansão territorial da atividade cafeeira partiu de uma motivação econômica, os meios de transporte por ela delineados também seguiram essa premissa, possibilitando por meio de seus traçados a aproximação com a localização das fazendas cafeeiras na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Logo, como as linhas de um desenho, o capítulo 2 corresponde à *layer 1* de nossas análises, permitindo-nos identificar as conexões territoriais criadas e motivadas pela atividade cafeeira no século XIX que podem ser sobrepostas às análises trazidas no capítulo 1, que nos permitiram construir até aqui um panorama geral de tal atividade no território.

3.1. Das Preexistências: Os caminhos por terra no período de transição da Colônia para o Império

Quando a atividade cafeeira começou a se expandir no território partindo das proximidades da cidade do Rio de Janeiro e atingindo o vale do Paraíba, preexistiam uma série de conexões territoriais herdadas do período colonial que foram apropriadas pelo café, mas também transmutadas pelo seu desenvolvimento e a elas adicionando tantas outras. Assim, apontaremos inicialmente um panorama geral das condições preexistentes que o café encontrou no início de seu processo de expansão, para posteriormente lançarmos análises sobre as alterações e adições produzidas por ele nessa rede de caminhos e conexões.

Com a prosperidade das atividades mineradoras ao longo do século XVIII, foram abertos caminhos responsáveis por realizar o escoamento e conectar as minas

de ouro ao Rio de Janeiro, principal porto de escoamento. A atividade mineradora, além de deslocar o eixo econômico produtivo do país para o sudeste, também favoreceu a ocupação ao longo dos eixos de circulação da América Portuguesa. Em Minas Gerais, o traçado dos caminhos coloniais ocasionou a concentração de população e atividades econômicas nas adjacências dessas vias de comunicação¹⁷⁶.

Apesar da precariedade dos caminhos e do longo período de viagem que exigiam, resultando em uma travessia muitas vezes penosa, sua circulação tornou-se bastante intensa. A grande movimentação na região fez com que muitas vilas e arraiais sacrificassem até mesmo seu próprio abastecimento para suprir as demandas nas minas. O aumento da demanda por abastecimento bem como a grande circulação de pessoas acabou incentivando a ampliação das lavouras e a multiplicação das manufaturas, tanto em Minas como nas áreas abastecedoras¹⁷⁷.

Uma das primeiras vias de comunicação territorial responsável por conectar as regiões mineradoras ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo foi o Caminho Velho (figura 26). O percurso do caminho partia de Paraty, subia a serra onde entroncava-se com o caminho dos bandeirantes nas proximidades de Guaratinguetá, e seguindo o curso do Paraíba passava pelas roças de Bento Rodrigues localizadas onde atualmente situa-se Lorena e daí dirigia-se a Minas Gerais¹⁷⁸. Da vila de São Paulo a Lorena, junto às roças de Bento Rodrigues, na travessia do Rio Paraíba o caminho era mais suave, passando por Nossa Senhora da Penha, pela aldeia de Itaquaquecetuba, pela vila de Mogi, por Laranjeiras, pelas vilas de Jacareí, de Taubaté, de Nossa Senhora da Conceição (atual Pindamonhangaba) e de Guaratinguetá, núcleos já bastante consolidados, em uma rota aberta e frequentada há muitos anos, passando a receber um fluxo mais intenso com a atividade mineradora¹⁷⁹.

¹⁷⁶FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002. P.72.

¹⁷⁷ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.137-138.

¹⁷⁸ MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949, p.56.

¹⁷⁹ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.135.

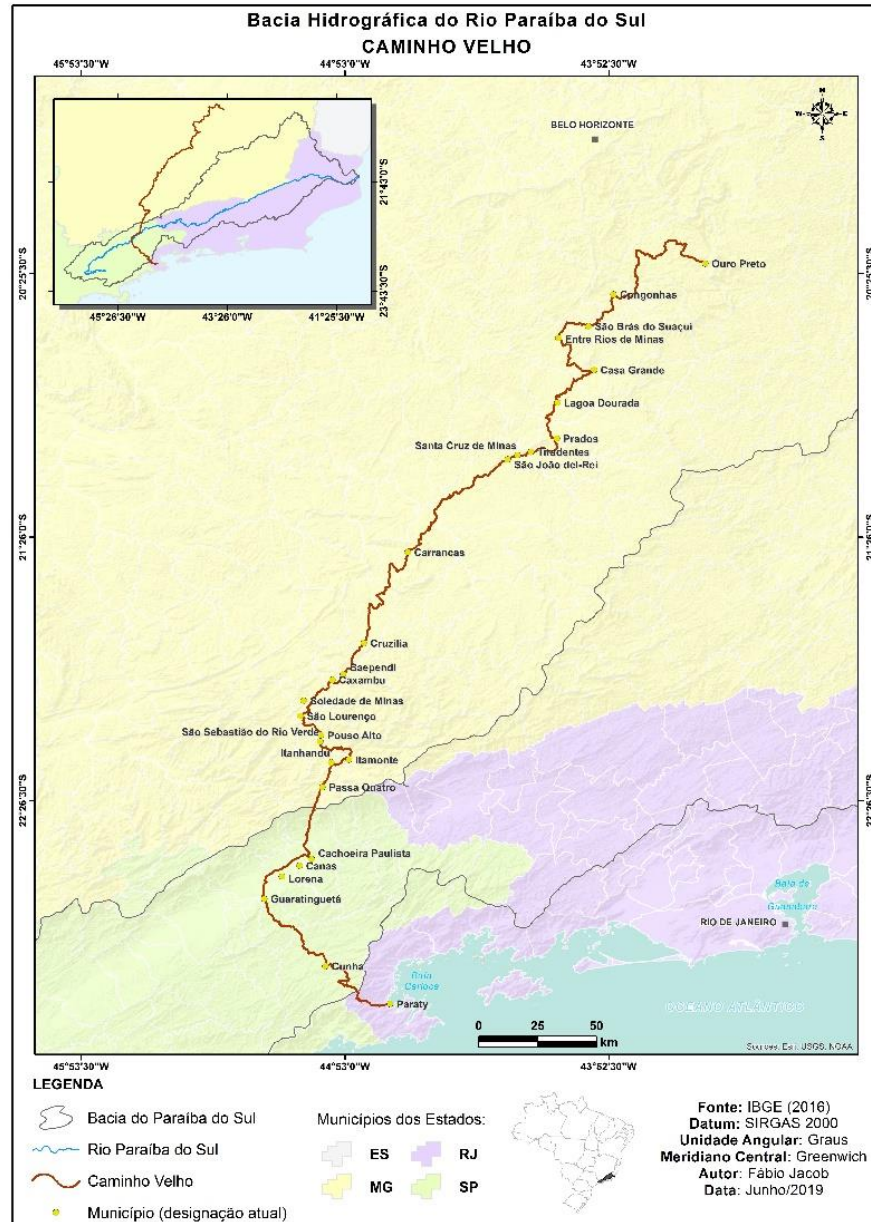


FIGURA 26 – Mapa do percurso do Caminho Velho com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Fonte: Da autora. Elaborado a partir de: MORAES, Fernanda Borges de. A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.135.

No trecho em Minas Gerais, o percurso tornava-se mais penoso, especialmente na transposição da Mantiqueira, sendo feita através da Garganta do Embaú, cuja escalada para acessá-la demandava grandes esforços. Após atravessar o ribeirão *Passavinte*, seguinte do *Passatrinta*, chegava-se até Pinheirinhos, primeiro local após a transposição da Mantiqueira que possuía condições adequadas de pouso. Eram aproximadamente treze dias de caminhada para atravessar o complexo da Mantiqueira, em ritmo lento com as muitas dificuldades que a declividade impunha. O

próximo pouso era em Boa vista, seguindo-se a travessia dos rios Grande e das Mortes, onde próximo da serra de Itatiaia (Serra de Ouro Branco) o caminho bifurcava-se para as minas do Ribeirão do Carmo e do Ouro Preto e para as do rio das Velhas¹⁸⁰.

O percurso que fazia a conexão do Rio de Janeiro com o caminho dos paulistas (parte do Caminho Velho em São Paulo) chamava Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro. Compreendia um trajeto marítimo do Rio de Janeiro até Paraty, seguindo daí uma árdua rota até a vila de Taubaté, onde se conectava com o caminho dos paulistas, chegando a Minas¹⁸¹. Através do Caminho Velho, o percurso estimado de todo o trajeto partindo do Rio de Janeiro até as Minas era de aproximadamente 73 dias, sendo cerca de 35 dias de jornada e 38 de paradas¹⁸².

Devido ao grande tempo de deslocamento e às condições do Caminho Velho para realizar o percurso do Rio de Janeiro às minas, Garcia Rodrigues Paes obteve licença em 1698 para a construção de um caminho mais curto e de melhor traçado, o Caminho Novo, que também conectasse as duas regiões citadas, pontuado por uma série de núcleos de assentamentos urbanos¹⁸³. Apesar de Garcia Rodrigues ter arcado com os custos da construção até 1700, obteve a vantagem de dispor roças, pousos e vendas que seriam os únicos recursos disponíveis aos viajantes¹⁸⁴.

O trajeto (figura 27) que partia do Rio de Janeiro atingia Nossa Senhora do Pilar pela baía e, seguindo os rios que nela desembocavam, chegava-se até o Pouso denominado de Sítio do Couto em dois dias; de lá gastava-se mais um dia até a Serra do Mar, cuja travessia até as estalagens Pouso Frio e Pau Grande era feita em quatro dias. De Pau Grande ao Rio Paraíba, onde havia ranchos e vendas de Garcia Rodrigues, gastava-se um dia de viagem, e de lá ao Paraibuna, com travessia feita através de canoas, adentrava-se o território mineiro, onde havia ranchos e pousos gastando-se mais dois dias. De Paraibuna partia-se para Matias Barbosa em três dias e de lá até as roças do Araújo em quatro dias. Dessas roças à Borda do Campo, onde situava-se o roçado do Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca, entroncando-se a

¹⁸⁰ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.135-137.

¹⁸¹ *Ibid.*, p.138.

¹⁸² PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.20.

¹⁸³ MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949, p.56-57.

¹⁸⁴ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.207-208.

partir dali com o caminho que vinha de São Paulo, prosseguia-se pelo pouso de Ressaca, Congonhas e Serra do Itatiaia, buscando o arraial de Ouro Preto¹⁸⁵.

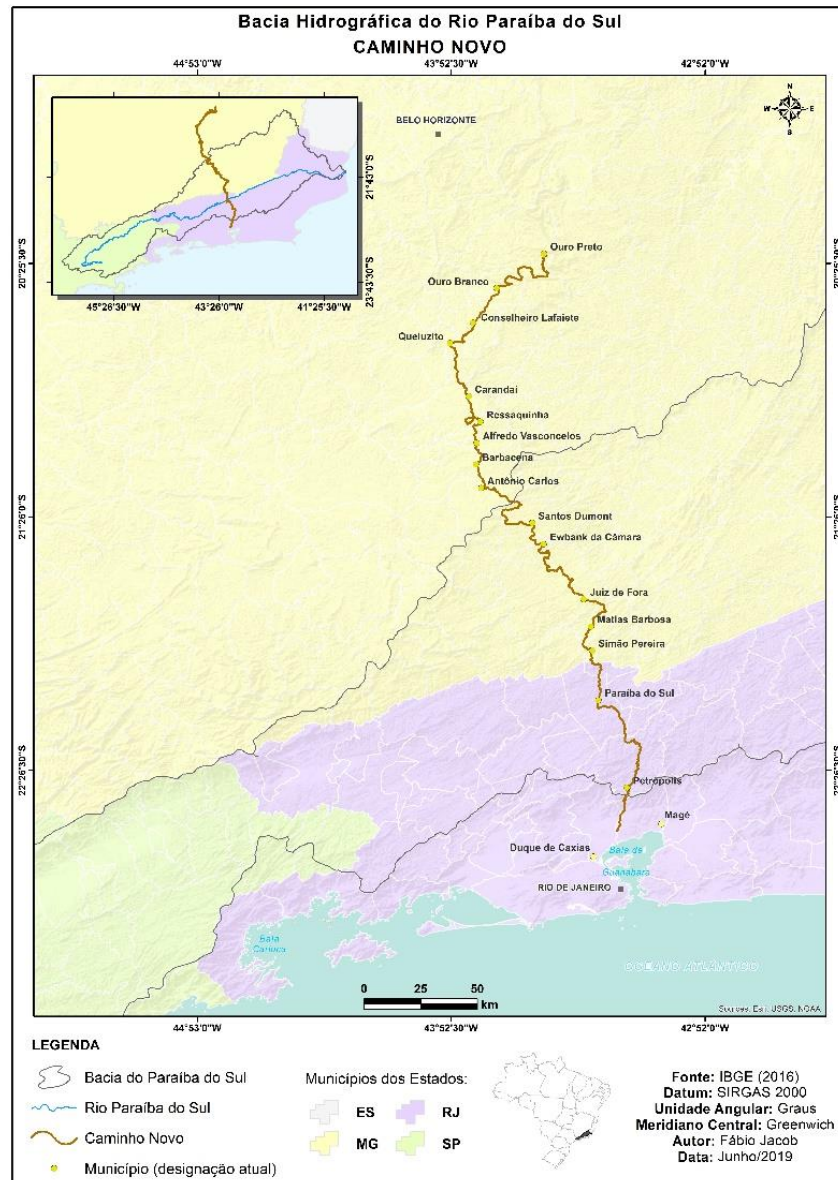


FIGURA 27 – Mapa do percurso do Caminho Novo com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Fonte: Da autora. Elaborado a partir de: PIMENTA, Demerval José. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.20-21.

Através do Caminho Novo conseguiu-se encurtar o tempo de viagem do Rio de Janeiro às minas para cerca de 25 dias. Diferentemente do Caminho Velho, que adentrava o território paulista para chegar às minas, o Caminho Novo realizava conexão direta do Rio de Janeiro com as áreas mineiras, gerando impactos na

¹⁸⁵ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.20-21.

dinâmica mercantil em São Paulo, fazendo com que muitos paulistas reivindicassem inclusive o seu fechamento. Porém, essa situação veio a se alterar com a descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, quando novas frentes foram abertas para o sul além da articulação com o nordeste via Caminho Geral do Sertão¹⁸⁶.

A construção do Caminho Novo se estendeu até 1725, com o dispêndio de muitos recursos. Porém, sua abertura era necessária para as comunicações territoriais no Brasil colonial, além de possibilitar que o Rio de Janeiro ocupasse uma posição central em relação às minas, favorecendo o controle das capitanias. Com o aumento da importância da cidade do Rio de Janeiro, seus portos passaram a concentrar a maior parte da importação de produtos europeus e escravos, superando Santos e Salvador. Em 1763, com a transferência da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, houve o deslocamento definitivo do eixo econômico da colônia para o sudeste, reforçando as ligações entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro¹⁸⁷.

Apesar do Caminho Novo ter constituído a principal via de acesso, suas condições ainda eram bastante precárias, já que não se tratava de um caminho pavimentado, estando sujeito a condições piores nas épocas de chuva, formando lamaçais¹⁸⁸. Também foram necessárias realização de melhorias – já que o caminho não foi aberto com condições necessárias para suportar grande fluxo de mercadorias – que teriam sido posteriormente efetuadas pelo sargento-mor Bernardo Soares de Proença para facilitar o transporte de cargas¹⁸⁹.

O Caminho Novo também possuía variantes, ou seja, caminhos secundários que se conectavam ao eixo principal, promovendo a interligação com as demais regiões. A sua primeira variante descia na parte pouco mais ao sul de Paty dos Alferes até à Serra dos Órgãos, chegando ao Porto da Estrela. Outra variação mais curta vinha de Paraíba do Sul passando por Cebolas, Pampulha, Padre Correia, até a Fazenda da Mandioca, onde ligava-se à variante de Paty dos Alferes citada anteriormente. Em 1820, por determinação da Junta de Comércio do Rio de Janeiro definiu-se a construção de uma nova estrada conhecida como “Caminho do Comércio

¹⁸⁶ MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v, p.139.

¹⁸⁷ MORAES, loc. cit.

¹⁸⁸ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.59.

¹⁸⁹ MORAES, op. cit., p213.

e Estrada Nova” que partisse de Iguaçu, dirigindo-se a leste para os caminhos anteriormente citados até alcançar Vassouras, e dali até o local chamado Desengano e Comércio, onde encontrava-se com as vias já existentes para o vale do Paraíba. A última variante referiu-se ao Caminho da Serra, que atuou de forma a encurtar as distâncias da cidade do Rio de Janeiro, dirigindo-se ao Porto da Estrela, subindo a serra ainda mais a leste que os demais caminhos¹⁹⁰.

A Estrada Real também era um caminho que partia do Rio de Janeiro com destino a Ouro Preto, sendo oriunda do Caminho Novo aberto por Garcia Paes. Iniciava-se no Cais de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, onde se poderia seguir através de duas saídas, uma por barco até à aldeia do Porto da Estrela, no fundo da baía de Guanabara e outra denominada “Caminho por Terra”, passando por Inhaúma e Iguaçu. De lá galgava-se a Serra do Mar, e no seu ápice procurava-se pela fazenda do Padre Correia, seguindo até os rios Paraíba e Paraibuna, que eram transpostos por balsas. Adentrando o território mineiro, passava por Simão Pereira, Matias Barbosa, Chapéu D’Uvas, São Gomes (atual Santos Dumont), Registro Velho na Serra da Mantiqueira, Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Varginha do Lourenço, Fazenda das Carreias, Ouro Branco atravessando a Serra do Deus te Livre (atuais Serra do Ouro Branco e Itatiaia) entroncando-se com a grande estrada que vinha do sul de Minas, via São João Del Rei-Congonhas. A Estrada Real seguia pelo Capão do Lana, José Correia (atual Rodrigo Silva), Boa Vista, Três Cruzes, Tripuí, atingindo Vila Rica¹⁹¹.

Desta forma, em linhas gerais, procuramos traçar um breve panorama dos itinerários dos caminhos por terra preexistentes no Brasil no final do século XVIII, herdados do período colonial. Com a transferência da família real no início do século XIX, a região das Minas começou a sair de sua posição de isolamento, recebendo melhoramentos em sua via de acesso principal conectando Vila Rica ao Rio de Janeiro, de forma que nela pudessem transitar carros de duas rodas. Ampliaram-se também as conexões com o Sul de Minas, conseguindo uma autorização, por carta Régia em 1819, para construir uma estrada mais reta em direção à Corte (Rio de

¹⁹⁰ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.58.

¹⁹¹ Ibid., p.29.

Janeiro), passando por Capivari, pela Garganta do Picu, na Mantiqueira, seguindo em direção a Areias no vale do Paraíba, produzindo um grande encurtamento¹⁹².

3.2. O início do desenvolvimento da atividade cafeeira e as vias de comunicação

Após a crise da mineração, ocorreu um incremento do setor de subsistência a partir de meados do século XVIII e ao longo do XIX, com produção de excedentes que reivindicavam, cada vez mais, vias de comunicação para os centros consumidores em crescimento, como Rio de Janeiro e São Paulo. Desta forma, quando a expansão da cultura cafeeira se iniciou no território, partindo do Rio de Janeiro e estendendo-se posteriormente ao vale do Paraíba, encontrou como maior entrave ao seu desenvolvimento a precariedade geral dos meios de comunicação, e em Minas Gerais, particularmente, a falta de vias de acesso fáceis ao litoral¹⁹³.

É necessário compreender os caminhos preexistentes herdados do período colonial e as condições dos percursos, pois as lavouras cafeeiras até meados do século XIX tiveram seu crescimento e expansão territorial condicionados às possibilidades de escoamento da produção. Desta forma, até as décadas de 1851/60, as maiores lavouras de café não iam além de 100km de distância do porto mais próximo, pois não existiam meios de transporte que pudessem fazer trajetos longos levando um grande volume de carga. Tal fato pode explicar a concentração nesse período de fazendas ao longo do vale do Paraíba sem avançar muito no território, buscando facilidades de condição do escoamento das safras. Nesse período, eram as tropas de mulas que ligavam as zonas produtoras aos portos marítimos e fluviais. Para tal, aproveitava-se não só dos antigos caminhos do ouro, como o Caminho Novo, o de Ubatuba-Taubaté, como também de velhos caminhos secundários ou até mesmo traçando novas vias de acesso partindo das escarpas da serra¹⁹⁴.

A situação dos transportes terrestres e fluviais no Brasil era bastante precária, principalmente em Minas Gerais, devido às várias proibições para a abertura de vias de acesso. Além disso, a existência das barreiras naturais como a Serra da Mantiqueira, bem como a presença de registros e guardas armadas para cobrança do

¹⁹² Ibid., p.27.

¹⁹³ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.72.

¹⁹⁴ MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949, p.56-57.

quinto no período da mineração, dificultaram a proliferação de variantes/conexões de Minas Gerais com São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, por disporem de faixas litorâneas, estes últimos possuíam mais facilidades, enquanto os mineiros estabeleciam mais conexões em seu próprio território, e ainda assim com restrições. No início do século XIX, com a transferência de Dom João VI para o Rio de Janeiro, houve autorização para construir estradas em várias regiões, sendo que todas elas deveriam ser abertas pelos próprios interessados.

A partir de 1835, começaram a ser instaladas as Assembleias Legislativas no Império e nas Províncias, iniciando a elaboração de projetos de leis para implantar as vias de comunicação que fossem indispensáveis ao desenvolvimento econômico em cada território. A exemplo disso, em abril de 1835 houve a organização do Primeiro Plano Rodoviário de Minas Gerais e, no âmbito do Império, em setembro do mesmo ano procedeu-se à autorização de uma Companhia, a Rio Doce, para realizar a navegação deste rio e seus afluentes através do barco a vapor.¹⁹⁵

O projeto para o primeiro Plano Rodoviário de Minas Gerais foi apresentado pelo Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 6 de fevereiro de 1835, e transformado em lei em primeiro de abril do mesmo ano, sancionado pelo Presidente da Província Antônio Paulino Limpo de Abreu. Tinha por objetivo construir quatro estradas carroçáveis principais, ou linhas-tronco que realizassem a ligação de Ouro Preto – a capital da Província de Minas Gerais naquele momento – com as vilas e cidades mais remotas nas extremidades da Província, situadas a Norte, Sul, Leste e Oeste. Dessas estradas principais partiriam outras laterais ou ramais que fossem necessários para ampliar a comunicação com a Capital. Também era visado que fossem construídas quatro estradas ao sul da capital da Província de Minas Gerais, que se dirigissem aos limites com a Província do Rio de Janeiro, estando em comunicação com a Capital do Império¹⁹⁶.

Mesmo que após a mineração não houvessem intensas atividades econômicas na Capital da Província de Minas Gerais, era premissa do Plano conectá-la às demais localidades (figura 28). Logo, a partir de 1835, foram iniciados os estudos de viabilidade para a construção da estrada Norte-Sul, que realizaria a conexão entre a ponte sobre o Rio Paraibuna – na divisa com a Província do Rio de Janeiro –

¹⁹⁵ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.91-92.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p.38-39.

sendo preferível por cavaleiros e trocas de muares, que ainda assim sofriam danos com as dificuldades do trajeto¹⁹⁸.

Também era necessário ampliar e encurtar o trecho da estrada até a Província do Rio de Janeiro para facilitar o escoamento de mercadorias. A carência de boas estradas para o Rio de Janeiro fazia com que os produtos mineiros, por conta das despesas com frete, não pudessem competir com os de outras localidades, de forma que a agricultura não conseguiria aumentar seus rendimentos e a renda pública não poderia se elevar enquanto não houvessem melhoramentos nas condições de transporte. Visando isto, em 1842 foi autorizado pelo governo da Província a abertura de uma estrada entre o Porto da Estrela e a ponte do rio Paraibuna. A solução da abertura de tal estrada (apesar de ter sido aprovada) não atenderia aos problemas mineiros que era de ligar-se diretamente à cidade do Rio de Janeiro, podendo gerar prejuízo para as mercadorias com a utilização do percurso estabelecido em decorrência dos embarques e desembarques, além das próprias dificuldades de transposição na Serra da Estrela. Apesar de terem havido tentativas para a modificação do trajeto, as reivindicações não foram atendidas, dando-se prosseguimento nos trabalhos de construção da estrada¹⁹⁹.

Visto o panorama geral das dificuldades encontradas no território mineiro para conseguir escoar a sua produção, e as exigências da expansão da atividade cafeeira, era imperante uma melhoria nos meios de acesso. Nesse contexto, destaca-se a estrada União e Indústria, tornando-se a primeira grande via carroçável construída no Brasil, importante pelo seu traçado como também pelo papel econômico que passou a adquirir²⁰⁰. Em 1852, o Governo Imperial concedeu ao empresário Mariano Procópio o privilégio para organizar a Companhia União e Indústria, que tinha por objetivo explorar uma outra estrada carroçável, entre a vila do Paraibuna, na Província do Rio de Janeiro, até a barra do rio das Velhas em Minas Gerais, passando obrigatoriamente por Barbacena, excluindo de sua linha-tronco a Capital da Província de Minas Gerais²⁰¹.

¹⁹⁸ Ibid., p.51-52.

¹⁹⁹ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.67.

²⁰⁰ MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949, p.59-61.

²⁰¹ PIMENTA, op. cit., p.52.

A Estrada geral da Corte/ Estrada da Corte, responsável por fazer a ligação entre Ouro Preto e o Rio de Janeiro se subdividia em três trechos, sendo eles: a Estrada do Paraibuna (de Ouro Preto a Barbacena); Estrada União e Indústria (de Barbacena a Petrópolis) e a Estrada da Estrela (de Petrópolis ao Porto da Estrela e de lá até o Rio de Janeiro por via marítima)²⁰². Desta forma, quando se iniciou a construção da estrada União e Indústria, alguns trechos da Estrada Paraibuna já tinham sido feitos apesar de estarem inconclusos. Após ter obtido a concessão imperial para a construção da estrada União e Indústria, o empresário Mariano Procópio demonstrou interesse em incorporar também a Estrada do Paraibuna, tendo recebido em 1853 o usufruto do trecho de Barbacena ao rio Paraibuna. Em 1854, estava concluído o trecho entre a Ponte do Paraibuna e Matias Barbosa e, em 1861, inaugurou-se o trecho que ligava Petrópolis a Juiz de Fora, este realizado em duas seções, sendo uma delas a de Petrópolis a Pedro do Rio e desse ponto partindo até a Vila do Paraíba passando por Três Barras, atual Três Rios²⁰³.

Após atingir a cidade de Juiz de Fora, a estrada União e Indústria (figura 19) prosseguiu em direção a Barbacena, iniciando-se também a construção do ramal para Mar de Espanha. A inauguração da estrada foi de relevância não apenas para a Zona da Mata, que se encontrava em franca prosperidade econômica com a produção de cana de açúcar, cereais e café, mas também para o Centro de Minas, de forma que, até 1867 todas as mercadorias provenientes destas regiões eram transportadas pela estrada União e Indústria²⁰⁴.

²⁰² PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.71.

²⁰³ Ibid. p.69-70.

²⁰⁴ Ibid., p.71.

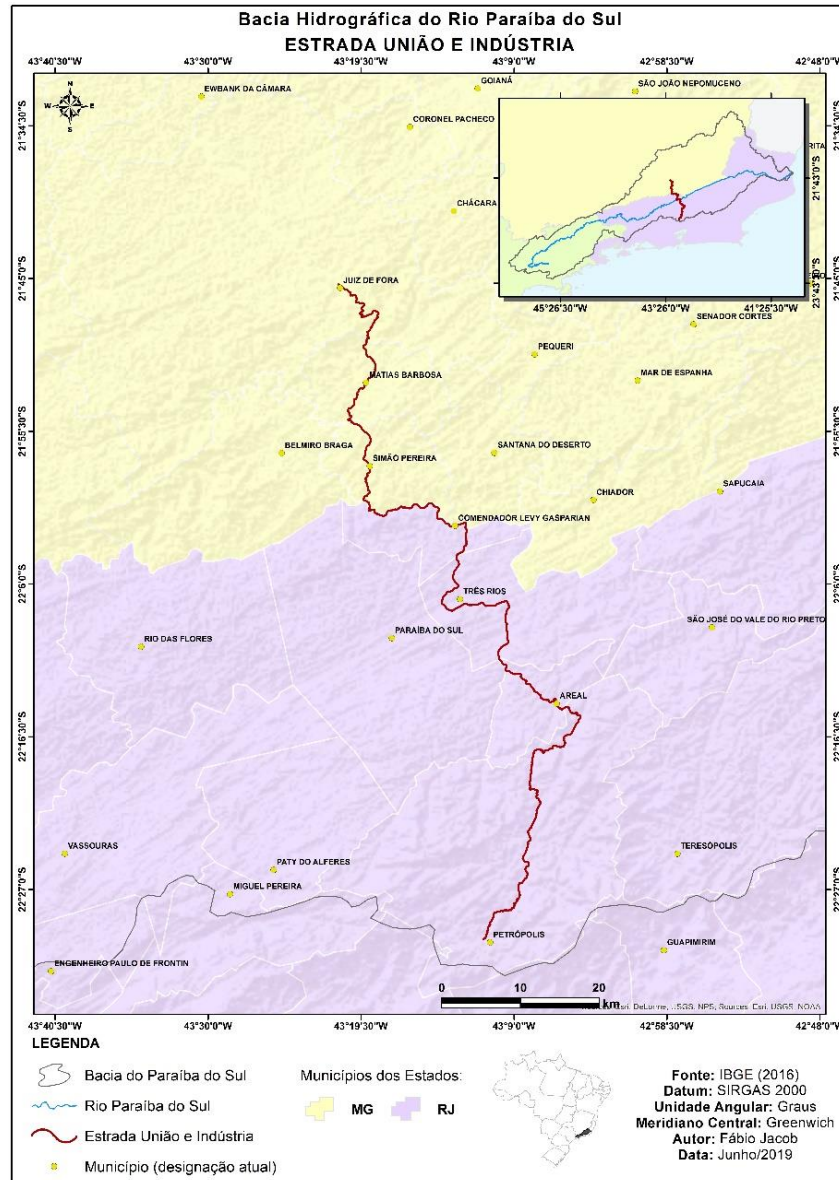


FIGURA 29 – Mapa do percurso da Estrada União e Indústria com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Fonte: Da autora. Elaborado a partir de: PIMENTA, Demerval José. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.69-71.

Até meados do século XIX, a produção cafeeira não alcançava todas as regiões de Minas Gerais, tampouco da Zona da Mata, concentrando-se com mais expressividade – devido à existência de grandes produtores – na parte sul da Zona Mata mineira. Logo, o surgimento da estrada União e Indústria facilitou o escoamento da produção que se concentrava em Juiz de Fora e arredores, como Mar de Espanha, Simão Pereira e Matias Barbosa. Além disso, tal estrada também foi responsável por transformar a cidade de Juiz de Fora em um entreposto comercial, já que os meios de transporte a tinham como ponto final de seu trajeto, realizando a conexão com a Corte do Rio de Janeiro. Logo, a estrada União e Indústria permitiu ampliar o

desenvolvimento do comércio local da cidade de Juiz de Fora como também aumentar sua concentração de capital²⁰⁵.

Na Província de Minas Gerais, formou-se, então, uma rede de transportes visando escoar a produção cafeeira da parte sul da Mata mineira, constituída pela Estrada do Couto – construída por Francisco Leite Ribeiro ligando suas propriedades em Mar de Espanha ao porto do Rio de Janeiro – a estrada União e Indústria, e posteriormente as estradas de ferro cujos trilhos começaram a chegar na região sul da Mata em 1870.

No caso da Província do Rio de Janeiro – considerada por Carrara (1999) a região mais agricultada do país em meados do século XIX, com variado e produtivo trabalho rural – vivenciava o crescimento da atividade cafeeira. Por conta de tal incremento em sua agricultura, muitas estradas tiveram que ser abertas, alargando-se também as antigas, além de haver um crescimento da relevância dos portos do Rio de Janeiro, que passara a ser escoadouro não só da produção fluminense como também da mineira, e de uma parte da paulista correspondente a região “Norte” de São Paulo, ou seja, o Vale do Paraíba Paulista²⁰⁶. Desta forma, os caminhos por terra que surgiram ou iam sendo adaptados de antigos trajetos nas áreas produtoras de café tinham por objetivo final chegarem até os portos, e situação semelhante se repetiu posteriormente, com a implementação das ferrovias.

A expansão das vias de comunicação da Província do Rio de Janeiro pode se dividir em cinco fases, interessando-nos aqui apenas as quatro primeiras. A primeira fase seria formada pelos caminhos antigos, apenas na região da Baixada, servindo prioritariamente à cultura do açúcar, que precedeu a do café. A segunda, se inaugurou com a construção do Caminho Novo e suas variantes no início do século XVIII, estabelecendo conexões diretas com a região da mineração, canalizando o primeiro povoado da região das serras, que até então eram constituídas apenas de matas. A terceira correspondeu à primeira metade do século XIX, ou até 1870, quando as estradas já se encontravam mais intimamente ligadas à cultura do café. A fase

²⁰⁵ CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2), p.26.

²⁰⁶ MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949, p.68-69.

seguinte correspondeu às estradas de ferro, tendo início em 1854, tomando maior impulso a partir de 1870²⁰⁷. E a última fase constituiu-se das rodovias²⁰⁸.

Na Província de São Paulo, as tropas também tiveram importância na Zona Norte (no vale do Paraíba paulista) e na área liderada por Campinas, que constituíam as regiões mais próximas do mar. As demais zonas de São Paulo passaram por um processo próprio de articulação com os transportes, pois quando se introduziu a atividade cafeeira e sua expansão ocorreu para o interior paulista (no final do século XIX e início do XX), as áreas já passaram a ser servidas pelas linhas férreas, que seriam as principais formas de escoamento de sua produção, fazendo com que café e ferroviários marchassem juntos²⁰⁹.

O vale do Paraíba paulista, nas décadas de 1870/1880, era onde a população mais se concentrava, e o café atingia seu território com os primeiros produtores em Bananal e Areias, espalhando-se gradativamente por todo o vale. Os portos fluminenses de Angra dos Reis e Paraty eram os responsáveis pela exportação do café do Norte de São Paulo. Para auxiliar no processo de escoamento, os caminhos tinham grande relevância, partindo do litoral fluminense à serra paulista, em uma espécie de reminiscência do Caminho Velho²¹⁰.

O transporte do café através das estradas de rodagem foi viável até meados do século XIX. Quando, porém, passou a ser o principal produto de exportação brasileiro, alcançando maiores proporções produtivas, demandava a mecanização dos meios de comunicação para facilitar seu escoamento até os portos. As maiores regiões produtoras situavam-se na Província do Rio de Janeiro, ao longo do vale do Paraíba do Sul, nas adjacências de São Paulo (no “Norte” paulista, ou vale do Paraíba paulista) e no sul da mata mineira, sendo a produção escoada pelo porto do Rio de Janeiro, cuja relação de prioridade só seria alterada posteriormente com a avanço da produção cafeeira no interior paulista, o que faz aumentar a relevância do Porto de Santos²¹¹.

²⁰⁷ MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949, p.75.

²⁰⁸ As rodovias não serão alvo de investigação no presente trabalho pois não pertencem ao recorte temporal estabelecido para a pesquisa, sendo posteriores a ele.

²⁰⁹ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 23, p. 78-135, 1956, p.58.

²¹⁰ MATOS, op. cit., p.67.

²¹¹ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.38.

Com o aumento da produção cafeeira, da expansão das lavouras no território, fez ampliar as distâncias das novas zonas produtoras aos portos mais próximos, encarecendo o preço do café e demonstrando ser inviável a utilização das tropas de burro, até então utilizadas. Foi então que se iniciou a substituição do transporte das tropas pelo ferroviário, a partir de 1870, cujos primeiros trechos foram implantados nas áreas mais difíceis, na travessia da Serra do Mar, com pontos de partida de Santos-Jundiaí na Província de São Paulo, e Rio de Janeiro-Barra do Piraí na Província do Rio de Janeiro²¹².

3.3. A pujança da atividade cafeeira e o início da era ferroviária

A implantação de um sistema de transporte mais eficiente para escoamento da produção cafeeira era uma necessidade dos produtores e fazendeiros em meados do século XIX. Porém, as bases do Brasil Império ainda eram bastante conservadoras, com uma sociedade escravocrata, agrícola e um pouco resistente às inovações, dentre elas a implantação de ferrovias. Desta forma, durante décadas ocorreu a aprovação de leis, decretos e algumas iniciativas em São Paulo e no Rio de Janeiro que não conseguiram obter respostas concretas e positivas. Somados a estes empecilhos, existiam as barreiras naturais, como a transposição da Serra do Mar e da Mantiqueira, que exigiam técnicas mais sofisticadas e dispendiosas para que a ferrovia pudesse ser implantada. No processo de constituição das companhias ferroviárias foi necessário a participação do capital inglês, que foi responsável por muitos melhoramentos efetuados, já que viam no Brasil uma possibilidade de mercado para seus produtos industrializados e para aplicação de suas tecnologias²¹³.

Na tentativa de gerar incentivos para despertar o interesse dos empresários brasileiros, que ainda encontravam-se relutantes em investir no novo meio de transporte, em 1835 o Governo Imperial, representado pelo Regente Padre Diogo Antônio Feijó, sancionou um decreto que autorizava a constituição de empresa que ficaria responsável por um período de 40 anos, por construir uma estrada de ferro

²¹² ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 23, p. 78-135, 1956, p.57.

²¹³ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002. P.37-38.

unindo a capital do Império – cidade do Rio de Janeiro – às Províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia²¹⁴.

A Lei Feijó tornou-se inexecutável naquele momento pois o ambiente era pouco favorável devido à grandiosidade pretendida pelo plano em relação às possibilidades reais de sua execução, além do cenário político desfavorável. Desta forma, o incentivo ambicionado não foi suficiente para promover o desenvolvimento e implementação das linhas férreas no Brasil, nem estabelecer as conexões pretendidas anteriormente entre as Províncias. Enquanto isso, em 1836, a Assembleia Provincial de São Paulo estudava uma outra possibilidade de plano – para ligar as vilas de São Carlos (atual Campinas), Constituição (atual Piracicaba), Itu ou Porto Feliz, Mogi das Cruzes, estabelecendo a conexão do Paraíba ao Tietê – plano também grandioso, constituído de um sistema combinado de estradas de ferro, canais e rodovias, que assim como a Lei Feijó, demonstrou ser também inexecutável²¹⁵.

No contexto, vale ressaltar a iniciativa do inglês *Thomas Cockrane* que em 1839 requereu, nos benefícios dos termos da Lei Feijó, o privilégio para a construção e exploração comercial da uma estrada de ferro que ligasse o Rio de Janeiro ao vale do Paraíba. Apesar de ter conseguido organizar uma companhia – a Imperial Companhia de Estrada de Ferro – e ter acumulado certo capital, até 1843 não havia conseguido integralizar todo o capital necessário, solicitando maior prorrogação do prazo estipulado para o início da obra, acabando por gerar nenhum resultado²¹⁶.

O cenário nacional só se tornaria realmente favorável ao empreendimento das estradas de ferro a partir de 1850, sendo que em 1852 foi aprovada a lei nº 641 que ampliou o prazo de concessão de 40 para 90 anos, permitindo o privilégio de zona e garantindo juros de 5% sobre o investimento da construção²¹⁷. Tal lei encerrou a fase de tentativas e ensaios, possibilitando a construção de fato das linhas férreas no país, em moldes mais práticos do que os anteriores. Diferentemente da lei Feijó, que ambicionava uma ligação territorial bastante extensa, a lei aprovada procurou promover como prioridade a ligação da Corte do Rio de Janeiro com as capitais das

²¹⁴ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002. P.37.

²¹⁵ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.49-50.

²¹⁶ *Ibid.*, p.49-51.

²¹⁷ IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.373.

Províncias de Minas Gerais e São Paulo, podendo até ser feitas outras ligações, desde que aprovadas pelo legislativo, mas não sendo vistas como prioritárias²¹⁸. Apesar da lei nº641 ter conseguido promover enfim o assentamento dos primeiros trilhos no Brasil, não garantiu uma dinamicidade à indústria de transportes, que assistiu apenas a uma pequena expansão até 1870²¹⁹.

Analisando a distribuição geográfica que as ferroviárias brasileiras alcançaram no solo nacional, é possível perceber que as estradas de ferro buscavam como ponto de partida os portos, sejam eles marítimos, fluviais ou lacustres – salvo exceções, como a Paulista, a Goiás, dentre outras – sendo as grandes entradas e saídas servidas em sua maioria pelas companhias ferroviárias²²⁰. Logo, as ferroviárias que foram surgindo no Brasil caracterizaram-se por serem vias de penetração - seguindo da costa para o interior – com redes interligadas a elas através de ramais transversais, logo baseando-se em um esquema de tronco principal e ramais alimentadores. Também possuíam rápida expansão a partir dos eixos das economias exportadoras, buscando reduzir os custos do escoamento da produção e atender ao mercado externo²²¹.

Por conta do estabelecimento de uma conexão estreita entre as áreas produtivas e os portos, tendo como objetivo o escoamento da produção e o mercado externo, o sistema ferroviário brasileiro dificilmente poderia ser chamado de “rede” ferroviária, já que muitas de suas linhas não se comunicavam²²². O objetivo principal era conectar as áreas produtoras aos portos, e para isso foi-se criando no território, principalmente nas áreas mineiras e fluminenses, uma série de pequenas companhias ferroviárias que mais tarde se fundiriam para formar o arcabouço da Estrada de Ferro Central do Brasil²²³. Com o avanço dos trilhos, as tropas foram sendo cada vez mais substituídas, passando a ser utilizadas apenas nas áreas rurais para o transporte das

²¹⁸ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.49-51-52.

²¹⁹ BATISTA, Felipe Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional** — Subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 162-203, 2012. p. 166.

²²⁰ IBGE & Conselho Nacional de Geografia. **I Centenário das ferroviárias brasileiras**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.50-51.

²²¹ BATISTA, op. cit., p. 165.

²²² FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo**. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.58.

²²³ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Café, riqueza paulista**. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 23, p. 78-135, 1956, p.57-58.

safras até às estações de embarque, ou nos trechos montanhosos da Mantiqueira e da Zona Norte, onde o trânsito era mais dificultado²²⁴.

O desenvolvimento e expansão da atividade cafeeira esteve intimamente ligado às ferrovias, sendo responsável por induzir sua implantação, resolvendo o problema das distâncias e tornando possível que os fazendeiros se espalhassem pelo território, expandindo suas áreas de produção para além das regiões do vale do Paraíba. A estrada de ferro também nasceu intimamente ligada ao café pois seus promotores, quer no Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas Gerais, eram grandes fazendeiros, e com raras exceções, suas construções visavam atingir os centros produtores e auxiliar na expansão da cultura cafeeira²²⁵. A expansão ferroviária privilegiou, quase que exclusivamente, os interesses particulares de fazendeiros influentes na produção cafeeira e suas localidades, fazendo com que assentamentos urbanos menores não chegassem sequer a ser contemplados pelos ramais²²⁶.

3.4. A expansão do sistema ferroviário brasileiro na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul

Em 1852, Irineu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá, obteve da Província do Rio de Janeiro a concessão para a construção da primeira estrada de ferro brasileira, nomeada de Estrada de Ferro Petrópolis, ou Estrada de Ferro Mauá, cujo capital foi proveniente de um grupo de investidores conformado por negociantes ingleses, políticos e comerciantes²²⁷. Tal estrada deveria promover a ligação do Rio de Janeiro ao vale do Paraíba e posteriormente a Minas Gerais mediante trajeto misto. Desta forma, o trajeto por mar ligaria a cidade do Rio de Janeiro ao Porto Mauá, na baía de Guanabara, seguido pelo percurso de estrada de ferro, indo de Mauá a Raiz da Serra da Estrela (atual Inhomirim), subsequente por uma estrada de rodagem que ligaria a serra até Petrópolis – devido à impossibilidade técnica na época de vencer o

²²⁴ ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 23, p. 78-135, 1956, p.59.

²²⁵ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.

²²⁶ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. P.36-37.

²²⁷FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.39.

planalto com linha férrea, o mesmo seria transposto pela estrada de rodagem –, de onde partiria uma nova estrada de ferro²²⁸.

A escolha da implantação da ferrovia teve por base uma série de estudos de fluxos de cargas empreendidos por Irineu Evangelista e assessorado pelo inglês William Bagge. O primeiro trecho da Estrada de Ferro Mauá, com 14,5km de extensão foi inaugurado em 30 de abril de 1854, ligando o Porto da Estrela (atual Porto Mauá), no fundo da baía de Guanabara, até Fragoso, fazendo integração com o vapor “Guarani” que partia da atual Praça Mauá. A construção do segundo trecho ocorreu em 1856, ligando Fragoso a Raiz da Serra, completando 16,3km de extensão²²⁹. A transposição da serra de Petrópolis, um dos maiores desafios para a continuidade da Estrada de Ferro Mauá, só foi possível quando se adotou o sistema de cremalheira. Em 1883, quando se tinha tecnologia para vencer a serra a linha, atingiu Petrópolis, e, em 1886, chegou a São José do Rio Preto – que constituía uma importante região cafeeira – representando então uma modificação do plano inicial que era chegar em Entre Rios (atual Três Rios), cuja conexão só veio a acontecer mais tarde na década de 1900²³⁰.

Visto que a solução para a transposição da serra de Petrópolis viria só em 1883, no período que a antecedeu, enquanto as alternativas encontravam-se ainda em estudo, acreditou-se que o trecho de ferrovia da Estrada de Ferro Mauá contaria com o auxílio da estrada de Petrópolis e daí em diante com a estrada União e Indústria como duas formas auxiliares para o transporte das mercadorias. Porém, devido à demora da construção da estrada União e Indústria, a estrada Mauá viu-se limitada a realizar o percurso Rio-Petrópolis, tornando-se economicamente inviável. Como as maiores fazendas cafeeiras estavam situadas na parte oeste do eixo da Estrada, não era recomendado atravessar a serra naquele momento, de modo que sua transposição só se tornaria viável anos depois. Por pressão dos produtores do vale do Paraíba, impulsionados pelo “Movimento de Vassouras”, bem como do desejo de que a estrada de ferro partisse diretamente da cidade do Rio de Janeiro ao invés do

²²⁸ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.52.

²²⁹ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.40-42.

²³⁰ MATOS, op. cit., p.65-66.

porto na baía de Guanabara, optou-se pela construção de uma outra estrada de ferro, a Dom Pedro II²³¹.

A Estrada de Ferro Dom Pedro II²³² teve ligação com as influentes e ricas famílias do vale do Paraíba da região de Vassouras, como os Ottoni e os Teixeira Leite, que foram responsáveis por oferecer o impulso em prol da lei nº641 para construção de tal estrada de ferro. As famílias tinham por ambição prestígio social, mais do que interesses econômicos, responsabilizando-se por fazer despesas, relacionar-se com capitais e trazer engenheiros de fora do país para implementar a nova estrada²³³.

A constituição da Estrada de Ferro Dom Pedro II ocorreu efetivamente em 1855, a partir da assinatura do contrato entre o governo federal brasileiro, representado pelo ministro Sergio Macedo, e o empreiteiro alemão Edward Price que passou a assumir a responsabilidade de sua construção²³⁴. O percurso delineado pela Dom Pedro II tinha por objetivo estabelecer conexão entre as Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Logo, se iniciaria no Rio de Janeiro, e em seguida passando pelos municípios de Corte e Iguaçu, faria a transposição da Serra do Mar, em trecho mais conveniente, e no espaço mediado pela serra e pelo rio Paraíba se dividiria em dois ramos, sendo que um deles atingiria o povoado de Cachoeira (atual Cachoeira Paulista) na Província de São Paulo, e o outro até o Porto Novo do Cunha, na divisa da Província do Rio de Janeiro com Minas Gerais²³⁵.

A presidência da Companhia foi assumida pelo engenheiro e político mineiro Cristiano Benedito Ottoni, em 1º de junho de 1855, dando início à efetiva construção da ferrovia. O ponto inicial da estrada de ferro situava-se no Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro, onde foi construída a Estação do Campo. O primeiro trecho ferroviário da Dom Pedro II foi inaugurado em solo fluminense no dia 29 de março de 1858, ligando Campo (ou Côrte) a Queimados. No mesmo ano, completou-se a extensão até Belém (atual Japeri), sendo necessário então transpor a Serra do Mar

²³¹ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.53.

²³² A Estrada de Ferro Dom Pedro II passou a se chamar Central do Brasil após a Proclamação da República em 1889. FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo**. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.60.

²³³ MATOS, op. cit., p.53-54.

²³⁴ IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.376.

²³⁵ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.98.

para dar continuidade ao percurso estabelecido. A transposição da Serra era o trecho mais complexo a ser vencido, sendo necessária a abertura de 16 túneis, tendo o “túnel grande” (com 2.238m de comprimento) levado 6 anos para ser concluído, inaugurado em 1864²³⁶.

Após a construção do “túnel grande”, os vassourenses esperavam que a estrada de ferro enfim chegaria em suas terras. Porém, estando sem recursos para a continuidade do percurso, foi proposta a encampação pelo governo, que preferiu fazer uma alteração em seu traçado, conduzindo a estrada pelo vale de Santana até Barra do Piraí, tornando-se ponto de bifurcação dos trilhos em 1864. Em 1867, a estrada alcançou Entre Rios (atual Três Rios) e, em 1871, o Porto Novo do Cunha. Em 1871, também foi inaugurado o primeiro quilômetro do ramal de São Paulo, atingindo Cachoeira Paulista em 1875²³⁷.

Ao alcançar Porto Novo do Cunha, a Estrada de Ferro Dom Pedro II ligou-se a Valença por um pequeno ramal, dirigindo-se também para os lados de São Paulo, atingindo os centros cafeeiros de Barra Mansa e Resende, até chegar na cidade paulista de Cachoeira. Saindo do território fluminense, a linha principal estendeu-se pelo vale do Paraíba alcançando Juiz de Fora (1875) através da transposição da Mantiqueira pela Garganta de João Aires. Após a conclusão dos dois eixos principais, tornaram-se eles o foco de irradiação de penetrações perpendiculares, iniciando um sistema reticulado cujas extensões das linhas férreas partiam de interesses particulares dos fazendeiros locais, assumindo as funções dos antigos caminhos²³⁸. Quando a Estrada de Ferro Dom Pedro II conseguiu alcançar as três Províncias, de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, atendendo a região do vale do Paraíba, conseguiu cumprir sua função inicial, e o café passou a ser a principal mercadoria transportada.

No que se refere ao trecho na Província de Minas Gerais, após ter sido construído o ramal que se ligaria ao Porto Novo do Cunha, a linha encontrou o rio Paraibuna, nas divisas da Província do Rio de Janeiro com Minas Gerais. Nesse ponto, atravessou o rio com a ponte Humaitá, chegando ao município de Mar de

²³⁶ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.56.

²³⁷ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.53-54-55.

²³⁸ Ibid., p.65.

Espanha no território mineiro. Após três meses, os trilhos avançaram 14 km, sendo construídas as estações de Santa Fé e Chiador, que foram inauguradas em 1869, constituindo as primeiras a serem instaladas em Minas Gerais²³⁹.

Ainda em território mineiro, optou-se pela construção de uma linha que se ligaria à Dom Pedro II, expandindo-se para a parte central de Minas, sendo nomeada de Linha do Centro. O prolongamento da Linha do Centro seria realizado a partir da estação de Entre Rios, que já era servida pela Estrada União e Indústria. O percurso desceria por Barbacena em direção ao rio das Velhas, superpondo-se ao Caminho Novo de Garcia Rodrigues e à própria estrada União e Indústria. Apesar da posição contrária do engenheiro Cristiano Ottoni para a construção de tal extensão – pois considerava que representaria uma competição para a estrada União e Indústria que já tinha o objetivo de realizar tal ligação, além de acreditar que a parte central de Minas não possuía uma economia tão promissora pós-crise da mineração – os trabalhos de extensão foram iniciados mesmo assim. Em 14 de janeiro de 1869, o ex-Presidente da Companhia União e Indústria, Mariano Procópio Ferreira Lage, assumiu a direção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, e foi mediante sua gestão que inaugurou, em 6 de agosto de 1871, a Linha do Centro²⁴⁰

Após a inauguração do trecho ferroviário da estação de Três Rios, as cargas que antes seguiam pela estrada de rodagem da União e Indústria passaram a ser transportadas pela E.F. Dom Pedro II. Em 1869, a estrada de rodagem acabou sendo encampada pelo Governo Imperial, com a transferência de cargas para a Estrada de Ferro, de forma a evitar a concorrência entre ambas²⁴¹.

Desta forma, em 1871 a Linha do centro estendeu-se de Três Rios ao Porto Novo do Cunha, atingindo Juiz de Fora em 1875, dando continuidade de seu prolongamento com a inauguração da Estação ferroviária de Palmira (atual Santos Dumont) em 1877, seguindo por Barbacena em 1880, Carandaí em 1881, Queluz de Minas (atual Conselheiro Lafaiete) em 1883, Lobo Leite em 1886, São Julião (atual

²³⁹ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.99-100.

²⁴⁰ Ibid., p.101-102.

²⁴¹ FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.74.

Miguel Burnier) em 1887, conectando a capital da Província de Minas, Vila Rica, até a capital do Império, Rio de Janeiro em 1888²⁴².

Outra ferrovia que teve papel significativo na expansão da cafeicultura mineira, adentrando o território da zona da mata, e atendendo aos anseios de seus cafeicultores de escoar sua produção aos portos do Rio de Janeiro, foi a Estrada de Ferro Leopoldina. Esta entroncava-se com a Dom Pedro II, em Porto Novo da Cunha, estendendo-se até Volta Grande em 1877, até Leopoldina e Cataguases em 1880, e alcançando São Geraldo. A expansão ferroviária passou a acompanhar a expansão da cafeicultura em Minas, participando com porcentagem significativa na exportação do café²⁴³.

Quando o ramal da Estrada de Ferro Dom Pedro II (figura 30) chegou na estação terminal no Porto Novo do Cunha, o Governo de Minas apressou-se em construir uma estrada que, partindo desse ponto, adentrasse a Zona da Mata. Para tal, o engenheiro Antônio de Paula de Melo Barreto conseguiu obter do Governo Imperial a expedição do Decreto n° 4914, de 27 de março de 1872, que o autorizava a organizar uma companhia para construir a estrada, que veio a se chamar Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. Em 8 de outubro de 1874, foram inauguradas suas primeiras estações, e a estrada adentrou o território mineiro até ser arrematada em 1897 por uma companhia inglesa que organizou a empresa *The Leopoldina Railway Company Limited*. Desde sua formação, a Leopoldina não tinha uma diretriz principal, constituindo-se de uma série de pequenas linhas pertencentes a vários concessionários que foram sendo a ela incorporados, e só a partir daí fixaram sua linha tronco²⁴⁴.

²⁴² FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais**: a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002, p.75.

²⁴³ Ibid., p.75-76.

²⁴⁴ PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, p.111-112.

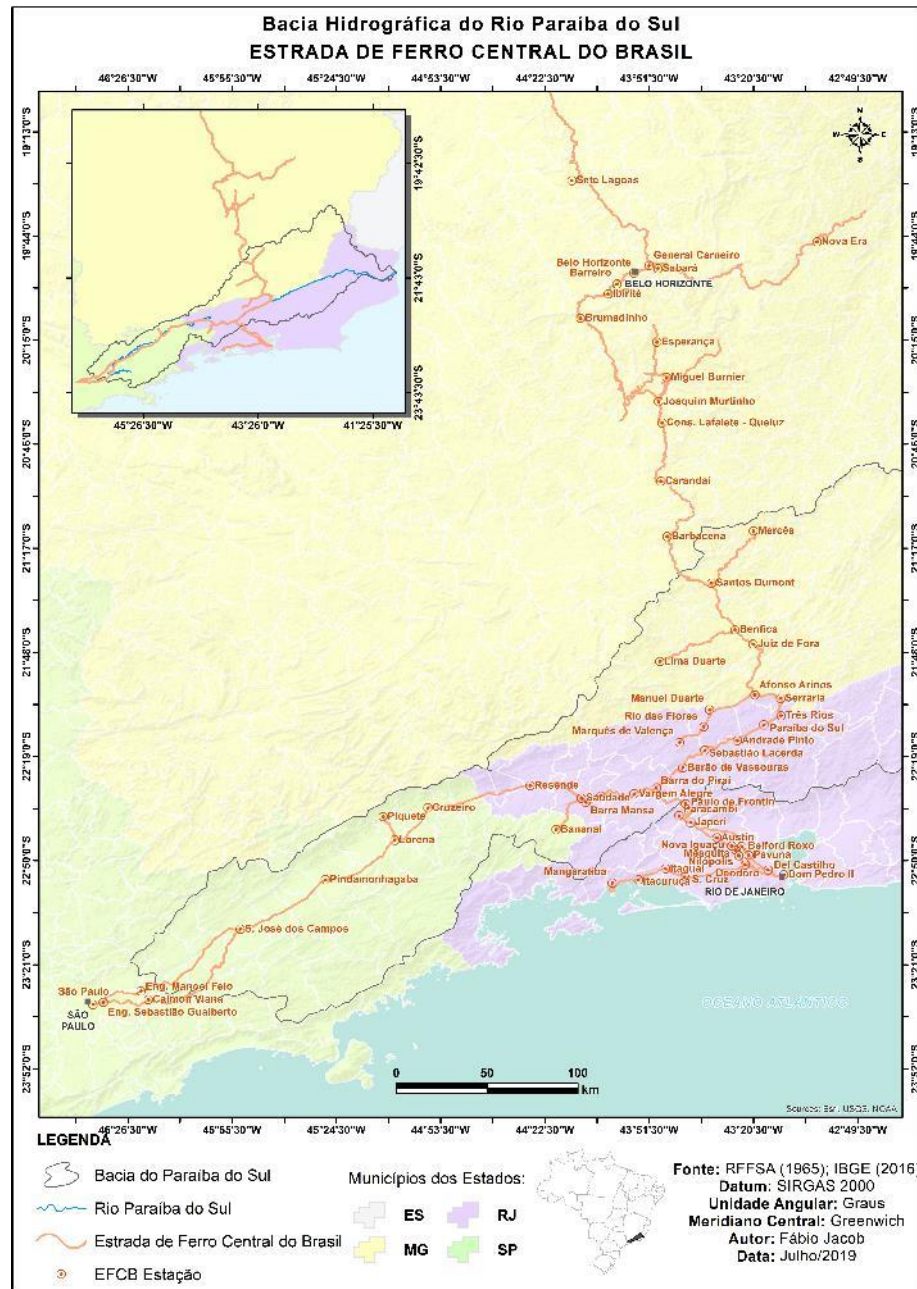


FIGURA 30 – Mapa do percurso da Estrada de Ferro Central do Brasil com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Fonte: Da autora: Elaborado a partir de: IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.27.

Desta forma, a Estrada de Ferro Leopoldina (figura 31) conseguiu articular os importantes municípios cafeeiros da parte sul da Zona da Mata, como Juiz de Fora, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Cataguases, Rio Novo, Leopoldina dentre outros. Após algumas décadas da implantação de seu primeiro ramal, poucos municípios da parte norte da Zona da Mata foram contemplados, como Viçosa, Ponte Nova, Rio Casca, Caratinga, Manhuaçu e etc. O prolongamento para a parte norte só

seria possível após Nominato de Souza Lima ter conseguido encontrar uma solução para que os trilhos vencessem a Serra de São Geraldo, contando também com a influência política do deputado Vaz de Melo, eleito pela Mata Central²⁴⁵.

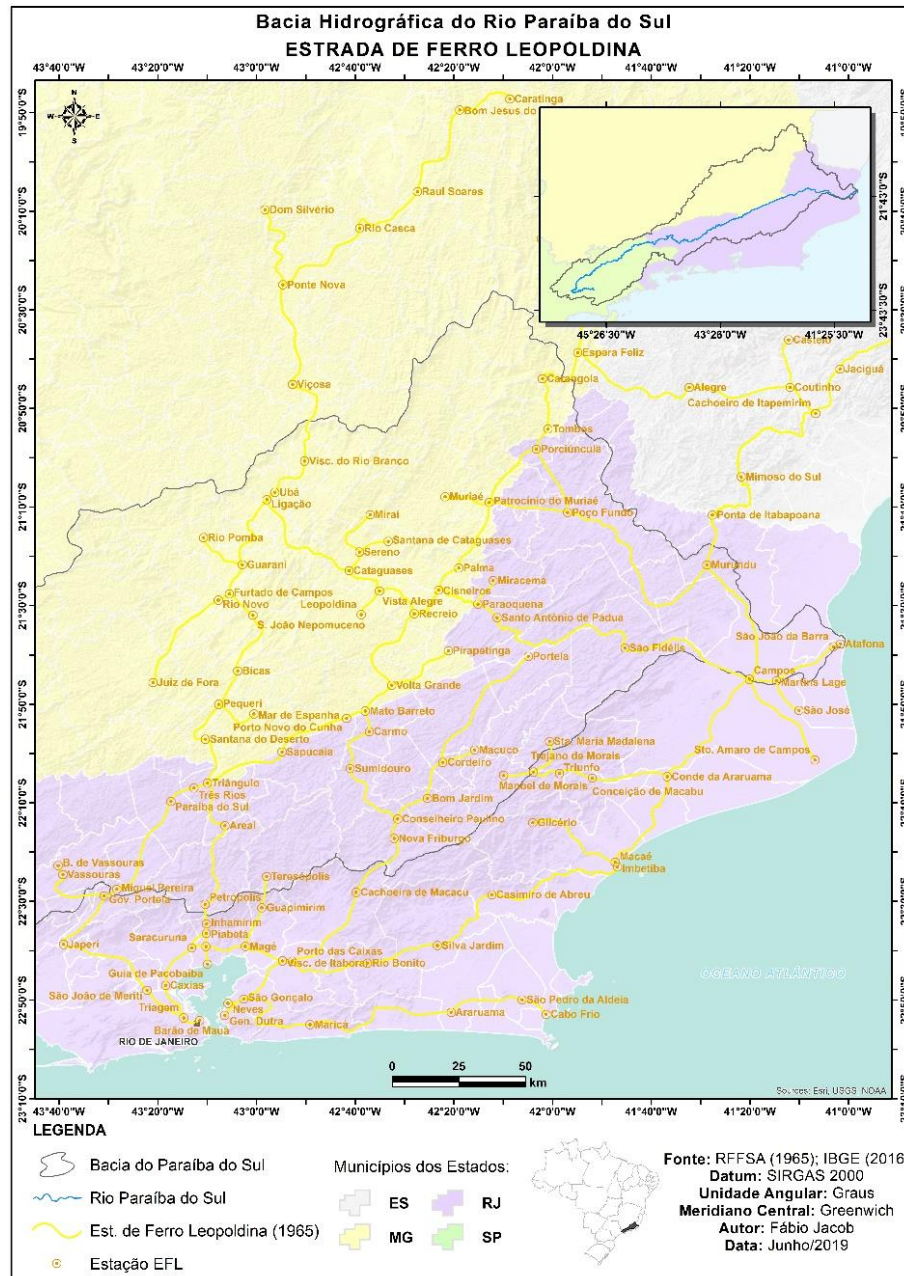


FIGURA 31- Mapa do percurso da Estrada de Ferro Leopoldina com a demarcação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Fonte: Da autora: Elaborado a partir de: IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferroviárias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.27.

²⁴⁵ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694- 1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. p.37.

Na Província de São Paulo, a década de 1870 marcou ao mesmo tempo o surgimento e a expansão do sistema ferroviário paulista que, de uma maneira geral, se relacionou ao desenvolvimento da cultura cafeeira. Desta forma, as linhas ferroviárias foram construídas de maneira desordenada, de acordo com as conveniências e as aspirações das localidades, coordenando imediatamente os interesses daquelas que precisavam receber a estrada de ferro²⁴⁶.

A primeira linha férrea de São Paulo tornou-se possível a partir do decreto nº 2601 de 6 de julho de 1860, com a aprovação dos estatutos da Companhia da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí pelo Governo Imperial. Em 24 de novembro de 1860, iniciou-se a construção da linha férrea que teve como principal desafio vencer a diferença de nível na escarpa do planalto, sendo adotado inicialmente um sistema funicular até que, em 1864, com a participação do Presidente da Província, Barão Homem de Melo, inaugurou-se o primeiro plano inclinado da serra, fazendo com que, em 1866, a linha atingisse São Paulo, e em 1867 chegasse a Jundiaí. A companhia inglesa São Paulo *Railway*, que realizou a ligação entre Santos e Jundiaí, assegurou o transporte do litoral para o planalto, porém não se interessou em prolongar a linha para além de Jundiaí, já que o monopólio estabelecido (Santos-Jundiaí) era bastante lucrativo. Coube aos fazendeiros, capitalistas e homens públicos da época, que fossem interessados no trajeto, estender os trilhos até as áreas cafeeiras²⁴⁷.

A partir da construção do trecho Santos-Jundiaí (com a São Paulo *Railway*), organizou-se a primeira Companhia Paulista de Estradas de Ferro, por iniciativa do Presidente da Província, Saldanha Marinho como o seu iniciador e tendo Falcão Filho como seu executor. Em 15 de março de 1870, foram iniciados os trabalhos de construção da estrada que deveria se estender por 45 km, chegando até Campinas – o que demonstrava a necessidade do transporte devido à produção cafeeira – em 11 de agosto de 1872. A estrada, que ficou conhecida como Paulista, buscava a princípio realizar a conexão de Jundiaí até Campinas, não se cogitando em um primeiro momento estender os benefícios da ferrovia para as demais áreas. Porém, após a construção do primeiro trecho, muitos fazendeiros impuseram a extensão da linha até

²⁴⁶ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.65-66.

²⁴⁷Ibid., p.58.

suas áreas de interesse que se situavam além de Campinas, como Limeira, Rio Claro, Vale do Mogi Guaçu²⁴⁸.

A Província de São Paulo acabou sendo contemplada por muitas linhas férreas partindo para o interior, alcançando o Oeste paulista, mas em nossas análises nos interessa a questão da zona “Norte” de São Paulo e as ligações ferroviárias para atender os fazendeiros situados por lá.

Vale ressaltar a Estrada de Ferro Dom Pedro II, que chegaria até a Cachoeira Paulista, tendo sido necessário organizar uma companhia destinada à construção de uma ferrovia que, partindo de São Paulo, iria se conectar com Cachoeira. Isso foi possível a partir do decreto de 2 de março de 1872, com a incorporação da “Companhia São Paulo e Rio de Janeiro”, cuja linha principal, partindo da capital paulista, passaria por Mogi das Cruzes, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, atingindo Cachoeira Paulista em 8 de julho de 1877, estabelecendo-se a ligação férrea entre São Paulo e Rio de Janeiro²⁴⁹.

O único inconveniente da conexão da Dom Pedro II com a nova estrada foi a diferença de bitolas, já que a linha que vinha do Rio de Janeiro possuía bitola mais larga, e a de São Paulo bitola mais estreita, resultando na necessidade de baldeação em Cachoeira Paulista. Tal desvantagem seria solucionada posteriormente com a junção das duas estradas, para formar a Estrada de Ferro Central do Brasil²⁵⁰.

Era preocupação vincular as velhas zonas cafeeiras de Areais e Bananal ao tronco da E.F. Dom Pedro II, já que as ligações diretas dessas áreas com os portos paulistas e fluminenses eram de difícil execução devido aos fatores de relevo. Desta forma, a concreta ligação dos últimos municípios da região norte de São Paulo, situados na fronteira com o Rio de Janeiro, só se realizou no final do século XIX, através das minúsculas estradas de São José do Barreiro, que se entroncam em estações fluminenses ao invés de paulistas. No caso das áreas do vale do Paraíba

²⁴⁸MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.62-65.

²⁴⁹ Ibid., p.67.

²⁵⁰ Ibid., p.67-68.

paulista, as ligações se fizeram em território fluminense, com a construção da linha de Angra dos Reis até Barra Mansa²⁵¹.

3.5. Breve panorama das etapas da expansão territorial das ferrovias

A malha ferroviária brasileira seguiu o modelo primário-exportador, tendendo a privilegiar aquelas regiões mais intimamente ligadas à dinâmica produtiva, explicando a alta densidade que adquiriu no Centro-Sul. Em Minas Gerais não chegou a promover uma dinamização de sua economia, apesar de ter contribuído para reduzir os custos de transporte e normatizar o fluxo de pessoas, bens e informações²⁵².

Não pretendemos tecer aqui uma análise sobre o sistema ferroviário brasileiro, mas apenas elucidar suas características gerais para entendimento de sua expansão no território. O caminho percorrido pelas linhas férreas muito se relacionou com a distribuição das fazendas cafeeiras, já que, como mencionado, os fazendeiros tiveram um papel relevante na construção das ferrovias afim de atender aos seus anseios e fazer com que os trilhos chegassem o mais próximo possível a suas propriedades, como forma de dinamizar seu escoamento.

Muitas ferrovias cortaram o território nacional, e sua distribuição geográfica nos auxilia no processo de identificação das fazendas cafeeiras, tendo em vista que a expansão sempre buscava conectar-se aos centros produtores. Desta forma, para auxiliar o processo de compreensão territorial dessa expansão ferroviária, nos basearemos na divisão em 5 períodos proposta por Moacir M. Silva (1954)²⁵³ a respeito do sistema ferroviário brasileiro. Nos ateremos à identificação dos três primeiros períodos, pois compreendem meados do século XIX até in início do século XX, época de ápice e declínio das fazendas cafeeiras da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Após esses períodos, a linha férrea adentrou o território expandindo-se para

²⁵¹ MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega: Sociologia e Política, 1974, p.67-72.

²⁵² BATISTA, Felipe Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional** — Subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 162-203, 2012. p. 168.

²⁵³SILVA, Moacir M. F. **Geografia das Estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954)**. In: IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferroviárias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.2-8.

outras áreas que não compreendem a unidade de análise proposta no presente trabalho.

O primeiro período, de 1854 a 1870 (figura 32), teve início em 30 de abril de 1854, na Província do Rio de Janeiro a partir da inauguração dos 14,5km da Estrada de Ferro Mauá, partindo do Porto Mauá, no fundo da baía de Guanabara, até a parada de Fragoso, ainda na baixada fluminense. Dezesesseis anos depois, em 1870 havia cerca de 744 quilômetros distribuídos em pequenas parcelas nas províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, São Paulo (trecho Santos-Jundiaí) e Minas Gerais, e também na Corte (município do Rio de Janeiro).



FIGURA 32- Mapa do desenvolvimento periódico do Sistema Ferroviário Brasileiro – 1º período (1854 a 1870)

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954). In: IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.3.

No segundo período, compreendido de 1871 a 1890 (figura 33), assistiu-se a um crescimento de 9.228km. Ocorreu a expansão das linhas iniciadas no período anterior, em irradiação dos portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, além do surgimento de novas linhas nas então Províncias de Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraíba, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. No momento da Proclamação da República em 1889, a extensão ferroviária total era de 9.538km, tendo havido assim, durante o Império, um crescimento de 266km por ano.



FIGURA 33- Mapa do desenvolvimento periódico do Sistema Ferroviário Brasileiro – 2º período (1871-1890).

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954). In: IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.4.

Durante o terceiro período, de 1891 a 1910 (figura 34), ocorreu um aumento da extensão ferroviária para 11.352km, devido à expansão das linhas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além das ligações interiores do Paraná e Santa Catarina e nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Houve um prolongamento das linhas que surgiram no período anterior, bem como o surgimento de novas como no Espírito Santo, no Pará e outras unidades do território nacional. Encerrando-se o século XIX a extensão ferroviária era de 14.915,5km.



FIGURA 34- Mapa do desenvolvimento periodico do Sistema Ferroviário Brasileiro – 2° período (1871-1890)

Fonte: SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954). In: IBGE & Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p.4.

CAPÍTULO IV

LAYER 2: A EXPANSÃO DA ATIVIDADE CAFEIEIRA NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA

Trataremos nesse capítulo da maneira pela qual ocorreu a expansão cafeeira em nosso segundo recorte de análise, centrado na microrregião de Juiz de Fora. Para tal, é importante considerarmos duas questões. A primeira delas, diz respeito as reminiscências que deram subsídio para que atividade cafeeira se desenvolvesse. Algumas das fazendas cafeeiras situadas nessa porção do território tiveram sua origem relacionada ao surgimento do Caminho Novo, a doação de sesmarias e a adaptação de sedes rurais já existentes, as ditas “fazendas de mantimentos”. A segunda questão, está relacionada com a posição de centralidade no território e a vultosa produção cafeeira que Juiz de Fora atingiu no século XIX, sendo um relevante polo econômico na Zona da Mata Mineira e uma referência na microrregião.

Como dito anteriormente, nosso objetivo é estabelecer uma relação dessas informações com a formação do território. Partiremos do apontamento do Caminho Novo como um elemento povoador para entender como ocorreu a partilha do território a partir da doação das sesmarias, quais famílias fixaram-se na região, quais fazendas começaram a surgir para, a partir disso, verificar quais tornaram-se cafeeiras. Forneceremos também dados gerais sobre a natureza das propriedades rurais, suas características, seu tamanho e relevância econômica, estabelecendo uma hierarquia dentre os maiores produtores e ao mesmo tempo um panorama da microrregião.

4.1. Das reminiscências do Caminho Novo e a divisão das sesmarias

Para compreender a expansão cafeeira no âmbito dos municípios foi, então, necessário voltarmos o olhar para o século XVIII afim de delinear o que constituía essas localidades, bem como levantar informações sobre as famílias fundadoras dos primeiros povoamentos e a forma como ocorreu a repartição das terras e do território que forneceu subsídio para o período de ruralização que se intensificou com a atividade cafeeira do século XIX.

O Caminho Novo (figura 35) – aberto no início do XVIII por Garcia Rodrigues Paes para promover o encurtamento das distâncias entre Ouro Preto e a cidade do Rio de Janeiro – foi de fundamental importância para o processo de ocupação da

porção sul da Zona da Mata mineira, a medida em que possibilitou o surgimento dos primeiros povoados, a partir da doação das sesmarias, que posteriormente foram dando origem a cidade de Juiz de Fora e imediações²⁵⁹.

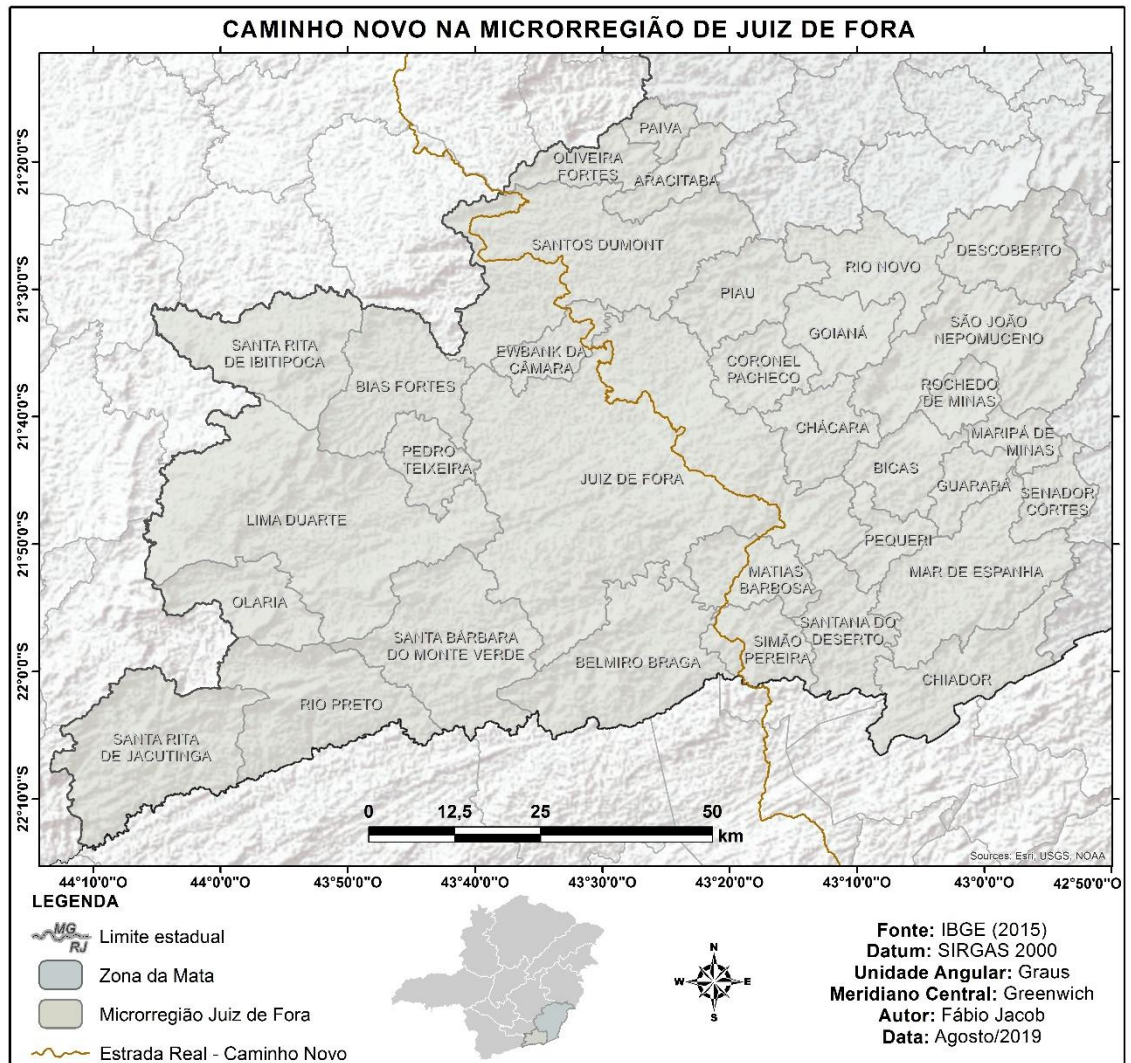


FIGURA 35: Mapa do Caminho Novo na microrregião de Juiz de Fora.

Fonte: Da autora. Elaborado a partir de: LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

Com a abertura deste caminho, o rei de Portugal permitiu que as terras ao longo de seu percurso fossem utilizadas para fins inicialmente agrícolas, de modo a atender ao tráfego de tropas que iam e vinham das minas, fornecendo estadia e alimentação, e secundariamente para povoar a região. Eram então concedidas as ditas sesmarias, cuja utilização não era gratuita, já que o sesmeiro tinha por obrigatoriedade cultivá-las

²⁵⁹PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: S. ed., 1973, p.

e fornecer mantimentos e subsídios para os passageiros. Caso isso não acontecesse, as terras retornariam à classificação de devolutas²⁶⁰.

Desta forma, começaram a despontar uma série de ranchos e pousos visando atender as demandas dos viajantes, e com produção própria, normalmente contando com “roças” de produção agrícola e variada criação de animais. Esses ranchos e roças, geraram uma economia de alimentos de significativa importância (milho, arroz, feijão, aguardente, queijo), que eram vendidos em grande número aos tropeiros que trafegavam pela estrada²⁶¹. Além da existência dos pousos, a Coroa impôs uma severa fiscalização através das construções dos “Registros” visando o controle do fluxo aurífero. Tanto os ranchos e pousos como os registros foram o ponto de partida de várias aglomerações que posteriormente evoluíram para vilas e cidades²⁶².

No contexto de distribuição das terras para plantio, denominadas “roças”, o primeiro cidadão da região a recebe-las foi Simão Pereira de Sá, sendo um dos povoadores originários. A extensão de suas terras era vasta, sendo partes dela posteriormente repartidas para Antônio de Araújo dos Santos e Matias Barbosa. Sobre este último, sabe-se que recebeu a sesmaria em 9 de março de 1709, onde construiu uma fazenda justamente no local atualmente ocupado pela cidade de Matias Barbosa²⁶³. Sendo um dos mais ricos e importantes distritos de Juiz de Fora, Matias Barbosa teve seu surgimento também vinculado a criação do Registro do Caminho Novo em 1789, e posteriormente a Alfândega criada em 1822 onde se processava a fiscalização completa de entrada e saída de mercadorias, e principalmente de ouro²⁶⁴.

Destacamos então, a existência de um seleto grupo designado pelo governo português a ocupar as adjacências do Caminho Novo. Dentre os já citados, evidenciamos também o Alcaide-Mor, Tomé Correia Vasquez, casado com a filha de Garcia Paes, que recebeu uma sesmaria em 1º de julho 1708 na área correspondente aos atuais bairros de Santa Teresinha, Bandeirantes e Betânia, no atual município de Juiz de Fora. Dois dias depois, foi concedida uma sesmaria a José de Souza Fragozo, entre a roça de Antônio Araújo e o Alcaide-Mor, nas terras que ficaram conhecidas

²⁶⁰ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985, p.21-22

²⁶¹ GUIMARÃES, Eliane Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora. Segunda metade do século XIX. São Paulo: Faped/Annablume, 2006, p.51

²⁶² PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora** (1870-1930). Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado, p.31-32.

²⁶³ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985, p.23-24.

²⁶⁴ PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.80.

como “Marmelo”. Em 15 de janeiro de 1710, o governador Antônio de Albuquerque concedeu a seu secretário, João de Oliveira, uma sesmaria às margens do Rio Paraibuna, entre a do Alcaide-Mor e a de José Fragozo, sendo a sesmaria mais importante para a posterior consolidação urbana do município²⁶⁵.

Perfazendo o caminho percorrido pelos viajantes do século XVIII, sabe-se que ao atravessar o rio Paraibuna, a cerca de duas léguas chegava-se à “Rocinha de Simão Pereira”, prosseguia-se à propriedade de Matias Barbosa da Silva, depois chegava-se as terras de Antônio de Araújo (região posteriormente conhecida como “Medeiros”, após ter sua propriedade atribuída à João de Medeiros Teixeira). A seguir, eram as terras de José de Souza Fragozo, a região de “Marmelo”, seguindo pela propriedade de João de Oliveira (correspondente ao atual bairro Bom Pastor até o Museu Mariano Procópio – região central do município de Juiz de Fora). Passava-se pela propriedade do Alcaide-Mor, local que passou a ser conhecido como Tapera, onde o proprietário contratou o mestre de obras Pedro Duval para construir um sobrado, que se conservou íntegro vindo, posteriormente, a participar da atividade cafeeira na região. Indo em direção ao norte, chegava-se à propriedade de Manoel de Araújo (irmão do Alcaide-Mor), passando por duas roças do “Bispo” até atingir em Barbacena a roça de Domingos Rodrigues²⁶⁶.

Como é possível observar, além da restrição de acesso às terras que eram distribuídas a um pequeno grupo de pessoas, também se tratavam de grandes extensões que posteriormente foram subdivididas e desmembradas em outras propriedades e também em assentamentos humanos, vilas e cidades. Além dos já citados proprietários, vale destacar um personagem que em especial contribuiu para que Juiz de Fora começasse a aparecer como uma indicação locativa, que foi Luís Fortes Bustamante e Sá, o Juiz de Fora da cidade do Rio de Janeiro. Este comprou as terras de João de Oliveira (que corresponde atualmente à área central de ocupação do município) em 1713, e construiu a sede de uma fazenda que passou a ser denominada de “Sobrado de Juiz de Fora” ou “Fazenda Velha”, e a partir disso, a localidade começou a ser designada pelos viajantes de “Sesmaria do Juiz de Fora”. Em 1728, Bustamante passou a escritura de sua fazenda para seu genro, Roberto Carr Ribeiro, que a vendeu em 1738 a um rico comerciante fornecedor de mercadorias

²⁶⁵ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985, p.21-22.

²⁶⁶ Ibid., p.24-25.

entre os Rio de Janeiro e Ouro Preto, Antônio Vidal²⁶⁷. A família Vidal e a família Tostes foram importantes para compreender a conformação das terras do atual município de Juiz de Fora.

Antônio Vidal possuía cinco filhos, e a partilha das terras compradas de Bustamante foi realizada em 1765 após seu falecimento. A parte correspondente à área urbana do atual município ficou sob propriedade de seus três filhos: José Vidal Barbosa Lage, Domingos Vidal Lage e Manuel Vidal. José, que em 1791 havia construído a Fazenda Cachoeira (posteriormente apropriada para a cafeicultura), ficou com a parte dos fundos da “Fazenda do Juiz de Fora” (equivalente à área central do atual município), nas proximidades ficou Domingos, e a outra parte para Manuel, no local onde construiu a Fazenda do Ribeirão das Rosas (também de importância para a atividade cafeeira). Seu filho Francisco, que era padre, recebeu sua sesmaria quando já tinha 43 anos, nas proximidades da Fazenda dos Medeiros (porção compreendida entre a atual cidade de Juiz de Fora e Simão Pereira). O filho primogênito Antônio Vidal de Barbosa Lage construiu uma fazenda denominada Engenho Belmonte que tinha como uma de suas divisas a Cachoeira do Marmelos²⁶⁸.

Ao final do século XVIII, a família Tostes apareceu como um importante nome na região, quando Antônio Dias Tostes começou a adquirir terras, recebeu sesmarias e comprou em 1808, de Francisco Gonçalves Lage (irmão da esposa de Antônio Vidal), uma parte da Fazenda Marmelo. Desta forma, a família Tostes, enriquecida com a mineração de ouro em São João Del Rei, resolveu estabelecer lavoura em Juiz de Fora e foi ganhando espaço, principalmente após 1812 quando José Vidal vendeu a “Fazenda do Juiz de Fora” e a “Fazenda Marmelo” a Antônio Dias. Em 1879, seu filho Antônio tornou-se o proprietário da Fazenda Tapera (figura 36)²⁶⁹.

²⁶⁷ LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985, p.27-28.

²⁶⁸ Ibid., p.30-31.

²⁶⁹ Ibid., p.31-33.

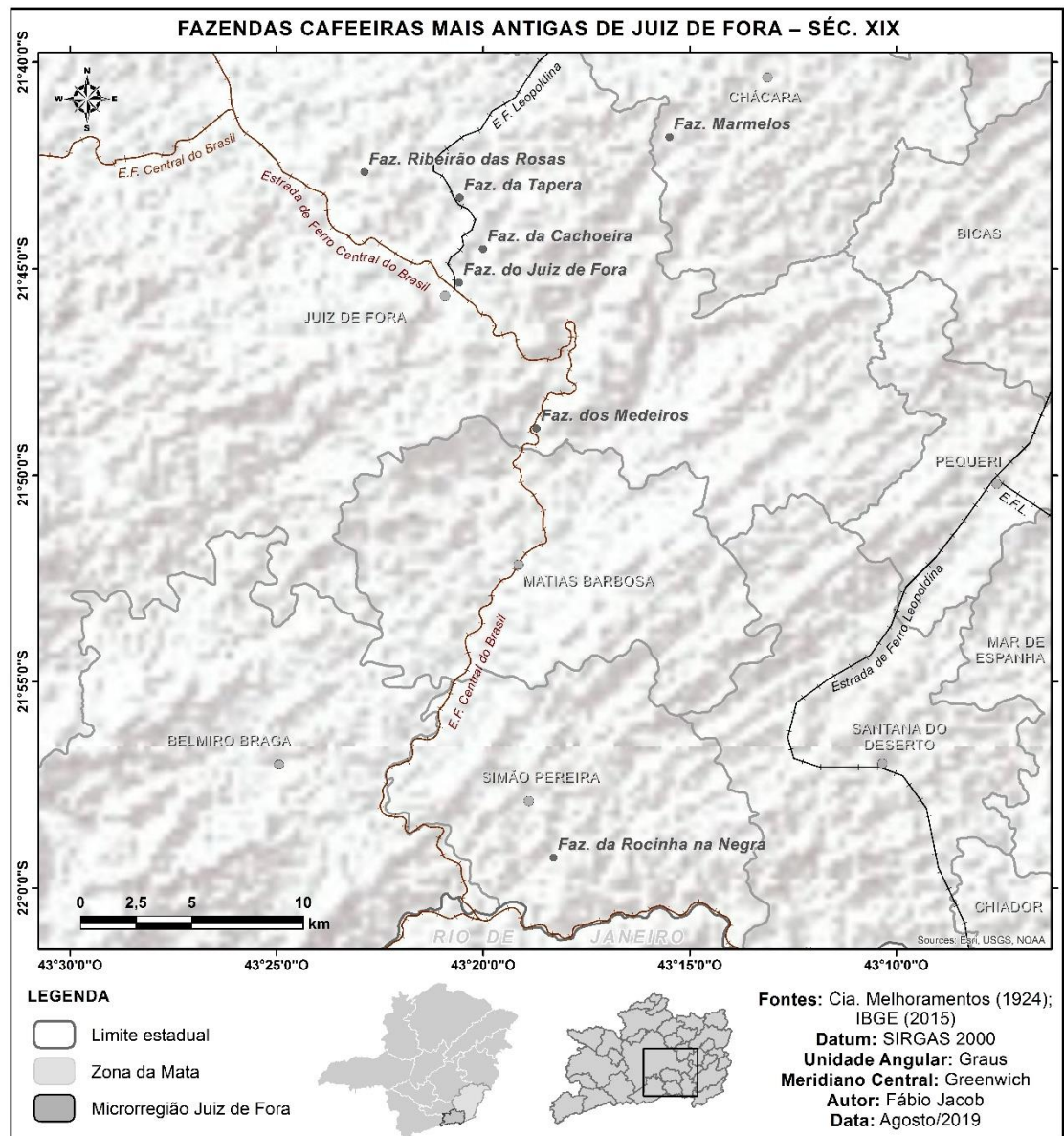


FIGURA 36: Da autora. Mapa de identificação das fazendas mais antigas do município de Juiz de Fora. Fonte: Elaborado a partir de: LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

A partilha das terras (figura 36) de Antônio Dias Tostes entre seus doze filhos deu início à área de povoamento que passou a existir na margem direita do Paraibuna. A parte que atualmente equivale ao centro da cidade foi dividida em 12 faixas paralelas e transversais à Estrada Nova, atual Avenida Rio Branco, traçada pelo engenheiro *Halfeld* (casado com Cândida, filha de Antônia Dias)²⁷⁰.

²⁷⁰ LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985, p.-3.

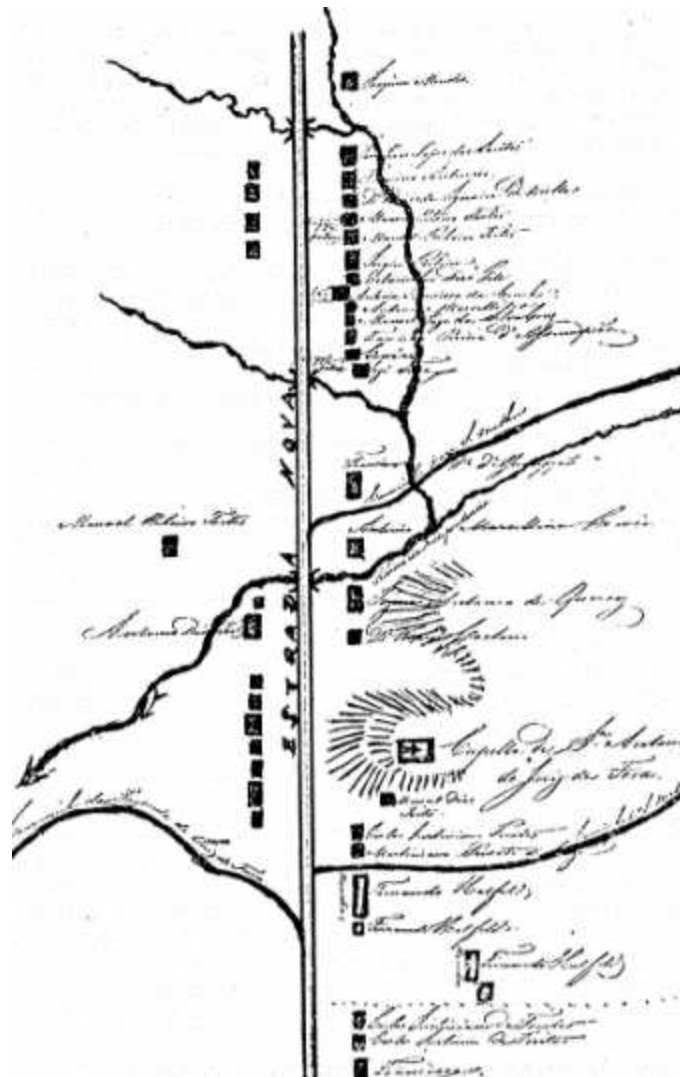


FIGURA 37: Imagem esquemática da repartição de terras nas doze faixas paralelas à Estrada Nova (atual Avenida Rio Branco).

Fonte: LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985, p.34.

4.2. Introdução da cafeicultura nos municípios da microrregião de Juiz de Fora

O Caminho Novo constituiu uma base para o início do povoamento da parte sul da Zona da Mata mineira, com a distribuição das sesmarias e o surgimento das primeiras fazendas, pousos e ranchos. Porém, o incremento demográfico da Zona da Mata mineira só ocorreu a partir de meados do século XVIII, com a queda da produção aurífera e a dispersão populacional das áreas mineradas para as demais regiões da Província. Este período passou então a ser marcado pelo processo de ruralização da economia, com a expansão das fronteiras agrícolas, a derrubada da Mata Atlântica e

a substituição da produção de alimentos para a fazenda cafeeira²⁷¹. Assim, a queda da economia aurífera e expansão cafeeira propiciaram o aumento da relevância econômica da Zona da Mata mineira, que passou a ser a maior produtora de Minas Gerais. O somatório desses fatores impulsionou não apenas o processo de ocupação e crescimento demográfico do município de Juiz de Fora, como também da região, sendo geralmente associados ao surgimento dos primeiros núcleos efetivamente urbanos durante o século XIX²⁷².

Uma característica relevante do processo de constituição dessa nova economia agroexportadora diz respeito à distribuição das sesmarias como forma de acesso à terra, inviabilizando seu acesso aberto e garantindo a posse às elites do período, que procuravam uma nova atividade econômica alternativa para aplicar seu capital após a crise da economia aurífera. Desta forma, destacamos uma série de famílias mineiras que foram responsáveis não apenas pelo povoamento da região como também pelo plantio da lavoura cafeeira. A exemplo disso temos os Monteiro de Barros que se fixaram em Leopoldina; os Silva Pinto, primeiros plantadores de café em Cataguases; Dutra Nicácio, que se tornaram maiores plantadores de Ubá; e os Tostes, Vidal Leite, Barbosa e Cerqueira Leite, que foram de fundamental importância para a cafeicultura em Juiz de Fora²⁷³.

A cafeicultura foi primeiramente introduzida na parte sul da Zona da Mata mineira, e mais especificamente nos municípios da microrregião de Juiz de Fora (Mar de Espanha, Rio Preto e Juiz de Fora) entre as décadas de 1830 e 1840, de forma que, já na década de 1860, predominava como atividade agrária local. Correspondendo a uma pequena parcela do território mineiro, a microrregião se beneficiou de sua rápida adequação à cultura cafeeira como também de sua localização estratégica. Dentre seus municípios, Juiz de Fora, que já possuía uma relevância como polo econômico desde a abertura do Caminho Novo, despontou como o principal produtor da Zona da Mata mineira, mantendo-se entre os maiores de Minas Gerais até as duas primeiras décadas do século XX²⁷⁴.

²⁷¹ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Economia cafeeira, crescimento populacional e manumissões onerosas e gratuitas condicionais em Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX. In: Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR/UFMG: Diamantina, 2002, p.2.

²⁷² PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado p.32.

²⁷³ Ibid., p.34.

²⁷⁴ GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora. Segunda metade do século XIX. São Paulo:Faped/Annablume, 2006, p.51.

O baixo valor venal das sesmarias, e o prestígio que conferiam aos seus detentores, possibilitou que, em meados do século XVIII, a atual área da cidade de Juiz de Fora fosse um único grande latifúndio, que esteve primeiramente sob a posse de Antônio Vidal e seus descendentes, passando posteriormente a Antônio Dias Tostes, possuidor de diversas fazendas e terrenos que foram sendo gradualmente explorados com a formação das unidades cafeeiras no povoado e em suas redondezas²⁷⁵.

Outro fator que muito se relaciona com o traçado urbano do atual município e o seu desenvolvimento econômico são os caminhos por terra (tratados no capítulo anterior). A definição de seu núcleo urbano teve como ponto de partida a construção em 1836 por Henrique Halfeld da “Estrada do Paraibuna”, cujo traçado originou a atual Avenida Rio Branco. O ponto de inflexão no processo histórico de desenvolvimento ocorreu posteriormente com a conclusão dos trabalhos da rodovia União e Indústria (iniciada em 1853), impulsionando o processo de expansão cafeeira que já vinha ocorrendo, consolidando a economia agroexportadora na região. A rodovia colocou o município de Juiz de Fora como ponto principal de referência na economia da Zona da Mata mineira (sendo esta a mais dinâmica da Província), consolidando sua posição estratégica e sua função de entreposto comercial e sua área de confluência de capital gerado na atividade agroexportadora, além de ser o núcleo urbano fundamental para o complexo agroexportador que se formava²⁷⁶.

O complexo econômico e social proveniente do comércio cafeeiro permitiu um extravasamento das relações cidade-campo para um contexto regional, o que foi demonstrado a partir da posição de Juiz de Fora e a sua influência e intercâmbio com as regiões circunvizinhas. Além disso, o município vivenciou um grande crescimento urbano para os padrões mineiros oitocentistas, onde a população da sede passou de 600 habitantes em 1855, para 17.622 em 1890²⁷⁷, sendo sua população maior que a dos maiores núcleos urbanos da Zona da Mata mineira. Em um curto período de tempo (8 anos) houve um crescimento da cidade e alguns melhoramentos urbanos, iniciando inclusive um processo pioneiro de industrialização com o emprego da mão

²⁷⁵ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade** – A formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 30-31.

²⁷⁶ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado, p.111-112.

²⁷⁷ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 102-103.

de obra imigrante. Apesar de todo o crescimento urbano, o município de Juiz de Fora ainda concentrava grande parte de sua população no meio rural, onde apenas 31,63% de sua população habitava a área urbana, e essa estimativa se aplicou também a seus distritos, que passaram a sofrer uma inversão de sua população urbana e rural apenas na década de 1930²⁷⁸. Porém, todo esse ideal de crescimento urbano e industrial acabou gerando também um clima de otimismo que propiciou a construção de uma imagem da cidade moderna e civilizada, recebendo a alcunha de *Manchester Mineira*.

Possivelmente, por conta dos ideais de progresso que eram pretendidos para a cidade de Juiz de Fora, nota-se um apagamento de memória vinculada ao período cafeeiro escravista. Apesar de Juiz de Fora ter sido a maior produtora de café da Zona da Mata, equiparando-se aos municípios do vale do Paraíba, percebe-se uma formatação da memória municipal ao tratar do assunto, evidenciada pelo conhecimento lacunar e não sistematizado, além do pouco enfoque que lhe foi dado ao longo dos anos. Parece-nos, que todo esse potencial de desenvolvimento do município ao longo do século XIX e a sua posição de pioneiro na Zona da Mata mineira, fez com que a historiografia acabasse vinculando a memória da localidade baseada no incremento da mão de obra imigrante e na cafeicultura apenas como um esteio para o desenvolvimento das indústrias.

De fato, a cafeicultura que começou a se expandir no atual município no período de 1850-1870, teve uma rápida resposta econômica, já que em 1855-56 já despontava como a principal produtora da Zona da Mata mineira. Desta forma, em 1856, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna foi elevada a cidade. Apesar do desenvolvimento cafeeiro ser coincidente com o período de crise do sistema escravista (com o fim do tráfico transatlântico e as pressões internas e externas contra a escravidão, bem como as leis abolicionistas), o emprego da mão de obra migrante na lavoura era muito pequeno, já que a produção da rubiácea se sustentou no trabalho servil até os últimos momentos do sistema escravista, não fugindo do padrão de posse de escravos verificado na região sudeste²⁷⁹.

²⁷⁸ SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001, p.77

²⁷⁹ GUIMARÃES, Elione Silva. Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora. Segunda metade do século XIX. São Paulo:Faped/Annablume, 2006, p.51

A área sul da Zona da Mata mineira (abarcando uma área ampla compreendida pela microrregião de Juiz de Fora e imediações), como incorporação produtiva mais antiga, predominou na dinâmica exportadora do estado ao longo do século XIX. Analisando a distribuição da população escrava como um reflexo da expansão da cafeicultura, fica evidente o predomínio da distribuição dessa população cativa nos quinze mais importantes municípios produtores de Minas Gerais em 1886 (tabela 2).

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM ALGUNS DOS
PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE M. GERAIS
1886

MUNICÍPIO	POP. ESCRAVA
J. FORA	20.905
M. ESPANHA	11.777
LEOPOLDINA	10.905
UBA	8.656
A. PARAÍBA	8.029
POMBA	6.029
RIO PRETO	5.410
MURIAÉ	5.326
CATAGUASES	4.955
PONTE NOVA	4.732
S.J. NEPOMUCENO	4.125
RIO NOVO	3.662
VIÇOSA	3.042
CARANGOLA	2.127
RIO BRANCO	1.908
TOTAL	101.588

Tabela 2: Distribuição da população escrava dentre os quinze principais municípios produtores de café de Minas Gerais. Fonte: PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado, p.102.

Nesse contexto, observa-se também o peso da produção cafeeira da microrregião de Juiz de Fora diante da produção da Zona da Mata mineira, liderando com dois municípios, nos quais Juiz de Fora despontou como a maior detentora de plantéis do estado, seguida de Mar de Espanha que, mesmo detendo uma grande parcela de escravos ainda representava quase a metade da encontrada em Juiz de Fora. Os municípios da área sul (considerando Juiz de Fora, Mar de Espanha, Além Paraíba e Leopoldina) detiveram 50,80% do total de escravos apresentados na amostra, ao passo que os municípios representativos da área “norte e “nordeste” (Muriaé, Carangola, Ponte Nova, Viçosa) detiveram 14,9% do total.

Fazendo uma análise comparativa com os demais municípios do vale do Paraíba paulista e fluminense, é possível perceber o posicionamento de Juiz de Fora que se assemelhava à alguns dos principais municípios produtores de café no período

de 1883-1887 (tabela 3). Em termos de quantidade de fazendas, Juiz de Fora equiparava-se com Valença e Paraíba do Sul, estando à frente dos demais municípios paulistas, com exceção de Campinas. O mesmo se aplicava ao analisarmos a média de escravos que era maior do que a da maioria dos municípios do vale do Paraíba fluminense e Paulista, sendo inferior apenas à Campinas e Valença. A média de pés de café plantados superava a dos municípios do vale do Paraíba paulista, sendo inferior apenas à do vale do Paraíba fluminense.

Provincias	Municípios	Fazendas	Area (hectares)	Area média por faz. (ha)	Pés de Café (milhões)	Média de Pés por faz.	Nº de Escravos por faz.	Média de Escravos por faz.	Valor do Plantel (mil réis)	Média do Plantel (mil réis)	% do Plantel sobre o Total	Valor Total das Faz. (mil réis)	Total Médio por faz.
M.G.	J. Fora	26	13.577	522	4.334.000	166.692	1.301	50,0	1.539,62	59.216	48,7	3.160.203	121.546
	Leopoldina	42	29.554	703	4.790.000	114.047	1.386	33,0	5 1.627,35 0	38.746	43,1	3.772.575	89.823
R.J.	Camagalo	41	23.568	574	7.104.000	173.268	1.995	48,6	2.433,75	59.359	46,8	5.199.133	126.808
	P. do Sul	32	19.359	604	5.615.543	175.485	1.468	45,8	0	54.510	46,1	3.781.236	118.163
	Valença	33	26.903	694	9.469.000	286.939	1.393	87,6	1744.350 3.460,10 0	104.851	49,1	7.033.503	213.136
S.P.	Campinas	49	26.189	534	5.023.000	102.500	2.613	53,3	3.662,20	74.738	42,7	8.574.201	174.925
	Rio Claro	11	15.634	1.421	1.140.000	103.636	332	30,1	0	52.600	31,8	1.402.934	127.539
	Casa Branca	12	7.193	599	1.251.969	104.330	461	38,4	446.800	40.618	37,0	1.705.017	142.442
	Brotas	02	2.954	1.477	172.000	86.000	42	21,0	631.200	29.600	22,6	261.075	130.537
	S. Carlos	05	4.026	805	288.000	57.600	88	17,6	58.200	24.760	32,9	375.869	71.573
	Mogy-Guaçu	01	329	329	44.000	44.000	14	14,0	123.800 21.700	21.700	35,0	61.956	61.956

Tabela 3: Quadro comparativo das fazendas de café em alguns municípios cafeeiros (1883-1887). Fonte: PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado, p.37.

Como podemos observar, em termos de hierarquia produtiva, Juiz de Fora e Mar de Espanha despontaram como os maiores produtores do estado, mas outros municípios da microrregião também aparecem na distribuição total. É o caso de Rio Preto e São João Nepomuceno, que também representavam municípios de relevância no contexto da produção cafeeira da microrregião e até mesmo no estado de Minas Gerais, visto sua posição intermediária na produção total. Ainda que não seja possível estabelecermos uma cronologia do desenvolvimento da cafeicultura na microrregião, visto que muitas das lavouras começaram a surgir de forma quase concomitante, podemos traçar uma hierarquia produtiva, e sobretudo contextualizar a constituição municipal com seus distritos e freguesias, que acabam clareando pontos sobre a localização das lavouras.

Considerando que nossas análises estão centradas no século XIX, é necessário compreender que houveram modificações das fronteiras geográficas delimitadas pelos atuais municípios da microrregião de Juiz de Fora. Ao longo dos séculos ocorreram uma série de desmembramentos, com a redução de determinadas áreas municipais, que se fragmentaram em vários municípios.

Um exemplo é o próprio recorte territorial do município de Juiz de Fora no século XIX, que era bem mais amplo, compreendendo treze distritos, sendo eles: distrito sede de Juiz de Fora; Matias Barbosa; Sarandi (hoje Sarandira); São Pedro de Alcântara (hoje Simão Pereira); Vargem Grande (hoje Belmiro Braga); São Francisco de Paula (hoje Torreões); São José do Rio Preto (hoje Três Ilhas); Porto das Flores; Nossa Senhora do Rosário (hoje Rosário de Minas); Agua Limpa (hoje Coronel Pacheco); São Sebastião da Chácara (hoje Chácara); Santana do Deserto; Chapéu D'Uvas (hoje Paula Lima). Alguns deles só foram desmembrados em novos municípios no século XX, como é o caso de Matias Barbosa, Simão Pereira, Chácara, Santana do Deserto, Coronel Pacheco e Belmiro Braga²⁸⁰.

Tal situação também se observa em outros municípios como Rio Preto, que também era constituído dos distritos de: Lima Duarte, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita de Jacutinga. Ou ainda o caso de Mar de Espanha, povoação de São João Nepomuceno, elevada a vila em 1841 compreendendo em seu território os distritos de: Rio Novo; Santíssima Trindade do Descoberto (atual Descoberto); Rio Pardo; Espírito Santo; Nossa Senhora das Mercês do Cágado (Distrito sede de Mar de Espanha); São José do Paraíba; Nossa Senhora da Madre de Deus; Porto de Santo Antônio e Feijão Cru²⁸¹.

Assim como nos casos anteriores, onde vimos que a área municipal no século XIX era bem mais ampla, com uma série de distritos que vieram posteriormente a se emancipar, o mesmo aconteceu com outros municípios da microrregião, como é o caso de Mar de Espanha. Ao nos referirmos ao município de Mar de Espanha no século XIX e início do XX sabemos que o mesmo compreendia 8 distritos, sendo eles: distrito sede de Mar de Espanha; Engenho Novo; Penha Longa; São Pedro Pequeri (atual Pequeri, desmembrado de Mar de Espanha em 1923 e anexado ao município de Bicas); Santo Antônio do Aventureiro (Aventureiro, anexado em 1938 a Além Paraíba);

²⁸⁰ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.42.

²⁸¹ IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**, volume 26. Rio de Janeiro: 1959. p. 40. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf>, Acesso em: 23/07/2019.

Santo Antônio do Chiador (uniu-se com Penha Longa para formar o atual município de Chiador); São Sebastião do Monte Verde (atual Senador Cortês) e Soledade do Chiador (atual Saudade)²⁸². Logo, é importante nos atermos ao recorte da microrregião de Juiz de Fora como um recorte metodológico, mas compreendendo a necessidade de flexibilização de suas fronteiras, já que como no caso de Mar de Espanha, alguns distritos acabaram posteriormente fazendo parte de outros municípios e regiões.

O terceiro município da microrregião de Juiz de Fora a ser apontado na lista dentre os principais produtores de Minas Gerais é Rio Preto (tabela 1). Atualmente, o município é apenas constituído de sua sede, porém a sua divisão administrativa no início do século XX contava com 7 distritos: sede de Rio Preto; Jacutinga (atual Santa Rita do Jacutinga); Conceição do Boqueirão, Tabuão, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde e Barreado²⁸³. A atividade cafeeira teve de fato uma relevância no cenário deste município, com destaque para a família Fortes, representada por Francisco Tereziano Fortes, filho do Guarda-Mor Francisco Dionísio Fortes, herdeiro de uma grande fortuna e posses com a Fazenda Santa Clara (situada em Santa Rita do Jacutinga)²⁸⁴.

São João Nepomuceno, elevado a Vila em 1868, era constituído de freguesias de: São João Nepomuceno, Rio Novo e Distrito de Santíssima Trindade do Descoberto (desmembrado do município de Mar de Espanha) e o distrito de Piau (desmembrado do Município de Juiz de Fora). Na década de 1870, acabou perdendo o seu posto de Vila e Sede municipal, que foi transferida para Rio Novo, sendo o município de São João Nepomuceno criado apenas em 1880²⁸⁵. Seu povoamento e história municipal muito se vincula à José Furtado de Mendonça, que em 1841 era proprietário da Fazenda Roça Grande, que ao adquirir terrenos adjacentes os doou à Cúria para que fosse erguida uma capela, dando início ao povoado. Além deste, contou com a presença de outros fazendeiros de café como Antônio Dutra Nicácio, Manoel Rodrigues Nazaré e Domingos Ferreira Marques²⁸⁶.

²⁸² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Mar de Espanha. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mar-de-espanha/historico>>, acesso em: 23/07/2019.

²⁸³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Mar de Espanha. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-preto/historico>>, acesso em: 23/07/2019.

²⁸⁴ IBGE. Enciclopédia dos Municípios Mineiros, volume 27. Rio de Janeiro: 1959. p. 39. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf>, p.81, acesso em: 23/07/2019.

²⁸⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Mar de Espanha. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-nepomuceno/historico>>, acesso em: 23/07/2019.

²⁸⁶ IBGE. Enciclopédia dos Municípios Mineiros, volume 27. Rio de Janeiro: 1959. p. 39. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf>, p.239.

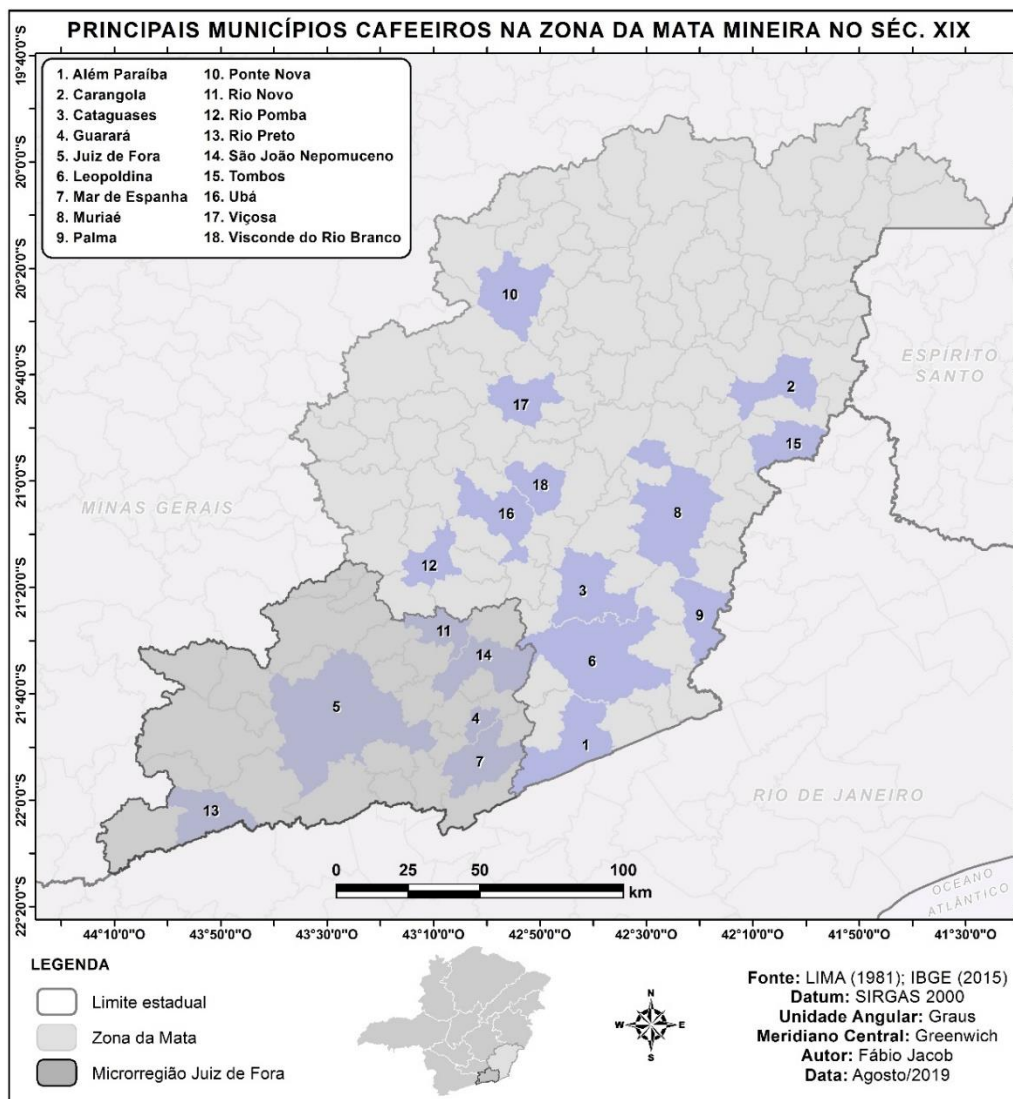


FIGURA 38: Da autora. Mapa dos principais municípios cafeeiros no século XIX, com a identificação da microrregião de Juiz de Fora. Fonte: Da autora. Elaborado a partir de: LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981, p.21.

4.3. Breve caracterização das unidades produtivas na microrregião de Juiz de Fora

A historiografia cometeu algumas imprecisões ao tratar da temática da economia escravista em Minas Gerais no século XIX²⁸⁷, chegando à conclusão de que a economia cafeeira tinha como dominância a pequena propriedade. Porém, a questão da pequena propriedade acabou sendo posteriormente revisada, ao se

²⁸⁷ A exemplo disso, referimo-nos aos trabalhos de LANNA, Ana, 1995 e LIMA, João Heraldo, 1981. Esta historiografia que muito se apoiou nos relatórios dos Presidentes de Província, como também em artigos de fazendeiros, Anais de Assembleia Legislativa Provinciais, defenderam a tese de que a participação da Zona da Mata mineira era menor ou dependente da sua relação com Rio de Janeiro. No caso de João Heraldo Lima, houve uma concordância com o Relatório de Carlos Prates, que considerava que a região era constituída por pequenas e médias propriedades, fato que foi retificado posteriormente.

considerar outras fontes como o inventário *post-mortem* dos proprietários de escravos, editais de leilões do jornal *Pharol* de Juiz de Fora, que também demonstraram que a Zona da Mata se constituiu em um dos polos mais dinâmicos da produção cafeeira, com a dominância das grandes propriedades.

Logo, a cafeicultura na microrregião de Juiz de Fora se desenvolveu tendo como principais características a grande propriedade e a concentração da distribuição da propriedade fundiária. Estudos sobre as terras na vila de Santo Antônio do Paraibuna (município de Juiz de Fora) na segunda metade do século XIX evidenciaram a concentração fundiária nas mãos de um reduzido número de proprietários. Embora houvesse uma quantidade considerável de pequenos proprietários produzindo café, estes representavam uma parcela pequena na economia regional²⁸⁸.

Análises do registro paroquial de terras de meados do século XIX demonstram essa estimativa, do qual dos 101 declarantes em Santo Antônio do Paraibuna, a grande maioria (78,21%) eram proprietários com menos de 200 alqueires de terra (propriedade considerada pequena), ao passo que 22 declarantes (21,78%) eram proprietários de áreas iguais ou superiores a 200 alqueires, que detinham 74,723% da área total de terras declaradas²⁸⁹. Tais dados evidenciam que as pequenas propriedades não eram predominantes na estrutura fundiária, sustentada então pelas grandes propriedades, onde a atividade agroexportadora cafeeira, apesar de estar experimentando seu início de desenvolvimento, já se constituía da atividade econômica mais importante do município naquele momento.

Outras informações de um período posterior ao registro de terras (propriedades hipotecadas no Banco do Brasil), entre 1883 e 1887, quando a atividade agroexportadora já se encontrava consolidada na região, também demonstram a presença de grandes propriedades, possuindo uma média de 522 hectares por unidade no município de Juiz de Fora. A considerar a dimensão do regime fundiário, tais dados revelam uma aproximação da estrutura produtiva encontra com a das áreas de maior produção do país, como os centros produtores da província do Rio de Janeiro

²⁸⁸ PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado, p.53.

²⁸⁹ Ibid., p.39.

(Cantagalo, Valença, Paraíba do Sul) e na província de São Paulo (Campinas e Rio Claro)²⁹⁰.

Ainda buscando possibilidades de caracterização das propriedades rurais do período, valemo-nos de estudos que trabalharam com os inventários de proprietários de escravos e editais de leilão publicados na imprensa local (que apresentaram dados sobre área, escravos e produção de café) demonstrando que dentre os grandes proprietários (que detinham 50 ou mais escravos) apenas dois possuíam propriedade com menos de 100 alqueires de terra, enquanto o restante chegava a ter cerca de 573 alqueires de área total. A quantidade de pés de café variava de 53.000 a 550.000, e os plantéis eram compostos de 60 a 198 escravos, o que oferecia uma média de 100 escravos por unidade. Considerando uma média de 30.000 a 200.000 pés de café por propriedade como sendo a quantia para uma grande propriedade, temos que em Juiz de Fora, mesmo as unidades cafeeiras consideradas médias podem ser enquadradas como grandes, pois atingem a proporção pés de café por propriedade²⁹¹.

Outro ponto a ser considerado diz respeito à diversificação agrícola. Ainda que o café despontasse como atividade principal, outras atividades se desenvolviam em paralelo, mesmo que com menor expressividade. Tal informação se faz presente de forma indireta no contexto dos inventários, demonstrando a relação de equipamentos existentes em uma fazenda, onde são citados o moinho de fubá ou o engenho de cana, ou através do estoque de produtos armazenados (arroz, feijão, milho, dentre outros)²⁹². Logo, a plantação e colheita de culturas temporárias (roça de milho, cana, mandioca), assim como a capina, a colheita e a venda do café, faziam parte da produção anual da unidade.

²⁹⁰ PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado, p.40.

²⁹¹ ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata. Revista Brasileira de História. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991, p.96-97.

²⁹² ANDRADE, Ibid., p.99.

CAPÍTULO V

LAYER 3: FAZENDAS CAFEEIRAS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Após termos analisado as diversas camadas da paisagem cafeeira do século XIX, e nos aprofundado em cada um dos capítulos anteriores na busca de uma maior aproximação do objeto, revelamos enfim as fazendas cafeeiras. Não pretendemos esgotar as análises sobre o assunto, que ainda precisa ser bastante investigado, mas demonstrar a complexidade desse universo cafeeiro, através de uma amostra centrada no município de Juiz de Fora. Um recorte espacial mais específico foi necessário pela maior disponibilidade de dados, que nos permitiu melhor avaliar o objeto e testar a metodologia de análise, verticalizando ainda mais o recorte. Ao mesmo tempo, o município de Juiz de Fora representa um retrato da microrregião, gerando maior compreensão sobre a amplitude do tema, já que em uma porção do território foi possível identificar uma quantidade considerável de exemplares, o que aponta para a multiplicidade do todo.

Como vimos, no século XIX, o município de Juiz de Fora era conformado por uma ampla área composta pelos treze seguintes distritos²⁹³: Juiz de Fora; Matias Barbosa; Sarandi (hoje Sarandira); São Pedro de Alcântara (hoje Simão Pereira); Vargem Grande (hoje Belmiro Braga); São Francisco de Paula (hoje Torreões); São José do Rio Preto (hoje Três Ilhas); Porto das Flores; Nossa Senhora do Rosário (hoje Rosário de Minas); Agua Limpa (hoje Coronel Pacheco); São Sebastião da Chácara (hoje Chácara); Santana do Deserto; Chapéu D'Uvas (hoje Paula Lima)²⁹⁴.

Devido ao volume de informações coletadas, dispersas em fontes de naturezas diversas, foi necessário traçar um caminho metodológico para o cruzamento de dados que nos possibilitasse encontrar as fazendas cafeeiras, que precisaram ser georreferenciadas, visando oferecer um panorama da complexidade do universo que estamos tratando. Para tal, valemo-nos de duas fontes principais que serviram de base para a identificação das diversas propriedades rurais nos distritos, sendo elas o

²⁹³Pela divisão territorial de 1979 o município de Juiz de Fora passou a ser composto por 4 distritos: Juiz de Fora, Rosário de Minas, Sarandira e Torreões. Esse dado demonstra a fragmentação do território, no qual a grande maioria dos distritos se emanciparam a partir do século XX. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Juiz de Fora. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/historico>>, acesso em: 10 de setembro de 2019.

²⁹⁴ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.42.

livro de Albino Esteves²⁹⁵, denominado “Álbum do Município de Juiz de Fora”, e o livro de Procópio Filho²⁹⁶, intitulado “Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora”. O primeiro, de publicação mais antiga (1915), cita as principais fazendas dos distritos, e em alguns casos traz dados de sua produtividade, bem como sobre o tamanho das fazendas, seus proprietários no período analisado, sendo também a principal fonte de registros fotográficos sobre esses exemplares. O segundo traz descrições sobre as propriedades, sua localização e benfeitorias, e além disso também apresenta uma análise cronológica das fazendas e de seus proprietários, o que nos permitiu apreender a relação das famílias com o território e as fazendas, possibilitando também identificar as fazendas mais antigas do município.

Além destas fontes principais, nos valem também de outras bibliografias que mesmo trazendo informações fragmentadas sobre os exemplares cafeeiros (já que não tinham por objetivo descrever as fazendas, mas acabaram permeando-as) foram necessárias para a complementação de dados. É o caso do livro de Luiz Alberto Passaglia²⁹⁷, Menelick de Carvalho²⁹⁸ e Wilson Bastos²⁹⁹.

Também recorreremos aos jornais do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mende (SMBMMM), para aprofundamento das informações acerca de alguns exemplares cafeeiros. Dentre eles, destacamos principalmente as publicações do *Jornal do Commercio* de 1906, que trouxe uma série de relatos de Carlos Prates – engenheiro encarregado pelo governo de Minas Gerais a examinar as condições da lavoura da Zona da Mata mineira – com enfoque principal no município de Juiz de Fora, o que nos auxiliou na identificação das fazendas³⁰⁰.

Para espacialização dos objetos, foi necessário escolher uma base cartográfica, e para tal nos valem de uma Carta Topográfica do Município de Juiz de Fora de 1924, por contemplar grande parte dos distritos analisados, além de

²⁹⁵ ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

²⁹⁶ PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s/ ed. 1973.

²⁹⁷ PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d

²⁹⁸ CARVALHO, Menelick de. **A Prefeitura de Juiz de Fora em 1934**. Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Companhia Dias Cardoso, 1935

²⁹⁹ BASTOS, Wilson L. **Mariano Procópio Ferreira Lage: Sua Vida, Sua Obra, Sua Descendência, Genealogia**. Juiz de Fora, MG: Edições Paraibuna, 1991

³⁰⁰ Para este trabalho, valemo-nos apenas das informações encontradas no *Jornal do Commercio*, porém apontamos para a existência de um relatório completo elaborado por Carlos Prates em 1906 que se encontra no Arquivo Público Mineiro, e indica mais uma possibilidade de ampliação da pesquisa, já que foram identificadas fazendas em toda Zona da Mata, subdividida pelos seus principais municípios produtores.

identificar algumas fazendas cafeeiras, que a partir das bibliografias analisadas posteriormente, puderam ser confirmadas como tal e demarcadas. Sobreposamos esta base na microrregião de Juiz de Fora (figura 39) com a divisão atual de seus municípios, onde foi possível perceber que a carta escolhida realmente contempla quase todos os distritos que compunham o município de Juiz de Fora, com exceção de Coronel Pacheco e uma parte de Chácara³⁰¹.

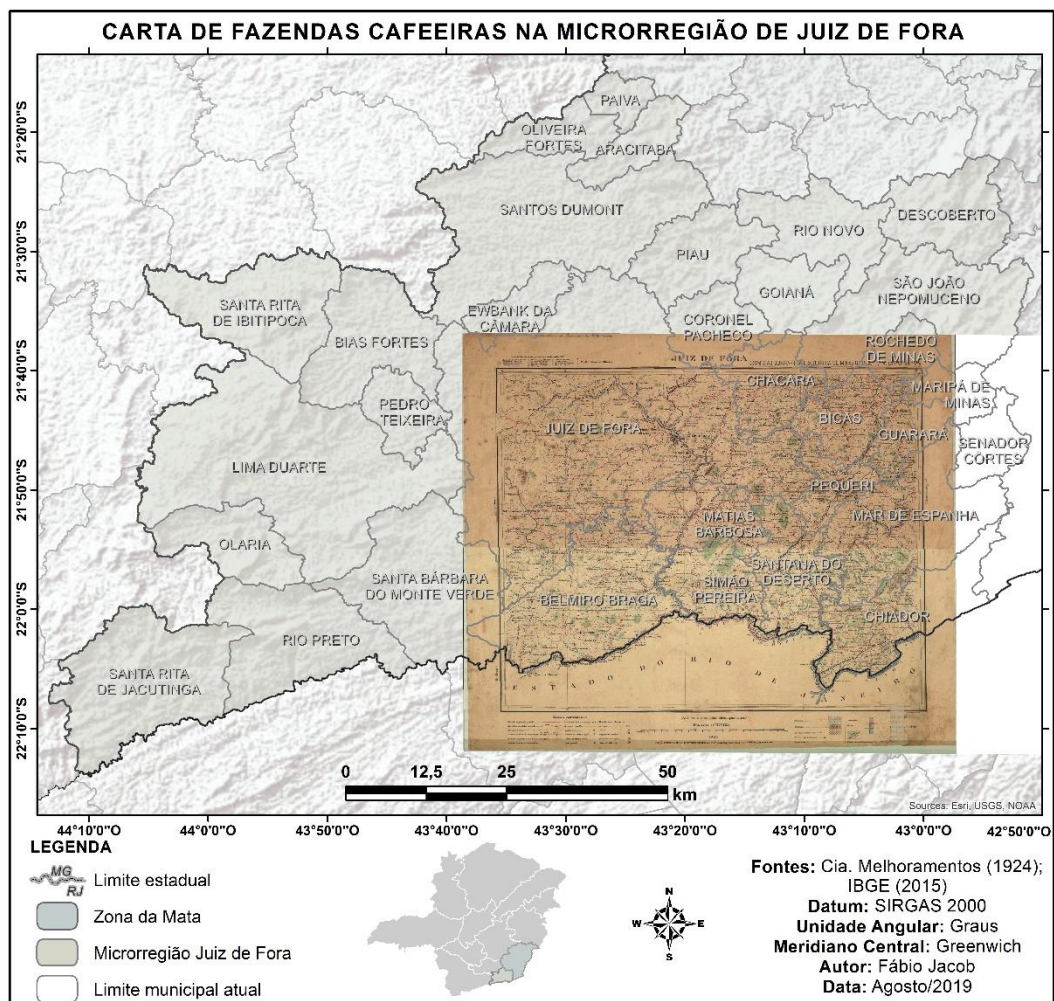


FIGURA 39: Da autora. Sobreposição da base cartográfica do município de Juiz de Fora em base atual da microrregião de Juiz de Fora.

Fonte: Da autora. Adaptado de: MINAS GERAIS. Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. *Carta Topográfica da Cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 1924. Escala 1/100000. 64,0 x 71,0cm. Acervo Arquivo Público Mineiro – APM.

A partir do cruzamento de todas essas informações, foi possível construir o texto deste capítulo e também gerar produtos a ele relacionados, como é o caso da

³⁰¹ Oferecemos uma parte de um quebra-cabeças, que poderia ser complementado a partir de outras cartas topográficas que ampliariam a área de análise adicionando mais informações à base atual, estendendo-as aos demais municípios da microrregião, como também da Zona da Mata mineira.

tabela de identificação das fazendas cafeeiras do município de Juiz de Fora (anexo A) e a espacialização das fazendas cafeeiras (figura 40) divididas por distrito.

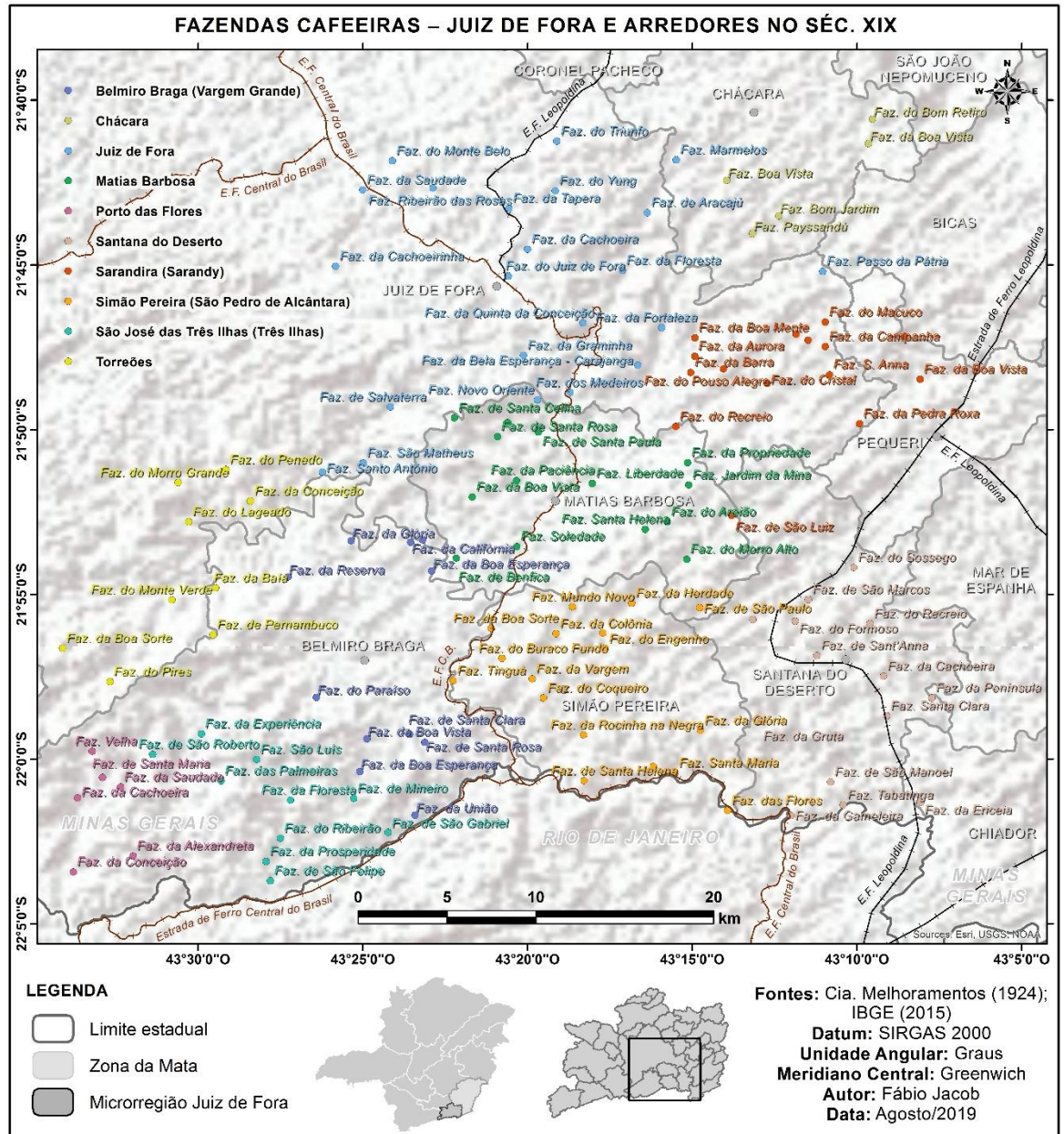


FIGURA 40: Da autora. Mapa das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora no século XIX. Fonte: Da autora. Adaptado de: MINAS GERAIS. Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. *Carta Topográfica da Cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 1924. Escala 1/100000. 64,0 x71,0cm. Acervo Arquivo Público Mineiro – APM.

A tabela citada sintetiza todo o material pesquisado, no qual agrupamos por distrito as fazendas cafeeiras, atribuindo informações sobre seus proprietários, tamanho da propriedade, localização, e registro fotográfico (quando possível). A tabela não constitui um inventário, devido à necessidade de complementação de

alguns dados, mas fornece um ponto de partida para a sua possível elaboração futura. É preciso destacar que existem exemplares que estão presentes na tabela e que não puderam ser espacializados, mas servem de registro de sua existência. Além disso, por conter fotografias, optamos por acrescentar no texto deste capítulo imagens meramente ilustrativas, já que a tabela contempla um acervo mais completo para ser analisado.

Sabemos que dentro do recorte existem algumas fazendas com cronologias diferentes, pois tiveram seu surgimento ainda no século XVIII, atrelado ao Caminho Novo e ao abastecimento das tropas, tendo sido algumas delas adaptadas posteriormente, para o recebimento da atividade cafeeira. Desta forma, identificamos neste capítulo as fazendas mais antigas que surgiram no município, principalmente na sede de Juiz de Fora, quais delas se adaptaram à atividade cafeeira e quais surgiram no mesmo período do desenvolvimento desta atividade tendo o café possivelmente como produto principal. Apontaremos também, na medida do possível, para cada um dos distritos, um histórico de surgimento de seus exemplares cafeeiros e as principais fazendas produtoras de café da região, sintetizadas através de um breve relato. Ao final do capítulo, realizamos uma análise síntese acerca dos exemplares cafeeiros analisados.

5.1. Distrito sede de Juiz de Fora

Juiz de Fora ocupava uma posição de centralidade na rota do Caminho Novo, e em razão disso, uma série de sesmarias foram distribuídas, e estas se tornaram posteriormente fazendas. Dentre as fazendas mais antigas do município estão: a Fazenda da Tapera; Fazenda de São Mateus; a Fazenda Ribeirão das Rosas; a Fazenda do Juiz de Fora; a Fazenda Fortaleza; a Fazenda Marmelo e a Fazenda Graminha.

A primeira fazenda a surgir foi a Fazenda da Tapera (figura 41), fundada pelo Alcaide-Mor Tomé Corrêa Vasques por meio da concessão de sesmaria em 1703, ao casar-se com Antônia Teresa Maria, filha de Garcia Rodrigues Paes (encarregado pela abertura do Caminho Novo). A construção de seu edifício sede ocorreu por volta de 1708, e a fazenda se tornou naquela época um entreposto fiscal do ouro que

passava pelo Caminho Novo³⁰². Há possibilidade de a fazenda ter produzido café no século XIX (pelo café ter sido amplamente desenvolvido no município), mas não foi encontrada nenhuma confirmação a respeito, se esta era uma atividade expressiva nesta fazenda, como aconteceu em outros exemplares analisados. Porém, sabe-se que ocorreu o desenvolvimento da pecuária quando a fazenda da Tapera foi de propriedade do Coronel Alencar Tristão em 1929³⁰³. Atualmente a propriedade se encontra totalmente inserida na área urbana devido ao crescimento do Bairro Santa Teresinha, estando situada na rua Alencar Tristão.



FIGURA 41: Edifício-sede da Fazenda da Tapera.

Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html>>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

A Fazenda São Mateus (figura 42), além de ter sido a segunda mais antiga de Juiz de Fora – em termos de doação de sesmaria para ocupação do território –, foi também uma das grandes produtoras de café na região. Teve como seu fundador Matias Barbosa da Silva, que em 9 de março de 1709 recebeu uma sesmaria de D. Fernando Mascarenhas de Lancastre, o Governador da Capitania do Sul do Brasil. Depois passou por vários proprietários, como José Ignácio Nogueira da Gama em 1803, possuidor de 18 sesmarias e casado com a Baronesa de São Mateus. Em 1890 foi do Dr. Cândido Teixeira Tostes, período no qual identificou-se uma intensa

³⁰² PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.44-45.

³⁰³ Cícero Tristão fez a doação do conjunto arquitetônico da Fazenda Tapera à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, com a exigência de conservação e restauro de seu edifício sede, porém isso não ocorreu, e a propriedade encontra-se hoje em mau estado de conservação. A fazenda da Tapera é tombada em instância municipal. Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes – SMBMM. Jornal JF Hoje, 16 de julho de 1990.

produção cafeeira, sendo seu proprietário o maior cafeicultor de Minas Gerais, possuidor também da grande fazenda Fortaleza de Santana, em Coronel Pacheco³⁰⁴. A fazenda São Mateus representou uma propriedade de bastante opulência na região, seja por conta da quantidade de escravos trabalhando nas lavouras (cerca de 150), da grande produção em suas colheitas, chegando a colher em um só ano 25 mil sacas de café, além de ter sido também marcada pela passagem de figuras políticas, como a de Getúlio Vargas em 1933, que chegou inclusive a se instalar temporariamente na fazenda em 1936³⁰⁵.

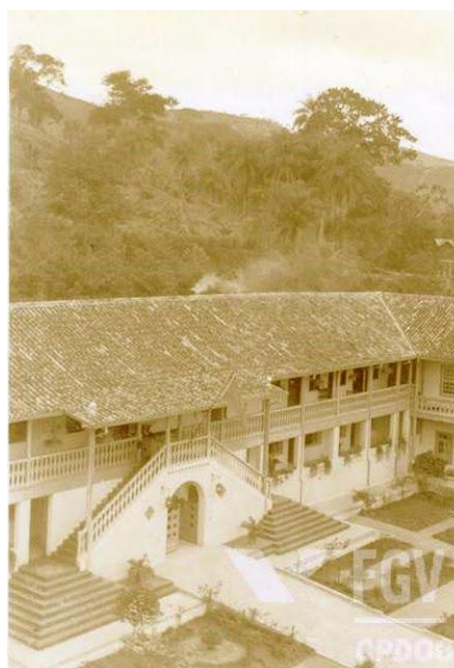


FIGURA 42: Edifício-sede da Fazenda São Mateus.

Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html>>. Acesso em 27 de agosto de 2019

Em relatório produzido por Calos Prates em 1906, sob o domínio do já citado Cândido Teixeira Tostes, a fazenda São Mateus foi indicada como a mais importante da Zona da Mata Mineira em produção de café, possuindo uma área de cerca de 800 alqueires, sendo 25 em mata virgem (para expansão da fazenda), com boa casa de moradia e mecanismos para beneficiar café, contando com uma colônia italiana de cerca de 130 famílias³⁰⁶. Com o período de prosperidade cafeeira no início do século

³⁰⁴ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.48-51

³⁰⁵ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 21 de outubro de 1984, p.11.

³⁰⁶ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 5 de janeiro de 1906, p.2.

XX, a sede da Fazenda São Mateus passou por uma remodelação de seus cômodos internos e de sua fachada, através da inserção de uma ampla varanda correndo toda a volumetria do edifício com grandes janelas e escadarias em ferro com rendilhado. O interior também recebeu adornos com a inserção de papéis de parede, retratos de familiares, pinturas a óleo e quadros diversos.³⁰⁷

Seguindo nossa cronologia, a terceira fazenda a surgir foi a Ribeirão das Rosas (figura 43), quando o Alferes Manoel Vidal obteve uma carta de sesmaria do Capitão General Luiz da Cunha Menezes concedendo àquele terras a nordeste do atual município de Juiz de Fora, tendo sido construído em 1776 seu edifício sede³⁰⁸. O Alferes também foi proprietário de outras fazendas na região, como a da Tapera e a Fazenda Entre Morros. As informações levantadas sugerem que, devido a sua posição estratégica ao lado do Caminho Novo, a fazenda teria funcionado como posto fiscal da Coroa Portuguesa para o controle da passagem de ouro entre Minas Gerais e a Corte no Rio de Janeiro, assim como na Fazenda da Tapera³⁰⁹. Na fazenda também se produziu café, ainda que não tenha sido a produção mais expressiva, em termos quantitativos. É constatada a relevância regional que a fazenda possuiu, bem como a articulação de seu proprietário, já que abrigou o Imperador D. Pedro II que por lá pernitoiu no dia 8 de janeiro de 1831 em razão de sua viagem a Ouro Preto.



FIGURA 43: Edifício-sede da Fazenda Ribeirão das Rosas.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 11 de fevereiro de 2001, caderno 2, p.4.

³⁰⁷ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes - SMBMMM. Jornal do Commercio, 29 de abril de 1913, p.1.

³⁰⁸ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.47.

³⁰⁹ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes - SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 11 de fevereiro de 2001, caderno 2, p.4.

A propriedade que pertenceu à família Vidal durante muitos anos, foi adquirida pelo Exército Brasileiro³¹⁰. A única construção remanescente de seu conjunto arquitetônico é o edifício sede, que apresenta uma rusticidade construtiva derivada de sua vinculação aos processos produtivos mais tradicionais³¹¹. O incremento de seu interior veio a ocorrer no século XIX, e como reflexo disso nota-se a inserção de adornos, através das pinturas murais (figura 44).



FIGURA 44: Interior da Fazenda Ribeirão das Rosas.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 9 de março de 2014, p.5.

No mesmo período de surgimento da Fazenda Ribeirão das Rosas, existiu também a fazenda do Juiz de Fora (figura 45). Apesar de não ter sido possível constatar o desenvolvimento da atividade cafeeira na propriedade, foi uma fazenda de importância para o surgimento do atual núcleo urbano da cidade de Juiz de Fora, pois estava inserida no que hoje corresponde à rua São Sebastião, no bairro Vitorino³¹². A Fazenda do Juiz de Fora, ou Fazenda Velha, pertenceu ao juiz que deu nome à cidade, e apesar de sua relevância para a história do município, acabou sendo

³¹⁰ O tombamento municipal do imóvel foi realizado em 2001 e o bem cultural se encontra em mau estado de conservação. Nesse contexto, nem a União nem o município conseguiram reverter seu estado progressivo de degradação. Apesar do Ministério Público ter ajuizado uma ação civil pública contra o Governo Federal e o Município de Juiz de Fora, nada foi feito para a reversão de seu estado de conservação. Fonte: SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 9 de março de 2014, p.5.

³¹¹ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal tribuna de Minas, 11 de fevereiro de 2001, caderno 2, p.4.

³¹² PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d, p.175-176.

demolida devido a pressões imobiliárias, ao desinteresse da família em manter o bem, e às dificuldades de reconhecimento como patrimônio cultural diante do SPHAN³¹³.



FIGURA 45 – Edifício-sede da Fazenda do Juiz de Fora.

Fonte: PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d, p.175.

Dentre as fazendas mais antigas do município, vale ainda citar a Fazenda Graminha, de propriedade de Antônio Dias Tostes, situada ao sul do atual município de Juiz de Fora. Possível produtora de café, a fazenda foi adquirida pela família Senra e a área da propriedade passou por uma série de repartições, que a dividiram em outros sítios e fazendas³¹⁴. Além desta, destacamos também a Fazenda Marmelo, que também foi comprada por Antônio Dias Tostes em 1808, constituindo uma vasta área que ia até a ponte do Zamba, sendo posteriormente adquirida pelo Comendador Pedro Procópio Rodrigues Vale.

Outra fazenda construída por Antônio Dias Tostes, e tida como uma das mais antigas do município, foi a fazenda Fortaleza, proveniente das grandes sesmarias dos Dias Tostes. A fazenda foi comprada em 1841 por Joaquim Lúcio Figueiredo Lima e Antônio Lopes, sendo vendida em 1843 a José Ribeiro de Resende, o Barão de Juiz de Fora, onde passou a residir com sua família. Este dedicou-se à produção cafeeira em larga escala, possuindo grandes lavouras no território da fazenda e cerca de 600 escravos. A fazenda situa-se na estrada em direção a Caeté, possuindo 523 hectares,

³¹³ Diante das dificuldades aprontadas, não foi possível apreender a relação da Fazenda do Fora com a produção cafeeira, sendo necessária uma pesquisa mais aprofundada no tema para essa identificação. Porém, como existe essa possibilidade, e pela fazenda estar entre as mais antigas do município, optamos por apontá-la no texto como registro, indicando essa necessidade de aprofundamento das análises.

³¹⁴ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.68.

e foi passada ao filho do Barão, o Coronel Francisco Eugênio de Resende (proprietário da Fazenda Quinta da Conceição), sendo posteriormente vendida para a firma Costa, Carvalho & Cia.

De acordo com as informações coletadas, foi possível estabelecer uma cronologia das fazendas mais antigas do município (datadas do século XVIII), dentre elas, exemplares certamente cafeeiros e outros possivelmente produtores. Partiremos agora para a descrição dos exemplares de fazendas surgidas no século XIX e que possuíam uma expressiva produção cafeeira na região. Para tal, usaremos como base o relatório elaborado por Carlos Prates (citado anteriormente) onde foram identificadas 5 fazendas como as principais produtoras de Juiz de Fora, sendo elas: Fazenda Salvaterra; Fazenda São Mateus, já listada; Fazenda Santo Antônio e Fazenda Quinta da Conceição. A estas acrescentaremos a Fazenda Floresta, que apesar de não ter sido citada no relatório, foi apontada pelas fontes consultadas como possuidora de expressiva produção cafeeira.

A começarmos pela Fazenda Salvaterra (figura 46), que foi uma das grandes produtoras de café, situada a 12 quilômetros da sede de Juiz de Fora, na Estrada Monte Verde. Pertenceu ao Coronel João Gualberto de Carvalho, filho do Barão de Cajuru, e Dona Anália de Campos Carvalho³¹⁵. A propriedade possuía 250 alqueires, sendo 35 em mata virgem (para expansão da lavoura). O café plantado era o *bourbon*, e a fazenda possuía completos mecanismos para o beneficiamento do café.



FIGURA 46: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Salvaterra.

Fonte: CARVALHO, Menelick de. A Prefeitura de Juiz de Fora em 1934. Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Companhia Dias Cardoso, 1935, p.67.

³¹⁵ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.54

Com o falecimento do Coronel Gualberto, Dona Anália se casou novamente com o dr. José Cesário Monteiro da Silva (proprietário da fazenda Herdade, no então distrito de São Pedro de Alcântara, atualmente Simão Pereira). A partir da descoberta de água mineral (com a presença de tório X), a fazenda tornou-se um hotel, que foi inaugurado em 1934. Com o falecimento de seus proprietários, não houve continuidade das atividades, o que ampliou o estado de degradação de seu edifício sede, que acabou sendo demolido em 1983, restando do conjunto arquitetônico apenas a Capela de Nossa Senhora do Bom Conselho³¹⁶, que com passar dos anos também foi demolida (figura 47).



FIGURA 47: Edifício-sede da Fazenda Salvaterra.

Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

A Fazenda Santo Antônio foi oriunda da sesmaria de São Mateus, de onde se desmembrou, e pertenceu ao Dr. Saint-Clair José Miranda Carvalho, genro de Cândido Tostes, casado com a sua filha D. Antônia de Resende Tostes. Possuía extensas áreas ocupadas pela lavoura de café, e ocupou posição de destaque em sua produção devido ao sistema de adubação técnica e intensiva desenvolvido, obtendo em uma das safras produção maior do que a da fazenda São Mateus³¹⁷. A propriedade possuía uma área total de 100 alqueires geométricos, dos quase 40 ainda em mata

³¹⁶ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 21 de outubro de 1984, p.11.

³¹⁷ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.60-61.

virgem, boa casa para moradia e mecanismos completos e bem montados para a produção cafeeira³¹⁸.

A Fazenda Quinta da Conceição (figura 48) foi propriedade do Coronel Francisco Eugênio de Resende, filho do Barão de Juiz de Fora, situada próxima à Estação do Retiro, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Apesar de não ser uma grande propriedade, tendo área de 85 alqueires, com quase 20 alqueires em capoeirões, a Fazenda foi destacada por Carlos Prates devido ao modo pelo qual as lavouras eram feitas e tratadas, constituindo-se na sua opinião de um importante exemplo a ser seguido pelas fazendas da região. O café plantado também era o Bourbon, de maior adaptabilidade, e a média do cafezal produtivo era de 40 arrobas por mil pés.³¹⁹

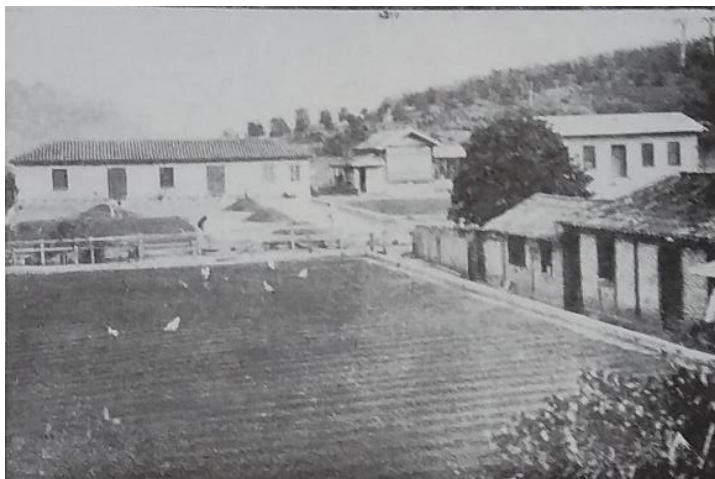


FIGURA 48: Benfeitorias e terreiro de café da fazenda Quinta da Conceição.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.369.

A fazenda Floresta (figura 49) foi adquirida em 1858 por Carolina e Francisco Ribeiro de Assis, na época em que seu edifício sede situava-se na Estação de Retiro, denominando-se Fazenda Retiro, ou ainda Fazenda do Paiol Queimado. Ao comprar a fazenda, Francisco construiu uma nova sede e começou a cultura de café, cereais e criação de gado, tornando-se uma das maiores produtoras de café da região³²⁰. Com o falecimento de Francisco, sua esposa Carolina se encarregou da administração da

³¹⁸ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 5 de janeiro de 1906, p.2.

³¹⁹ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 11 de janeiro de 1906, p.1.

³²⁰ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Tribuna de Minas, 21 de outubro de 1984, p.11.

fazenda, e após o falecimento desta em 1913, a fazenda Floresta ficou para o filho caçula do casal, Teodorico de Assis. Em 1923, Teodorico se uniu ao seu cunhado Dr. Frederico Augusto Alvares da Silva - engenheiro com experiência em indústria têxtil e superintendente da Companhia Mineira de Eletricidade – montando na propriedade da fazenda uma indústria têxtil³²¹. Aos poucos a atividade cafeeira foi cedendo lugar à produção têxtil, mas apesar disso, o edifício sede se conservou, bem como algumas benfeitorias de beneficiamento do café e o terreiro de secagem³²².



FIGURA 49: Edifício-sede da Fazenda Floresta.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Diário Regional, 16 de outubro de 1997, p.2.

Produzimos nossas análises baseadas no material disponível, compreendendo que é possível que existam outras grandes fazendas produtoras de café no distrito sede de Juiz de Fora, o que aponta para necessidade de aprofundamento do assunto. Apesar da existência inequívoca de uma série de outras pequenas e médias fazendas cafeeiras, e em razão da limitação de fontes de informação precisas (trazendo dados de seus proprietários, tamanho da propriedade e quando muito fotografias), optamos por agrupá-las em uma tabela (em anexo) identificando não

³²¹ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Diário Mercantil, novembro de 1972, p.6.

³²² Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista da Pangea Empreendimentos, n°2, primavera 2005, pag.41.

apenas os exemplares do distrito sede, mas também da maior parte possível de distritos que compunham o município de Juiz de Fora.

5.2. Fazendas no distrito de Matias Barbosa

Segundo relatório de Carlos Prates³²³, foram citadas duas fazendas como sendo as maiores produtoras em Matias Barbosa, sendo elas a Fazenda Monte Alegre e a Fazenda Paciência. Porém, em nossas pesquisas incluiremos também a Fazenda Belmonte, a Fazenda Soledade, a Fazenda Santa Helena e a Fazenda Areião

A Fazenda Monte Alegre (figura 50) foi uma das mais antigas do distrito, pertencendo desde 1895 à família Monteiro de Andrade que construiu uma série de instalações para a produção cafeeira, como é o caso do grande engenho central movido à vapor e edifícios específicos para o beneficiamento do café. A propriedade encontrava-se próxima à estação de Matias Barbosa, tendo uma área de 80 alqueires geométricos, sendo a cafeicultura sua principal atividade econômica, beneficiando anualmente cerca de 35 mil arrobas de café³²⁴. Devido a sua proximidade com o centro de Matias Barbosa, a fazenda acabou sofrendo pressões com o processo de expansão urbana, que a subdividiu em bairros e loteamentos, sendo dali captada também a água para o abastecimento da população³²⁵.



FIGURA 50: Conjunto arquitetônico da Fazenda Monte Alegre.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.283.

³²³ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 9 de janeiro de 1906, p.2.

³²⁴ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 9 de janeiro de 1906, p.2.

³²⁵ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.87.

Em termos de produção cafeeira, a Fazenda da Paciência foi uma das mais importantes do distrito e do município de Juiz de Fora, tendo sua origem em uma das sesmarias concedidas ao Coronel Vale Amado da Conceição. Foi adquirida posteriormente pelo Visconde de Itatiaia, José Caetano Rodrigues Horta, sogro do Dr. José Mariano Pinto Monteiro, que lhe sucedeu na propriedade, desenvolvendo a cafeicultura. A propriedade ocupava as margens esquerda e direita do rio Paraibuna, sendo a parcela da esquerda até a estrada União e Indústria vendida à Companhia Mineira de Eletricidade³²⁶. A fazenda possuía uma área de 400 alqueires geométricos, dos quase 100 em capoeirões e 50 em matas³²⁷.

Em nossas pesquisas, encontramos outras fazendas cafeeiras com produção expressiva e de igual relevância para o município para além das citadas no relatório, como é o caso da Fazenda Belmonte. Teve sua origem na sesmaria concedida a José Vidal Barbosa. Após sofrer algumas partilhas de seu território, uma de suas partes acabou sendo concedida em 1850 a José Dâmaso da Costa, que se tornou proprietário desta fazenda. A propriedade chegou a pertencer a Henrique Coelho de Sousa, o Conde de Cedofeita, e devido às qualidades estéticas de seu edifício sede e amenidades de seu interior, chegou a receber o Imperador D. Pedro II. Porém, em razão de sua má administração, a fazenda foi penhorada em 1899, sendo adquirida pelo Coronel Pedro Policarpo de Almeida. A propriedade de 579,9 hectares foi desmembrada em duas áreas, uma delas próxima da Estação de Cedofeita, sendo construída a Granja denominada Castelinho, e a outra parte instalou-se uma nova fazenda denominada Joazal³²⁸. Com o passar do tempo, as benfeitorias e o edifício sede que conformavam a Fazenda Belmonte ruíram devido ao mau estado de conservação.

Outro exemplar é a Fazenda Soledade, que segundo as fontes consultadas teria sido uma das primeiras a plantar café no Brasil. Situada no quilômetro 165 da antiga estrada União e Indústria, a fazenda foi fundada por José Antônio da Silva Pinto, Barão de Bertioga, que foi um cidadão de bastante influência, devido a sua participação no cenário político como vereador em várias legislaturas e fundador da Santa Casa de Misericórdia em Juiz de Fora. Começou a plantar café por influência

³²⁶ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.82.

³²⁷ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 9 de janeiro de 1906, p.1.

³²⁸ Ibid., p.86.

do Sr. Vale da Gama, do qual era empregado, e a partir da cafeicultura conseguiu fazer a sua fortuna. A visita e estadia de D. Pedro II, a Imperatriz e as Princesas em 1861 também demonstra a influência da propriedade da região. Das edificações e benfeitorias que compunham o conjunto arquitetônico da fazenda restou o edifício sede, e a área da fazenda – sendo a maior da região – sofreu mais de 20 subdivisões, com desmembramento de sítios³²⁹.

A Fazenda Santa Helena (figura 51), situada a leste da cidade de Matias Barbosa, teve como um de seus primeiros proprietários José Joaquim Monteiro da Silva, o Barão de Santa Helena, que possuía uma certa relevância política no município e também no Estado de Minas Gerais, onde foi Presidente e Senador, além de ter sido um dos fundadores do Banco de Crédito Real. A fazenda, que passou a pertencer à família Andrade, passando para Pedro Krambeck (industrial de renome no município), juntou-se à Fazenda Areião, constituindo juntas cerca de 1.737,8 hectares³³⁰.

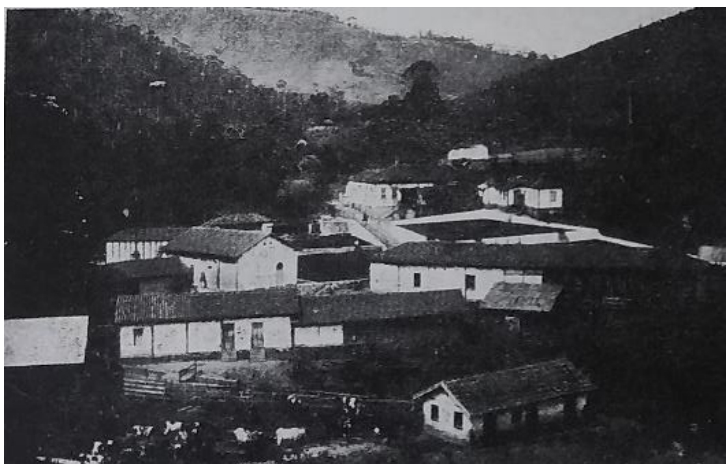


FIGURA 51: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Santa Helena.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.383.

A fazenda Areião (figura 52) era vizinha da Fazenda Santa Helena e pertenceu ao irmão do Barão de Santa Helena, Domiciano Ferreira Monteiro da Silva, casado com a Baronesa de São José do Rio Preto. Após pertencer a Custódio de Andrade (proprietário da Santa Helena), foi comprada por Pedro Kambeck, unificando as duas propriedades³³¹.

³²⁹ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.84-85.

³³⁰ Ibid., p.89-90.

³³¹ Ibid., p.91.



FIGURA 52: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Areião.

Fonte: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.382.

5.3. Fazendas no distrito de São Pedro de Alcântara (Simão Pereira)

Apesar do relatório de Carlos Prates para o *Jornal do Commercio* não indicar nenhuma fazenda cafeeira no distrito de Simão Pereira, identificamos a partir da bibliografia pesquisada quais foram as fazendas mais antigas e quais dentre elas teriam produzido café.

As fazendas mais antigas do distrito foram a Cambuí e a Rocinha da Negra, que se reuniram em uma só, a Fazenda Cambuí, possuindo juntas 1.092,6 hectares. A Fazenda Rocinha da Negra foi proveniente da sesmaria do Paraibuna, outorgada à Garcia Rodrigues Pais em recompensa pela abertura do Caminho Novo, passando a seu filho Fernando Dias Pais Leme, possuindo outros proprietários, até que em 1796 foi comprada por José Cerqueira Leite, permanecendo na família. A Fazenda Cambuí foi uma fazenda de grande produtividade, chegando a produzir cerca de 18.000 arrobas de café anualmente³³². Com o passar dos anos, as terras deixaram de ser cultivadas, e as benfeitorias entraram em estado de ruína, restando o cemitério da Rocinha Negra, onde estão sepultados alguns membros da família Cerqueira Leite, como o Barão de São João Nepomuceno e o Barão de Santa Mafalda³³³.

A Fazenda Mundo Novo foi uma das grandes fazendas cafeeiras do distrito de São Pedro de Alcântara. Situada em Cotegipe, a fazenda foi construída em 1865 pelo Barão de São João Nepomuceno, Presidente da Província de Minas Gerais, e até

³³² PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p.100-103.

³³³ O cemitério foi inventariado pelo município de Simão Pereira sendo seu patrimônio cultural. Fonte: Prefeitura de Simão pereira. Disponível em: <<http://simaopereira.mg.gov.br/site/patrimonio>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

1929 dedicou-se exclusivamente à produção de café, passando a partir dessa data a dedicar-se à produção de leite, atividade que passou a ser a principal até os dias atuais. A fazenda foi adquirida por Pedro Mariani, que a comprou de Ormino Maia, iniciando um trabalho de restauração de seu edifício sede em 1984³³⁴.

Situada à margem da estrada União e Industria, sua localização denota a relevância da fazenda Mundo Novo para a produção cafeeira. Seu edifício sede (figura 53 e 54) possui implantação tipicamente urbana, alinhada à via, e a fachada posterior com implantação rural voltada para os terraços de café. O conjunto rural da Fazenda Mundo Novo recebeu tombamento estadual (IEPHA) pelo decreto nº29.399, de 21 de abril de 1989³³⁵, sendo uma das poucas fazendas da Zona da Mata mineira a receber esse tipo de tombamento³³⁶.



FIGURA 53 e 54: Edifício-sede da Fazenda Mundo Novo

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/20/bens-tombados-fazenda-mundo-novo>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

A Fazenda da Vargem (figura 51) é uma das mais antigas do distrito, com surgimento remetendo ao século XIX, foi ponto de parada de tropeiros antes de se tornar uma fazenda cafeeira³³⁷. Localizada na estrada que ligava a estação de

³³⁴ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista da Pangea Empreendimentos, nº2, primavera 2005, pag.38.

³³⁵Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/20/bens-tombados-fazenda-mundo-novo>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

³³⁶ A outra fazenda a receber tombamento pelo IEPHA foi a Santa Clara, situada em Santa Rita de Jacutinga. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/136/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-da-fazenda-santa-clara>>. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

³³⁷ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista da Pangea Empreendimentos, nº2, primavera 2005, pag.37.

Sobragi à estrada União e Indústria, pertenceu a Luiz de Giacomo, passando a seus herdeiros após o seu falecimento³³⁸. A fazenda ainda conserva seu edifício sede (figura 55) em bom estado de conservação.



FIGURA 55: Edifício-Sede da Fazenda da Vargem.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista da Pangea Empreendimentos, nº2, primavera 2005, pag.37.

A Fazenda Herdade (figura 16) foi uma das maiores propriedades do distrito, com cerca de 741,3 hectares, situada em um lugarejo denominado Balança, pertenceu ao Major Agostinho Fortunato Monteiro da Silva, passando posteriormente a seu filho Dr. José Cesário Monteiro da Silva. Foi uma das grandes produtoras de café do distrito, desenvolvendo também a pecuária após ser adquirida por José de Andrade Reis, adiantado criador de bovinos e cavalos marchadores Manga-Larga³³⁹.



FIGURA 56: Conjunto arquitetônico da Fazenda Herdade

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.463.

³³⁸ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 116

³³⁹ Ibid., p. 104

A Fazenda Catete (figura 57) situada no quilômetro 158 da estrada União e Indústria, teve como proprietário o Coronel Kenitz Capelle que se dedicou à cafeicultura, alcançando boa produção. A fazenda era uma das maiores do distrito, com cerca de 847 hectares. Foi vendida a Jose Custódio Pinto, agricultor e pecuarista, que com a crise da produção das lavouras começou a introduzir a pecuária de bovinos holandeses³⁴⁰.



FIGURA 57: Conjunto arquitetônico da Fazenda do Catete.
ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.462.

5.4. Fazendas no distrito de Santana do Deserto

A fazenda cafeeira destacada no relatório de Carlos Prates para o Distrito de Santana do Deserto foi a Fazenda Piedade (figura 58) situada quase no limite com o Distrito de Sarandira. Foi desmembrada da sesmaria do Barão de Santa Helena, pertencendo a seu irmão, Domiciano Ferreira Monteiro da Silva, também proprietário da fazenda Areião em Matias Barbosa. Foi passada por herança a seu filho Antônio Ferreira Monteiro da Silva, que se dedicou à atividade cafeeira³⁴¹. A propriedade possuía área de 300 alqueires geométricos, dos quase 50 em matas, com cultural de cereais e criação de gado, além uma grande lavoura de café, com a média de produção anual por mil pés de 50 arrobas, e a colheita média da fazenda de 15 mil arrobas³⁴².

³⁴⁰ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 105.

³⁴¹ Ibid., p. 125.

³⁴² Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 11 de janeiro de 1906, p.1.

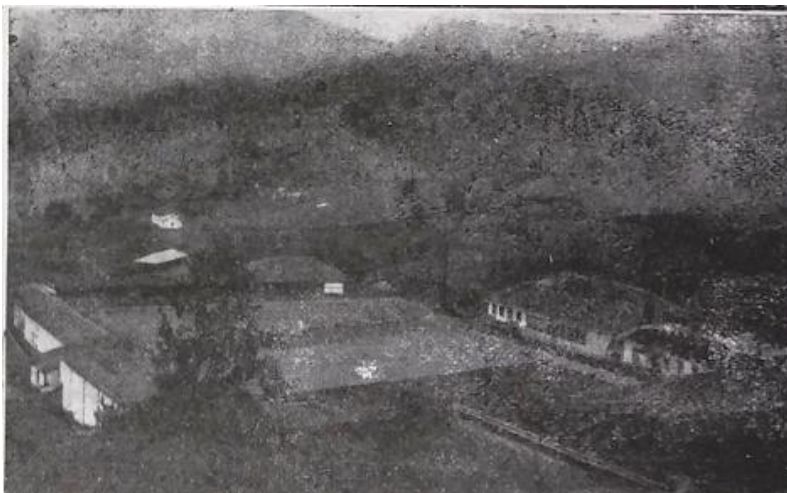


FIGURA 58: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Piedade.

FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.416.

Identificamos outras fazendas que possuíram volume de produção mais expressivo do que o da Fazenda Piedade, sendo elas a Fazenda Santa Sofia e a Fazenda Santa Clara, com uma colheita medida de 25.000 arrobas de café cada uma. As demais fazendas do distrito possuíram colheita inferior à encontrada na Fazenda Piedade (de 15.000 arrobas), com destaque para a Fazenda da Serra (com 10.000 arrobas), e as demais com colheita de 3.000 a 6.000 arrobas de café, como é o caso da Fazenda Santana (com 5.000), a Fazenda Gruta (com 6.000) e a Fazenda Boa Esperança (com 3.000)³⁴³.

A Fazenda Santa Sofia (figura 59), conformava uma propriedade de ampla área, com 1.038,1 hectares, nas proximidades da Estação de Silveira Lobo. Pertenceu ao Dr. Camilo Ferreira Armond, Barão, Visconde e Conde de Prados, que ocupou importantes cargos políticos, sendo Deputado Federal em seis legislaturas e Presidente da Província do Rio de Janeiro, chegando a prestar também serviços médicos ao Imperador D. Pedro II³⁴⁴. Foi uma das grandes fazendas cafeeiras do município de Juiz de Fora, chegando a produção em seu auge de 25.000 arrobas, possuindo cerca de 800 escravos em suas dependências. O edifício sede, que possui planta em U, foi construído em 1855 e ainda está em bom estado de conservação, juntamente com algumas das benfeitorias da fazenda³⁴⁵.

³⁴³ ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.415-416.

³⁴⁴ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 122-123.

³⁴⁵ Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro- CCCRJ, Revista do café. Disponível em: <<http://www.cccrj.com.br/revista/831/10.htm>>. Acesso em 25 de agosto de 2019



FIGURA 59: Edifício sede da Fazenda Santa Sofia.

Fonte: Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro- CCCRJ, Revista do café. Disponível em: <<http://www.cccrj.com.br/revista/831/10.htm>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

A Fazenda Santa Clara (figura 60), situada nas proximidades da Estação de Ericeira, pertenceu ao Major Manoel da Silva Carneiro, que também possuía outra fazenda no distrito, sendo proprietário da Fazenda Serra (citada anteriormente, com produção anual de 10.000 arrobas de café). Foi vendida ao advogado Pedro de Sousa Bastos, que se dedicou a organizar uma grande fazenda obtendo bons resultados. Caracterizava-se como uma extensa fazenda do distrito, possuindo cerca de 1.264,8 hectares com grandes lavouras de café.³⁴⁶



FIGURA 60: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Santa Clara.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.416.

Dentre as fazendas com produção cafeeira intermediária estavam a Fazenda Santana e a Fazenda Gruta. A primeira, possuidora de 482,2 hectares, teve como proprietário originário Cândido Ferreira da Fonseca, que deu nome à estação situada nas proximidades da fazenda (Estação de Cândido Ferreira), passando deste para a

³⁴⁶ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 121-122

Viscondessa de Prados, dentre outros proprietários³⁴⁷. A segunda, situada a sudoeste do distrito, pertenceu ao Barão de São João Nepomuceno, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, que ocupou uma posição de relevância no cenário político, sendo Presidente da Província e Minas Gerais. A Fazenda da Gruta também chegou a pertencer a Jose Cerqueira do Vale Amado, o Barão de Santa Mafalda, e possuía 250 alqueires de área, com 120 em matas virgens³⁴⁸.

5.5. Fazendas no distrito de Sarandira

A única fazenda cafeeira destacada no relatório de Carlos Prates para o Distrito de Sarandira foi a Fazenda São Luís (figura 61). Situada a sudoeste de Sarandira, na divisa de Matias Barbosa e Santana do Deserto, foi originada em uma das sesmarias obtida pelo Barão de Santa Helena (sesmaria esta que deu origem a outras fazendas em outros distritos, como é o caso da Fazenda Piedade em Santana do Deserto). Passou a seu genro, Azarias Botelho de Andrade, e depois a seus filhos José Joaquim e Francisco Ignácio³⁴⁹, que dirigiam a fazenda em 1906 quando o relatório de Carlos Prates foi elaborado. A fazenda possuía área de 280 alqueires geométricos, dos quais 80 eram matas virgens. A principal atividade desenvolvida na fazenda foi a cafeicultura, possuindo grandes lavouras de café, além de máquinas para o beneficiamento do café, tendo média de produção de 35 arrobas por mil pés, estando a colheita do ano de 1906 avaliada em 14 mil arrobas³⁵⁰.



FIGURA 61: Conjunto Arquitetônico da Fazenda São Luís.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.472.

³⁴⁷ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 128-129.

³⁴⁸ Ibid., p. 126.

³⁴⁹ Ibid., p. 138.

³⁵⁰ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal do Commercio, 11 de janeiro de 1906, p.1.

Além da Fazenda São Luís (figura 62), podemos também destacar, em termos de volume produtivo e tamanho da propriedade, a Fazenda Boa Vista. Foi enquadrada como a maior produtora de café do distrito, e esta grande produção ocorreu em razão de sua grande extensão territorial, da qualidade de suas terras e a forma como foi administrada pelo seu proprietário Dr. Eugênio Teixeira Leite (1854-1938). A propriedade possuía 934,1 hectares e estava situada na estrada Juiz de Fora-Bicas³⁵¹.

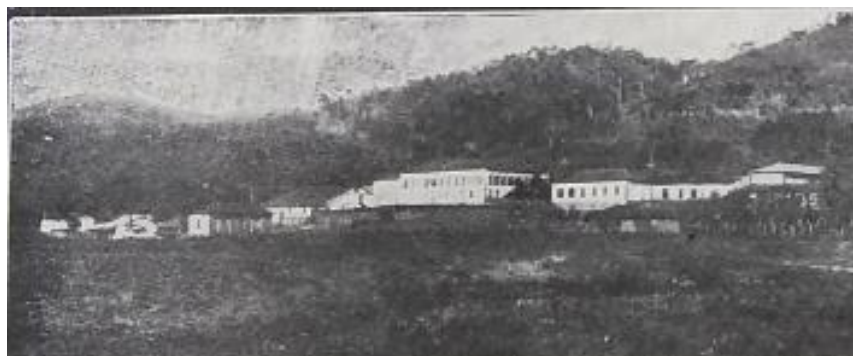


FIGURA 62: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Boa Vista.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.473.

Em Sarandira existiu uma série de outras fazendas de porte médio, produtoras de café. Um dos exemplos é Fazenda São Lourenço, pertencente à Família Bastos, com cerca de 594 hectares. Além desta, também a Fazenda Pouso Alegre, que pertenceu a Manoel Honório, com 595 hectares e a Fazenda Aurora com 265,6 Hectares. A Fazenda Recreio também foi grande produtora de café e pertenceu ao Dr. Pedro Procópio Teixeira. Foi desmembrada em 1877 da sesmaria do Córrego de Santana por Carlos José Duarte, sendo adquirida em 1891 por Pedro Procópio. Possuindo boas instalações a benfeitorias, a fazenda possuía em 1891 cerca de 111 alqueires geométricos, expandindo sua área em 1945 para 195 alqueires³⁵².

5.6. Fazendas no distrito de Coronel Pacheco

Apesar de não ter sido citada nenhuma fazenda cafeeira no relatório de Carlos Prates para o distrito de Coronel Pacheco, destacamos a Fazenda Fortaleza de

³⁵¹ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 134-135.

³⁵² Ibid., p. 135-142.

Santana (figura 63) que provavelmente foi a mais extensa daquelas encontradas no município de Juiz de Fora.



FIGURA 63: Edifício-sede da Fazenda Fortaleza de Santana.
Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Diário Mercantil, 23 a segunda-feira 24-07-1978, p.3.

Tamanha era a extensão territorial ocupada pela área desta fazenda³⁵³ que chegou a pertencer a municípios diferentes ao longo dos tempos, em razão da alteração da carta geográfica a medida em que foram surgindo novas comunas. Atualmente a área da fazenda ocupa três municípios, com sua sede em Rio Novo, uma parte de sua área em Coronel Pacheco e outra em Chácara³⁵⁴. Porém, devido ao recorte temporal adotado neste trabalho, consideraremos que a propriedade pertencia a Coronel Pacheco.

A história dessa propriedade começou quando em 1811 a família Pereira de Souza adquiriu-a por carta de sesmaria. Em 1815 já era conhecida por “Fazenda da Fortaleza do Rio Novo” cuja denominação remetia à formação rochosa da Serra da Babilônia chamada de Fortaleza. Pertenceu ao Alferes Maximiano José Pereira de Souza, que a vendeu em meados do século XIX para o Capitão Mariano José Ferreira Armod³⁵⁵.

³⁵³ A extensão de suas terras e a sua não utilização ao longo dos anos acabou gerando um conflito entre os proprietários e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), resultando em sua desapropriação em 2012 para fins de reforma agrária. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/04-01-2012/fazenda-de-santana-vai-para-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

³⁵⁴ BASTOS, Wilson L. Mariano Procópio Ferreira Lage: Sua Vida, Sua Obra, Sua Descendência, Genealogia. Juiz de Fora, MG: Edições Paraibuna, 1991, p.272-273

³⁵⁵ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista chico boticário: História e Cultura dos Sertões do Leste, ano 1, n°1, p.4.

Mariano foi casado com D. Maria José de Santana, a Baronesa de Santana, que recebeu esse título de D. Pedro II em 1861 quando este realizava sua viagem por Minas Gerais. A Fazenda passou para seu filho Mariano Procópio Ferreira Lage, figura de prestígio na região, tendo sido o engenheiro responsável pela construção da estrada União e Indústria. Após o falecimento de Mariano, a Fazenda teve como proprietário o seu filho, Frederico Ferreira Lage, que investiu em melhoramentos voltados para a agropecuária mantendo um alto padrão produtivo³⁵⁶.

Com uma extensa área de 998 alqueires geométricos, a Fazenda Fortaleza de Santana possuiu uma alta produtividade de café e de cereais, e também muito se dedicou a pecuária. Quando a propriedade foi adquirida por Mariano José, houve grande investimento de sua parte para a produção de café, transformando esta fazenda em uma das maiores produtoras do século XIX. Como prova da pujança da propriedade e da expressividade e qualidade de sua produção, seus produtos chegaram a participar em 1867 e 1869 de exposições nacionais e internacionais, obtendo várias premiações³⁵⁷. Seu filho Mariano e depois seu neto Frederico, deram continuidade aos investimentos na cafeicultura, porém as dívidas de Mariano Procópio com a construção da estrada União e Indústria eram altas, e com os investimentos feitos por Frederico para o melhoramento da produção, a fazenda acabou acumulando muitas dívidas e foi hipotecada após o falecimento de Frederico, sendo arrematada por Candido Teixeira Tostes (grande proprietário da região, dono das fazendas São Mateus, Santo Antônio, São Roque e agora também da Fazenda Fortaleza de Santana)³⁵⁸.

A maior parte das benfeitorias (figura 64) que compunham o conjunto arquitetônico da Fazenda foram preservadas ao longo dos anos. Porém, em 2001 ocorreu um drástico incêndio que destruiu todo o edifício sede, ocasionando a perda não apenas arquitetônica, mas de todo um acervo histórico particular constituído de móveis, documentos, biblioteca com exemplares raros, documentos, medalhas, dentre outros.

³⁵⁶ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 162

³⁵⁷ BASTOS, Wilson L. Mariano Procópio Ferreira Lage: Sua Vida, Sua Obra, Sua Descendência, Genealogia. Juiz de Fora, MG: Edições Paraibuna, 1991, p.270.

³⁵⁸ Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista chico boticário: História e Cultura dos Sertões do Leste, ano 1, nº1, p.5-6.



FIGURA 64: Casa das máquinas de beneficiamento de café e cereais da Fazenda Fortaleza de Santana.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista chico boticário: História e Cultura dos Sertões do Leste, ano 1, n°1, p.5.

Dentre os grandes cafeicultores da região, cabe também destacar o Comendador Pedro Procópio Rodrigues Vale como um dos grandes senhores de terras no município de Juiz de Fora. Possuidor de mais de 20 fazendas, cerca de 6 delas estavam situadas em Coronel Pacheco. É o exemplo da Fazenda São Vicente (com 410,6 hectares), a Fazenda Fundão, Fazenda Primavera, Fazenda Sapé e a Fazenda Ribeirão. Possuiu também muitas fazendas em Rio Novo, sendo elas: Fazenda Boa Esperança, Fazenda União, Fazenda Carangola, Fazenda Pedro Terra, Fazenda São Francisco, Fazenda Retiro, Fazenda Santa Leopoldina, Fazenda Bela Aurora, Fazenda Santa Teresa, Fazenda Bom jardim, Fazenda Capoeirinha. Foi também proprietário da Fazenda Marmelo e da Fazenda Ventania no distrito-sede de Juiz de Fora, e da Fazenda Santa Cecília em Piau³⁵⁹.

5.7. Fazendas nos distritos de Vargem Grande (Belmiro Braga), Três Ilhas e Porto das Flores

Durante o século XIX, Vargem Grande (Belmiro Braga) conformava um distrito do município de Juiz de Fora. A partir de 1962³⁶⁰, quando se tornou município, passou a possuir como seus distritos Três Ilhas e Porto das Flores (que no século XIX também eram distritos do município de Juiz de Fora). Desta forma, agregaremos nesse tópico as fazendas cafeeiras pertencentes às três localidades, já que em alguns momentos a

³⁵⁹ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 149-150.

³⁶⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Belmiro Braga. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belmiro-braga/historico>>. Acesso em: 2 de setembro de 2019.

história de algumas delas se conectaram por conta de seus proprietários e laços familiares, como também por conta de uma certa limitação das próprias fontes consultadas que ofereceram um menor volume de informações sobre elas.

Para o distrito de Vargem Grande (atual Belmiro Braga), uma das principais informações obtidas diz respeito aos proprietários de maior prestígio na região. Um dos principais senhores de terra foi o Coronel do Vale Amado, proprietário de duas fazendas neste distrito, sendo elas a Fazenda União (uma das mais antigas) e a Fazenda Santa Mafalda (com grande produção cafeeira durante o século XIX). Ambas vieram posteriormente a pertencer ao seu filho, José Maria Cerqueira Leite, o Barão de Santa Mafalda. Um dos proprietários mais antigos do distrito foi o Guarda-Mor Mariano de Cerqueira Leite, que instalou a Fazenda da Boa Vista, a Fazenda Saudade e a Fazenda Santo Antônio do Retiro³⁶¹.

Outro exemplar cafeeiro foi a Fazenda Boa Esperança, cujo edifício sede é datado de 1874 e que pertenceu ao Barão de Três Ilhas. O Barão possuía uma das maiores riquezas da região, mas enfrentou sérias crises financeiras que se refletiram no interior de seu edifício sede (que possui 15 cômodos), com a existência de vários detalhes e cômodos inacabados. Representava uma grande fazenda produtora da região, onde eram cultivados cerca de 60 mil pés de café. Com o tempo a fazenda conservou seu edifício sede e suas benfeitorias, onde a tulha (figura 65) ainda guarda em bom estado de conservação a escada e pinho de riga trazida da Europa³⁶². A fazenda Boa Esperança é uma das poucas fazendas da microrregião de Juiz de Fora aberta à visitação.



FIGURA 65: Tulha com escada de madeira preservada na Fazenda Boa Esperança.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista da Pangea Empreendimentos, nº2, primavera 2005, pag.36.

³⁶¹ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 167.

³⁶² Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Revista da Pangea Empreendimentos, nº2, primavera 2005, pag.36.

As famílias Nery Ribeiro e Magalhães predominavam como proprietários de fazendas em Três Ilhas e Porto das Flores. Entre o período de 1820-1865 era comum a união de membros da mesma família afim de que fosse estabelecida uma relação sócio familiar e o domínio sobre as propriedades cafeeiras. Em Porto das Flores, um de seus principais cafeicultores foi Domingos Nery Ribeiro, que possuiu a Fazenda Alexandreta e a fazenda da Providência. Sua sobrinha casou-se com Antônio Bernardino Monteiro de Barros, que foi um dos fundadores da freguesia de São José do Rio Preto, que se tornou posteriormente distrito de Três Ilhas³⁶³.

O distrito de Três Ilhas acabou conquistando uma posição de destaque no complexo da lavoura cafeeira em Juiz de Fora, e dentre as suas principais propriedades destacamos a Fazenda São Felipe (figura 66), que foi uma das grandes produtoras de café do município, e que pertenceu ao já citado Antônio Bernardino Monteiro de Barros. Passou para Tancredo Nery Ribeiro, permanecendo na mesma família, possuindo adiante outros proprietários³⁶⁴.

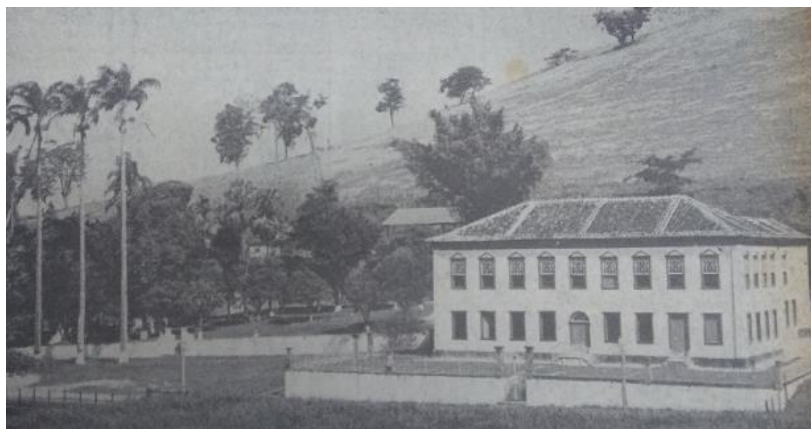


FIGURA 66: Edifício-sede da Fazenda São Felipe.

Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Diário Mercantil, 5 de agosto de 1976, p.5.

5.8. Fazendas no distrito de Chácara

Segundo os dados extraído do Álbum do Município de Juiz de Fora, a fazenda cafeeira com maior produção no distrito de Chácara foi a Fazenda Passo da Pátria (figura 67), pertencente ao Coronel Custódio Augusto de Resende, com 350 alqueires

³⁶³ PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d, p.115-117.

³⁶⁴ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 149-195-196.

e uma produção de 20.000 arrobas de café. As seguintes são a Fazenda Bom Retiro, a Fazenda Payssandu e a Fazenda Boa Vista. A primeira, possuindo diversos proprietários, entre eles Joaquim Gomes Dias, Honório Martins Fagundes, dentre outros, possuía área de 300 alqueires, com colheita de 10.000 arrobas de café, contando com máquinas de beneficiar café movidas a vapor. A Fazenda Payssandu pertenceu ao Coronel Custódio Augusto Rezende, também fazendo parte dela as terras da Fazenda São Lourenço, com área de 200 alqueires e produção de 8.000 arrobas de café³⁶⁵.



FIGURA 67: Conjunto Arquitetônico da Fazenda Passo da Pátria.

Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.393.

A Fazenda Boa Vista foi uma das mais antigas do distrito e teve sua origem ligada a Antônio José Duque, que posteriormente a passou para seu filho, permanecendo na família Duque até que suas terras começaram a se subdividir, e a fazenda deu origem a duas outras, a Fazenda Bananal e a Fazenda Ponte de Pedra³⁶⁶. A Fazenda Boa Vista possuiu área de 300 alqueires e colheita de 8.000 arrobas de café, com máquina de beneficiar café movida a água³⁶⁷.

Além destas, destacamos também a Fazenda São Fidelis, possuidora de uma das maiores lavouras de café do distrito. A Fazenda originou-se de uma das sesmarias do Barão de Juiz de Fora, e pertenceu a Geraldo Augusto de Resende, o Barão de Retiro. Foi por ele pouco explorada, até que, ao ser vendida em 1912 ao Dr. José Procópio Teixeira (possuidor de outras fazendas no distrito), investiu-se na produção

³⁶⁵ ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.394-395.

³⁶⁶ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 177

³⁶⁷ ESTEVES, op. cit., p.394-395.

cafeeira, implantando uma das maiores lavouras de café, com a construção de novas instalações e benfeitorias³⁶⁸.

Uma questão comum nas propriedades do distrito de Chácara foi a subdivisão de sua propriedade, gerando outras fazendas, sítios e chácaras. Além do exemplo anterior, da Fazenda Boa Vista, têm-se também o caso da Fazenda Bom Retiro, que acabou sendo desmembrada em Fazenda Galinhas, Fazenda Bom Retiro II, Fazenda Jacaré e algumas outras, e também o exemplo da Fazenda Cachoeira Alta e Fazenda Duradent³⁶⁹.

5.9. Fazendas nos distritos de Paula Lima, Torreões e Rosário

Os distritos de Paula Lima, Torreões e Rosário foram agrupados em razão das limitações oferecidas pelas fontes pesquisadas, que apontam para a necessidade de um maior aprofundamento do tema. Outra questão em comum foi a dificuldade de delimitar quais eram de fato as fazendas cafeeiras, já que as poucas referências encontradas dizem respeito à pecuária.

Iniciando pelo distrito de Paula Lima, houve uma forte influência da família Vidal (João Vidal de Macedo, Francisco Vidal Barbosa, Manoel Vidal Lage e Joaquim Vidal Lage) na aquisição das terras, adquirindo em 1829 as maiores glebas, possuindo a Fazenda Engenho do Mata. Esta, foi posteriormente adquirida por José Ribeiro de Resende, o Barão de Juiz de Fora, que por lá residiu no período de 1838-1848. Destaca-se também o Capitão Luís Antônio da Silva, que se tornou um dos grandes proprietários de terras na região, fundando a Fazenda Rocinha com 700 alqueires. Tal propriedade foi adquirida Capitão Francisco José Soares de Araújo³⁷⁰. Tal como as fazendas citadas, parece haver no distrito uma grande quantidade de fazendas, porém sem enquadramento, onde há apenas o destaque para o desenvolvimento de pecuária.

Em Torreões, nos deparamos com uma quantidade de fazendas sobre as quais não possível extrair muitas informações além de seu nome e proprietários. Porém, buscando estabelecer uma hierarquia, sabemos que os primeiros fazendeiros do distrito foram o Coronel José Ignácio Nogueira da Gama, da Fazenda Conceição e da

³⁶⁸ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 179.

³⁶⁹ Ibid., p. 177-182.

³⁷⁰ Ibid., p. 182-185.

Fazenda São José do Cordeiro; João Pedro dos Santos, da Fazenda Patrimônio; Francisco Ribeiro de Almeida, da Fazenda Fundão; Marcelino da Costa Lima, da Fazenda Monte Verde, Julião Dias Tostes, da Fazenda Lageado; e os Goulart da Fazenda Morro Grande³⁷¹.

Para o distrito de Toreões no deparamos com uma dificuldade ainda maior de enquadramento e identificação de suas fazendas, principalmente as cafeeiras. Conseguimos identificar dois exemplares, como é o caso da Fazenda Olaria, que foi pertencente a José Carlos de Oliveira e a Fazenda do Palmital de D. Maria Luiza de Jesus³⁷².

5.10. Análise síntese das fazendas cafeeiras do município de Juiz de Fora

Demonstramos ao longo de nossas análises a permeabilidade das fronteiras definidoras do que constituiu o município de Juiz de Fora, que passou por processos iniciais de aglutinação, dada a quantidade de distritos que o compunham, e posteriormente por fragmentações, com a emancipação desses distritos que se tornaram municípios no século XX. Essa característica também foi observada nas propriedades rurais, que em sua maioria possuíam uma grande área, e que acabaram se fragmentando em razão da expansão urbana. Logo, relacionamos esse processo diretamente com a preservação, já que parte desse patrimônio rural não chegou aos dias atuais devidos aos processos de urbanização, ou então, acabaram perdendo a sua função rural, sendo integrados ao meio urbano, como é o caso de algumas fazendas citadas, como a Fazenda da Tapera (da sede de Juiz de Fora) que recebeu alteração de sua linguagem arquitetônica em uma de suas fachadas, além de ter incorporado características urbanas (presença do muro frontal por exemplo). Como esta, também identificamos outras, como a Fazenda do Juiz de Fora que acabou sendo demolida, ou ainda a Fazenda Monte Alegre que se tornou o centro da cidade de Matias Barbosa, além de demais exemplares identificados na tabela (em anexo), e tantos outros que não puderem ser identificados e que merecem uma análise mais

³⁷¹ PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da vida rural em Juiz de Fora. Juiz de Fora: s/ ed. 1973, p. 186-192.

³⁷² ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.439.

minuciosa sobre o impacto dos processos de urbanização e suas consequentes perdas.

Outra característica de ordem territorial relaciona-se com a tendência da distribuição geral dos exemplares cafeeiros, que buscaram a maior proximidade com o Caminho Novo e a estrada União e Indústria, e também com as linhas férreas (Central do Brasil e Leopoldina). Em alguns momentos os caminhos por terra são quase coincidentes ao da Estrada de Ferro Central do Brasil, e em outros, eles se bifurcam adentrando em outras regiões. Devido ao surgimento anterior do Caminho Novo em relação às linhas férreas, possivelmente seu traçado realiza uma costura com as fazendas de surgimento mais antigo no território (figura 68).

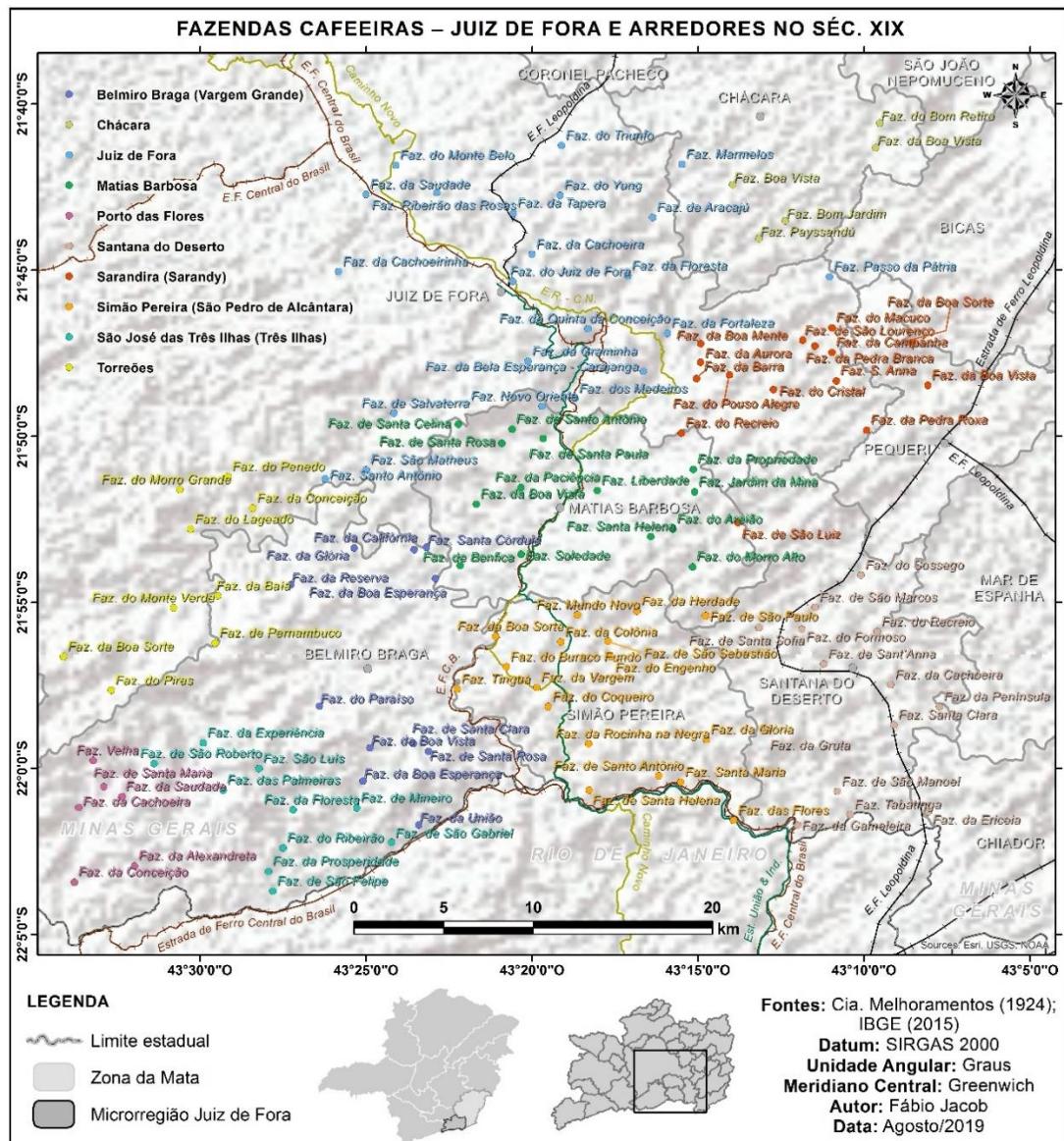


FIGURA 68: Da autora. Mapa das fazendas cafeeiras com a identificação do Caminho Novo, da estrada União e Indústria e linhas férreas

Fonte: Da autora. Adaptado de: MINAS GERAIS. Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. *Carta Topográfica da Cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 1924. Escala 1/100000. 64,0 x71,0cm. Acervo Arquivo Público Mineiro – APM.

Ao analisarmos a área ocupada pelas fazendas cafeeiras, percebe-se uma predominância das grandes propriedades, principalmente nos distritos de Juiz de Fora, Matias Barbosa e Simão Pereira, com média de 400 a 800 hectares, contendo algumas exceções de propriedades de 1000 a 2000 hectares (como é o caso da Fazenda São Mateus, com 2.397,9 hectares, ou da Fazenda Santa Helena em Matias Barbosa com 1.737 hectares, dentre outras). Em alguns casos, o café não aparece relacionado em área (alqueires, hectares) mas em número de pés. Denota-se então uma concentração fundiária com predominância de algumas famílias que possuíam mais de uma fazenda no município, além da manutenção de laços matrimoniais entre membros da mesma família para a perpetuação dessas propriedades. Um exemplo é o de Cândido Teixeira Tostes que dispunha das maiores fazendas do município em termos de produção cafeeira e área, já que possuía a fazenda São Mateus e a Fortaleza de Santana. Também é o caso de Antônio Dias Tostes, também da família Tostes, possuidor das fazendas Graminha, Marmelo e Fortaleza. O Barão de Santa Helena e o Barão de Juiz de Fora também concentraram a propriedade de muitas fazendas de relevância produtiva no município, além de Pedro Procópio Rodrigues Vale que chegou a possuir mais de 20 fazendas.

A partir das informações coletadas e dos registros fotográficos foi possível tecer análises gerais sobre a implantação dos elementos que compunham o conjunto arquitetônico e paisagístico das fazendas cafeeiras. A escolha do sítio para a implantação desses conjuntos levava uma série de fatores em consideração, como as características naturais do relevo e hidrografia, e contavam com a existência de uma área de mata virgem necessária para a expansão da lavoura. Desta forma, foi comum ao longo do texto destacarmos a área da fazenda reservada ao crescimento da produção, pois além de relacionar-se com o programa de necessidades para a implantação das fazendas também diferenciava a produção mineira (mantendo-se produtiva até 1920) daquela desenvolvida no vale do Paraíba, onde as terras foram

levadas ao esgotamento de forma mais acelerada devido a inexistência de áreas para a expansão³⁷³.

O conjunto formado pelos vários elementos que compunham as fazendas cafeeiras organizava-se de maneira geral em quadra, onde o terreiro de café ocupava posição central e as demais edificações o circundavam. A esta forma original poderia agregar-se apêndices e novos terreiros situados fora do perímetro original ou em seu entorno. Porém, a topografia do sítio e a existência de água para movimentar as máquinas eram fatores que poderiam alterar os padrões de implantação. Mesmo que houvessem variações tipológicas, haviam dois tipos fundamentais de arranjos para o conjunto de instalações. O primeiro deles, adotava um esquema regular, constituindo uma distribuição mais ordenada de suas partes, onde o edifício-sede ocupava uma posição de destaque no centro da composição, com a distribuição simétrica do restante das edificações. O segundo, como resultado da topografia e de terrenos mais difíceis, ocorria um deslocamento de seu edifício sede em relação a esse eixo principal de composição gerando uma assimetria e um jogo alternado de massas que se adaptavam as condições do terreno³⁷⁴. Este segundo tipo, foi identificado em algumas fazendas paulistas, como é o caso da Fazenda Pau D'Alho³⁷⁵ em São José do Barreiro.

A partir da análise do registro fotográfico disponível, que em muitos casos não focou apenas no edifício-sede, mas também contemplou o conjunto arquitetônico como um todo, nos permitiu compreender a distribuição de suas instalações. Esses tipos fundamentais de arranjos narrados acima também podem ser observados nos exemplares cafeeiros do município de Juiz de Fora, onde houve uma predominância do primeiro, com a presença de terrenos planos e conjuntos simétricos (figura 69).

³⁷³ SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas**: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001, p.46.

³⁷⁴ CARRILHO, M. j. **Fazendas de café oitocentista no vale do Paraíba**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.14. n.1, 2006, p.72-73.

³⁷⁵ A associação da fazenda Pau D'Alho a esse esquema de implantação foi realizada por Carrilho. A fazenda Pau D'Alho foi montada por volta de 1817/1819, sendo uma das primeiras cuja instalação foi voltava exclusivamente para a produção e beneficiamento do café, aproveitando dos recursos do terreno para a implantação do terreno. Começou a ser restaurada em 1968 quando foi adquirida pela União, sendo também tombada pelo IPHAN. Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1923>. Acesso em 12 de setembro de 2019.



FIGURA 69: Exemplo de conjunto simétrico com a Fazenda Catete em Simão Pereira. Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.462.

Porém, há exceções dessa implantação, como é o caso da Fazenda Santa Helena, onde a distribuição assimétrica de seus volumes parece-nos estar associada a questões particulares do terreno onde foi implantada. Ainda que seja necessário um aprofundamento das pesquisas para a verificação dessa implantação, em uma primeira análise, a forma de implantação dos elementos do seu conjunto nos remeteu àquela encontrada na Fazenda Pau D'Alho, onde a questão topográfica influenciou a distribuição de seus volumes (figura 70 e 71), ainda que seu arranjo não seja coincidente ao encontrado nesta fazenda, dada as particularidades de cada terreno, bem como o ano de implantação de ambas fazendas, e técnicas utilizadas em cada um dos casos.



FIGURA 70 e 71: À esquerda fazenda Santa Helena. Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.383. À direita Fazenda Pau d'Alho. Disponível em: < <http://barreiroturismo.com.br/faz-pau-dalho/>>. Acesso em 11 de setembro de 2019.

Uma outra exceção ao tipo mais convencional de arranjo também foi encontrada na Fazenda Areião em Matias Barbosa (figura 72), que inclusive estabeleceu ligações com a fazenda Santa Helena, com a junção de ambas propriedades. Porém, a implantação encontrada não se assemelha a esta, onde, apesar de guardar relações de simetria na distribuição de seus volumes, conta com

benfeitorias anexas que seguem um arranjo diagonal em relação ao restante do conjunto.



FIGURA 72: Fazenda Areião. Fonte: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.383.

Para analisar quais benfeitorias e demais elementos compunham as fazendas cafeeiras do município, recorreremos ao relatório de Carlos Prates e também à tese de Fernando Saraiva que trabalhou com os inventários *post-mortem* dos proprietários de algumas fazendas no município³⁷⁶. A partir de uma apreensão dessas fontes, sabemos que havia uma diversidade de equipamentos e técnicas para a produção cafeeira, porém alguns elementos são constantemente mencionados, como o terreiro de café, senzala e a tulha, esta última responsável pelo armazenamento de determinado volume de produto. Outros elementos, que aparecem em alguns exemplares, adicionavam agilidade ao processo produtivo e representavam modernidade, como é o caso dos despoldadores, dos descaroçadores e dos ventiladores. Também há algumas citações a respeito do engenho de cana e do moinho.

Há também uma predominância do plantio do café Bourbon nas fazendas cafeeiras do município, justificada pela sua maior adaptabilidade na região. Apesar do café ter sido a principal atividade econômica da maior parte das fazendas analisadas, ele não era a única atividade existente. A produção de alimentos era essencial e em alguns casos até expressiva, servindo não apenas para o abastecimento da própria unidade, mas também ao comércio fora dela. As principais roças de alimentos eram as de feijão, milho, arroz e a cana, além da criação paralela de gado. Desta forma, é comum encontramos fazendas que além de serem grandes produtoras de café

³⁷⁶ SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas**: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001.

também eram de alimentos, como é o caso da Fazenda Fortaleza de Santana que era a maior produtora de alimentos do município. A partir de 1870, a expansão cafeeira foi tão intensa que dificilmente encontraríamos fazendas exclusivamente ligadas à produção mercantil de gêneros de subsistência (como aconteceu com a instalação das primeiras fazendas de mantimentos ao longo do Caminho Novo), mas a coexistência das atividades foi um fator denotado. Logo, os maiores produtores de café eram também produtores de alimentos, associados aos grandes plantéis³⁷⁷.

Como vimos, as fazendas cafeeiras do município eram compostas por uma série de edificações e elementos que possuíam funções específicas, distribuídos geralmente ao redor de um pátio central denominado terreiro. Além das benfeitorias já citadas, um outro elemento de relevância para o conjunto era o edifício-sede, que ocupava uma posição de destaque, como forma de demonstrar o poderio de seu fazendeiro e também servir de controle e monitoramento dos processos produtivos, permitindo-o avistar os demais edifícios e os trabalhos diários da fazenda.

Apesar da necessidade de uma análise minuciosa sobre a linguagem arquitetônica dos edifícios-sede cafeeiros, é possível extrair a partir das imagens disponíveis, algumas de suas características predominantes. A implantação obedeceu em regra às características topográficas, sem que houvesse necessidade de grandes cortes no terreno. Em alguns casos, como na Fazenda Mundo Novo em Simão Pereira o apoio parcial da casa no solo fez com que uma das fachadas adquirisse aspecto térreo e a outra assobradado. No caso de edificações assobradadas, o destaque de sua fachada normalmente é atribuído à escada de acesso, com posicionamento lateral ou em seu ponto médio.

Quanto a sua técnica construtiva, observa-se a predominância da estrutura autônoma de madeira, que produzia paredes não estruturais, favorecendo a abertura de vãos de portas e janelas. Tal estrutura se erguia sobre vigas e baldrames de madeira, recebendo o esforço dos telhados através de frechais. Quanto ao fechamento das paredes seria necessária uma análise para identificar a sua predominância (se pau a pique, adobe). As plantas possuíam formato retangular ou em “L”. O uso de beirais, que assumiram formatos e tamanhos diferentes também é recorrente, opondo-se às construções urbanas que muito se valeram das platibandas.

³⁷⁷ SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas**: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001, p.116-118.

Em alguns casos, também ocorreu a incorporação de varandas, como na Fazenda São Mateus (com escada frontal) e na Fazenda Salvaterra (com escada lateral) suavizando a volumetria de sua fachada.

Observa-se também uma distribuição ritmada dos vãos de portas e janelas, e uma possível influência da linguagem neoclássica em alguns exemplares refletida no ordenamento de suas fachadas. Com o aprimoramento do sistema ferroviário, houve também um favorecimento do intercâmbio de materiais vindo da Europa, com a introdução de esquadrias, luminárias, ladrilhos, mobiliários, equipamentos sanitários, dentre outros, trazendo maior sofisticação na decoração de seu interior. Logo, em algumas fazendas como a Fazenda Esperança, em Belmiro Braga, que pertenceu ao Barão de São José das Três Ilhas, a aparente rusticidade de seu exterior se contrapõe à riqueza de seu interior, onde os grandes fazendeiros da região procuravam exaltar seu prestígio econômica através da monumentalidade e incremento de sua decoração.

Um fator balizador da relevância regional de uma fazenda e até da influência política de seu proprietário relacionava-se com a estadia de figuras públicas de poder, que extrapolavam as relações municipais, passando a ter importância regional. Vários proprietários de fazendas no município estavam envolvidos em cargos políticos, ou tinham uma certa influência política. Em razão disso, algumas fazendas receberam a visita de Dom Pedro II, como é o caso da Fazenda Belmonte e a Fazenda Soledade (em Matias Barbosa), a Fazenda Fortaleza de Santana (em Coronel Pacheco), dentre outras. Logo, essa proximidade com a Corte trouxe uma busca pela sofisticação de seus exemplares, seja externamente, em suas fachadas e jardins, como também no interior das edificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios encontrados para o desenvolvimento deste trabalho foi o ponto de partida, já que havia um desconhecimento sobre a realidade do objeto (fazendas cafeeiras), levando ao questionamento sobre a forma de identificá-lo, que acabou se apresentando como um processo quase arqueológico. O ponto de partida acabou se tornando, então, o ponto de chegada, e percebemos que, apesar da relevância do objeto e logicamente da necessidade de melhor compreendê-lo, conhecê-lo, analisá-lo, o objetivo da pesquisa não estava centrado no objeto em si, mas no processo. Deste modo, a paisagem foi interpretada não apenas como um plano de fundo, mas como uma ferramenta primordial de construção metodológica e de entendimento da rede cafeeira.

Iniciamos nossas investigações com algumas questões latentes, que se bifurcavam em relação às lacunas historiográficas e da preservação, apontando em ambos os casos para o desconhecimento que se tinha sobre o universo cafeeiro na Zona da Mata mineira. Os diálogos espaço-tempo nos permitiram compreender a complexidade do objeto, que ao ser espacializado revelou uma trama e uma rede de conexões territoriais que comprovam a rede cafeeira do século XIX. Embora o tempo tenha nos ajudado a pontuar os fatos históricos e organizá-los de forma coerente na narrativa, foi o espaço que nos permitiu verificar as relações existentes e o quão complexas elas eram. A medida em que verticalizamos nossas análises, chegando a uma escala de caráter micro, ficou claro que as fazendas cafeeiras constituíam um universo bem mais amplo do que se pensava a princípio, comprovado pela quantidade de conexões territoriais, e pelo número de exemplares existentes. Extraí-los em uma pequena amostra acabou representando um fragmento do que constituiu o todo, e ao mesmo tempo o conteúdo em essência.

Ao longo dos capítulos, construímos camadas, que chamamos de *layers*, com a intenção de apresentar os diversos planos narrativos que se interconectam no território, constroem a paisagem e revelam o objeto. A *layer* territorial nos apresentou a horizontalidade, o plano de fundo econômico, histórico, natural, social, e até paisagístico, construindo o contexto. A partir da análise desses fatores foi possível perceber a influência que exerceram na expansão territorial do café e em como a paisagem cafeeira se estendeu para além das fronteiras geográficas, reforçando a

importância do recorte mais amplo na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul. Com a *layer* dos caminhos nos deparamos com o movimento, com a fluidez, que desenhou e traçou linhas sobre o território, atendendo aos desígnios desse contexto mais amplo. Os caminhos apontaram para a costura de elementos constituintes da rede cafeeira e suas formas de conexão, a medida em que seu surgimento, ampliação ou modificação, obedeciam a uma motivação externa, seja de ordem econômica, política, dentre outras. As *layers* seguintes nos trouxeram a proximidade e a aproximação, demonstrando a complexidade do objeto e a inevitabilidade de se adotar outros recortes. A microrregião de Juiz de Fora forneceu um retrato da primeira parcela da Zona da Mata mineira a receber a atividade cafeeira, com toda sua efervescência econômica e uma quantidade de municípios que em pouco tempo se tornaram grandes produtores. Dentre eles, o município de Juiz de Fora que revelou as suas contradições, a medida em que ficou evidente a sua posição como principal produtor de café de Minas Gerais no século XIX, apesar do apagamento de memória de seu passado cafeeiro.

Uma das intenções de adotarmos esses planos narrativos constituintes da paisagem foi de traçar uma metodologia historiográfica que pudesse ser utilizada em outras pesquisas ou até mesmo para o aprofundamento e a ampliação desta. Embora não seja objetivo da pesquisa estudar a fundo o objeto, coube-nos apontar meios possíveis para encontrá-los, abrindo algumas possibilidades, e principalmente para demonstrar que ainda há muito trabalho pela frente para o conhecimento desse acervo. Essa situação paradoxal entre o protagonismo que as fazendas cafeeiras ocuparam no passado e o desconhecimento de seu acervo no presente, não se aplicou apenas a Juiz de Fora, mas também a grande parte dos municípios da Zona da Mata Mineira, o que demonstra a necessidade de expansão desse universo de análise em pesquisas futuras.

Além das questões de ordem metodológica e historiográfica, a pesquisa também demonstrou a inexistência de políticas de preservação voltadas para as fazendas cafeeiras. Ao revelarmos em uma amostra a complexidade deste universo, tornou-se evidente a sua situação de incongruência, pois encontramos apenas duas fazendas tombadas. Ainda que nos questionemos sobre a eficácia do tombamento para a preservação de fato, compreendemos que fornece indícios daquilo que é reconhecido. Em partes, sabemos que tal situação ocorreu por conta de um

desconhecimento da natureza do próprio objeto, e também pela trajetória dos órgãos de preservação.

As fazendas cafeeiras fornecem um testemunho da importância da atividade não apenas em escala econômica, mas principalmente territorial e paisagística, deixando marcas da forma de construir territórios, sendo testemunho das relações humanas ao longo do tempo. Seu enquadramento, parece-nos ser muito mais coerente quando pensamos em paisagem do que em bens isolados, ainda que seja importante gerar conhecimento sobre cada um deles. Desta forma, acreditamos que a política de preservação para as fazendas cafeeiras que compõem a Paisagem cafeeira da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, recaia sobre o entendimento desta paisagem com todo os seus elementos constituintes em uma visão de conjunto, de forma a sanar os descompassos que a preservação encontra em relação a natureza do objeto.

A construção deste trabalho acabou se assemelhando à construção de um grande inventário, porém fugindo aos moldes convencionais, já que antes de tratarmos do objeto, procuramos compreender o contexto mais amplo onde ele se insere, e que conseqüentemente se reflete em suas características arquitetônicas, paisagísticas, com a forma de ocupar o espaço, dentre outras. Quando dizemos que não centramos nossas análises no objeto, não estamos negando a sua importância, já que seus pormenores merecem ainda muito esforço investigativo. Por reconhecer a necessidade de aprofundamento deste acervo, elaboramos tabelas que servem de registro e síntese das informações coletadas e os limites dessas fontes. Porém, é necessário trazer luz para o entendimento de que o que constitui um patrimônio, não sendo apenas o olhar para o objeto deslocado de todo o seu contexto. Quando o contexto se sobrepõe ao objeto e a ele se mistura, este passa a ganhar outro entendimento, um pouco mais holístico e territorial.

Logicamente, não temos a pretensão de esgotar o assunto pois, como apontado, ainda há muitos caminhos a serem percorridos afim de reinserirmos a Zona da Mata mineira no discurso de expansão cafeeira. Porém, acreditamos ter trazido à tona alguns aspectos importantes para o rompimento de um recorte territorial, muitas vezes centrado apenas no vale do Paraíba paulista e fluminense, demonstrando a complexidade, relevância, e até mesmo o tamanho do acervo mineiro.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2.

ANDRADE, Rômulo Garcia. **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata**. Revista Brasileira de História. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, 1956.

ASSUNTO, Rosario. **Ontologia e teleologia del giardino**. Milano: Edizioni Angelo Guerini e Associati, 1988, p.341-345.

BASTOS, Wilson L. **Mariano Procópio Ferreira Lage: Sua Vida, Sua Obra, Sua Descendência, Genealogia**. Juiz de Fora, MG: Edições Paraibuna, 1991

BATISTA, Felipe Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional** — Subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 162-203, 2012

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural do Ciclo do Café**. 2007. 669f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2007.

BOTELHO, C. M. A. **Fazendas paulistas do ciclo do café: 1756-1928**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. **A longa duração**. In: _____. Escritos sobre a História. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

CANO, Wilson. **Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras**. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. 78p. (Série Estudos 2).

CARRILHO, Marcos J. **As fazendas de café do Caminho Novo da Piedade**. São Paulo, 1994. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. **Fazendas de café oitocentista no vale do Paraíba**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.14. n.1, 2006.

CARVALHO, Elizabeth Sales de. **Arquitetura rural na microrregião metropolitana de Belo Horizonte**: investigação sobre tipologias arquitetônicas nos séculos XVIII e XIX. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2003.

CARVALHO, Menelick de. **A Prefeitura de Juiz de Fora em 1934**. Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Companhia Dias Cardoso, 1935.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Todas as Artes).

COLLOT, Michel. **Pontos de vista sobre a percepção de paisagens**. In: NEGREIROS, Carmem; LEMOS, Masé; ALVES, Ida. Literatura e Paisagem em diálogo. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do sul de Minas Gerais. Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX.** Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

ESTEVEES, Albino. **Album do Município de Juiz de Fora.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

FÉRES, Luciana. **Tempo e espaço das ferrovias em Minas Gerais:** a preservação do patrimônio ferroviário no contexto urbano contemporâneo. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ/ Minc-Iphan, 2005.

FRANCO, A. A. **Síntese de história econômica do Brasil.** Salvador: Progresso, 1958.

GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento.** Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 a 1930).** Juiz de Fora: UFJF, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro:** Juiz de Fora. Segunda metade do século XIX. São Paulo:Faped/Annablume, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. **Minas e a imposição do Estado no Brasil.** Revista de História. São Paulo, n. 50, out./dez. 1974, p.259-270.

IBGE & Conselho Nacional de Geografia. **I Centenário das ferrovias brasileiras.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**, volume 26. Rio de Janeiro: 1959. p. 40. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf>, acesso em: 23/07/2019.

____. **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**, volume 27. Rio de Janeiro: 1959. p. 39. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf>, p.81, acesso em: 23/07/2019.

____. **Belmiro Braga**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belmiro-braga/historico>>. Acesso em: 2 de setembro de 2019.

____. **Juiz de Fora**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/historico>>, acesso em: 10/09/2019.

____. **Mar de Espanha**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-preto/historico>>, acesso em: 23/07/2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL **Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN, 2009a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: abril. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. **Diário Oficial da União**, n. 83, Brasília-DF, 05 de maio 2009b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf>. Acesso em: abril. 2019.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Economia cafeeira, crescimento populacional e manumissões onerosas e gratuitas condicionais em Juiz de Fora na Segunda metade do século XIX**. In: Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR/UFMG: Diamantina, 2002.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro, 1950.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)**. Dissertação, Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1985.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa paulista**. São Paulo: Edusp, 1999.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (Do Caminho Novo à Proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

MAIA, Tom; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba: velhas fazendas**. São Paulo, 1975, 172p.

MARENGO, José A. & ALVES, Lincoln Muniz. **Tendências hidrológicas da bacia do rio Paraíba Do Sul**. Revista Brasileira de Meteorologia, v.20, n.2, 215-226, 2005.

MARTINS, Helena Teixeira. **Sedes de fazendas mineiras**. Campos das Vertentes: século XVIII e XIX. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MATOS, Odilon Nogueira de. **A evolução das vias de comunicação no Rio de Janeiro**. In: *Boletim Paulista de Geografia* n°3, São Paulo, 1949.

MENEZES, Ivo Porto. **Arquitetura rural em Minas Gerais – século XVIII e inícios do XIX**. Revista Barroco, Belo Horizonte, 1983, n. 12.

_____. **Documentário arquitetônico: fazendas mineiras**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1969.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. Contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

MOMBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 3v.

MOSANER, Fábio Ferreira Lins. **O desenho como método de estudo**: Antônio Luiz Dias de Andrade e a arquitetura do Vale do Paraíba. 2012. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café (1820-1920)**. Pref. Caio Prado Júnior. 2ed. Ver. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968.

MUAZE, M. e SALLES, R. (orgs). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. RJ: 7 Letras/ Faperj, 2015.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade** – A formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Caminho Novo: o circuito das riquezas e dos privilégios no processo de ocupação das Vertentes e Mata mineira. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG. Juiz de Fora, 2004.

_____. Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870). Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1999.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d.

PIMENTA, Demerval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Niterói: UFF/ICHF. 1993. Dissertação de Mestrado.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Fazendas**: as grandes casas rurais do Brasil. Nova York: Abbeville Press Publishers, 1995.

_____. **Fazendas**: solares da região cafeeira do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

_____. **Antigas fazendas de café da província Fluminense**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo: 1953.

PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s/ ed. 1973.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Tradução: Artur Morão. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf. Acesso em: 15 set. 2012.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais**: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, BH, Brasil, 2009.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**; a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPIX, Johann Baptis von; Martius. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1822. 2ed. São Paulo: 1961.3v.

TAPAJOS, Vicente. **História do Brasil**. 6ed. São Paulo: 1954.

TAUANAY, Afonso de E. **História do café no Brasil**: no Brasil colonial 1727-1822 (tomo I). Departamento Nacional do Café. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939. 416p. v1.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**: Estudo da Construção Residencial Urbana. [Rio de Janeiro]: 1961.

TURRI, Eugenio. **A paisagem como teatro**. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. Cap. 2, p. 169-184. (Coleção Aesthetica 1).

VALVERDE, Orlando. **A fazenda de café escravocrata no Brasil**. In: _____. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Caminho Novo**: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, p. 181- 189, jul. 1999.

**ANEXO A – FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS FAZENDASCAFEEIRAS NO
MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**

ÍNDICE DOS DISTRITOS (13)

MUNICÍPIO	DISTRITOS
JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA
	MATIAS BARBOSA
	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (ATUAL SIMÃO PEREIRA)
	SARANDI (ATUAL SARANDIRA)
	VARGEM GRANDE (ATUAL BELMIRO BRAGA)
	SÃO FRANCISCO DE PAULA (ATUAL TORREÕES)
	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (ATUAL TRÊS ILHAS)
	PORTO DAS FLORES
	NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (ATUAL ROSÁRIO DE MINAS)
	AGUA LIMPA (ATUAL CORONEL PACHECO)
	SÃO SEBASTIÃO DA CHÁCARA (ATUAL CHÁCARA)
	SANTANA DO DESERO
	CHAPÉU D'UVAS (ATUAL PAULA LIMA)

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

JUIZ DE FORA			
FAZENDA DO JUIZ DE FORA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. José Vidal; Vendida a Antônio Dias Tostes em 1812; 1840 residência de Henrique Halfeld e Cândida Maria Carlota Halfeld 1942 ainda existia casarão (demolido)	Sede da margem esquerda do Paraibuna, na altura da rua São Sebastião	Área compreendida parte da cidade de Juiz de Fora	Fazenda mais antiga de Juiz de Fora Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input checked="" type="checkbox"/> DEMOLIDO <input type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
Fonte: PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d, p.175.			
FAZENDA DA TAPERA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Alcaide-Mor Tomé Correia Vasques; Honório Ribeiro de Miranda; Antônio Dias Tostes e sua mulher Rita de Cássia; Cem. Custódio da Silveira	Rua dos Jalões, atual Alencar Tristão (bairro Santa Teresinha)	Foi absorvida pelo crescimento urbano	Fazenda vinculada ao abastecimento das tropas durante o período minerador. Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input checked="" type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: Prefeitura de Juiz de Fora. Disponível em: < https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/historico/fazenda_tapera.php >. Acesso em 06/09/2019.			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA RIBEIRÃO DAS ROSAS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Alferes Manoel Vidal obteve carta de sesmaria; passou p/ Alferes Manoel José Lage (Tapera e Entre Rios) casado c/ Maria Perpétua do Rosário	Bairro Barbosa Lage		Fazenda vinculada ao abastecimento das tropas durante o período minerador. Produção cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO (X) MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.







FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.370

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

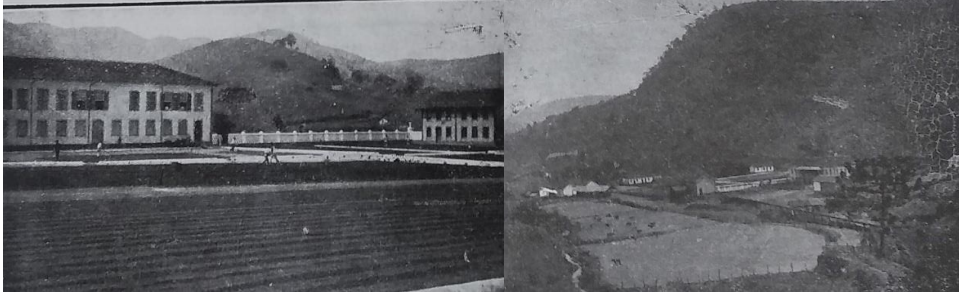


Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SÃO MATEUS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Matias Barbosa da Silva (sesmaria concedida por D. Fernando Mascarenhas Lancastre, 1709); vários proprietários; Vendida a Cândido Teixeira Tostes 1890, foi o maior cafeicultor de Minas Gerais (possuía a fazenda São Mateus e a Sant' Anna)	12km da cidade na estrada para o distrito de Torreões/ Rio Preto	2.397,9 hectares	Grande produtora de café no município de Juiz de Fora
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
   			
<p>Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html>. Acesso em 25 de agosto de 2019.</p>			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SALVATERRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. João Gualberto de Carvalho (filho do Barão de Cajuru)	A 12km da cidade, na estrada Monte Verde	456,5 hectares	Foi uma das grandes produtoras de café da região
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input checked="" type="checkbox"/> DEMOLIDO <input type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.368			
			
Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: < http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html >. Acesso em 25 de agosto de 2019.			
FAZENDA QUINTA DA CONCEIÇÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Francisco Eugênio de Resende (filho do Barão de Juiz de Fora); Joaquim Andrade Vilela; Cel Augusto Vilela Pedras (Faz. Prosperidade)	No bairro Retiro	12,1 hectares	Pequena propriedade com boa produção cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.369			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SANTO ANTÔNIO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Sebastião de Resende Tostes; 1920 vendida a Cel Antônio dos Reis Meireles	Junto à estação do Retiro	435,6	Fazenda de porte médio com boa produção cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.373

FAZENDA FLORESTA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Francisco Ribeiro de Assis (chamava-se Paiol Queimado/ Retiro); 1915 razão social Teodorico de Assis & Cia, modificada para Fazenda Floresta	Floresta	1726 hectares	Fazenda c/ produção de enormes safras de café

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Jornal Diário Regional, 16 de outubro de 1997, p.2.

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA CACHOEIRINHA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Raul Hungria; Bruno Barbosa do Rego, José Mário Vilela; Simão Gabriel Sfeir.	Bairro Santa Luzia (absorvida pelo crescimento urbano)	758,4 hectares	Pecuária Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.370-374

FAZENDA BUENOS AIRES			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. João de Resende Tostes	Fazenda foi absorvida pelo crescimento urbano		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA


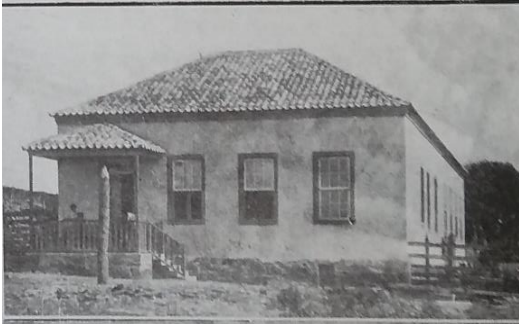


FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.369-373

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SÃO JOSÉ OU YUNG			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Pedro Procópio Rodrigues Vale Filho; Cel. Manoel Procópio Rodrigues Vale; 1916 vendida à Prefeitura de Juiz de Fora	Penitenciária Linhares		Pecuária Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.369			
FAZENDA VISTA ALEGRE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Júlio César de Castro; Cel. João Quintino Ribeiro de Oliveira e Silva (adquiriu a faz. Aterrado em Simão Pereira); Cícero de Araújo Porto	Terras estendendo até as margens da Represa João Penido		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.369			
FAZENDA FORTALEZA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Dias Tostes; Joaquim Lucio Figueiredo Lima (1841); José Ribeiro de Resende, o Barão de Juiz de Fora (1843); Cel.	Estrada Para Caeté	523 hectares	Produção cafeeira quando pertenceu ao Barão de Juiz de Fora (1843)

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

Francisco Eugênio de Resende			
------------------------------	--	--	--

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA QUINTA DA LAGE

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Manoel Vidal Barbosa Lage	Nas proximidades da faz. Buenos aires		Cultura horti-granjeira e animais de pequeno porte Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.370

FAZENDA SAUDADE

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Horácio José de Lemos (também proprietário de outras fazendas no estado do RJ); Crispim Albano Fernandes; 1934 adquirida pela Prefeitura de J; Casa de show <i>Privilège</i>	Proximidades da estação Benfica		Pecuária de corte Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO (X) MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.374.

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA BENFICA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Ludovino Martins Barbosa; Joaquim Ferreira de Carvalho; Cel. Antônio Jose Sobreira (1918); Cel. Francisco Evangelista da Fonseca	Junto ao florescente bairro de Benfica		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.369			
FAZENDA BOMBA DE FOGO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Alfredo Moreira de Resende (Conselheiro do Banco do Crédito Real) casado c/ D. Clementina Resende; Cel Severino Belfort de Andrade (Faz. São Felipe)		88 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BELA ESPERANÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Padre José Sabino de Las Casas; Américo Corrêa Monteiro; Geraldo Pinto Monteiro de Resende e Cel. Pedro de Araújo Porto	Junto ao arraial do Caeté, distrito de Sarandira	198 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA LUÍSA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Geraldo Filgueiras de Resende (comerciante café/ político, presidente da Câmara Municipal), filho Cel. Custódio Augusto de Resende (faz. Passo da Pátria), neto do Barão do Retiro (faz. São Fidelis); Cel. Custódio de Souza Pinto; seu filho Altamiro	Nas proximidades da estação Retiro	452 hectares	Cafeicultura (com Cel. Geraldo Filgueiras de Resende)

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

Pinto; Cel. Ubaldo Tavares Bastos (pioneir no desenvolvimento do bairro São Mateus)			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BOA SORTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Pedro de Aquino Ramos; filhos: Pedro; Hiram Roddrigues; Tiago; Maria; Silvia	Sul da cidade de Juiz de Fora	139 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MONTE BELO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Pedro Augusto Rodrigues da Costa (Além Paraíba); filhos Braz (comprou parte irmãos); 1919 adquirida pelo Exército			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA GRAMINHA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Dias Tostes; família Senra	Sul da cidade	Redução de sua área devido ao retalhamento de suas terras	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA ARACAJU			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. João d'Ávila (possuidor também da faz. Cristal em Sarandira); Manoel Venâncio Sobrinho (proprietário das faz. Bela Vista e da Lage nesse distrito, da Santa Clotilde em Coronel Pacheco, Faz. Conceição em Torreões; Luís Gonzaga Guedes e Carlos Baumgratz Filho			Produção cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BELA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Balduino Pereira Nascimento; Francisco Ribeiro de Almeida; hoje dividida em diversos sítios e granjas	Margem direita do rio Paraibuna, desde a segunda usina hidrelétrica		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

entre quais a de Francisco Pinto de Moura, Guilherme de Sousa, Antônio Fernando Mendes, Dilson Xavier	ate perto da ponte do Zamba;		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA CRUZ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Mariano Halfeld; Jose Antero; Cel. Prudente Carvalho de Araújo			Pecuária Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO MIGUEL			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pedro Leite de Oliveira	Proximidades do arraial da Barreira do Triunfo, logo acima de Benfica		Pecuária Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA NOVO OCIDENTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Martins de Oliveira; Abelar Esteves dos Reis	Junto ao rio Paraibuna, nas proximidades da ponte do Zamba e de Matias Barbosa		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PARAÍSO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Franklin Camilo de Campos c/ Marieta Ribeiro do Prado	Proximidades Salvaterra		Fazenda de porte médio Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BELA AURORA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Rodolfo Campos	Absorvida pelo crescimento urbano		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA ONÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Munk	Absorvida pelo crescimento urbano		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PALMITAL			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Antônio de Oliveira	Absorvida pelo crescimento urbano		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA CÂNDIDA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Alfredo Rodrigue de Oliveira	Onde hoje se situa um dos reservatórios de água da cidade; Absorvida pelo crescimento urbano		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA DA DIVISA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Manoel Honório de Campos; Severino Belfort de Andrade	Bairro Bairu (sede onde está situado hoje Grupo Escolar Francisco Bernardino)		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA CACHOEIRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Ubaldo Tavares Bastos; Turiano Procópio Rodrigues Vale Manoel Honório de Campos, também dono da fazenda de divisa (bairro bairu)	Na margem direita da rodovia de Bicas		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MARMELO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Gonçalves Lage; Antônio Dias Tostes; Comendador Pedro Procópio Rodrigues Vale (construiu sede)	Margem da União e Industria, junto a pote João Carlos e ao túnel do Marmelo da E.F. Central do Brasil		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


Última Revisão: 08/09/2019

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA TRIUNFO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Rodolfo Campos; instalado o sanatório do Dr. Cássio Vieira Marques (sua parte denominada de Santa Rita de Cássia); dela originou-se o sítio do Dr. José Rafael de Souza, e outro do Dr. José Barbosa de Medeiros Gomes	Entre as estações de Grama e Filgueiras da E.F. Leopoldina		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA CAFEZAL			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Conselheiro Luís Antônio era casado c/ D. Antônia Oliveira Horta, conhecida como D. Antônia do Cafezal; sua filha (Ignácia Luíza Horta Barbosa) se casou com desembargador Francisco de Paula	Estrada do Graminha		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


Última Revisão: 08/09/2019

MATIAS BARBOSA			
FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Primeiras sesmarias concedidas à Matias Barbosa da Silva; herdeiros de Matias: Domingos Teixeira de Andrade e Ana Luísa Joaquina Teixeira da Silva a venderam ao Tenente Coronel Manoel do Vale Amado (pai do Barão de Santa Mafalda- José Cerqueira do Vale Amado)	Onde hoje se acha implantada a cidade	Área compreendia parte da cidade de Juiz de Fora	Fazenda que deu origem à cidade Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PACIÊNCIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Visconde de Itatiaia, José Caetano Rodrigues Horta (sogro Dr. José Mariano Pinto Monteiro); venda área de 70 alqueires ao Sr. Ademar de Aquino Castro; 1940 a margem esquerda foi adquirida por Procópio Filho; fira Selve & Irmãs	A margem esquerda (até a União e Industria, tendo à sua montante, valiosa queda d'água que em 1911 foi adquirida pela Companhia Mineira de Eletricidade) e direita do Rio Paraibuna	1219,6 hectares	Pecuárias, eucalipto, café
ESTADO DE CONSERVAÇÃO (X) BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.382			
FAZENDA PITANGUEIRAS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. José Mariano Pinto Monteiro (dono da Paciência); Procópio Filho	A margem esquerda do Paraibuna	120,8 hectares Passou por processo de fragmentação de suas terras que foram vendidas	Pecuária Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


Última Revisão: 08/09/2019

		restando 32 alqueires c/ a sede	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SOLEDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Antônio da Silva Pinto (Barão de Bertioga), Pedro de Cerqueira Leite, Luís Ferreira dos Santos, Bernardo Guimarães Mascarenhas	Situada no quilômetro 165 da União e Indústria	424,3 hectares Sofreu muitas fragmentações de seu território	Uma das primeiras fazendas a se plantar o café no Brasil (c/ Barão de Bertioga)
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BELMONTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Sesmaria concedida a José Vidal Barbosa, vendida uma parte a João Xavier da Silva Braga e outra a José Pereira de Souza Guimarães; José Dâmaso da Costa casado c/ Maria do Patrocínio Lage; enviuvou-se e se casou c/ Maria de Resende Lara; ela enviuvou-se e se casou c/ o português Henrique Coelho de Souza, o Conde de Cedofeita (que construiu um palacete na estação Cedofeita); Penhora da fazenda devido à má administração, adquirida por Cel. Pedro Policarpo de Almeida	Nas proximidades da ponte do Zamba	579,9 hectares	Uma das mais importantes, extensas e suntuosas do município. Fazenda produtora de café
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO (X) MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
<p>FONTE: FOSCARINI NETO, petrônio. O distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem. 2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.115.</p>			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA MORRO ALTO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Eugênio Teixeira Leite (dono da Fazenda Boa Vista em Sarandira); Francisco Ferreira de Aquino Filho	Final da Serra do Mina, à margem da estrada para Sarandira	580,8 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MONTE ALEGRE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
1895 pertenceu a Geraldo Augusto de Miranda Monteiro de Barros; Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade (instalou Engenho Central movido à vapor); Firma M. Barbosa & Cia.; Dr. José Hermogêneo Dutra e seu irmão Atenor		72,8 hectares	Plantação de café (beneficiamentos feitos pelo Dr. José Joaquim, construção do Engenho Central, construído especialmente p/ abrigar máquinas de beneficiar café e arroz, engenho de cana e fábrica de aguardente)
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO (X) DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.283			
FAZENDA PROPRIEDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
1850 José Luís Dâmaso de Costa; seu filho Francisco Dâmaso da Costa Sobrinho (possuía outras fazendas em Congonhas do Campo); possuiu este uma filha Florentina que se casou c/ Dr. Luís de Souza Brandão que passou a ser o dono (foi presidente da Câmara de Matias e vereador em JF); filho Luís (Luizito)		193,6 hectares Desmembrada da grande sesmaria Belmonte (1850)	Afamada pela qualidade de suas terras; Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA LIBERDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Comendador Gomes Brandão; Antônio Caetano de Oliveira Horta; 1915 Sérgio Rodrigues de Almeida; 1863 Antônio Rodrigues de Almeida; Napoleão Soares Pereira	Próxima ao ribeirão de Matias (afluente do Paraibuna)	37,4 hectares Foi dividida em pequenos lotes por Gomes Brandão (junto com a Faz. Novo Destino)	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

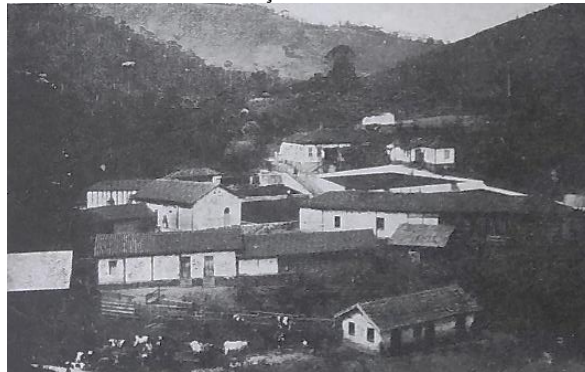
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA SANTA HELENA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Joaquim Monteiro da Silva (Barão de Santa Helena); seu genro Azarias Botelho de Andrade; seu neto José Joaquim Monteiro de Andrade; Cel. Odilon de Araújo Leite; Cel. Cristóvão de Andrade; Pedro Krambeck	Situada a leste da cidade de Matias Barbosa	1.737,8 hectares	Foi uma das boas e importantes fazendas do município; hoje forma com a Areião uma só propriedade Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.283

FAZENDA AREIÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pertenceu ao irmão do Barão de Santa Helena (da faz. Santa Helena), Domiciano Ferreira Monteiro da Silva; Domiciano casado com Ignês Monteiro de Castro (a Baronesa de São José do Rio preto); Cristóvão de Andrade (Santa Helena); Pedro Henrique Krambeck	Fazenda próxima da Santa Helena	Foi anexada à Fazenda Santa Helena	Fazenda cafeeira

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

(Também da Santa Helena)			
--------------------------	--	--	--

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.383

FAZENDA NOVO DESTINO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Caetano de Oliveira Horta Junior; José Veríssimo; Rúben Ribeiro de Sá		13,6 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA SANTA PAULA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Origem em uma das vinte sesmarias dos Vale Amado – Manoel, Antônio, João, Domingos e Ângelo; João Luís Alves; Cel. Francisco Ribeiro de Almeida; Dante Bellei; Ernesto Weber; Dirceu Duarte Braga, Aloísio Pinheiro Gonçalves; José Carvalho de Resende	Margens da União e Indústria e do rio Paraibuna, entre a estação de Cedofeita e a ponte do Zamba	163,8 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.382

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SANTA ROSA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Origem provável em umas das sesmarias do Vale Amado; Dr. Joaquim Monteiro da Silva; Francisco Ribeiro de Almeida Júnior; Olímpio Pinto Reis Filho; José Menegheli de Araújo;; Aparecido Lopes; Nadir Lopes	Continuando pela estrada da Santa Paula (fazenda), atravessa o rio Paraibuna	60 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTO ANTÔNIO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francino Ribeiro de Almeida (comprou fazenda Santa Clara no estado do Rio de Janeiro); José Batista de Resende	Contingua à Faz. Santa Rosa e com a mesma origem	169,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BENFICA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
BENFICA DE CIMA (Fazenda Marabô): Manoel Pacheco do Couto; Dr. Altamiro de Oliveira; Dr. Guilherme de Sousa BENFICA DE BAIXO: Dr. Virgílio Fabiano Alves; Dr. Rento de Carvalho Loures: Dulce Pereira mudando seu Nome para Fazenda Santa Bárbara; Dr. Guilherme de Sousa c/ nome de Marabô	Junto à Central do Brasil	União das fazendas Benfica de Cima e de Baixo (totalizando 707 hectares)	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA CELINA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Joaquim Ribeiro da Rocha casado c/ Maria da Conceição Ribeiro de Almeida	Nas proximidades de Fazenda Santo Antônio	8,4 hectares	Pequena propriedade Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA JARDIM DO MINA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Otávio Venâncio de Almeida; Dr. Waldemiro de Albuquerque Castro	Proximidades da Serra do Mina	35,1 hectares	Média propriedade Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BOA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
FAZENDA BOA VISTA: Ângelo do Vale Amado; Eustáquio Paraíba de Andrade; Joaquim Desidério de Paula Corrêa; Joaquim Carlos de Oliveira Sobrinho a incorporou à Faz. Palmeiras FAZENDA PALMEIRAS: Solano Braga (irmão do Belmiro Braga); Cel. Manoel de Matos; Nicolau Ferreira dos Santos; Joaquim Carlos de Oliveira Sobrinho	Situada entre as fazendas Paciência e São Mateus	396,8 hectares União das Fazendas Boa Vista e Palmeiras	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA COLÔNIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Ademar de Aquino Castro e os herdeiros do Dr. José Mariano Pinto Monteiro		70 alqueires Desmembrada da Fazenda Paciência e ela incorporada novamente	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA CAMBUÍ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
A Rocinha da Negra proveio de uma grande sesmaria do Paraíba outorgada em 1711 a Garcia Rodrigues Pais (em recompensa pela abertura do Caminho Novo); Hipólito Gonçalves Lage (1758); José Pinto de Souza (1796); José Cerqueira Leite	Situada na margem oriental do rio Paraíba e a poucos quilômetros da estação do Paraíba (da Central do Brasil)	Junção das fazendas Cambuí e Rocinha da negra: 1092,6 hectares	Fazenda cafeeira com grande produção, chegando a produzir 18.000 arrobas de café anualmente
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA NOVO MUNDO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pertenceu primitivamente ao cidadão português Domingos Campos; arremata por D. Rosa Horta; Teófilo Maia; Saint-Claire Maia (filho); Maria da Glória; Drs. Antônio Bittencourt Mariani; Sócartes Mariani Bittencourt; Antônio Alberto Lavanère Wanderley Mariani; Pedro Mário Lanavère Wanderley Marini	A margem da União e Indústria (BR-135) no km 158	546 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/20/bens-tombados-fazenda-mundo-novo>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

FAZENDA HERDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Major Agostinho Fortunato Monteiro; Dr. José Cesário Monteiro da Silva; Jose de Andrade Reis	A poucos quilômetros da estrada que vai da União Indústria ao lugarejo chamado Balança	743,1 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.463

FAZENDA CATETE

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Guilherme Kenitz Capelle; José Custódio Pinto	Na estrada que parte da Balança no km 158 na União e Indústria	847 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.462

FAZENDA SÃO PAULO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Odilon de Araújo leite (da Santa Helena) e foi mais tarde adquirida por Dr. José Cesário Monteiro da Silva (da Faz. Herdade); Dr. Antônio José Moreira	Estrada que parte da Balança, na União e Indústria Perto da Herdade e do Catete	851,5 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA SANTA HELENA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Maria Lisboa; Augusto de Oliveira Belo (genro do Barão	Situada bem próxima da	580 hectares	Fazenda cafeeira

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

de Santa Justa); João Carlos (engenheiro direto da Escola de Agricultura de Viçosa) Antônio Carlos; Bento da Rocha Vaz; D. Maria Francisca Vaconcelos; Dr. Hugo de Andrade Santos e Cel. Leopoldo Corrêa Neto; Cel. Roque Domingues de Araujo; Luís Homem de Faria	estação de Paraibuna		
--	----------------------	--	--

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.463

FAZENDA SANTO ANTÔNIO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Português Francisco bento da Rocha Vaz; Dr. Duarte de Abreu; Cel. José dos Reis Meirelles; Geraldo Homem de Faria; João Albano Fernandes; Augusta Soares da Silva.	Entre as estações de Paraibuna de Sousa Aguiar, quase na margem esquerda do rio Paraibuna		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA ATERRADO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Bento da Rocha Vaz (também proprietário da Sant Helena); Cel. João Quintino Ribeiro de Oliveira e Silva (faz. Vista Alegre); Dr. Felício Brandi; Francisco Pereira de Oliveira		252,8 hectares	Produção de aguardente e plantel de ovinos


ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SANTA MARIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
João Francisco de Sousa (genro de Francisco da Rocha Vaz, Faz. Santo Antônio); Casimiro Vilela de Andrade; Adhemar Rezende de Andrade; Oswaldo Sá Fortes; venderam 1/3 a Cícero de Araújo Porto (249,2 hectares) vendidos a Milton Dutra Navarro	Próxima a estação de Sousa Aguiar da Central do Brasil		Fazenda Cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.463			
FAZENDA GLORIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
A fazenda Glória pertenceu a: Francisco Bento da Rocha Vaz; Alfredo da Silveira Gopes; Francisco Jacinto de Oliveira Palmira foi de: Idelfonso Cerqueira Leite; Domingos Brandi; Mario Brandi;		Junção das fazendas Gloria e Palmira: 1063,9 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA FLORES			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Maria José Coelho; Odilon de Carvalho; Roberto Esteves Pinto; Milton Dutra Navarro	Pouco antes da estação de Serraria, entre a linha férrea da Central do Brasil e o Rio Paraibuna		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA MATO VIRGEM			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Mendes Linhares; Alcides Fagundes Monteiro; parte vendida a Antônio Alberto Lavanère Wanderley Mariani	Entre a Fazenda Herdade e a São Sebastião	48,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO SEBASTIÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Quintiliano da Silveira Lobato Foi desmembrada em 3 partes: ficando uma com os herdeiros de Quintiliano; outra c/ a Herdade e a terceira c/ a Engenho		323,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BURACO FUNDO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Álvaro Cerqueira Coelho; Joaquim Teixeira da Silva e Avelino Dias Pimont; Dulce Pereira	A oeste de Simão Pereira e a meio caminho da estação de Sobragi	175,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA TINGUÁ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Bernardino Leal; João Evangelista do Vale; Joaquim Teixeira da Silva	Localizada na margem esquerda do rio Paraibuna, pouco acima da estação de sobragi	332,3 hectares	Laticínios (cooperativa dos produtores de leite de Ibitiguaia) Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
<p>FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.462</p>			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA COLÔNIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
	Situada na margem direita da BR-135 (União e Indústria)	Subdividida em diversos sítios e granjas	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.463			
FAZENDA BOA SORTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio da Silveira Gomes; José Augusto Pedro; José Spinelli; Dulce Pereira	Junto da Central do Brasil e rio Paraibuna, pouco abaixo da estação de Cotegipe	469,7 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA MÔNICA/ SÃO JUDAS TADEU			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Denominava-se Fazendinha quando foi propriedade de Cel. Alvaro Ferreira de Moraes; Tomé e José Junqueira de Andrade; Tenente Alvaro de Freitas Guimarães construiu uma vasta sede e deu nome de Faz. Santa Mônica; Manoel Prata; D. Dulce Pereira (modificou o nome para Faz. São Judas Tadeu)	Junto da Estação de Cotegipe e entre esta e a União e Indústria	290,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA CACHOEIRINHA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pedro Ribeiro de Almeida; Sérgio; Dario Batista de Resende		269,8 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela



Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA REMANSO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr; Otávio Barbosa Carneiro; Aurora Lobo Carneiro	Nas margens do rio Paraibuna	315,7 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
FAZENDA DO COQUEIRO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Marcelo Pífano; João Quintino Ribeiro de Oliveira Silva que construiu em 1928 uma pequena usina de eletricidade; Francisco Pereira de Oliveira		252,8 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO LUÍS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Domingos e Luís Vassalo Caruso (esta construiu a São Luísa; Nialva Caruso Lins casada com Áureo Lins (que possuiu também o sítio Cruzeiro de 34,1 hectares)	Margem da União e Indústria	103,2 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA DO ENGENHO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio e Luís Lage Cerqueira; Darcy Afonso de Mendonça e Altair Garcia; Cássio Elísio Figueiredo Damásio e seu concunhado José de Almeida Barbosa de Melo (também donos do sítio anexo Rio Abaixo)			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

SARANDI (SARANDIRA)			
FAZENDA SANTANA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Major Alexandre Belfort Arantes; Alexandre Belfort Arantes Filho; sua viúva e seu filho Marcelo; José Albano Fernandes Sobrinho	Ao norte do Arraial, perto da margem direita do Rio Cágado	Uma das maiores fazendas do distrito; incorporou sítio Bambus	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
<p>FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.473-475</p>			
			
<p>FONTE: FOSCARINI NETO, petrônio. O distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem. 2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.118.</p>			
FAZENDA BOA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Eugênio Teixeira Leite (1854-1938) possuidor também da Fazenda Morro Alto em Matias Barbosa, e da Santa Ambrosina em Chácara; filho Eugênio Teixeira Leite Junior; Fernando Sampaio; Dr. Temístocles Marcondes; Arruda Câmara.	A direita da estrada de rodagem de Juiz de Fora a Bicas	934,1 hectares	Mais importante e maior produtora de café do distrito, devido a sua extensão, alta qualidade das terras e grande capacidade de seu proprietário Dr. Eugênio
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
(X) BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.472-473

FAZENDA RECREIO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Desmembrada em 1877 da sesmaria do Córrego de Santana, por Carlos José Duarte, e dele adquirida em 1891 pelo Dr. José Procópio Teixeira e seu cunhado Cel. Antônio Caetano de Andrade (que vendeu a sua parte em 1892 ao dr. José); Procópio Filho; 1945 Abel de Resende Costa; Vitor Belfort Arantes; Aloísio César Zanotti Braga	Situada a meia distância de Matias Barbosa e Sarandira	195 alqueires	Fazenda altamente produtora de café, graças as boas terras e a capacidade de trabalho de seu segundo proprietário Dr. José Procópio Teixeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Tulha de café. FONTE: FOSCARINI NETO, petrônio. O distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem.2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.116.

FAZENDA SÃO LUÍS

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Originada em uma das sesmarias obtida pelo barão de Santa Helena; passando p/ seu genro Azarias Botelho de Andrade; José Joaquim e	Sudoeste de Sarandira na divisa com Matias Barbosa e Santana do Deserto		Fazenda cafeeira Plantel de Gado Holandês

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

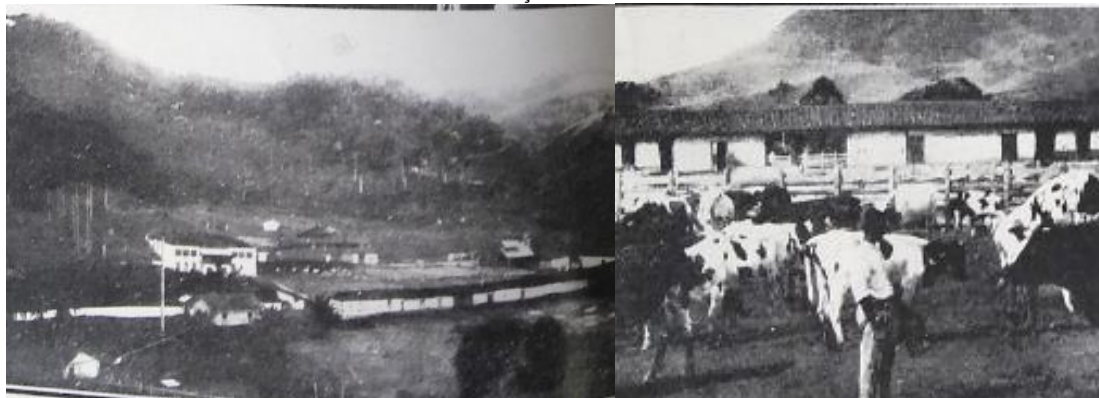
Última Revisão: 08/09/2019

Francisco Ignácio; os irmãos Thomé, José (adquiriu a Faz. Boa Esperança em Belmiro Braga) e Severino (adquiriu a Faz. Tabatinga em Santana do Deserto) Junqueira de Andrade cunhados de Francisco Ignácio; Geraldo Ribeiro da Rocha,			
--	--	--	--

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.472-473

FAZENDA AURORA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Teófilo Cunha; Cel. Agostinho Marques de Almeida; Cel. Prudente de Castro Guimarães, seus filhos Hamilton, Dário e João (atual proprietário)	Proximidades do arraial de Caeté	265,5 hectares	Fazenda cafeeira privilegiada pela constituição de suas terras, c/ boa topografia e grandes várzeas

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA





FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.475

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA PEDRA BRANCA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Tenente Firminiano Ribeiro do Vale; Manerat, Luterbach & Cia. (firma comissária de café no RJ); Cel. Martins Esteves (Rio preto); Antônio Belfort Arantes; Mário Resende do Vale (incorporando-a à Fazenda Boa Sorte, sua vizinha)			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.475			
FAZENDA BOA SORTE E CAMPANHA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Francisco Ribeiro do Vale; filho Mário		Pedra Branca, Boa Sorte e Campanha possuem juntas 1.098 hectares	Gado leiteiro Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA POUSO ALEGRE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Manoel Honório de Campos; Cel. Francisco Pinto de Resende; Paulo Resende do Vale	A meia distância de Caeté e da sede do distrito	595 hectares	Fazenda cafeeira Gado leiteiro
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.473			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019



Tulha de café. FONTE: FOSCARINI NETO, petrônio. O distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem.2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.116.

FAZENDA SÃO LOURENÇO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Major Antônio José Bastos Barbosa; Major Teófilo de Andrade Reis; José Resende Vale (Manoel Honório)	Noroeste de Sarandira	594 hectares	Fazenda cafeeira Gado leiteiro

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO (X) MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: FOSCARINI NETO, petrônio. O distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem.2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.117.

FAZENDA CRISTAL

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. João D'Ávila (possuía também a fazenda Aracaju no distrito da cidade); Dr. Alcides Lins (1946); Francisco Azarias Vilela; Mario e José Resende do Vale; Sebastião Sales			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade


ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA BARRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Barão de Cataguases; filho Prudente de Castro Guimarães; seus herdeiros Manoel Teixeira Lima; José Pedro Mendes	Junto do arraial do Caeté	287,7 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA CÓRREGO LAJE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Augusto da Silva Braga; José Pedro Ferreira de Sousa, Manoel Venâncio Sobrinho; Olímpio Pinto Reis; Manoel Teixeira Lima; José Mendes (faz. Barra, formando com a Laje uma só fazenda)	Pouca distância do arraial do Caeté, na direção de Sarandira	62,3 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Album do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.475			
FAZENDA SÃO MARCOS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
1891 ao Dr. Agostinho Corrêa; Antônio dos Santos Cambraia; José Brega, Eduardo Lott Filho, Ari Dutra de Moraes e Itamar Moreira da Silva	As margens da estrada Juiz de Fora – Sarandira – Pequeri		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA ROCHEDO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Luís Barbosa Gonçalves Pena; Antônio José Sobreira (filho); Manoel Pereira de Andrade Reis			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SÃO JOSÉ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Dâmaso da Costa Sobrinho; Carlos Maduro; João Teixeira de Carvalho; José Felipe Ludolf, Teófilo Tostes; Antônio Teixeira Reis; Marcos Macline; A. Muchagato; Alfredo Guimarães; Altamiro de Oliveira; Henriquera Teixeira e suas filhas Romualda e Maria Augusta	Entre as grandes fazendas do Recreio e São Luís	154,8 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PEDRA ROXA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Capitão Joaquim José da Mata; Vitor Belfort Arantes	Próxima de Sarandira e a seu leste		Fazenda cafeeira Encontradas belas pedras da cor roxa (ametista fracas) e caulim
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.475			
FAZENDA BOA MENTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Corrêa e família Fazza			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MACUCO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Dutra de Morais, sua viúva Jurandir Lourenço Pereira	Norte do arraial, na divisa do vizinho município de Pequeri		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

VARGEM GRANDE (BELMIRO BRAGA)

FAZENDA BOA ESPERANÇA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pertenceu ao Barão de São José das Três Ilhas			Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

(X) BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO () NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: Disponível em: <

<http://caminhandoeacampando.blogspot.com/2015/12/caminhando-pra-rio-das-flores.html>>. Acesso em: 06/09/2019



FAZENDA SANTA ROSA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Marinho José Pires Construção mais antiga de Belmiro Braga			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


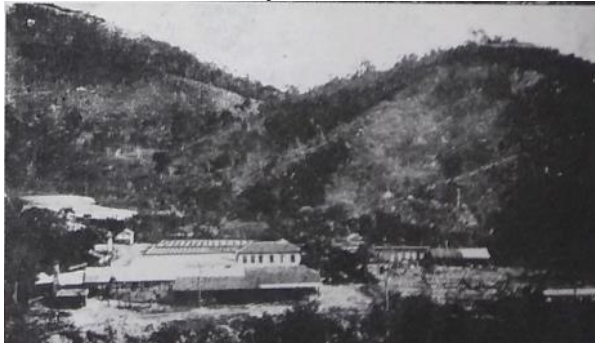
Última Revisão: 08/09/2019

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA UNIÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Família Cerqueira Leite			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA ROSA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Fernandes casado com uma neta do Coelho Dias			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.449			
FAZENDA SÃO JOSÉ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Severino dos Reis Meireles (Tite); José Walter dos Reis Meireles; Américo Vale de Macedo; José Gomes de Oliveira; Joaquim Rodrigues de Almeida; Francisco Augusto Duarte; Hélio Monteiro de Barros (faz. Califórnia e Real Grandeza)			Fazenda cafeeira Pecuária; gado holandês
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.449			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA BOA ESPERANÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Baronesa de São Mateus; Cel. José Carlos; Cel. Álvaro Ferreira de Moraes; Junqueira de Andrade & irmão			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade Gado Holandês
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BARRA DO ESÍRITO SANTO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
João Nazário Teixeira			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.449			
FAZENDA BOA FÉ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Honorina da Cunha e Souza			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.449			
FAZENDA SANTA CÓRDULA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Luís Ferreira dos Santos Júnior	Margem do rio do Peixe, junto da		Necessidade de aprofundamento sobre

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

	estrada de Belmiro Braga e Juiz de Fora		atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PARAÍSO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cap. Virgílio Ribeiro de Resende (13º Filho do Marquês de Valença); Antônio Moreira Dias; Augusto Moreira Dias			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA CALIFORNIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Ferreira dos Santos	Junto ao rio do Peixe		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA RESERVA E CEARÁ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Tradicionais propriedades da família Braga, foram o berço do poeta Belmiro Braga. Faz. Reserva: propriedade de D. Amélia, irmã de Belmiro Faz. Ceará: Joaquim Emerenciano Fabiano Alves; João Medeiros Silva			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO JOSÉ E BOA ESPERANÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Carlos c/ Laura Henriques; Alfredo Ribeiro de Oliveira; Aristeu Henriques Duarte; Severino dos Reis Meireles (Tite); Álvaro Ferreira de Morais			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA GLÓRIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Augusto Duarte; José Augusto Duarte; Edgard Quinet de Andrade Santos; Tufi Miana			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

SÃO FRANCISCO DE PAULA (TORREÕES)			
FAZENDA MONTE VERDE E FAZENDA CLARO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Comendador José Antônio da Costa Lima e sua esposa Maria Cândida Rodrigues; A faz. Monte Verde passou aos descendentes do Comendador: José Anastácio Marcelino, Cândido e Cesário da Costa Lima A faz. Claro aos sobrinhos de Maria Cândida: Alberto Jovelino; José Calixto, Humberto e Euclides Rodrigues			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA RETIRO DO MONTE VERDE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cap. Maximiano Esteves Reis casado c/ Maria Clara Rodrigues; Falecido capitão, seus herdeiros a desmembraram em: Mundo Novo; Santa Rita; Piedade; Picada; Vendinha; Capoeirão; Alferes; Engenho do Mundo Novo;			Grandes fazendas do distrito Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PIRES			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Honório Marcelino Pinto; genro Antônio de Almeida Machado, seus filhos Noé, Sebastião, Raimundo, Rita, Maria das Dores			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PERNAMBUCO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Irmãos Pedro, Cesário, Antônio, José, Agostinho, e Antero Rodrigues de Almeida		329,1 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA BAÍA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cap. Joaquim Emeenciano Fabiano Alves que também possuía a Fazenda Ceará em Belmiro Braga; Pedro Garbero; José Luís de Oliveira. Cap. Também era dono da Fazenda Reforma vendida a Francisco Honório de Paiva			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MONTE ALEGRE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisca Pelegrina da Silva (destacou a área a fazenda para construir o Patrimônio) Foi desmembrada em: Boa Vista; do Areião; Peão (de Silvério dos Santos) e Boa Esperança			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BOM JARDIM			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Garcia Pereira; filhos Joaquim, Francisco, Orozimbo; Josino e Manoel; Camilo Batista dos Reis			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PIRAPETINGA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
João Ribeiro de Almeida, filhos Isaías, Olímpio, Geraldo, Orias e mais duas irmãs			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BOA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Felismino Batista dos Reis, seus filhos José Domingos, João Delfino, Cândido, Maria Eugênia, Felismino, Mariano, Teresa, Gertrudes, Belarmina. Mais tarde foi desmembrada dela o Engenho Bela Vista			Fazenda cafeeira Pecuária

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.426

FAZENDA CACHOEIRA DO PIRAPETINGA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cândido Batista dos Reis c/ Fausta Pereira			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA DA CONCEIÇÃO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Sr. Manoel Jacinto de Oliveira Sobrinho			Fazenda cafeeira Pecuária

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.426

FAZENDA SÃO GONÇALO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Sr. Francisco Aquino de Oliveira			Fazenda cafeeira Pecuária

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

Ficha de identificação das fazendas cafeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.426

FAZENDA SÃO MANOEL

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Augusto Maria Arantes, seus filhos Augusto, Manoel, João e Antônio; Cel José Domingos dos Reis chegou a possuir uma parte desta fazenda no local denominado Invernada			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA TEIXEIRA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Joaquim Pereira dos Santos; Manoel pereira dos Santos e Inácio Pereira dos Santos			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA FUNDÃO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Braz Corrêa de Oliveira que a adquiriu de sucessores de Francisco Antônio da Silveira			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA ABÓBORAS

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Estevão Banhato	Atniga sede situada nas proximidades do arraial de Monte Verde		Foi grande produtora de café

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA CÓRREGO GRANDE

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José de Carvalho Bastos			Necessidade de aprofundamento sobre

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela



Última Revisão: 08/09/2019

			atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA LAJEADO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Julião Dias Tostes; Alfredo da Silveira Gomes; Manoel da Silva Goulart; 1940 Sebastião Vicente de Paiva			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MORRO GRANDE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Manoel da Silveira Goulart; Pedro Lindolfo, Manoel e Antônio da Silveira Goulart; venderam uma parte (sítio do Papagaio) João Moreira de Brito e outra parte (Morro Grande) a seu irmão Antônio Moreira de Brito; Manoel Jacinto de Oliveira; José de Oliveira Gomes			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PENEDO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Joaquim Clemente; Antenor Pereira da Silva			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO JOSÉ			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Joaquim Gomes de Oliveira; Joaquim, Ana Cecília, Aizita e Maria			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

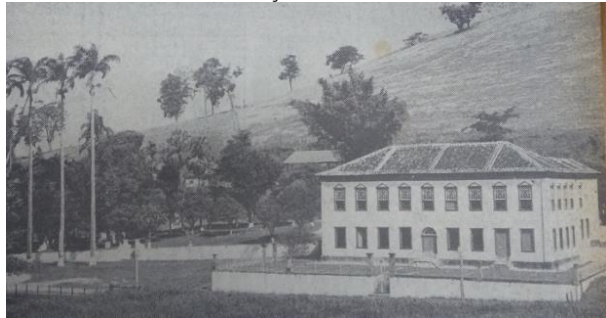
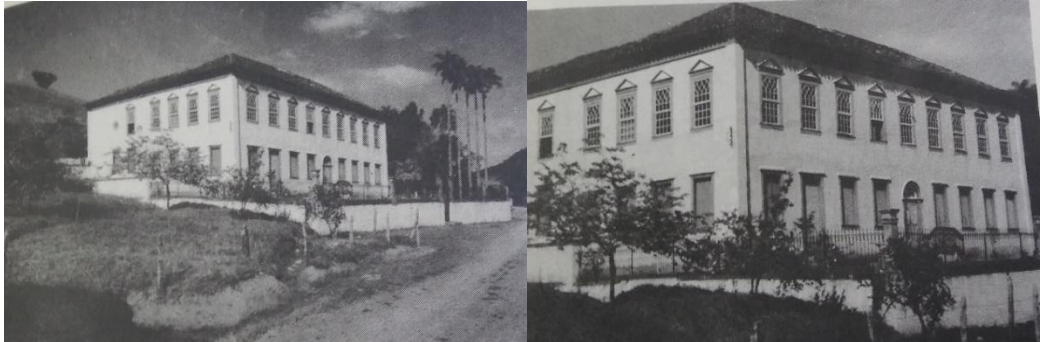
Última Revisão: 08/09/2019

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (TRÊS ILHAS)			
FAZENDA TRÊS ILHAS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Bernardino de Barros; Cap. Manoel José Pinto		Sesmaria de São Miguel dividida e diversas propriedades menores: Forquilha; Bocaina; Floresta; São Luís	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.405			
FAZENDA BOA ESPERANÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Antônio Bernardino Monteiro de Barros, casado c/ Gabriela Monteiro e Barros (filha do Barão de São José del-Rei)			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.405			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA RIBEIRÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Casemiro Vilela, de Andrade; Elias Vilela de Andrade			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO GABRIEL			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Gabriel Antônio de Barros (Barão de São José del-Rei); Antônio Bernardino Monteiro de Bairos (Baronete); Edmundo Monteiro de Barros	Situada à beira-rio		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO FELIPE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Antônio Bernardino Monteiro de Barros; Tancredo Nery Ribeiro; Alibert Tostes Duarte; Severino Belfort de Andrade; Manoel Idelfonso de Campos; Camilo Pereira; Sebastião Domingos			Fazenda cafeeira Fazenda altamente produtiva dispoñdo de boas benfeitorias
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
Fonte: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes- SMBMMM. Diário Mercantil, 5 de agosto de 1976, p.5.			
			
Fonte: PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, s/d, p.123			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA MINEIROS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Bernardino Monteiro de Barros; Antônio José Pinto			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO ROBERTO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cap. Julio Ribeiro Salgado; Manoel Ribeiro Salgado			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PALMEIRAS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Fausta Emerenciana Coimbra; filho Dr. Anastácio Rodrigues de Aquino Coimbra; Olavo Coimbra			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA FLORESTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Justino de Barros; Domingos Nery Ribeiro; Francisco Tupinambá Coimbra; Antônio Félix Pipa; Francisco Neto e Afonso de Almeida			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PROSPERIDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cecília Alves Barbosa; José Ventura Lopes; Augusto Vilela Pedras (da Quinta da Conceição em Juiz de Fora); Francisco Lau; José Nogueira Coimbra	Próxima à Fazenda São Felipe		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO LUÍS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Manoel José Pinto (das Três Ilhas); Joaquim José Pinto			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela


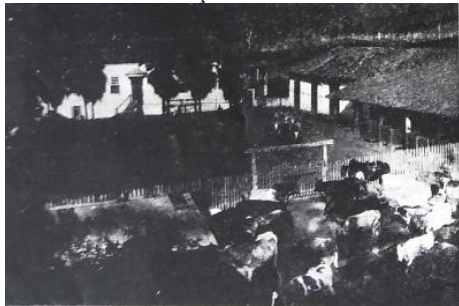
Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA EXPERIÊNCIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Augusto Esteves dos Reis			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA VARGEM			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel; Henrique Ribeiro Coimbra (também possuidor das fazendas Maranhão e Serra em Belmiro Braga); Helio Monteiro de Barros			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PROVIDÊNCIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Domingos Nery Ribeiro; Venâncio Coelho Nogueira e Domingos Pena			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

PORTO DAS FLORES			
FAZENDA SANTA MARIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Barbara e Josefina Cerqueira Leite (sobrinhas do Barão de São João Nepomuceno)			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.482			
FAZENDA DA CONCEIÇÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.482			
FAZENDA SÃO JOAQUIM			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Francisco Ribeiro Magalhães; Francisco Bernardino de Magalhães			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SERRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Henrique Ribeiro Coimbra (também proprietário da faz. Vargem ou Várzea em Três Ilhas)			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela



Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA ALEXANDRETA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Domingos Nery Ribeiro; genro Dr. Raul Nogueira Penido			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.482			
FAZENDA CACHOEIRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Abelard Esteves dos Reis (adquiriu sítio São José próx. da ponte do Zamba)			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA MONTA CAVALO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Tomaz Alves de Aquino; Manoel Tomaz Alves e Joaquim Rodrigues de Aquino; Visconde de Rio Preto; Dr. Tomaz de Aquino Leite			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA LARANJEIRAS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Honório de Paula; Delmiro Honório de Paiva			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SAUDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Comendador Joaquim de Paula e Sousa; Francisco Justino de Barros; Antônio Garcia; Abelard Esteves dos Reis; Francisco Nogueira salgado e Domingos Joaquim de Paiva			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

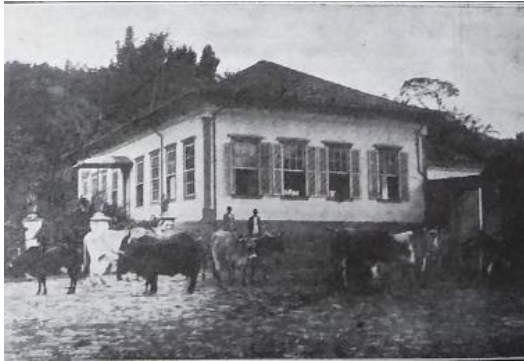
Última Revisão: 08/09/2019

NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (ROSÁRIO DE MINAS)			
FAZENDA OLARIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Carlos de Oliveira			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.439			
FAZENDA DO PALMITAL			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
D. Maria Luiza de Jesus			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.439			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela




Última Revisão: 08/09/2019

ÁGUA LIMPA (CORONEL PACHECO)			
FAZENDA SÃO VICENTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Comendador Pedro Procópio Rodrigues Vale; genro João Scariatelli casado com sua filha Zilda; Fernando Procópio Scariatelli Pedro Procópio também organizou e geriu as seguintes fazendas: São Vicente; Primavera; Fundão; Sapé; Ribeirão em Coronel Pacheco; Marmelos e Ventania no distrito da cidade; Santa Cecília (fazenda-mãe em Piauí); Boa Esperança, União, Carangola, Pedro Terra; São Francisco; Retiro; Santa Leopoldina; Bela Aurora; Santa Teresa; Bo jardim, Capoeirinha em Rio Novo	A pequena distância da sede do município, em direção a Piauí	410,6 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA LIBERDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Comendador Carlos Justiniano das Chagas; Comendador Pedro Procópio Rodrigues Vale; doada a seu filho Manoel Procópio; dividida uma parte p. Domicílio e outra a Heloísa Helena Horta Hargreaves, Luiz Brant Horta e Geraldo Zarantonelli	Margem da rodovia Juiz de Fora – Ubá		Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
<p>FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.491</p>			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

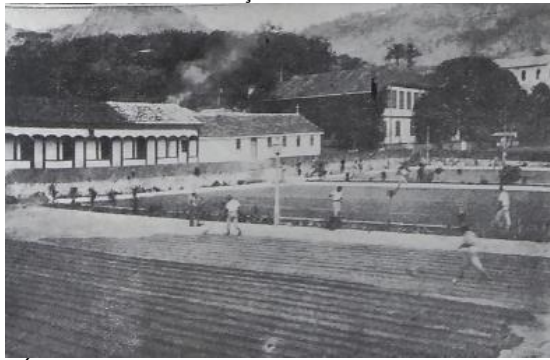


Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA PARAÍSO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Casimiro Costa; seus herdeiros e Murilo Haddad	Situada ao sul da sede municipal		Fazenda cafeeira Pecuária
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.491			
FAZENDA CARAMBY			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Josué Leite Ribeiro		455 hectares	Fazenda cafeeira Pecuária
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.495			
FAZENDA ESPERANÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Sr. Coronel José Pedro de Mello			Fazenda cafeeira Pecuária
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.495			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA PRIMAVERA E RIBEIRÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pedro Procópio Rodrigues Vale; netos Sebastião e Pedro Ladeira; 1936 adquiridas pelo Governo Federal p/ instalação da Fazenda Experimental de Agua Limpa	Poucos quilômetros adiante das fazendas de Cel Pacheco, na rodovia asfaltada que vai de Ubá		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PRIMAVERA E RIBEIRÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Mariano José Ferreira Armond casado com D. Maria José de Santana, a baronesa de Santana (agraciada pelo título pelo Imperador D. Pedro II em 1861); filho Mariano Procópio Ferreira Lage; filio Frederico Ferreira Lage; Dr. Cândido Teixeira Tostes (levada à praça e arrematada por ele, pois seu antigos proprietários não tinha condições de mantê-la)	Na margem da rodovia para Rio Novo e c/ sede nesse município e uma parte da fazenda no se Chácara	998 alqueires geométricos	Fazenda cafeeira das mais completas, extensas e bem equipadas da Zona da Mata e até do Estado; Destaque de suas instalações agropecuárias, Frederico Lage foi pioneiro do gado Zebu em MG
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.491			
<div style="display: flex; justify-content: space-around;">   </div>			
Fonte: Maurício Resgatando o passado: a história de Juiz de Fora. Disponível em: < http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/fazendas-centenarias-0-fotos.html >. Acesso em 25 de agosto de 2019.			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SANTA CLARA E BELA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Ambas de propriedade dos herdeiros de Alcides Vale de Macedo. Faz. Santa Clara pertenceu a Cel. Sérgio de Macedo Moura Faz. Bela Vista ao Comendador Carlos Justiniano Chagas e depois a sua viúva D. Mariana de Castro Chagas Maurício de Andrade Macedo (autal)	Faz. Santa Clara nas margens da rodovia que vai p/ Coronel Pacheco. Ambas fazendas são fronteiras	832,4 hectares	Sede da Fazenda Bela Vista foi demolida. Pecuária; hortigranjeiros Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BARRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Tobias Tolendal; viúva D. Carolina; José Carneiro Pinto; Américo Vale de Macedo		359,1 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA CLOTILDE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Manoel Venâncio Sobrinho; Geraldo Lopes da Silva		339,9 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PROVIDÊNCIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Issac José da Silva Faz Providência foi vendida a José Lopes da Silva	Sudeste de Coronel Pacheco	510 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA FLORESTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José de Sant'Ana Veloso; Gastão Homem de Carvalho	Rumo leste, à direita da Estação Triqueda	186 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela



Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA CAPOEIRÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Teobaldo Rodrigues Vale		242 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA COLÉGIO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Sebastião Macedo Moura; Dr. Pedro Peters	Oeste quase da divisa c/ município de Piau	128 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA BOA ESPERANÇA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Irmão Cândido e José Pedro de Melo; Eurico de Melo	Sudoeste de Coronel Pacheco	253 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA ENGENHO, CONTINENTE E CACHOEIRINHA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Pedro de Aguiar; Antes a Engenho era propriedade de José Mendes Teixeira, hoje tais fazendas pertencem a seu filho Edgard de Paiva Aguiar	Localizada a oeste da sede municipal	1094,5 hectares	Pecuária de leite e corte Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA AGUA LIMPA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Carneiro Pinto; viúva D. Argemira de Assis Pinto e seus filhos	Na estação de Água Limpa, hoje Triqueda	479,1 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA CARLOTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Paulo Moura	Na extremidade do município, nos limites com Piau	119,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

SÃO SEBASTIÃO DE CHÁCARA (CHÁCARA)			
FAZENDA PASSO DA PÁTRIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Da Companhia Ceres Brasileira e depois Custódio Augusto de Resende; Severino Belfort Andrade; Joaquim Andrade Vilela; Moisés Vilela de Andrade; Ulisses; Clóvis Mascarenhas; Dante Bellei			Boa e extensa fazenda cafeeira com cachoeira no rio Cágado
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input checked="" type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.393			
			
FONTE: FOSCARINI NETO, petrônio. O distrito de Sarandira: mudanças e permanências na paisagem. 2008. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.115.			
FAZENDA BOA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio José Duque; filho João; Francisco, José Manoel, Hermógenes, Vicente, Augusto e Antônio		Está hoje dividida em duas: Bananal e Ponte de Pedra	Das mais antigas do município Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA BOM RETIRO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pedro Evangelista da Costa; José Manoel Delgado Mota; Onofre de Paula; Joaquim Gomes Dias; Honório Martins Fagundes; Antônio Martins Fagundes		Grandes fazendas desmembradas em Galinhas, Bom retiro II, Jacaré e muitas outras	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA CAMPO BELO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Gomes Baião (Barão de Catas Altas)		Desmembrada em inúmeras propriedades	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA SOSSEGO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Frederico Henrique			Grande produtora de aguardente

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA SÃO FIDELIS

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Das grandes sesmarias, a do Barão de Juiz de Fora, contígua à Fortaleza, surgiu esta fazenda nas mãos do Barão do Retiro, Geraldo Augusto de Resende, vendeu em 1912 ao Dr. José Procópio Teixeira 1925 vendeu ao seu cunhado Cel. Custódio de Sousa Pinto (grande cafeeiro de Lavras); Saulo Paulo Vilela; Deusdeth Evangelista Ribeiro			Implantação de lavoura de café por Jose Procópio (191), uma das maiores do município

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
 BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

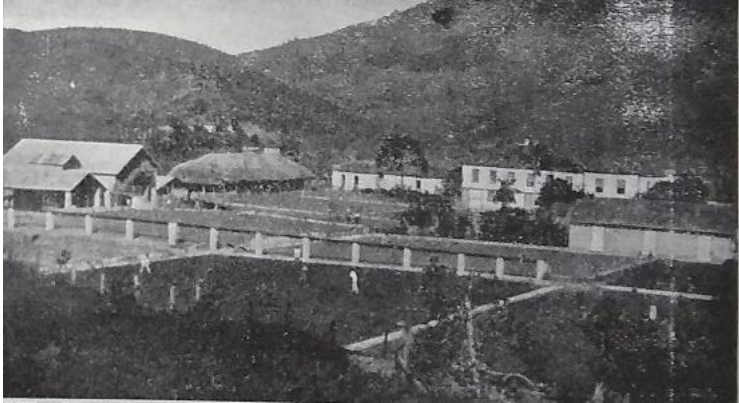


FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.393

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

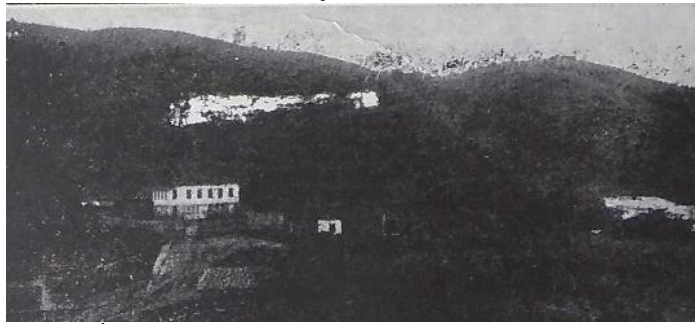
FAZENDA SÃO FIDELIS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
A sede antiga pertencente à Floriano Lemos		Foi muito subdividida	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.393			
FAZENDA MARMELO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Antônio; após as subdivisões coube uma parte a Joaquim Fernandes Sobrino		Foi muito subdividida	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SANTA AMBROSINA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Eugênio Teixeira Leite proprietário da grande fazenda Boa Vista em Sarandira; Joaquim de Oliveira Sales; José Mendes, Antônio sales, Joaquim de Oliveira Sales			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA FLORESTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.393

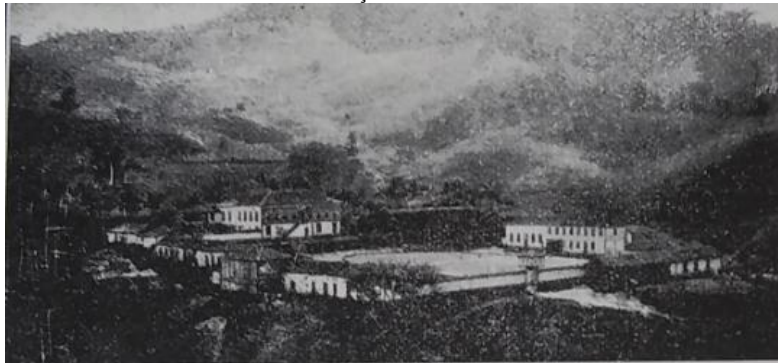
FAZENDA ARACAJU

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
			Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.394

FAZENDA ENGENHO VELHO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Carlinho da Silva Esteves; Deusdeth Evangelista Pereira; Geraldo de Almeida Sales	As margens da rodovia Juiz de Fora - Bicas	Propriedade média	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA DURANDET

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Durandet; Cel. José Procópio de Aguiar			Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade


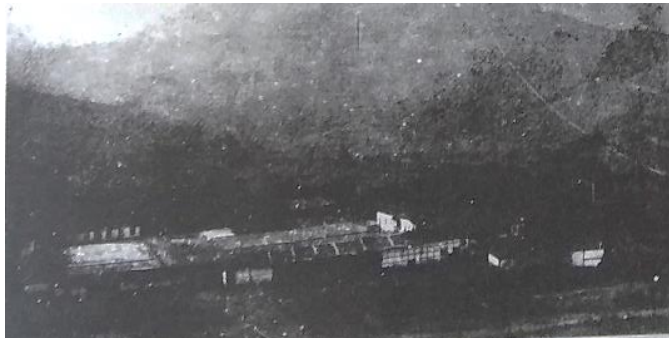
ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

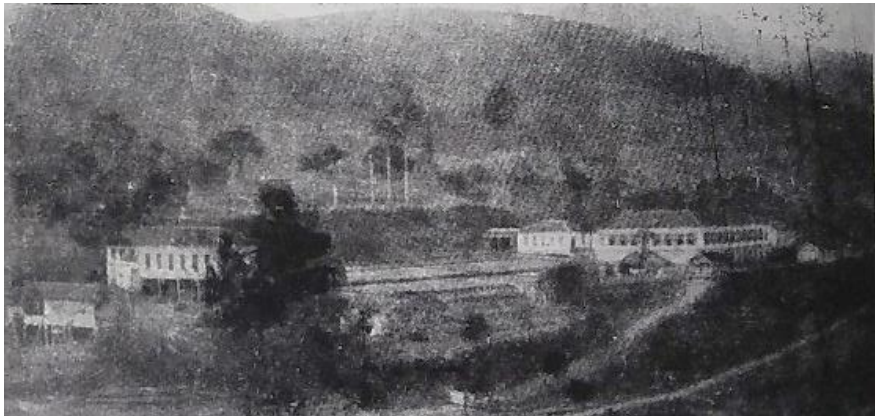
Última Revisão: 08/09/2019

SANTANA DO DESERTO			
FAZENDA SANTA CLARA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pertenceu ao Major Manoel da Silva Carneiro (da Faz. Serra) e depois ao Dr. Pedro de Sousa Bastos	Poucos quilômetros da estação de Ericeira	1.264,8 hectares	Fazenda cafeeira Pecuária
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.416			
FAZENDA SANTA SOFIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. Camilo Maria Ferreira Armond (Barão, Visconde e Conde de Prados), tio de Mariano Procópio Ferreira Lage	Noroeste da estação de Silveira Lobo	1.038,1 hectares	Boa e extensa fazenda cafeeira com cachoeira no rio Cágado
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.416			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

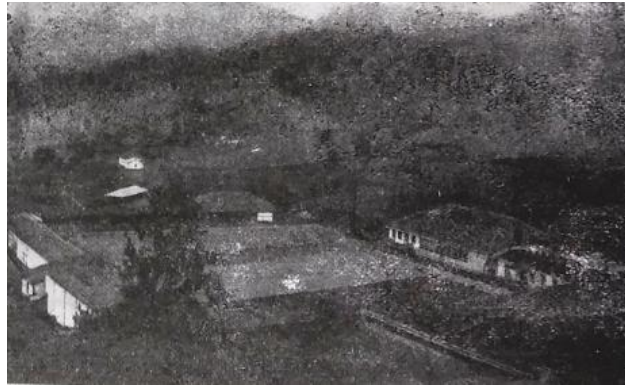
FAZENDA SANTA SOFIA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
João Carlos Silvino; Cel. Severino Junqueira de Andrade Foi incorporada a ela a fazenda Palmeiras	Localizada na margem do rio Paraibuna abaixo da estação de Serraria	1.260,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO MARCOS			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Comendador Francisco Ferreira de Assis Fonseca; Manoel Dornelas de Albuquerque Melo e depois a seus herdeiros e a Santos Pasquelini	Na parada de São Mateus acima da estação de Silveira Lobo	218,1 hectares	Fazenda cafeeira Grande importância de sua produtividade e grandiosidade de suas benfeitorias; Sede inteiramente demolida
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
<p>FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.417</p>			
FAZENDA PIEDADE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Desmembrada da grande sesmaria do Barão de Santa Helena, pertencia a Domiciano Ferreira Monteiro da Silva (irmão do Barão) casado com a Baronesa de São José do Rio preto; Antônio Ferreira Monteiro da Silva (filho), neto Antônio; Dirceu e Nanto Martins Vilela	Quase no limite com o distrito de Saradira	495,6 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.416

FAZENDA SOSSEGO

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Domiciano Ferreira Monteiro da Silva	Junto da Estação Sossego		Fábrica de laticínios e usina de eletricidade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA GRUTA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Barão de São João Nepomuceno, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite; sucedeu-lhe a seu sobrinho, o Barão de Santa Mafalda, José Maria Cerqueira do Vale Amado; não tendo filhos deixou para o filhos de Albino, seus primos, Albino, Barbara e Josefa; Antonieta, Ignácia, Josefa, Barbara Albino, Pedro, Antônio, Zeferino	A sudoeste da sede do município	1.288,9 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA BOA ESPERANÇA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Oriunda das sesmarias dos Vidal Barbosa Lage, fundadores de Juiz de Fora; Dr. Francisco Isidoro Barbosa Lage; Dr. Vitor Barbosa Lage; Dr. João Franca de Carvalho; Dr. Odilon Duarte Braga	Situada a oeste da Santana	755 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

() BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.417

FAZENDA CACHOEIRA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Pertenceu a Manoel da Silva Carneiro da fazenda Serra; Sílvio de Andrade Bastos e hoje de seus filhos Celso e Pedro August (da faz. Santa Clara)	Junto do Rio Cágado, perto da estação de Cândido Ferreira		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA MUCUGY/MUCURY

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Nico e D. Cocota; Dr. Mauro Roquete Pinto; José Brant Horta; Juca Horta		60 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

FAZENDA SANTANA

Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cândido Ferreira da Fonseca um dos organizadores da União Mineira; Viscondessa de Prados; Antônio Rodrigues de Almeida; Dr. Augusto Bastos Chaves	Perto da Estação de Cândido Ferreira	484,2 hectares	Fazenda cafeeira

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

BOM ESTADO MÉDIO ESTADO MAU ESTADO DEMOLIDO NÃO IDENTIFICADO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.416

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA BELA FAMA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. João Roquete Carneiro de Mendonça; Dirceu Duarte Braga; Evaristo de Freitas Castro e Edson Leite de Oliveira		957 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SERRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Cel. Manoel da Silva Carneiro; Cel Francisco Azarias Vilela; João Cardoso Pinto	Ao norte da sede de Santana		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA PENÍNSULA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio Luís Rodrigues Horta; Almerinda de Freitas Vargas; Silvio Monteiro de Almeida	Sudeste da sede do distrito, o rio Cágado faz uma curva pronunciada que fora uma área como uma península Atualmente pertence ao município de Chiador		Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO ROMÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
José Teixeira da Silva (recebeu as terras de seus empregadores)		314,4 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA SÃO MANOEL			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Antônio de Sousa Neto; Dr. Benício Rodrigues Chaves; Dr. Pedro Bastos (faz. Santa Clara); Dr. José Pedro Ribeiro Junqueira; Dr. Pedro Afonso Rocha Santos (dono também da Rocha Negra e Cachoeirinha)	4km da estação de Serraria	532,4 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela




Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA SÃO JOÃO BATISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Dr. João Ferreira de Assis Fonseca; genro Cristóvão Nóbrega Soares		102 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA FORMOSO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Manoel Dornelas casado c/ Isabel de Sá e Albuquerque; doou a seu neto Alfredo; Galeno Bellei; José de Andrade Reis	Pouco acima da Estação de Silveira Lobo		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA RECREIO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Sr. Belarmino; Lauro Batista de Oliveira e seu irmão João Batista de Oliveira; Manoel Dornelas de Albuquerque Melo; Mauro Roquete Pinto; Waldemar Pelegrino de Araújo	A dois quilômetros ao norte de Santana	60 hectares	Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA ERICEIRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Ignácio Ribeiro de Carvalho, João Carlos Silvano; Dr. Caralho Rocha; Armando e João Monteiro de Almeida	Na confluência dos rios Paraibuna e Cágado		Necessidade de aprofundamento sobre atividade cafeeira na propriedade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
FAZENDA GAMELEIRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Português Antônio José Fernandes; fazenda subdividida pertencente em partes aos herdeiros de Luiz Fellet e outra a viúva Seixas	Logo abaixo da estação de Serraria	524 hectares	Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela




Última Revisão: 08/09/2019

CHAPÉU D'UVAS (PAULA LIMA)			
FAZENDA BOA VISTA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
			Fazenda cafeeira Pecuária
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.504			
FAZENDA CAFUNDÃO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Major José Dias Tavares			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.504			
FAZENDA DA ROCINHA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Coronel Antônio Teixeira de Carvalho			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.504			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA DA CACHOEIRA			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Major Domiciano Rodrigues Tostes			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.506			
FAZENDA DE SÃO PEDRO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.507			
FAZENDA BOA SORTE			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
Manoel Vicente da Silva			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<input type="checkbox"/> BOM ESTADO <input type="checkbox"/> MÉDIO ESTADO <input type="checkbox"/> MAU ESTADO <input type="checkbox"/> DEMOLIDO <input checked="" type="checkbox"/> NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.507			

Ficha de identificação das fazendas cafeeiras no município de Juiz de Fora

Elaborado por: Fernanda de O.S. Portela

Última Revisão: 08/09/2019

FAZENDA DO DR. ANTÔNIO ROBERTO A. SOBRINHO			
Proprietário (s)	Localização	Área	Atividade Principal
			Fazenda cafeeira
ESTADO DE CONSERVAÇÃO () BOM ESTADO () MÉDIO ESTADO () MAU ESTADO () DEMOLIDO (X) NÃO IDENTIFICADO			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA			
			
FONTE: ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.507			

ANEXO B- LISTA DAS FAZENDAS TOMBADAS E EM PROCESSO DE TOMBAMENTO PELO IPHAN ATÉ 2018

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> acesso em: 22 maio 2018.

BENS TOMBADOS E PROCESSOS DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO (Atualização 22/04/2018)											
LOCALIZAÇÃO DO BEM			INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		DADOS DO PROCESSO			DADOS DO TOMBAMENTO			
R	UF	Município	Classificação Relacionada à forma de proteção	Nome atribuído	Número do processo "T"	Ano de Abertura	Situação	Arqueológico, etnográfico, paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas
SE	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Rural (açúcar/café)	Casa: Fazenda do Viegas – volume II- Extensão de áreas tombados	54	1938	RETRATIFIC.			Jun-38	
SE	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Rural	Fazenda da Taquara: casa e capela Nossa Senhora dos Remédios (em Jacarepaguá)	62	1938	TOMBADO		Jul-38	Jul-38	
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fazenda do Engenho D'Água: casa (em Jacarepaguá)	85	1938	TOMBADO		Jul-38	Jul-38	
SE	RJ	Rio de Janeiro	Bem móvel ou integrado	Marco da Fazenda Real Santa Cruz	100	1938	TOMBADO		Abril-38	Abril-38	
SE	RJ	São Gonçalo	Conjunto Rural	Fazenda do Colubandê: Casa e Capela de Santana	212	1939	TOMBADO			Mar-40	
SE	SP	São Roque	Conjunto Rural	Sítio de Santo Antônio: Casa e Capela	214	1939	TOMBADO			Jan-41	
SE	RJ	Angra dos Reis	Conjunto Rural	Fazenda Ilhota Morcego e casa	317	1942	TOMBADO		Jul-42		
SE	SP	São Roque	Bem móvel integrado	Sítio Querubim: forro da capela (DEMOLIDO)	346	1941(?)	TOMBADO		Fev-50		
SE	SP	Ilhabela	Edificação (açúcar/café)	Fazenda do Engenho d'Água: casa	347	1945	TOMBADO		Fev-50		
SE	SP	Ilhabela	Edificação	Casa da Fazenda Velha ou São Matias	352	1945	INDEFERIDO				
SE	SP	Cotia	Edificação	Sítio do Padre Inácio: casa	352	1945	TOMBADO		Out-51	Out-51	
SE	RJ	Rio De Janeiro	Edificação (café)	Fazenda do Capão do Bispo: Casa	367	1947	TOMBADO			Ago-47	
SE	SP	São Paulo	Edificação	Edifício da Casa Grande do Sítio dos Morrinhos ou Chácara de São Bento, compreendo uma área de 5.110 metros	370		TOMBADO		Fev-48		
SE	MG	Santos Dumont	Edificação	Sítio Cabangu: casa	421		TOMBADO		Mai-50		
SE	RJ	Petrópolis	Edificação	Fazenda Samambaia: casa	424	1950	TOMBADO			Mar-51	
SE	MG	Nova Lima	Bem móvel ou integrado	Remanescente da Capela da Fazenda da Jaguará, incorporados à Matriz de Nossa Senhora do Pilar: retábulos e púlpitos	429		TOMBADO		Jun-50	Jun-50	
SE	MG	Belo Horizonte	Edificação	Casa da Fazenda do Leitão	429		TOMBADO		Mar-51		
SE	RJ	Nova Iguaçu	Edificação (café)	Fazenda São Bernardino: casa	432	1950	TOMBADO			Fev-51	
SE	SP	Cotia	Edificação	Sítio do Padre Mandú : casa	433	1950	TOMBADO		Jan-61		
SE	RJ	Petrópolis	Edificação	Fazenda Santo Antônio: casa	445	1950	TOMBADO			Abr-51	
SE	MG	Antônio Carlos	Conjunto Rural	Fazenda da Borda do Campo: incluindo sua sede, capela e sobradinhos anexos, inseridos no seguinte perímetro: "Iniciando no portão de pedra da entrada da Fazenda, segue à direita passando pela estrada à frente da capela e do sobradinho, até atingir a cerca.	476	1984	TOMBADO		Jun-88	Jun-88	
SE	RJ	Cantagalo	Edificação	Casa onde nasceu Euclides da Cunha, localizada na Fazenda da Saudade	524	1955	INDEFERIDO				
SE	SP	Bananal	Edificação (café)	Fazenda Resgate: Casa	529	1965	TOMBADO		Mai-69		
SE	SP	Itu	Edificação	Casa da Fazenda Conceição	555	1957	INSTRUÇÃO				
SE	RJ	Duque de Caxias	Conjunto Rural	Casa Grande e Capela da antiga Fazenda de São Bento, abrangendo à áreas de terrenos incluídos num raio de 100m das edificações	564	1957	TOMBADO			Jul-57	
SE	MG	Belo Vale	Edificação	Fazenda Boa Esperança: casa	569		TOMBADO			Ago-59	
SE	SP	São Paulo	Conjunto Rural	Fazenda Butantã	570	1957	INDEFERIDO				
SE	SP	São José do Barreiro	Conjunto Rural (café)	Fazenda do Pau D'Alho: casa	577	1958	TOMBADO		Fev-68		
SE	MG	Sete Lagoas	Edificação	Casa da Praça Santo Antônio, 94 antiga sede da Fazenda Sete Lagoas	588	1958	TOMBADO		Ago-68		
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação (café)	Escola de Educação Feminina Princesa Isabel (antiga Fazenda de Santa Cruz)	598		INDEFERIDO				

SE	RJ	Itaboraí	Edificação	Solar dos Viscondes de Itaboraí (antigo); Casa: Cruz (fazenda)	617		INDEFERIDO		
SE	SP	Taubaté	Conjunto Rural	Chácara do Visconde, ou casa de Monteiro Lobato, situada entre a Rua Guaratinguetá e a Avenida Campinas, abrangendo uma área de 9.996m2, em parte arborizada, limitada aos fundos pela Rua Guaraperanga e à frente por uma rua projetada, paralela à mesma rua.	618	1960	TOMBADO	Jul-62	
SE	RJ	Itaboraí	Ruína	Ruínas do Convento de São Boaventura na Fazenda Macau	690	1963	TOMBADO	Abr-80	Abr-80
SE	SP	Guarujá	Ruína	Sítio Santo Amaro; Casa de José Bonifácio – ruínas	704	1963	INDEFERIDO		
SE	MG	Barbacena	Conjunto Rural	Fazenda do Ribeirão (ou Fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, ou Fazenda Lopes de Oliveira)	735	1964	INDEFERIDO		
SE	SP	São Paulo	Edificação	Casa do Sítio Mirim	755	1965	TOMBADO	Mar-73	
SE	RJ	Magé	Conjunto Rural	Casa e Capela da Fazenda da Barreira	775	1966	INDEFERIDO		
SE	RJ	Paraty	Edificação	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição: casa	783	1966	TOMBADO	Out-67	
SE	RJ	Vassouras	Conjunto Rural (café)	Fazenda Santa Eufrásia com seus bosques e parque secular, inclusive a edificação da sede com o respectivo mobiliário e objetos antigos	789	1967	TOMBADO	Jan-70	Jan70
SE	MG	Matias Barbosa	Edificação e Acervo	Fazenda de Nossa Senhora da Conceição do Registro do Caminho Novo : capela	815	1969	TOMBADO	Nov-69	
SE	MG	Ritópolis	Ruína	Fazenda do Pombal: remanescentes	832	1970	TOMBADO	Set-71	
SE	RJ	Vassouras	Edificação (café)	Casa: Pocinho (Fazenda do) Aristides Lobo- Vassouras- RJ (entre Vassouras e Barra do Pirai)	838	1971	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Vassouras	Edificação (café)	Casa: Pau Grande (Fazenda)	844	1971	INSTRUÇÃO		
SE	MG	Bom Jesus do Amparo	Edificação	Fazenda do Rio São João: casa	846	1971	TOMBADO		Ser-73
SE	RJ	São Gonçalo	Conjunto Rural	Casa: Luz (Fazenda da), (Capela)	864	1972	INDEFERIDO		
SE	MG	Conselheiro Lafaiete	Edificação	Casa: Macacos (Fazenda dos)	865	1972	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Valença	Edificação (café)	Fazenda Santa Mônica: casa	881	1973	TOMBADO	Dez-73	
SE	MG	Ponte Nova	Edificação	Casa: Quebra Canoas (Fazenda)	892	1973	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Magé	Edificação e Acervo	Museu Von Martius (fazenda Barreira)	902	1974	INDEFERIDO		
SE	SP	Redenção da Serra	Edificação (café)	Fazenda Ponte Alta: casa	909	1974	TOMBADO	Fev-76	
SE	SP	Paraibuna	Edificação (café)	Fazenda da Conceição: casa	910	1974	TOMBADO	Nov-74	
SE	RJ	São Gonçalo	Edificação (café)	Casa: Engenho Novo (Fazenda do)	916	1974	INDEFERIDO		
SE	RJ	Quissamã	Edificação	Fazenda Mantiqueira (casa)	941	1976	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Quissamã	Edificação	Fazenda Mato de Pipa (casa)	941	1976	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Quissamã	Edificação	Fazenda Machadinha (casa)	941	1976	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Pinheiral	Edificação (café)	Casa: Sede da Fazenda Pinheiro	1018	1980	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Paraíba do Sul	Edificação (café)	Casa: Rio Novo (Fazenda); Fazenda Rio Novo (sede)	1032	1980	INDEFERIDO		
SE	RJ	Angra dos Reis	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico: Ruas- Comércio, Conceição, Professor Lima, Honório Lima, Raul Pompéia, Travessa Santa Luzia e Rua do Comércio, em Mambucada: Praças: Guarda Greenhald, Duque de Caxias; Chafarizes: Carioca, Saudade; Marco: Vista de D. Pedro, Fundação da Cidade; Engenhos: Bracuí, Freguesia, Fazenda Grataú; Prédio do Mercado- Monumento de Aquidabã.	1051	1981	INDEFERIDO		
SE	RJ	Barra de Guaratiba	Edificação e Acervo	Sítio Roberto Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica	1131	1984	TOMBADO	Ago-03	Ago-03
SE	SP	São Carlos	Conjunto Rural (café)	Fazenda do Pinhal, situada no quilômetro 4,5 da Estrada da Broa, com 45 hectares e 1 acre, incluindo vegetação e benfeitorias, tais como: sede da Fazenda, senzala, tulha, terreiros de café, cocheiras e pomar murado.	1183	1985	TOMBADO	Out-87	Out-87
SE	MG	Água Comprida	Conjunto Rural	Prédio e Sede da Fazenda Melancias	1188	1986	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Três Rios	Edificação (café)	Casa da Fazenda Lordelo (que pertenceu ao Marquês do Paraná)	1200	1986	INSTRUÇÃO		
SE	RJ	Cantagalo	Conjunto Rural (café)	Fazenda do Gavião	1232	1987	INSTRUÇÃO		

SE	MG	Belo Vale	Conjunto Rural	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico junto à Fazenda da Boa Esperança	1239	1987	INSTRUÇÃO			
SE	SP	Monteiro Lobato	Conjunto Rural (café)	Sítio do Picapau Amarelo (Faz. São José)	1241	1987	INDEFERIDO			
SE	MG	São João Del Rei	Coleção ou Acervo	Acervo: bens móveis que pertenceram à capela de Nossa Senhora da Ajuda da fazenda do Pombal, localizada na Fazenda Ouro Fino	1270	1988	INSTRUÇÃO			
SE	SP	Campinas	Conjunto Rural (café)	Fazenda Taquaral	1315	1990	INDEFERIDO			
SE	MG	Barbacena	Edificação	Sede da Fazenda do Registro Velho – Residência do Inconfidente Padre Manoel Rodrigues da Costa	1358	1995	TOMBADO		Jul-02	
SE	RJ	Rio de Janeiro	Conjunto Rural	Chácara da Floresta – Jardim Botânico	1362	1995	INSTRUÇÃO			
SE	SP	Araras	Conjunto Rural (café)	Fazenda Montevidéu	1467	2000	INSTRUÇÃO			
SE	SP	Ribeirão Preto	Conjunto Rural (café)	Sistema viário, área e conjunto arquitetônico da Fazenda Monte Alegre e da Escola Agrícola Getúlio Vargas, incorporados à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	1470	2000	INSTRUÇÃO			
SE	MG	Angelândia	Conjunto Rural	Fazenda Alto dos Bois	1476	2001	INDEFERIDO			
SE	RJ	Cabo Frio	Conjunto Rural	Sítio da antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, situado no Distrito de Tamoios	1942	2002	TOMBADO	Mar-15	Mar-15	Mar-15
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Antigo Museu do Índio, sede da Fazenda Engenho Velho	1538	2006	INDEFERIDO			
SE	SP	Iguape	Conjunto Rural	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira-Engenho, Sede Social e Residência – Colônia Katsura	1565	2008	TOMBADO	Mar-13	Mar-13	Mar-13
SE	SP	Registro	Conjunto Rural	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale da Ribeira – Fábrica de chá e residência Shimizu	1565	2008	TOMBADO	Mar-13	Mar-13	Mar-13
SE	SP	São Bernardo do Campo	Conjunto Rural	Chácara Silvestre	1626	2011	INDEFERIDO			
SE	RJ	Magé	Edificação	Sede da Fazenda Magepe-Mirim	1712	2014	INDEFERIDO			
SE	SP	Araraquara	Edificação (café)	Casarão da Fazenda Bela Vista e suas cercanias, localizado no Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro	1747	2015	INDEFERIDO			
SE	RJ	Miracema	Edificação	Sede da Fazenda São Martino	1783	2016	INSTRUÇÃO			

ANEXO C- LISTA DE FAZENDAS TOMBADAS PELO IEPHA COM INDICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO BEM CULTURAL, SEU USO ORIGINAL E USO ATUAL.

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php> > acesso em: 06 jun. 2018.

FAZENDAS TOMBADAS PELO IEPHA						
Nome Atribuído	Localização do Bem	Mesorregião	Estado de Conservação	Ano Construção	Uso atual	Tombado em
Fazenda das Melancias	Água Comprida	Triângulo Mineiro	Bom Estado	1816	Pousada	1989
Fazenda Carreiras	Ouro Branco	Metropolitana de Belo Horizonte	Mau Estado	Sec. XVIII	S/ Uso	2000
Fazenda da Posse*	Santana dos Montes	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado	Sec. XVIII	Residencial	1975
Fazenda dos Macacos**	Conselheiro Lafaiete	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado	Sec. XVIII	Residencial	1977
Fazenda Boa Vista dos Martins	Brumadinho	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado	Século XVIII	Visitação	1977
Conj. Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda da Jaguará	Matozinhos	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom estado	Século XVIII	Hotel Fazenda	1996
Fazenda Mundo Novo***	Simão Pereira	Zona da Mata	Bom estado	1865	Residencial/ Visitação	1989
Fazenda da Boa Esperança	Belo Vale	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado (passando por restauro)	Século XVIII	Instituto Inhotim	1975
Fazenda São José do Manso	Ouro Preto	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado	Século XVIII	Visitação	1998
Conj. Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santo Antônio	Esmeraldas	Metropolitana de Belo Horizonte	N/ encontrado	Primeiras décadas do Século XIX	N/ encontrado	2004
Conj. Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e da Casa - Sede da Fazenda Pé-do-Morro	Ouro Branco	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado	Século XVIII	Hotel Fazenda	2009
Fazenda Fonte Limpa	Santana dos Montes	Metropolitana de Belo Horizonte	Bom Estado	Século XVIII	Hotel Fazenda	1998

**ANEXO D- LISTA DE FAZENDAS TOMBADAS PELO CONDEPHAAT COM
INDICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO BEM CULTURAL, SEU USO
ORIGINAL E USO ATUAL.**

Fonte: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Disponível em: < <http://condephaat.sp.gov.br/>> acesso em: 29 maio 2018.

FAZENDAS TOMBADAS PELO CONDEPHAAT						
Nome Atribuído	Localização do Bem	Mesorregião	Estado de Conservação	Ano Construção	Uso original/ atual	Tombado em
Sede da Fazenda Salto Grande	Americana	Piracicaba	Bom Estado	Século XVIII	Fazenda de Açúcar/ Museu Histórico Pedagógico Municipal	1982
Casa do Barão Mauá	Mauá	Metropolitana de São Paulo	Bom Estado	1802	Casa Barão de Mauá/ Uso da Prefeitura	1984
Fazenda Passa Três	Sorocaba	Macro Metropolitana Paulista	Bom Estado	Século XVIII	Fazenda de Cana-de-açúcar/ Centro Nacional de Estudos do Tropeirismo	1973
Fazenda Cachoeira	Vinhedo	Macro Metropolitana Paulista	Regular Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Residencial e visitação	2008
Fazenda Lageado	Botucatu	Bauru	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ UNESP	2013
Fazenda Santa Gertrudes	Itupeva	Campinas	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Visitação	2014
Fazenda Santa Maria do Monjolinhos	São Carlos	Araraquara	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Museu	2016
Fazenda São Bernardo	Rafard	Piracicaba	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Centro Cultural	2014
Fazenda Cacutá	Valinhos	Campinas	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Clube de Campo vale Verde	2005
Sede da Fazenda Conceição*	Paraibuna	Vale do Paraíba Paulista	Mau Estado	1841	Não identificado	1987
Sede da Fazenda do Pinhal	São Carlos	Araraquara	Bom Estado	1840	Fazenda de Café/ Associação Pró Casa do Pinhal	1982
Sede da Fazenda Dumont	Dumont	Ribeirão Preto	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Uso da Prefeitura	1982

Sede da Fazenda Engenho D'Água	Ilhabela	Vale do Paraíba Paulista	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Açúcar-Café/ Parque Municipal	1979
Sede da Fazenda Grão-Mongol	Rio Claro	Piracicaba	Mau Estado	Século XIX	Fazenda de Açúcar-Café/ Visitação	1987
Sede da Fazenda Mato-Dentro	Campinas	Campinas	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Açúcar-Café/ Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim	1982
Sede da Fazenda Morro Azul	Iracemápolis	Piracicaba	Bom Estado	1806	Fazenda de Açúcar-Café/ Visitação	1974
Sede da Fazenda Pasto Grande	Taubaté	Vale do Paraíba Paulista	Bom Estado	Século XVIII	Fazenda de Açúcar-Café/ Visitação	1993
Sede da Fazenda Ponte Alta*	Natividade da Serra	Vale do Paraíba Paulista	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Companhia Taubaté Industrial	1987
Sede da Fazenda Resgate*	Bananal	Vale do Paraíba Paulista	Bom Estado	1828	Fazenda de Café/ Visitação	1982
Sede da Fazenda Santa Eudóxia	São Carlos	Araraquara	Bom Estado	1874	Fazenda de Café/ Visitação	2011
Sede da Fazenda Santa Sofia e Mirante	Presidente Venceslau	Presidente Prudente	Não encontrado	1920	Não identificado/ Propriedade particular	1993
Sede da Fazenda Santana	São Sebastião	Vale do Paraíba Paulista	Bom Estado	1734	Fazenda de Açúcar - Café/ Visitação	1972
Sede da Fazenda Tenente Carrito	Itapetininga	Itapetininga	Demolido	Século XIX	Não encontrado/ Demolida	1987
Sede da Fazenda Três Pedras	Campinas	Campinas	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Não encontrado	1982
Fazenda Monte Alegre*	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Bom Estado	1874	Não encontrado/ USP	1994
Solar do Major Novaes	Cruzeiro	Vale do Paraíba Paulista	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Museu Major Novaes	1971

*Bem cultural tombado pelo IPHAN

Fonte: Da autora. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Disponível em: < <http://condephaat.sp.gov.br/> > acesso em: 29 maio 2018.

ANEXO E- LISTA DE FAZENDAS TOMBADAS PELO INEPAC COM INDICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO BEM CULTURAL, SEU USO ORIGINAL E USO ATUAL.

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Disponível em: <
<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php>> acesso em: 06 jun. 2018.

FAZENDAS TOMBADAS PELO INEPAC						
Nome Atribuído	Localização do Bem	Mesorregião	Estado de Conservação	Ano Construção	Uso original/ atual	Tombado em
Fazenda Do Pocinho	Vassouras	Metropolitana do Rio de Janeiro	Mau Estado (ruínas)	1820	Fazenda cafeeira/ sem uso	1978
Fazenda da Machadinha	Quissamã	Norte fluminense	Bom Estado	Século XVIII	Fazenda cana-de-açúcar/ Complexo Cultural	1979
Fazenda do Pontal	Angra dos Reis	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XVIII	Fazenda cana-de-açúcar/ Não encontrado	1982
Fazenda Fagundes	Rio de Janeiro	Metropolitana do Rio de Janeiro	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	1984
Sede da Fazenda Mato de Pipa	Quissamã	Norte fluminense	Bom Estado	Século XVIII	Fazenda cana-de-açúcar/ Visitação	1985
Fazenda Macedo Soares ou Fazenda Bananal	Maricá	Metropolitana do Rio de Janeiro	Não encontrado	1802	Não encontrado	1985
Fazenda do Engenho Novo	São Gonçalo	Metropolitana do Rio de Janeiro	Mau Estado (ruínas) em processo restauro	Século XVIII	Fazenda cana-de-açúcar/ Não encontrado	1998
Fazenda Aurora	Araruama	Baixadas litorâneas	Bom Estado	1862	Fazenda de Café/ Museu Arqueológico de Araruama	2001
Conjunto Histórico da Fazenda Campos Novos	Cabo Frio	Baixadas litorâneas	Bom Estado	Século XVII	Jesuítas/ Secretaria da Agricultura e Abastecimento	2003
Sítio Histórico da Fazenda Mandiqueira	Quissamã	Norte fluminense	Mau Estado em processo de restauro	1875	Fazenda cana-de-açúcar/ Sem Uso	2007
Fazenda Espuma	Barra do Pirai	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Residencial	2008
Fazenda da Forquilha	Rio das Flores	Sul Fluminense	Mau Estado	1805	Fazenda de Café/ Abandonada	2008
Fazenda Maravilha/ do Governo	Paraíba do Sul	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Residencial	2008

Fazenda Ponte Alta	Barra do Pirai	Sul Fluminense	Regular Estado	1830	Fazenda de Café/ Fazenda de gado	2008
Fazenda Ribeirão Frio	Barra do Pirai	Sul Fluminense	Bom Estado	Meados do Sec. XIX	Fazenda de Café/ Residencial	2008
Fazenda Santa Rita	Valença	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Hotel	2008
Fazenda Santo André	Paraíba do Sul	Sul Fluminense	Regular Estado	Meados Séc. XIX	Fazenda de Café/ Industrial	2008
Fazenda Santo Antônio do Paiol	Valença	Sul Fluminense	Bom estado	1814	Fazenda de Café/ Institucional	2008
Fazenda São Luiz da Boa Sorte	Barra do Pirai	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Agropecuária	2008
Fazenda São Paulo	Valença	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Residencial e Comercial	2008
Fazenda Vista Alegre	Valença	Sul Fluminense	Bom Estado	Século XIX	Fazenda de Café/ Residencial	2008
Fazenda São Domingo	Itaperuna	Noroeste Fluminense	Bom Estado	1840	Fazenda de Café/ fazenda de gado	2008